



A ECONOMIA DO FUTURO

A visão de cidadãos, empresários e autarcas

Coordenador

João Ferrão

Alice Ramos

João Mourato

João Pato

Olívia Bina

Rui Carvalho



Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 8.º piso
1099-081 Lisboa
Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

© Fundação Francisco Manuel dos Santos
Dezembro de 2014

Director de Publicações: António Araújo

Título: A Economia do Futuro: A visão de cidadãos, empresários e autarcas

Esta publicação resulta do Projeto MuVe – Valores e Atitudes face à Mudança a Favor de um Desenvolvimento Económico mais Sustentável, financiado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Autores: João Ferrão (coordenador)
Alice Ramos
João Mourato
João Pato
Olívia Bina
Rui Carvalho

Revisão do texto: Vasco Grácio

Design: Inês Sena
Paginação: Guidesign

Impressão e acabamentos: Guide – Artes Gráficas, Lda.

ISBN: 978-989-8662-71-2
Dep. Legal: 383974/14

As opiniões expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade dos autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos. Os autores optaram por seguir o novo Acordo Ortográfico. A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada aos autores e ao editor.

A ECONOMIA DO FUTURO

**A visão de cidadãos,
empresários e autarcas**

Coordenação do Projeto

João Ferrão

Equipa de Trabalho

Alice Ramos

João Mourato

João Pato

Olívia Bina

Rui Carvalho

A ECONOMIA DO FUTURO

**A visão de cidadãos,
empresários e autarcas**

ÍNDICE

A Economia do Futuro

11	Sumário Executivo
11	Contexto e objetivos do estudo
11	Quadro de referência e métodos
12	Resultados e principais conclusões
	Capítulo 1
17	Introdução
	Capítulo 2
23	Agendas de Transição
23	2.1 Contextualização
24	2.2 Seleção dos documentos de referência
26	2.3 Categorização dos documentos analisados
27	2.4 As categorias-tipo de resposta às crises económica e ecológica à luz da classificação dos discursos de Dryzek
29	2.5 Meios e fins, persistência e mudança
30	2.6 Os dois discursos principais de mudança: economia do crescimento verde e economia do bem-estar
	Capítulo 3
35	Inquérito à População, aos Empresários e aos Autarcas
35	3.1 Introdução
35	3.2 Conteúdo do questionário
45	3.3 Operacionalização do inquérito
	Capítulo 4
51	Valores sociais e atitudes da População face à economia do futuro
51	4.1 Introdução
51	4.2 Os efeitos de contexto na formação de prioridades valorativas
54	4.3 Materialismo e pós-materialismo no Portugal de hoje
60	4.4 Influência dos valores nas atitudes face à economia do futuro
64	4.5 Síntese
	Capítulo 5
67	População, Empresários e Autarcas: atitudes face à mudança para uma economia mais sustentável
67	5.1 Introdução
68	5.2 Resultados
87	5.3 Síntese: principais convergências e divergências

	Capítulo 6
91	População, Empresários e Autarcas: definição de perfis-tipo
91	6.1 Introdução
93	6.2 Resultados
120	6.3 Análise comparada dos diversos perfis-tipo à luz das diferentes visões da economia do futuro
	Capítulo 7
125	Debatendo a economia do futuro: resultados de um <i>workshop</i> deliberativo
125	7.1 Introdução
125	7.2. <i>Workshop</i> deliberativo
126	7.3 Resultados
131	7.4 Síntese
	Capítulo 8
133	Conclusões
145	Bibliografia
	Anexo 1
149	Questionário dos inquéritos aplicados à População, aos Empresários e aos Autarcas
	Anexo 2
159	Fichas-síntese dos documentos prospetivos de referência
	Anexo 3
231	Fichas individuais dos <i>workshops</i> deliberativos

Sumário Executivo

Contexto e objetivos do estudo

O atual contexto de crise financeira e económica, que conheceu o seu início em 2007, veio estimular a elaboração de documentos estratégicos e prospetivos por parte de múltiplas entidades internacionais e nacionais. Não obstante a sua diversidade, todos eles salientam a necessidade de uma *transição para novos modelos de desenvolvimento socioeconómico*, no sentido não só de ajudar a superar a atual crise mas também de evitar as externalidades ecológicas associadas ao modelo de crescimento económico prevalente nas últimas décadas.

Qual o grau de adesão dos portugueses às propostas apresentadas? Reconhecerão eles a necessidade de modelos de desenvolvimento socioeconómico alternativos e mais sustentáveis? E, em caso afirmativo, o que pensam sobre a natureza, a intensidade e as características dessa mudança, as prioridades a assumir em diversos domínios relacionados com a economia ou os instrumentos e os agentes mais relevantes para estimular a mudança desejada? E o que estão dispostos a sacrificar em nome dessa mudança? Em suma, como veem os portugueses a economia do futuro e a forma de a construir?

O objetivo deste estudo é ajudar a responder a estas questões, revelando as atitudes e as opiniões de três universos – População em geral, Empresários e Autarcas – face a opções contrastantes sobre a economia do futuro, aferindo o seu grau de adesão às referidas propostas de mudança e tentando, ainda, perceber se as atitudes e as opiniões expressas se associam a valores e a características particulares dos inquiridos.

Quadro de referência e métodos

Foram utilizados dois instrumentos de recolha primária de dados: um inquérito por questionário – aplicado a amostras representativas dos três universos – e, de forma complementar, um *workshop* deliberativo de debate, que envolveu um leque diversificado de participantes.

A construção do inquérito por questionário, a principal fonte dos dados recolhidos e dos resultados obtidos, alicerçou-se num quadro teórico de referência composto por três elementos:

- *As agendas de transição* em direção a duas respostas alternativas às atuais crises económica e ecológica e à perspetiva prevalecente de *crescimento económico* nas últimas décadas – a *economia do crescimento verde* e a *mudança global* (ou *economia do bem-estar*) – que permitiram uma leitura seletiva de vinte documentos prospetivos selecionados e a identificação de aspetos-chave para aferir a adesão dos inquiridos a diferentes discursos de referência;
- O *modelo de valores materialistas e pós-materialistas* de Ronald Inglehart (1977), tendo como finalidade compreender em que medida as atitudes e as opiniões sobre a economia do futuro expressas pelos inquiridos do universo População se associam, de forma preferencial, a determinados valores sociais;
- O *conceito de estratégias de mudança para a sustentabilidade e as teorias da gestão da transição*, procurando identificar os atores, os instrumentos e as opções de gestão considerados mais relevantes para estimular a transição para o tipo desejado de economia do futuro.

Resultados e principais conclusões

Os resultados do inquérito permitiram identificar as opções que mais unem e as que mais dividem os respondentes dos três universos e definir perfis-tipo dentro de cada um deles.

No que respeita à dimensão dos *valores sociais*, destacam-se as seguintes ideias:

- *A crise parece estar a promover a adesão de largas camadas da população a valores materialistas*: assiste-se, no atual contexto, à prevalência de um perfil que combina valores materialistas e pós-materialistas. Se, por um lado, partilhamos as preocupações características das sociedades com níveis elevados de modernização, por outro, a atual situação de instabilidade socioeconómica veio reafirmar, de forma transversal a vários grupos sociodemográficos, a importância de dimensões materialistas como o crescimento económico ou o controlo dos preços;
- *O crescimento económico e a participação na vida coletiva assumem-se como a combinação de valores que mais mobiliza os portugueses*: a participação na economia e na política nacionais e o crescimento económico afirmam-se como duas condições interativas consideradas fundamentais para a construção de uma economia do futuro mais sustentável;

Foi ainda possível identificar a existência dos seguintes *fatores consensuais relativos à economia do futuro* entre os três universos:

- *A construção de uma nova economia no futuro*, isto é, a alteração do modelo de desenvolvimento socioeconómico e das formas de produção e de consumo prevalentes, *é considerada inevitável*;
- O conhecimento científico, a melhoria da qualificação dos recursos humanos e o papel das PME – no fundo, *fatores de continuidade* face à economia do crescimento – surgem também, de forma transversal, como elementos considerados fulcrais para a construção da economia do futuro;
- O consenso alargado em torno da necessidade de limitar a exploração de recursos finitos e de alterar os padrões de trabalho e de vida – sobretudo trabalhar menos horas para ter mais tempo livre e poupar mais – indicia, por outro lado, *a emergência de novas preocupações*.

Evidenciaram-se, simultaneamente, vários *aspectos distintivos* entre os três universos:

- *População*: é o universo cuja *visão sobre a economia do futuro é mais influenciada pela atual crise*, situação manifestada, por exemplo, por recorrentes preocupações com a criação de emprego, com a contenção dos preços para o consumidor e com a redução das desigualdades sociais e territoriais;
- *Empresários*: revelam uma maior tendência para valorizar os aspectos de mudança relacionados com a esfera económica e privada, como, por exemplo, a atribuição de um maior peso relativo ao lucro como principal finalidade da economia, a importância de atrair investimento estrangeiro e de aumentar as exportações ou o apelo a uma maior liberdade de ação por parte das empresas;
- *Autarcas*: os inquiridos deste universo mostraram uma maior propensão para valorizar a importância dos produtos locais, do seu próprio papel na economia e da qualificação das redes e infraestruturas rodoviárias, como fatores de construção da economia do futuro. As componentes ideológica e pragmática apresentam um maior peso nas respostas fornecidas por este universo, que parece ser também o mais influenciado por discursos politicamente corretos.

Os três universos apresentam ainda significativos *fatores de divergência interna*, que permitem a sua diferenciação em vários *perfis-tipo*:

- *População*: de quase 40% dos inquiridos, 10% não revelam qualquer ideia sobre a economia do futuro e 30% não são capazes de imaginar uma economia diferente da prevalente antes da atual crise. Trata-se sobretudo de mulheres idosas com baixos níveis de escolaridade e de rendimento.

Os restantes inquiridos defendem uma economia do futuro diferente da atual, afirmando estarem dispostos a suportar os custos subjacentes a essa mudança. De entre estes, *o principal fator diferenciador é a atitude em relação à atração de investimento estrangeiro e ao aumento das exportações baseados na diminuição de salários*, sendo possível distinguir dois perfis-tipo. Um primeiro (24%), mais favorável a este tipo de medidas e, em geral, à liberalização da economia, é constituído principalmente por homens, com uma concentração significativa nos que se classificam politicamente como sendo de centro-direita. A este perfil-tipo contrapõe-se um outro (29%), associado a valores e a atitudes pós-materialistas, que inclui sobretudo jovens urbanos do sexo masculino com níveis de escolaridade e de rendimento médios ou elevados, que se opõe a uma maior internacionalização da economia apoiada na desvalorização salarial.

- *Empresários*: quase 17% dos Empresários não mostraram capacidade de propor uma economia do futuro diferente da atual. *O posicionamento face à atração de investimento estrangeiro e ao aumento das exportações e os mercados alvo das empresas são os principais fatores distintivos no interior deste universo.* Identificou-se um perfil-tipo (30%) que defende uma mudança assente na crescente globalização e liberalização da economia, ao qual se opõe um outro (29%) que defende uma economia mais centrada na valorização dos contextos locais, no ambiente e na equidade social e, ainda, na expansão de novos estilos de vida e de formas sustentáveis de produção e de consumo. Numa posição intermédia em relação a esses dois perfis-tipo emerge um terceiro (20%), para o qual a economia deve conciliar vários dos aspetos anteriores, privilegiando uma ótica “glocal”¹. Destaca-se aqui, apenas, a importância moderada das empresas de serviços na perspetiva mais favorável à globalização e liberalização da economia e das empresas com 10 a 50 pessoas ao serviço entre os que defendem uma economia glocal;

- *Autarcas*: quase 9% destes não apresentaram qualquer visão alternativa para a economia do futuro. Também aqui se individualiza um subgrupo (23%) que defende uma maior liberalização e internacionalização da economia. A presença de autarquias com lideranças políticas do PSD é predominante neste perfil-tipo. A importância relativa atribuída às autarquias ou ao Estado e a opinião sobre qual deverá ser a principal orientação da economia (mercado ou sociedade) são os outros fatores de divisão interna. Apenas neste universo se destaca um perfil-tipo (15%) que defende uma economia baseada na nacionalização de setores fundamentais e no forte apelo a um maior protecionismo e a uma maior regulação dos mercados financeiros.

¹ Ótica “glocal”: atribuição de importância tanto à presença nos mercados globais como à valorização dos recursos e dos mercados locais.

As divergências identificadas podem, assim, ser posicionadas em torno dos seguintes aspetos: i) a (in)capacidade de visionar uma economia diferente; ii) a oposição ou a articulação entre globalização e localismo; iii) a oposição entre liberalização económica e protecionismo; iv) a importância atribuída a objetivos de equidade social e territorial; v) a valorização relativa do crescimento económico e da qualidade de vida dos cidadãos como fim último da economia; e vi) a associação a soluções inovadoras de produção e de consumo, próximas de um perfil de valores pós-materialistas.

Finalmente, no que se refere aos *graus de adesão dos inquiridos às agendas de transição* de referência, verifica-se que os perfis-tipo mais próximos da economia do crescimento verde têm uma expressão significativa nos três universos, enquanto os que englobam aspetos relevantes da economia do bem-estar possuem maior saliência entre a População e os Empresários. No geral, os perfis-tipo do universo dos Autarcas parecem ajustar-se menos do que os outros dois universos aos dois discursos de referência (a economia verde e a economia do bem-estar).

Capítulo 1

Introdução

Como veem os portugueses a economia do futuro? O que pensam sobre a necessidade de mudar a atual economia, a direção a tomar para garantir um novo modelo de desenvolvimento socioeconómico, as prioridades a assumir em diversos domínios relacionados com a economia ou com os instrumentos e com os agentes mais importantes para estimular as mudanças desejadas? Estas são algumas das questões a que procuraremos responder.

Existem múltiplas formas de tentar esclarecer as interrogações colocadas. Neste caso, considerámos dois pontos de partida.

O primeiro diz respeito aos universos estudados: a População em geral, os Empresários e os Autarcas. A análise comparada das atitudes e das opiniões, quer entre estes três universos quer entre subconjuntos de um mesmo universo, permitirá entender melhor o que une e separa os portugueses no que se refere ao modo como encaram a economia do futuro.

O segundo ponto de partida relaciona-se com o quadro de referência a partir do qual serão analisadas as atitudes e as opiniões dos universos estudados, em relação a escolhas alternativas sobre a economia do futuro. Essas escolhas foram deduzidas a partir da análise de conteúdo de vinte documentos estratégicos e prospetivos produzidos no atual contexto de crise (ou seja, posteriores a 2007) por organizações internacionais, empresariais, académicas, da sociedade civil e de governos nacionais. Esses documentos têm em comum a defesa da necessidade de novos modelos de desenvolvimento socioeconómico, mas as orientações e as opções propostas são bastante diversificadas. De forma a dar sentido a essa diversidade, os documentos foram analisados à luz da distinção, hoje bastante debatida nos meios académicos, entre economia do crescimento² (*almost-business as usual*), crescimento verde (*greening*) e mudança global (*all-change*). Os defensores da primeira perspetiva defendem situações de relativa continuidade em relação ao modelo prevaiente nas últimas décadas; os subscritores da segunda preconizam a reforma da atual economia através de uma melhor gestão dos meios, sobretudo os de natureza escassa, sem, no entanto, colocar em causa os fins da economia hoje predominantes; finalmente, os apoiantes da terceira perspetiva ambicionam uma

² A definição de economia do crescimento utilizada remete para uma versão não totalmente *business as usual* da economia. Trata-se, por outro lado, de uma “quase continuidade” em relação ao modelo de desenvolvimento económico dominante, caracterizada por algumas mudanças qualitativas, ainda assim insuficientes para a sua consideração como uma mudança de paradigma.

transformação mais profunda da economia e da sociedade, inclusive no que se refere aos fins prosseguidos.

A aplicação de um inquérito por questionário, estruturado em função dos resultados da referida análise de conteúdo, a amostras representativas da População, dos Empresários e dos Autarcas do continente permitiu caracterizar as atitudes e as opiniões dos inquiridos em relação às várias opções colocadas. Os resultados obtidos salientaram as opções que unem e as que dividem os respondentes de cada um dos universos e levaram à identificação e caracterização de perfis-tipo. Estes perfis-tipo indiciam que coexistem nos três universos, ainda que com incidências desiguais, visões distintas sobre a economia do futuro. Num extremo, colocam-se aqueles que não conseguem imaginar qualquer futuro ou que têm grande dificuldade em idealizar uma economia diferente da atual ou, mais corretamente, da que prevalecia antes da crise iniciada em 2007/8. Ou seja, para os inquiridos destes subgrupos não existe, na verdade, qualquer agenda de mudança a favor de um novo modelo de desenvolvimento socioeconómico. No outro extremo, colocam-se os subgrupos que defendem explicitamente a necessidade de uma nova economia, uns a partir de uma visão próxima ou mesmo coincidente com a perspectiva da economia do crescimento verde, outros com posições tendencialmente convergentes com a perspectiva da economia do bem-estar, outros ainda com posições intermédias entre essas duas visões ou cujo posicionamento é difícil, pela especificidade ou pela natureza genérica das respostas dadas.

O objetivo desta análise é revelar as atitudes e as opiniões dos inquiridos face a opções contrastantes sobre a economia do futuro, tentar perceber se elas se associam a valores e a características particulares dos inquiridos e colocar em debate público os resultados obtidos. Enquanto autores, não nos cabe julgar as várias posições detetadas. Mas o conhecimento do grau de adesão revelado pelos inquiridos em relação a diferentes opções e prioridades sobre a economia do futuro, em geral, e a alguns aspetos específicos sobre uma economia mais sustentável no nosso país, em particular, é fundamental para qualquer debate sobre a construção da economia do futuro em Portugal.

Os resultados obtidos devem ser encarados como um ponto de partida para um debate mais amplo, que leve em conta o que une e o que divide os portugueses em matérias decisivas para repensar a economia do futuro e que pondere as razões e as condições de construção de agendas de transição a favor de um modelo de desenvolvimento socioeconómico mais sustentável em Portugal.

É importante salientar que o que se pretende medir não é o grau de conhecimento dos inquiridos. Não é nosso objetivo descobrir o que os portugueses sabem sobre economia ou sobre os impactos das diferentes opções

económicas que lhes são apresentadas no questionário. As percepções e as opiniões constroem-se ao longo de um processo em que intervêm diferentes fontes de informação. Por exemplo, quando se questiona o universo População sobre temas tão importantes para a vida quotidiana, como sejam a crise económica, o emprego, a educação, o preço dos bens essenciais ou o que esperar do futuro, é de prever que (quase) todos tenham uma opinião. Mais ou menos elaboradas ou fundamentadas, essas opiniões constituem um barómetro dos discursos e das atitudes referentes a essas dimensões.

Sem dúvida que um estudo desta natureza ganharia muito se pudesse integrar uma perspectiva comparativa. Num contexto de crise à escala europeia, poder comparar as percepções dos portugueses com as de cidadãos de outros países europeus permitiria certamente uma leitura mais rica dos resultados. Infelizmente, essa comparação não foi possível, pois não encontramos qualquer estudo semelhante realizado noutro país do qual pudéssemos adaptar as perguntas, o que atesta, inclusivamente, o carácter inovador do presente trabalho.

Pelas mesmas razões, este estudo não permite avaliar se as percepções e as opiniões agora recolhidas representam alguma mudança relativamente ao passado. A consequência mais grave desta limitação é o facto de não podermos analisar efetivamente o efeito da crise económica nas opções dos inquiridos. É possível avançar algumas hipóteses, mas na realidade não temos dados suficientes para esclarecer em que medida aquilo que as pessoas pensam neste momento é o reflexo da influência que a crise económica teve, e continua a ter, nas suas vidas e na forma como olham para o futuro.

Os capítulos que se seguem enquadram teórica e metodologicamente o inquérito às atitudes e às opiniões dos três universos (População, Empresários e Autarcas) sobre a economia do futuro, apresentam e discutem os resultados obtidos e sugerem algumas ilações que é possível retirar a partir da análise desses resultados.

Assim, no capítulo 2, intitulado Agendas de Transição, apresentamos e justificamos a seleção dos documentos de referência, organizamos esses documentos em função do tipo de resposta que dão às crises económica e ecológica a partir das categorias economia do crescimento (*almost-business as usual*), crescimento verde (*greening*) e mudança global (*all-change*), e comparamos essas categorias com a classificação dos discursos ambientais proposta por Dryzek (2005). Esta classificação permite, a partir da economia hoje prevalecente, identificar duas agendas de transição principais: a economia do crescimento verde e a economia do bem-estar.

No capítulo 3 apresentamos o conjunto de critérios e de procedimentos utilizados para estruturar e para operacionalizar o questionário dos inquéritos aos três universos estudados: População, Empresários e Autarcas. Partindo das

agendas de transição identificadas no capítulo anterior, do modelo de valores materialistas e pós-materialistas proposto por Inglehart (1977) e do debate teórico sobre estratégias de mudança para a sustentabilidade, organizámos o questionário por dimensões analíticas e domínios de mudança, definindo, para cada um deles, um conjunto de questões que procuram avaliar o grau de adesão dos inquiridos em relação a diferentes tipos de mudança da economia. O questionário inclui ainda um bloco com variáveis de caracterização das amostras da População (aspectos sociodemográficos), dos Empresários e dos Autarcas. O capítulo termina com a apresentação dos critérios de constituição das amostras para os três universos.

Os três capítulos seguintes analisam os resultados do inquérito por questionário às atitudes e às opiniões dos três universos sobre a economia do futuro.

O capítulo 4 visa esclarecer se, na População, existe alguma relação entre os valores dos inquiridos e as atitudes e as opiniões que expressaram sobre a economia do futuro. Esta eventual relação é avaliada a partir de duas questões iniciais: i) em que medida a estrutura teórica dos valores materialistas e pós-materialistas proposta por Inglehart (1977) é reproduzida empiricamente nas respostas dos inquiridos?; e ii) até que ponto situações de maior vulnerabilidade económica e social estão associadas a uma maior adesão aos valores materialistas? Estas duas questões são complementadas por uma terceira: iii) estarão as opções relativas à economia do futuro e as atitudes face a um desenvolvimento económico mais sustentável relacionadas com o tipo de valores a que as pessoas aderem?

No capítulo 5 é efetuada uma análise comparada dos resultados globais dos três universos inquiridos, com o objetivo de identificar as principais convergências e as principais divergências em relação à economia do futuro, à direção e à intensidade da mudança desejada e aos agentes e aos instrumentos considerados necessários para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal. O que une e o que separa estes três universos? Esta é a questão central deste capítulo.

No capítulo 6 complementa-se a análise anterior, colocando agora o foco de atenção nas diferenciações internas de cada um dos três universos estudados. Existem diferenciações relevantes no seio de cada um deles? É possível definir distintos perfis-tipo para a População, para os Empresários e para os Autarcas? E, em caso afirmativo, as clivagens entre os perfis-tipo de cada um dos universos são idênticas ou refletem características específicas desses universos?

O capítulo 7 baseia-se nos resultados de um *workshop* deliberativo envolvendo participantes com perfis sociodemográficos e profissionais diversificados, realizado com o objetivo de aprofundar a recolha de informação efetuada através dos inquéritos por questionário e de suscitar um debate aberto sobre

duas questões: i) qual a direção desejável da mudança, isto é, o que deve ser a economia no futuro?; e ii) como estimular a mudança desejada, ou seja, quais as formas de concretizar as mudanças identificadas na questão anterior? Os participantes selecionaram oito temas prioritários, que se desdobram numa componente prospetiva (o que deve ser?) e numa outra operativa (como fazer?), enriquecendo os resultados obtidos através do inquérito por questionário.

Finalmente, no último capítulo são apresentadas as principais conclusões e identificadas algumas das implicações delas decorrentes do ponto de vista de futuras agendas de investigação e de ação.

O relatório integra ainda três anexos: o questionário do inquérito efetuado aos três universos (anexo 1), as fichas relativas aos vinte documentos selecionados para análise (anexo 2) e as questões debatidas no *workshop* deliberativo (anexo 3).

Capítulo 2

Agendas de Transição

2.1 Contextualização

Em 2007, os países mais ricos do mundo ocidental entraram num período de instabilidade e de turbulência. Uma nova crise financeira, ampla e profunda, alastrou dos Estados Unidos da América para a Europa e, em poucos meses, para o resto das economias do mundo. Os seus impactos fizeram-se sentir para além do setor financeiro, afetando a chamada economia real e a vida de milhões de pessoas.

Esta situação estimulou a elaboração de documentos estratégicos e prospetivos por parte de múltiplas organizações, muitas delas de âmbito internacional. Embora diversificados, todos eles sublinham a necessidade de uma transição para novos modelos de desenvolvimento socioeconómico, de forma a superar a atual crise económica e a evitar os impactos ecológicos negativos associados ao modelo de crescimento prevalecente nas últimas décadas. Ou seja, todos eles defendem a necessidade de superar as crises económica e ecológica através de mudanças guiadas por novas conceções do papel e das prioridades da economia.

Qual o grau de adesão dos portugueses a distintas propostas de mudança apresentadas após 2007, isto é, já no contexto das recentes crises financeira – da economia real – e ecológica, visando favorecer a transição para novos modelos de desenvolvimento socioeconómico? Reconhecem os portugueses a necessidade de modelos de desenvolvimento económico alternativos e mais sustentáveis? Em concreto, procuraremos conhecer as atitudes e as opiniões de três universos – População, Empresários e Autarcas – sobre questões como as razões dessa mudança (porque mudamos?), a sua natureza (em que sentido devemos mudar?), as suas características (o que mudamos?), a sua intensidade (quanto devemos mudar?) ou os custos a pagar pelas mudanças desejadas (o que aceitamos sacrificar em nome da mudança?).

2.2 Seleção dos documentos de referência

A primeira tarefa consistiu na identificação e na análise qualitativa do conteúdo de um conjunto de documentos que, explícita ou implicitamente, propõem soluções para as crises económica e ecológica, vistas numa ótica de interdependência. O material inicialmente selecionado para análise era composto por 29 documentos produzidos por organizações multilaterais, governos nacionais, organizações empresariais e sociedade civil, incluindo *think tanks* e a academia (quadro 2.1). Os documentos analisados referem-se ao período entre 2008, ano do pico da crise financeira, e 2012, data do vigésimo aniversário da Conferência das Nações Unidas no Rio de Janeiro, UNCGSD: «The Future We Want» (UN, 2012). No que se refere à cobertura geográfica, os documentos são provenientes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e de quatro macrorregiões geopolíticas: União Europeia, América Latina, África e Ásia-Pacífico.

Quadro 2.1 Documentos analisados (organizados por ordem alfabética de entidades)

N.º	Ano	Entidade	Documento	Tipo (1)	Escala (2)	Foco (3)
24	2010	Africa Progress Panel (APP)	Africa progress report 2010: from agenda to action. Turning resources into results for people	SP / SC	I	E / S / A
25	2012	Backhaus <i>et al.</i> (authors)	Sustainable lifestyles: today's facts and tomorrow's trends	IC	I	E / S / A
28	2010	Bartolini (author)	Manifesto per la felicità [Happiness manifesto]	IC	I / N	E / S / A
7	2009	Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress (CMEPSP)	Report by the commission on the measurement of economic performance and social progress («Stiglitz report»)	IC	I	E / S / A
26	2010	Economic Commission for Latin America (ECLAC)	Time for equality – closing gaps, opening trails	G	I	E / S
3	2010	European Commission (EC)	Europe 2020: A strategy for smart, sustainable and inclusive growth	G	C	E / S / A
21	2009	European Commission and International Labour Organisation, International Institute for Labour Studies	Green stimulus measures	G	I	E
13	2010	European Council (EUCCO)	Conclusions: European Council, Brussels, 17 June 2010 and 12 October 2010	G	C	E
10	2011	German Advisory Council on Global Change (WBGU)	World in transition: A social contract for sustainability. Summary for policy-makers	G / SP / SC	I	E / S / A
15	2010	Green Growth Republic of Korea	Framework act on low carbon	G	I	E / S / A
19	2010	Gunter Pauli (author)	The blue economy: 10 years, 100 innovations, 100 million jobs. Report to the club of Rome	IC	I	E
20	2012	International Labour Organization (ILO)	Working towards sustainable development: opportunities for decent work and social inclusion in a green economy	G	I	E / S

N.º	Ano	Entidade	Documento	Tipo (1)	Escala (2)	Foco (3)
11	2011	<i>Istituto di Studi per l'Integrazione dei Sistemi (ISIS) (and others)</i>	<i>Paradigm shifts modelling and innovative approaches (PASHMINA): Scenario beyond growth</i>	IC	C	E/S/A
17	2010	<i>Istituto di Studi per l'Integrazione dei Sistemi (ISIS) (and others)</i>	<i>Paradigm shifts modelling and innovative approaches (PASHMINA): Scenario low carbon economy</i>	IC	C	E/S/A
5	2010	<i>McKinsey and Company</i>	<i>McKinsey global survey results: how companies manage sustainability</i>	SP/SC	I	E
22	2009	<i>Meyer-Ohlendorf et al. (authors)</i>	<i>Economic stimulus in Europe – accelerating progress towards sustainable development?</i>	IC	I	E
29	2012	<i>Mujica (politician)</i>	<i>Discurso do Presidente do Uruguai, José Pepe Mujica na Rio+20</i>	G	I/N	E/S/A
8	2009	<i>Netherlands Environment Assessment Agency (NEAA)</i>	<i>Getting into the right lane for 2050: A primer for EU debate</i>	G	C	S/A
6	2009	<i>New Economics Foundation (NEF)</i>	<i>The great transition: A tale of how it turned out right</i>	SP/SC	I	E/S/A
9	2009	<i>Organization for Economic Co-operation and Development (OECD)</i>	<i>Green growth: Overcoming the crisis and beyond</i>	G	I	E/S/A
18	2011	<i>Organization for Economic Co-operation and Development (OECD)</i>	<i>Towards green growth</i>	G	I	E/S/A
23	2009	<i>Organization for Economic Co-operation and Development (OECD)</i>	<i>Declaration on green growth</i>	G	I	E
16	2009	<i>Presidential Commission on Green Growth (Republic of Korea)</i>	<i>Road to our future: green growth: national strategy and five-year plan (2009-2013)</i>	G	I	E/S/A
12	2012	<i>United Nations (UN)</i>	<i>The future we want</i>	G	I	S/A
14	2008	<i>United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (UNESCAP)</i>	<i>Greening growth in Asia and the Pacific. Follow up to the world summit on sustainable development: taking action on the regional implementation plan for sustainable development in Asia and the Pacific, 2006-2010</i>	G	I	E/S/A
1	2009	<i>United Nations Environment Programme (UNEP)</i>	<i>Global green new deal. Policy brief</i>	G	I	E/S/A
2	2011	<i>United Nations Environment Programme (UNEP)</i>	<i>Towards a green economy. Pathways to sustainable development and poverty eradication. A synthesis for policy makers</i>	G	I	E/S/A
27	2010	<i>Vários autores</i>	<i>Degrowth declaration of the Paris 2008 conference</i>	IC	I	E/S/A
4	2010	<i>World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)</i>	<i>Vision 2050: The new agenda for business</i>	SP/SC	I	E

Notas:

1 Tipo: G – Governo | SP/SC – Setor Privado e Sociedade Civil | IC – Investigação Científica.

2 Escala: I – Internacional | C – Comunitária | N – Nacional.

3 Foco: E – Empresarial | S – Social | A – Ambiental.

Para os documentos em itálico ver fichas-resumo incluídas no anexo 2.

2.3 Categorização dos documentos analisados

A análise qualitativa do conteúdo dos 29 documentos do quadro 2.1 permite classificar as propostas de resposta às crises económica e ecológica em três categorias-tipo: i) pacotes de estímulo nacional, de economia do crescimento (*almost business-as-usual*); ii) propostas para tornar a economia mais verde, crescimento verde (*greening*); e iii) propostas para uma transformação socioeconómica, mudança global (*all-change*). Cada uma destas propostas caracteriza-se, e distingue-se das restantes, por um objetivo principal, um paradigma socioeconómico e uma conceção de progresso específicos, conforme assinalado na figura 2.1 (para uma análise mais aprofundada, ver Bina, 2013a).

Figura 2.1 Respostas às crises económica e ecológica: categorias-tipo

Economia do crescimento Reiniciar o sistema de mercado	Crescimento verde Economia de baixo carbono Crescimento eficiente	Mudança global Prosperidade para além do crescimento Desaceleração, estágio estável (estacionário)
Crescimento económico (PIB)	Ciência, tecnologia	Ecocentrismo transformador Movimentos radicais
Progresso como crescimento	Progresso como crescimento eficiente	Progresso como bem-estar e felicidade
<i>Mainstream /</i> Elementos neoclássicos / keynesianos	<i>Mainstream /</i> Economia ambiental	Economia ecológica

Fonte: Bina (2013a)

Os 29 documentos analisados (quadro 2.1) podem ser agrupados de acordo com as três categorias-tipo anteriormente referidas. No quadro 2.2 propõe-se uma distribuição dos documentos por essas categorias, construída com base na análise qualitativa dos seus conteúdos. Foi adicionada uma quarta categoria, designada intermédia, em virtude do difícil posicionamento de algumas dessas fontes em relação às categorias-tipo crescimento verde (*greening*) e mudança global (*all-change*).

Quadro 2.2 Documentos analisados por categorias-tipo de resposta às crises económica e ecológica

Economia do crescimento	Crescimento verde	Intermédia	Mudança global
EC and IILS (2009) <i>Green stimulus measures</i> Meyer-Ohlendorf et al. (2009) <i>Economic stimulus in Europe – accelerating progress towards sustainable development?</i>	EC (2010) <i>Europe 2020 A strategy for smart, sustainable and inclusive growth</i> EURO (2010) <i>Conclusions [June & October]</i> , European Council, Brussels ILO (2012) <i>Working towards sustainable development: opportunities for decent work and social inclusion in a green economy</i> ISIS et al. (2010) <i>Paradigm shifts modelling and innovative approaches (PASHMINA): Scenario low carbon economy</i> McKinsey & Co (2010) <i>McKinsey global survey results: How companies manage sustainability</i> NEEA (2009) <i>Getting into the right lane for 2050: A primer for EU debate</i> OECD (2009a) <i>Declaration on green growth</i> OECD (2009b) <i>Green growth: Overcoming the crisis and beyond</i> OECD (2011b) <i>Towards green growth</i> ROK-PCGG (2009) <i>Road to our future: Green growth. National Strategy</i> ROK-PCGG (2009) <i>Framework act on low carbon</i> UN (2012) <i>The Future We Want. Resolution adopted by the general assembly</i> UNEP (2009) <i>Global green new deal – policy brief</i> UNEP (2011) <i>Towards a green economy</i>	APP (2010) <i>Africa Progress Report 2010: From agenda to action. Turning resources into results for people</i> Backhaus et al. (2012) <i>Sustainable lifestyles: Today's facts and tomorrow's trends</i> ECLAC (2010) <i>Time for equality – closing gaps, opening trails</i> Stiglitz et al. (2009) <i>Report by the commission on the measurement of economic performance and social progress</i> UNESCAP (2008) <i>Greening growth in Asia and the Pacific</i>	AAVV (2010) <i>Degrowth declaration of the Paris 2008 conference</i> Bartolini (2010) <i>Manifesto per la felicità [Happiness manifesto]</i> Flipo and Schneider (2008) <i>Proceedings of the First International Conference on Economic De-Growth for Ecological Sustainability and Social Equity</i> ISIS et al. (2010) <i>Paradigm shifts modelling and innovative approaches (PASHMINA): Scenario beyond growth</i> Mujica (2012) <i>Discurso do Presidente do Uruguai, José Pepe Mujica na Rio+20</i> NEF (2009) <i>The great transition – A tale of how it turned out right</i> Pauli (2010) <i>The blue economy: cultivating a new business model for a time of crisis</i> WBGU (2011) <i>World in transition – a social contract for sustainability</i>

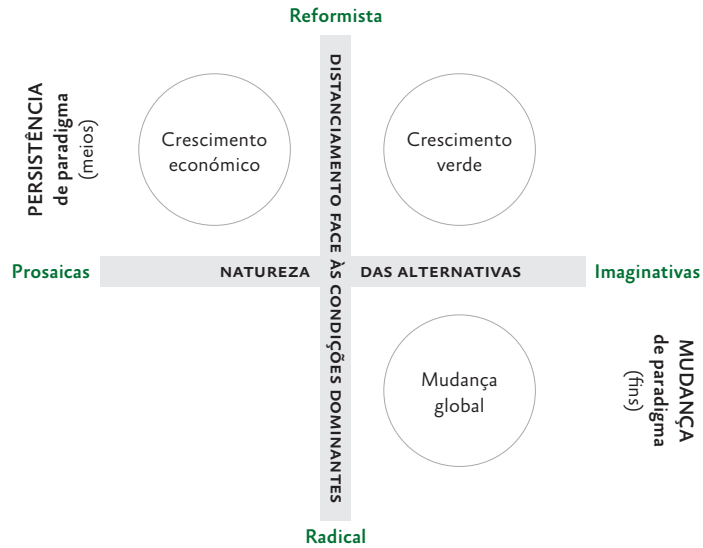
Fonte: adaptado de Bina (2013a)

2.4 As categorias-tipo de resposta às crises económica e ecológica à luz da classificação dos discursos de Dryzek

Tendo como objetivo enquadrar a análise e interpretação dos documentos referidos no quadro 2.1 e a categorização proposta na figura 2.1, iremos agora explorar a relação entre as categorias-tipo consideradas e a classificação de Dryzek (2005) relativa aos discursos ambientais e ao modo como estes se relacionam com diferentes agendas socioeconómicas e de desenvolvimento³. Dryzek identificou duas dimensões-chave (os eixos da figura 2.2) que influenciam a interação entre o ser humano e a natureza. Por um lado, o tipo de apelo à mudança em relação às condições criadas pelo modelo de desenvolvimento industrial ainda hoje dominante, que pode ser de pendor mais reformista ou mais radical. Por outro lado, a dimensão propositiva dos discursos, cuja natureza é suscetível de ser diferenciada entre alternativas prosaicas (pouco profundas) e soluções imaginativas face às opções sócio-industriais e político-económicas hoje prevalecentes.

³ O termo “discursos” é usado aqui para referir as premissas, os juízos de valor e as justificações que «constroem significados e relações, ajudando a definir o senso comum e o conhecimento considerado legítimo» (Dryzek, 2005: 9).

Figura 2.2 Relação entre a classificação dos discursos ambientais de Dryzek e as categorias-tipo de resposta às crises económica e ecológica



Fonte: Bina (2013a)

Assim, segundo Dryzek (2005), os discursos que são ao mesmo tempo reformistas e prosaicos representam uma abordagem conservadora, incremental e pouco intensa no tocante à mudança face ao paradigma vigente. Pelo contrário, os discursos de natureza simultaneamente radical e imaginativa correspondem a uma abordagem progressista, rápida e de longo alcance, visando a mudança do paradigma vigente. De acordo com a classificação de Dryzek (2005:15), os discursos reformistas e prosaicos estão próximos do conteúdo da categoria-tipo economia do crescimento (*almost business as usual*) (ver figura 2.2). Da mesma forma, as tipologias sustentabilidade e radicalismo verde, correspondentes às propostas e aos discursos de mudança imaginativos e reformistas, no primeiro caso, e imaginativos e radicais, no segundo, apresentam uma ligação clara com as categorias-tipo crescimento verde (*greening*) e mudança global (*all-change*). As duas dimensões propostas por Dryzek (2005) (os eixos na figura 2.2) ilustram a possibilidade de ocorrerem situações intermédias entre as categorias-tipo anteriores e ajudam a localizar e a explicar o posicionamento dos vários documentos categorizados como “intermédios” no quadro 2.2.

2.5 Meios e fins, persistência e mudança

Uma das diferenciações mais importantes entre as várias respostas às crises económica e ecológica anteriormente referidas relaciona-se com a forma como os fins e os meios são concetualizados e enquadrados. Essa diferenciação tem implicações quer para a noção instrumental de mudança de paradigma quer para as propostas de transição para um novo modelo de desenvolvimento socioeconómico (capítulo 3).

A mudança dos discursos prosaicos para os imaginativos e dos reformistas para os radicais implica obrigatoriamente um questionamento tanto dos fins como dos meios do paradigma socioeconómico dominante.

Na categoria economia do crescimento, a persistência do paradigma é garantida através de mudanças incrementais no que respeita aos meios, visando uma economia de consumo mais sustentável, porque mais preocupada com a redução de desperdícios (Bina, 2013a). No entanto, esta perspetiva não questiona os fins, ou seja, os conceitos subjacentes à noção linear e unidirecional de progresso, como, por exemplo, a importância do crescimento material e permanente.

Também o discurso da economia do crescimento verde não pretende mudar o atual paradigma socioeconómico e os seus fins. No entanto, esta perspetiva atribui grande importância à necessidade de corrigir aspetos que considera estarem errados nesse paradigma, incluindo os mecanismos de mercado que o determinam. O seu carácter de meio (ou ferramenta) para um fim é confirmado no documento Rio+20 (ONU, 2012: §56), no qual se afirma a consideração da «economia do crescimento verde (...) como uma das mais importantes ferramentas disponíveis para alcançar o desenvolvimento sustentável». O crescimento verde – e, por isso, eficiente – é, sem dúvida, urgente e essencial como um meio ou como uma ferramenta (NEEA, 2009). No entanto, considerá-lo apenas como tal é insuficiente para evitar os efeitos nefastos decorrentes dos crescentes níveis de complexidade intrinsecamente relacionados com muitas das inovações tecnológicas destinadas a aumentar a eficiência e a produtividade. O discurso da mudança global é, pois, o único que defende a necessidade de alteração simultânea dos fins e dos meios da economia (Bina, 2013a).

A partir da análise e da categorização das diferentes propostas de resolução das crises económica e ecológica em curso e, ainda, do significado e dos discursos subjacentes a cada uma das categorias-tipo de resposta a essas crises, de acordo com a classificação de Dryzek (2005), foi possível identificar diferentes agendas de transição. O material recolhido a partir da análise qualitativa dos 29 documentos iniciais constituiu a base de construção dessas agendas.

2.6 Os dois discursos principais de mudança: economia do crescimento verde e economia do bem-estar

Tomando como referência a categorização proposta anteriormente (figura 2.1), considerámos que coexistem atualmente dois discursos principais de mudança: o da economia do crescimento verde e o da mudança global.

O primeiro não rompe de forma radical com o modelo *business-as-usual*, mas diferencia-se dele pelo facto de incorporar uma preocupação explícita com o ambiente, centrada na procura de um crescimento caracterizado por um uso mais eficiente dos recursos e visando uma maior competitividade da economia (figuras 2.1 e 2.2).

O segundo discurso adota a perspetiva da prosperidade para além do crescimento económico e o paradigma socioeconómico da economia do bem-estar. O modelo da mudança global afasta-se de uma visão estritamente centrada na economia, funda-se numa crítica à economia de mercado, baseia-se no princípio de que há limites à exploração dos recursos disponíveis e defende a necessidade de uma alteração profunda a partir da revisão dos fins prosseguidos.

Os conteúdos do questionário aplicado aos três universos baseiam-se em boa medida na distinção entre estas duas perspetivas de mudança. Por facilidade de comunicação, a categoria “mudança global” foi redenominada “economia do bem-estar”, adotando-se a nomenclatura aplicada a um dos cenários desenvolvidos no projeto PASHMINA sobre a economia no futuro (ISIS *et al.*, 2011).

2.6.1 Economia do crescimento verde

O discurso aqui designado por economia do crescimento verde defende que a sustentabilidade ambiental é compatível com a sustentabilidade económica e constitui uma base essencial quer para soluções de desenvolvimento socioeconómico globalmente ganhadoras (*win-win*) quer para a criação de ciclos virtuosos de progresso e de prosperidade. A economia do crescimento verde é apresentada como motor de crescimento, gerando emprego, combatendo a pobreza, contribuindo para o bem-estar e para a equidade social e reduzindo significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica (ISIS *et al.*, 2011; UNEP, 2011).

As expressões “crescimento verde” e “economia verde” são hoje utilizadas de forma articulada e aplicam-se a um conjunto vasto de subdiscursos. Como relembra Bina (2013a), estes diversos subdiscursos incidem desde o âmbito mais localizado das ecoindústrias e da produção amiga do ambiente às economias de baixo teor de carbono ou à redefinição da base económica de uma região (EC, 2010; EUCO, 2010; OCDE, 2009) ou de um país (RoK-PCGG, 2009).

Não obstante a variedade dos documentos sobre a economia do crescimento verde (Bina e La Camera, 2011; Jänicke, 2012), a categoria do crescimento verde anteriormente descrita tende a combinar elementos de modernização ecológica e de gestão da transição (Mol *et al.*, 2009). No entanto, e apesar das alterações propostas, esta perspetiva não se aproxima verdadeiramente da dimensão imaginativa-radical de Dryzek (figura 2.2, quadrante inferior direito), que se encontra presente nos documentos integrados nas categorias “intermédia” e “mudança global / economia do bem-estar”.

De acordo com a perspetiva da economia do crescimento verde, o objetivo principal da economia é atingir um crescimento eficiente em termos da utilização dos recursos naturais disponíveis, assegurando, ao mesmo tempo, o nível mais baixo possível de emissões de dióxido de carbono, de forma a beneficiar toda a sociedade e a reduzir os níveis de pobreza existentes.

O paradigma socioeconómico subjacente ao conceito de economia do crescimento verde baseia-se no paradigma técnico-científico, ou seja, a economia do crescimento verde advoga um crescimento apoiado no uso eficiente dos recursos e das tecnologias. Como argumenta Bina (2013a), esta perspetiva coloca a ênfase na escassez de recursos e na otimização da sua gestão através da inovação tecnológica, refletindo, em larga medida, a abordagem de índole económica em que se baseia. Citando Robbins (1935), que defende que a riqueza não se define primordialmente pelas suas propriedades substantivas mas sim pelo facto de ser intrinsecamente escassa, a autora relembra-nos que a ideia de escassez faz parte do coração da teoria económica neoclássica. Nesta perspetiva, um dos papéis essenciais da economia é a gestão da escassez e o apoio às escolhas efetuadas pelos agentes em função dessa escassez (Bina, 2013a).

Quanto à sua filosofia, a economia do crescimento verde representa, sobretudo, uma tentativa de melhorar o paradigma económico vigente e não tanto uma alternativa a esse paradigma. Na sua essência, continua fortemente dependente dos mecanismos de mercado, do grande volume de investimento em inovação e, ainda, da aposta em tecnologias verdes e no desenvolvimento de lógicas de produção e de consumo também verdes. Este último aspeto é crucial: as pessoas continuam a ser consideradas como consumidores, dissociadas do seu contexto social ou natural. A ênfase desta perspetiva continua a incidir numa sociedade de consumo e na promoção material, e não na promoção, imaterial, do bem-estar.

A economia do crescimento verde corresponde a uma agenda discursiva que tem mobilizado, sobretudo, as grandes agências e as grandes instituições internacionais, alguns governos e as elites políticas. Em teoria, a economia do crescimento verde enquanto princípio orientador busca um equilíbrio, de difícil obtenção, entre melhorar e mudar o paradigma de desenvolvimento

económico hoje prevalecente. A filosofia implícita a essa melhoria consiste na aposta numa maior eficiência quanto à produção económica, isto é, numa melhor utilização dos meios disponíveis, pressupondo que este procedimento conduzirá a uma economia de consumo mais sustentável.

Esta perspetiva não coloca em causa o fim último da economia tal como é hoje predominantemente considerado, ou seja, o progresso entendido como crescimento material. É verdade que existe um discurso sobre a necessidade de uma mudança mais profunda do paradigma socioeconómico predominante, através da alteração de aspetos considerados disfuncionais. Mas quando se pronunciam sobre a origem da atual crise, os defensores desta perspetiva colocam o essencial da explicação dessa situação e da sua superação numa melhor gestão dos meios da economia, sem pôr em causa os seus fins (Bina e La Camera, 2011).

A questão que se coloca neste contexto é sobre se as atuais propostas de promoção de uma economia mais verde (economia do crescimento verde) se podem constituir como uma oportunidade para a mudança no sentido de um desenvolvimento sustentável mais forte no decorrer do século XXI ou se, pelo contrário, se irá assistir à consolidação da uma interpretação “fraca” dessa mudança, demasiado próxima do modelo reformista-prosaico de economia do crescimento (*almost-business as usual*) (figura 2.1).

É contudo importante sublinhar a crescente generalização da ideia, fomentada pelo discurso sobre a economia do crescimento verde, de que a subvalorização do capital natural tem implicações que vão muito para além da ineficiência económica, podendo daí resultar consequências fortemente negativas para a qualidade do crescimento no que diz respeito ao bem-estar humano (OECD, 2011a). Existe um crescente interesse em pensar a sustentabilidade ambiental e económica para além da agenda de consumo sustentável e do papel das inovações e dos fatores culturais e tecnológicos (WBGU, 2011). Anuncia-se, mesmo, que é tempo de proceder a uma grande transformação: a construção de uma nova narrativa baseada numa perspetiva sem precedentes em relação a todas as dimensões do desenvolvimento sustentável (IISD, 2012).

2.6.2 Economia do bem-estar

Na perspetiva da economia do bem-estar há duas finalidades recorrentes: a prosperidade para além do crescimento económico e a estabilidade da economia dos estados. Oriundo maioritariamente da academia, de *think tanks*, da sociedade civil e de organizações não governamentais, o paradigma socioeconómico da economia do bem-estar tem um carácter transformador e afasta-se de uma visão estritamente centrada na economia, fundando-se numa crítica

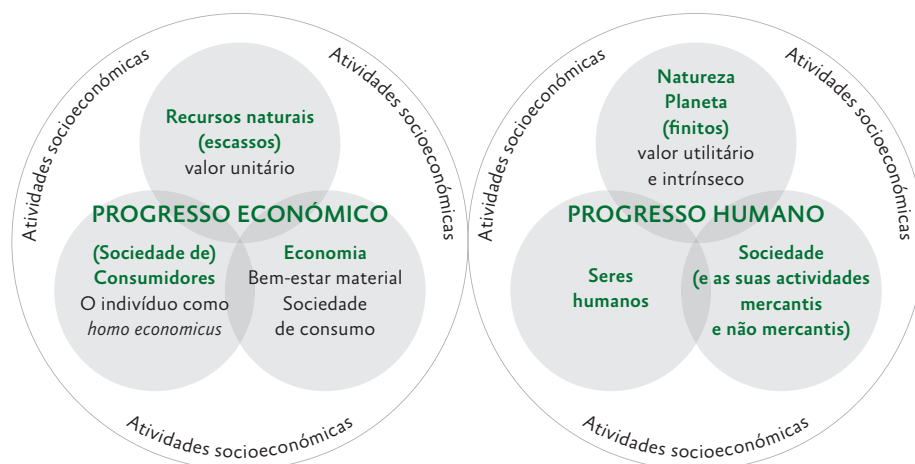
à economia de mercado – inspirada por Karl Polanyi (2001 [1944]) – e incorporando elementos mais recentes de questionamento da própria condição do ser humano. O conceito de *homo economicus* torna-se, assim, objeto de crítica e de investigação renovada (Bartolini, 2010; Bina e Vaz, 2011; Ingebrigtsen e Jakobsen, 2009).

Neste paradigma, o progresso é medido, antes de mais, pelo bem-estar e pela felicidade dos seres humanos. A lógica de sustentabilidade económica assenta no princípio de que há limites para a exploração dos recursos disponíveis. O planeta é um bem finito, pelo que a ênfase de um futuro modelo de desenvolvimento económico deve ser colocada nos limites dos recursos disponíveis e não apenas na gestão da sua escassez. Em concordância, a origem das crises é entendida como um problema associado aos fins que orientam a produção económica e não ao mero fracasso dos meios a que se recorre. A economia do bem-estar considera os limites finitos do planeta quanto aos recursos e defende a necessidade de uma profunda alteração, tendo por base a revisão tanto dos fins prosseguidos como da lógica atualmente prevalecente de progresso económico.

Em suma, enquanto a perspectiva da economia do crescimento verde concentra os seus esforços na revitalização do paradigma de progresso económico atualmente prevalecente através da reanimação dos mercados, do aumento de eficiência e do recurso inteligente à tecnologia, a visão aqui designada por economia do bem-estar defende a mudança radical do paradigma atualmente predominante, concetualizando a atividade económica a partir do ideal de progresso humano, e não o inverso (Bina, 2013a). A autora vai mais longe ao propôr uma ilustração gráfica desta dicotomia discursiva, expressa de acordo com os três pilares tradicionais do modelo do desenvolvimento sustentável: ambiente, sociedade e economia (figura 2.3) (Bina, 2013b).

Recordando as categorias-tipo da figura 2.1 e as classificações baseadas na obra de Dryzek (2005), as perspectivas da economia do crescimento verde e da economia do bem-estar têm em comum o facto de ambas corresponderem a alternativas imaginativas em relação ao modelo económico hoje dominante. Ao mesmo tempo, contudo, opõem-se no que diz respeito à natureza da mudança que visam promover: se a economia do crescimento verde é tendencialmente reformista, a economia do bem-estar é, de acordo com a matriz de raciocínio de Dryzek, bem mais radical.

Figura 2.3 Dicotomia discursiva – agendas de transição



Fonte: Bina (2013b)

É nesta dicotomia que residem as duas principais alternativas que polarizam as agendas de transição de referência para um desenvolvimento económico mais sustentável. É também esta dicotomia que melhor ilustra o *statu quo* da discussão sobre as três dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económica e ambiental) (figura 2.3). Se, por um lado, o comportamento da generalidade dos decisores políticos nos leva a antecipar a prevalência da natureza reformista da perspectiva da economia do crescimento verde até ao ponto de esta se tornar dominante (ainda que numa versão prosaica, no sentido atribuído por Dryzek, 2005), por outro lado sobem de tom, no âmbito político, os argumentos a favor de uma “grande transformação” (IISD, 2012). Como refere um responsável ministerial, «não basta mexer nas mudanças do carro, é também essencial mudar de faixa de rodagem» (OECD, 2012: 4).

Capítulo 3

Inquérito à População, aos Empresários e aos Autarcas

3.1 Introdução

A identificação de dois discursos principais de mudança, alternativos ao modelo de desenvolvimento económico atualmente prevalecente mas divergentes entre si, oferece um quadro concetual útil para analisar as opções relativas a diferentes cenários de evolução da economia. Tendo como objetivo aferir empiricamente o grau de adesão dos portugueses a distintas visões sobre a economia do futuro, foi desenvolvido um inquérito por questionário a aplicar a três universos: População, Empresários e Autarcas. No presente capítulo expomos o processo de construção desse questionário e os critérios que presidiram à sua aplicação.

Na secção 3.2 justificamos a estrutura e os conteúdos do questionário, explicitando o modo como as agendas de transição identificadas no capítulo 2, a dimensão dos valores sociais da População e as estratégias de mudança para a sustentabilidade têm tradução na formulação das questões colocadas. Estas três componentes permitem compreender a organização final do questionário.

Na secção 3.3 identificamos as principais opções metodológicas subjacentes à aplicação do inquérito por questionário.

3.2 Conteúdo do questionário

3.2.1 Componente “agendas de transição”

A distinção entre fins e meios (O’Neill, 2012) é um fator essencial para a identificação de diferentes agendas de transição (capítulo 2 e anexo 2). De facto, é a importância atribuída aos fins e aos meios, bem como às noções de persistência e de mudança de paradigma que ajuda a distinguir as propostas constantes dos documentos listados (ver capítulo 2, quadros 2.1 e 2.2). Neste sentido, os aspetos relativos às agendas de transição foram estruturados em três partes (quadro 3.1):

- i) Fins últimos:** que sociedade queremos?;
- ii) Fins intermédios:** que economia queremos?;
- iii) Domínios de análise da mudança e suas principais dimensões.**

O anexo 2 inclui, sob a forma de fichas individuais, a informação resultante do preenchimento dos aspetos referidos no quadro 3.1 para cada um dos vinte documentos selecionados (ver capítulo 2). Estes documentos foram escolhidos de entre um total de 29 inicialmente analisados, com base em três critérios: i) representatividade dos dois discursos principais de mudança: economia do crescimento verde e economia do bem-estar; ii) diversidade geográfica; e iii) diversidade de entidades responsáveis pelos documentos.

Quadro 3.1 Agendas de transição: operacionalização (ver também anexo 2)

Finalidades da economia	1 Fins últimos (que sociedade queremos?) 2 Fins intermédios (que economia queremos?)
Domínios de análise da mudança	1 Ambiente e Economia 2 Ciência e Economia 3 Estado e Economia 4 Mercado e Economia 5 Modelo territorial e Economia 6 Sociedade e Economia 7 Modelo empresarial e Economia Para cada um destes domínios foram consideradas as seguintes dimensões: a) Características do novo modelo económico proposto b) Instrumentos c) Atores

Efetuada a análise dos documentos à luz das duas agendas de transição consideradas, foi possível resumir os temas centrais e os objetivos subjacentes à mudança da perspetiva *business-as-usual* para as perspetivas da economia do crescimento verde (*greening*) ou da economia do bem-estar (*all-change*) (ver capítulo 2, figura 2.1). O quadro 3.2 sintetiza esses temas e objetivos, indicando exemplos de propostas de mudança.

Quadro 3.2 Exemplos de propostas para promover a mudança a favor de uma nova economia do futuro

Temas e objetivos principais	Exemplos de propostas
Valores sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Papel e objetivos dos governos, da sociedade e da economia
Reequilíbrio entre atividades mercantis e não mercantis	<ul style="list-style-type: none"> • Redução geral da atividade económica • Redução do consumo de recursos • Mudança da noção de consumidores para a de utilizadores • Mudança de foco da quantidade para a qualidade • Ciência e tecnologia
Redistribuição	<ul style="list-style-type: none"> • Rendimentos • Bens • Tempo • Carbono / recursos
Setor dos bens de uso comum	<ul style="list-style-type: none"> • Incremento dos bens comuns, naturais e antrópicos • Maior incidência na gestão eficiente • Maior incidência na gestão sustentável
Subsidiariedade (económica e territorial)	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço do poder dos governos locais • Localismo (especialmente no setor alimentar) • Autossuficiência (resiliência), redução das interdependências quanto ao comércio de bens e produtos • Economia informacional em rede (ciência e tecnologia)
Temas e objetivos principais	Exemplos de propostas
Aumentar o positivo, reduzir o negativo (externalidades e fiscalidade)	<ul style="list-style-type: none"> • Incremento das externalidades positivas • Redução das externalidades negativas • Sistemas inteligentes de fiscalidade • Reforma ecológica dos sistemas de fiscalidade
Requalificação	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento das oportunidades locais (coesão) • Ciência e tecnologia
Resiliência e bem-estar	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidades locais (economia relacional) • Tempo <i>versus</i> rendimento
Novos fóruns deliberativos	<ul style="list-style-type: none"> • Debate / discussão democrática • Participação ativa dos cidadãos • Esfera pública organizada em rede • Ciência e tecnologia

3.2.2 Componente “valores sociais”

A par da componente “agendas de transição”, a mais importante para a definição dos conteúdos do questionário, procurámos aferir a relação existente entre o grau de adesão a essas agendas e a identificação com determinados valores sociais.

Em traços gerais, a investigação sobre valores assenta no pressuposto de que estes representam motivações básicas ou princípios fundamentais que orientam vários aspetos da vida das pessoas. Desta forma, a análise dos valores permite estudar diferenças individuais entre as atitudes que os indivíduos assumem nas suas opções de vida, a relação que mantêm com os outros ou o papel que consideram ter na sociedade, entre muitos outros aspetos.

Contudo, outro pressuposto que orienta a investigação no domínio dos valores sociais é a ideia de que a importância que uma sociedade em geral confere aos valores também reflete os princípios fundamentais que orientam essa sociedade, o que permite o estudo dos valores partilhados em diferentes países e culturas. Isto é, além de os valores serem crenças duradouras que guiam a vida das pessoas, são também princípios-guia de uma sociedade. Esta perspetiva orientou os trabalhos de Ronald Inglehart, o qual, em 1977, sugeriu que estava a ter lugar uma «revolução silenciosa» nas sociedades industriais avançadas, simultaneamente visível através da transformação do leque de prioridades valorativas dessas sociedades e resultante das mudanças que se observavam na socialização das gerações mais recentes.

No caso particular da Europa, o argumento de Inglehart (1977) baseia-se na hipótese de que as gerações que cresceram em países destruídos pela guerra e cujas vidas se desenrolaram em cenários marcados pela escassez dariam prioridade aos valores que promovem a garantia da sobrevivência individual e social. Em contrapartida, as gerações que nasceram em sociedades já recompostas, nas quais a sobrevivência deixou de ser a prioridade suprema, desenvolveram um conjunto de valores orientados para a necessidade de pertença e para a satisfação de necessidades intelectuais e estéticas.

É neste contexto de desenvolvimento das sociedades industriais que surge a distinção entre valores materialistas e pós-materialistas. Esta tipologia cria uma organização hierárquica de objetivos sociais de acordo com um modelo em cuja base se encontram as prioridades valorativas centradas na satisfação de necessidades básicas e no crescimento económico e na coesão social e, no topo, as preocupações intelectuais e estéticas, a procura de qualidade de vida e o interesse pela participação nos processos de tomada de decisão, quer em contexto laboral quer no âmbito do sistema político.

Quando os países ultrapassam a carência económica, as preocupações com a segurança, com a ordem e com o crescimento económico vão dando lugar à valorização da autorrealização, da participação cívica e da proteção do ambiente. Assim, e de acordo com o modelo de Inglehart (1977), dar prioridade ao primeiro tipo de preocupações corresponde à adesão aos valores materialistas, enquanto atribuir maior importância ao segundo tipo corresponde à identificação com os valores pós-materialistas. Vários estudos, desenvolvidos

não só por Inglehart mas também por outros autores (*e. g.* Welzel e Inglehart, 2005; Frazen e Meyer, 2010), fornecem evidência empírica suficiente para validar este modelo.

Ao contrário das atitudes – que correspondem a avaliações sobre objetos ou situações específicas e que podem, como tal, mudar rapidamente – os valores são, por definição, motivações transversais, ou seja, não dependentes de objetos ou de situações específicas. Um elemento que caracteriza tanto os valores individuais (por exemplo, a identificação com o princípio da meritocracia) como os valores sociais (por exemplo, a consideração de que a sociedade em que vivemos deve garantir a liberdade de expressão) é a sua estabilidade. Os valores não são imutáveis, mas precisam de tempo para mudar e para que essa mudança possa ser identificada. A transição de uma orientação maioritariamente materialista para uma orientação pós-materialista não é, assim, um processo imediato. Aliás, quer em Portugal quer nos restantes países europeus, o perfil maioritário caracteriza-se por integrar valores materialistas e pós-materialistas. Por outras palavras, não há qualquer país que seja maioritariamente pós-materialista. Contudo, é possível admitir que o contexto de crise que se tem vindo a viver nos últimos cinco anos pode ter influenciado as orientações valorativas dos portugueses e, conseqüentemente, as opções económicas e sociais que estes consideram prioritárias para o país.

Para medir valores materialistas (M) e pós-materialistas (PM) foram incluídos no questionário à População oito do total de doze indicadores que compõem o instrumento de medida de valores desenvolvido por Inglehart (1977). Perante dois conjuntos de quatro objetivos nacionais, foi pedido aos inquiridos que selecionassem a opção que consideravam ser a principal prioridade para o país e, seguidamente, a segunda prioridade (quadro 3.3).

O primeiro conjunto reúne os seguintes indicadores: “manter a ordem no país” (M), “dar aos cidadãos maior capacidade de participação nas decisões do governo” (PM), “combater o aumento dos preços” (M) e “defender a liberdade de expressão” (PM).

O segundo grupo é composto pelos seguintes indicadores: “manter um elevado nível de crescimento económico” (M), “garantir forças armadas fortes para defesa do país” (M), “procurar que as pessoas tenham mais participação no modo como são conduzidas as empresas e as autarquias” (PM) e “tornar as nossas cidades e o nosso campo bonitos” (PM).

Quadro 3.3 Indicadores relativos aos valores sociais (inquérito à População)

Pergunta	Indicadores utilizados	
Da seguinte lista de objetivos nacionais, qual deveria ser a primeira prioridade do país, isto é, a coisa mais importante a fazer? E qual deveria ser a segunda prioridade do nosso país?	Primeiro conjunto	Manter a ordem no país
		Dar aos cidadãos maior capacidade de participação nas decisões do governo
		Combater o aumento dos preços
		Defender a liberdade de expressão
	Segundo conjunto	Manter um elevado nível de crescimento económico
		Garantir forças armadas fortes para defesa do país
		Procurar que as pessoas tenham mais participação no modo como são conduzidas as empresas e as autarquias
	Tornar as nossas cidades e o nosso campo bonitos	

3.2.3 Componente “estratégias de mudança para a sustentabilidade”

A terceira componente do questionário refere-se às estratégias de mudança a favor de um desenvolvimento económico mais sustentável.

As transições são processos de mudança, contínuos e graduais, de aspetos estruturais de uma sociedade ou de um subsistema da sociedade. Correspondem a um conjunto de mudanças interligadas que se reforçam mutuamente mas que têm lugar a diferentes níveis e em distintos domínios (Rotmans *et al.*, 2001:16): tecnologia, economia, instituições, comportamentos, práticas, cultura, ecologia, sistema de valores, entre outros. Estes processos de mudança não são uniformes nem determinísticos e caracterizam-se por grandes diferenças no que diz respeito à sua escala e ao intervalo temporal durante o qual ocorrem.

A questão principal que se coloca neste contexto é, então, como desencadear e gerir estas transições.

Para responder a esta questão importa, em primeiro lugar, compreender os processos e os motivos através dos quais as dinâmicas insustentáveis de desenvolvimento socioeconómico evoluíram. Posteriormente, e a partir da análise destes processos, podemos delinear estratégias de transição para a sustentabilidade e formular as políticas públicas necessárias para a sua concretização (Lawhon e Murphy, 2012).

O objetivo fundamental das teorias da gestão das transições para a sustentabilidade é, portanto, a criação de estratégias eficazes de governança das relações sociedade-ambiente tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável ou, mais concretamente, de modos de produção e de consumo mais sustentáveis (Markard *et al.*, 2012). Aos governos cabe um papel importante no que se refere ao ritmo, à escala, à direção e à concretização das transições para a sustentabilidade (Shove e Walker, 2007).

O debate sobre as estratégias de transição para a sustentabilidade tem ganho uma relevância crescente (por exemplo, NEF, 2009; OECD, 2011; etc.).

Os documentos referidos ilustram a perspetiva, que tem vindo a acentuar-se na última década, que advoga o papel das políticas públicas de longo prazo como instrumento fundamental para atingir a mudança de comportamentos sociais (Voß *et al.*, 2009). Os mesmos documentos têm atribuído uma atenção crescente à reestruturação de sistemas sociais-chave, como a educação ou a saúde, decorrendo daí diversas propostas alternativas de desenvolvimento socioeconómico que se distanciam do que é comumente referido como trajetórias *business as usual*.

Alguns autores consideram que as transições para a sustentabilidade devem incluir não só visões prospetivas de longo prazo, mas também processos experimentais de aprendizagem de curto prazo (Voß *et al.*, 2009), numa lógica de governança reflexiva e de aprendizagem contínua. Esta visão contrasta com a cultura hiper-reguladora e com a abordagem determinística de desenvolvimento socioeconómico hoje preponderantes nas políticas públicas prevalentes nas economias ocidentais (Meadowcroft, 1999).

As teorias sobre a gestão das agendas de transição para a sustentabilidade (Voß *et al.*, 2009) visam, acima de tudo, promover e viabilizar a mudança social a longo prazo, e não planeá-la e controlá-la. Contudo, esta visão choca com práticas tecnocráticas e culturas institucionais fortemente enraizadas nas organizações, nomeadamente públicas, que não raro bloqueiam o desenvolvimento de soluções de governança inovadoras.

Os indicadores sobre estratégias de mudança para a sustentabilidade encontram-se exclusivamente no questionário aos Empresários e aos Autarcas (figura 3.1), através de algumas perguntas sobre atores, instrumentos e opções de gestão para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal (anexo 1). Estas questões visam caracterizar diferentes soluções de governança da transição para novos modelos de desenvolvimento socioeconómico (quadro 3.4).

Quadro 3.4 Indicadores relativos às estratégias de mudança para a sustentabilidade (inquérito a Empresários e a Autarcas)

Dimensões	Perguntas do questionário aplicado a Empresários e a Autarcas
Atores	<p>21. Dos seguintes tipos de entidades, qual considera ser o mais importante para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal?</p> <p>24. Dos seguintes tipos de cooperação, qual considera ser o mais importante para estimular um desenvolvimento mais sustentável em Portugal?</p>
Instrumentos	<p>27. E dos seguintes instrumentos de regulação económica, qual considera ser o mais importante para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal?</p>
Opções de gestão	<p>31. Das seguintes opções de gestão empresarial, qual considera ser a mais importante para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal?</p> <p>33. E das seguintes opções de gestão autárquica, qual considera ser a mais importante para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal?</p>

O valor acrescentado da reflexão sobre as estratégias de mudança e as teorias sobre a gestão de agendas de transição para a sustentabilidade prende-se com a elaboração de recomendações quanto às políticas públicas, tendo em vista a emergência de modelos de desenvolvimento socioeconómico mais sustentáveis.

3.2.4 Organização do questionário

A comparação das respostas da População, dos Empresários e dos Autarcas constitui o elemento central da metodologia adotada. Neste sentido, foi administrado aos três universos um questionário com vários módulos comuns no que respeita às variáveis de avaliação da adesão à mudança a favor de um desenvolvimento económico mais sustentável. A estruturação dessas variáveis no inquérito baseou-se nas orientações identificadas nos documentos analisados (capítulo 2), que permitiram definir as agendas de transição de referência. As variáveis de caracterização de cada um dos universos inquiridos foram adequadas às especificidades desses universos. Na caixa 3.1 são apresentadas as variáveis e as dimensões de análise consideradas, assim como os aspetos comuns e distintivos dos três questionários.

Caixa 3.1 O questionário: variáveis utilizadas

1. Indicadores de avaliação de adesão

à mudança: excetuando as questões relativas aos principais agentes e instrumentos de mudança, que pela sua especificidade foram aplicadas apenas a Empresários e a Autarcas, todas as dimensões consideradas são comuns aos questionários dos três universos. Foram consideradas as seguintes dimensões:

- i) Finalidades da economia: qual deve ser o principal objetivo da economia?
- ii) Intensidade da mudança: a economia deve ou não mudar e, no primeiro caso, qual o grau de mudança considerado necessário?
- iii) Direção da mudança, diferenciando-se duas subdimensões:
 - As atitudes face ao que se perspetiva serem as características mais relevantes da economia no futuro, confrontando aspetos como a internacionalização da

economia, a distribuição igualitária da riqueza ou a proteção do ambiente e dos recursos naturais, com potenciais contrapartidas, como a subida de preços e de impostos ou a descida de salários;

- As atitudes sobre o que significa “viver bem” no futuro, avaliando o equilíbrio desejado entre dimensões como a remuneração salarial e o tempo livre ou o consumo e a poupança.
- iv) Prioridades por domínios: são avaliadas, neste âmbito, as opções consideradas prioritárias para diversos domínios de mudança:
 - Ambiente e Economia: condições inerentes à concessão de autorizações para a exploração de recursos naturais;
 - Ciência e Economia: importância atribuída à ciência na economia do futuro;

- Estado e Economia: principais papéis do Estado na economia;
 - Mercado e Economia: preponderância relativa conferida às organizações de solidariedade social, ao Estado, às PME e às grandes empresas no funcionamento dos mercados;
 - Sociedade e Economia: contributo que as pessoas devem dar para um desenvolvimento económico mais sustentável;
 - Território e Economia: importância relativa atribuída às cidades, à distribuição regionalmente igualitária do investimento, às atividades agrícolas e à melhoria das condições de acessibilidade rodoviária.
- v) Estratégias de gestão da mudança para a sustentabilidade (agentes e instrumentos de mudança): Incluem-se nesta dimensão as seguintes categorias:
- Principais tipos de entidades, formas de cooperação e instrumentos de regulação económica que favorecem um desenvolvimento económico mais sustentável;
 - Opções de gestão autárquica mais relevantes, complementando as questões anteriores sobre as prioridades relativas ao domínio Estado e Economia no que se refere ao papel das autarquias e dos contextos locais;

- Opções de gestão empresarial mais relevantes, introduzindo as opiniões de Empresários e de Autarcas sobre a relação entre o modelo empresarial e a economia.

2. Variáveis de caracterização:

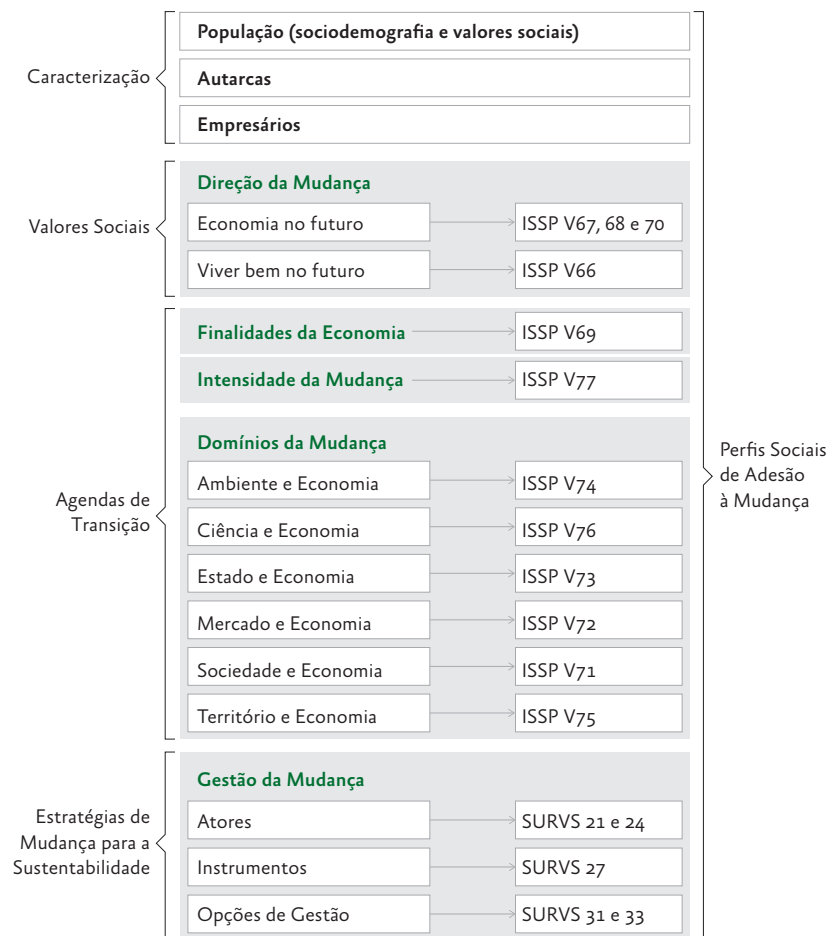
utilizadas para o controlo da qualidade da amostra e para a caracterização e explicação dos padrões qualitativos e quantitativos de adesão à mudança. Foram consideradas as seguintes especificidades para cada universo:

- i) População:** indicadores de caracterização sociodemográfica (sexo, idade, grau de escolaridade, rendimento individual e familiar, situação face à profissão, posicionamento político), territorial (região / NUTS II e dimensão do concelho de residência) e de valores (dimensão “cultura” na sua relação com o desenvolvimento económico, traduzindo a importância relativa atribuída a valores materialistas e pós-materialistas);
- ii) Empresários:** setor de atividade, dimensão da empresa (*i. e.*, número de pessoas ao serviço) e variáveis territoriais (região / NUTS II e dimensão do concelho da sede);
- iii) Autarcas:** partido político, região (NUTS II) e dimensão do concelho (número de habitantes).

As variáveis referentes às estratégias de gestão da mudança (*i. e.*, atores, instrumentos e opções de gestão da mudança) são exclusivas do questionário aplicado aos Autarcas e aos Empresários. Quanto aos indicadores representativos dos valores predominantes, as variáveis utilizadas, oriundas maioritariamente de outros módulos do questionário aplicado no contexto da rede de investigação International Social Survey Programme (ISSP), são utilizadas unicamente no inquérito à População (figura 3.1).

A seleção destas variáveis foi estabelecida tendo em vista a construção de grupos tipológicos de perfis sociais de adesão à mudança a favor de modelos de desenvolvimento económico mais sustentáveis. Assim, aos indicadores sobre valores sociais (V28, V29, V30, V90), presentes no ISSP, acrescentaram-se outros exclusivos deste estudo, referentes às atitudes dos respondentes face à possível direção da mudança, à ponderação entre salário e tempo livre, entre consumo e poupança, e entre rendimento e impostos, colocados numa ótica de potenciais custos da mudança. Saliente-se que apenas as variáveis exclusivas deste estudo foram integradas no inquérito aos Autarcas e aos Empresários.

Figura 3.1 Construção do questionário do inquérito à População, aos Empresários e aos Autarcas



3.3 Operacionalização do inquérito

Após a caracterização dos conteúdos essenciais do questionário, apresentamos as principais opções metodológicas relacionadas com a aplicação do inquérito aos três universos estudados no que se refere: i) ao processo de constituição inicial das amostras; ii) à operacionalização empírica das técnicas de amostragem e de inquirição; e iii) à caracterização das amostras finais no que respeita às variáveis referentes às características individuais e socioestruturais, em relação às quais é possível confrontar os valores obtidos com dados oficiais (do Instituto Nacional de Estatística, INE) sobre os universos de análise considerados.

3.3.1 Amostragem e recolha de dados

As características particulares de cada um dos três universos, incluindo a sua dimensão, obrigaram à adoção de métodos distintos de amostragem e de recolha dos dados.

No caso da População, a obtenção de informação foi efetuada através da administração presencial de um questionário estruturado, aplicado como um módulo temático de um inquérito mais vasto, realizado no contexto do ISSP. Desta circunstância deriva a definição do universo População como o conjunto dos indivíduos com 18 ou mais anos residentes em Portugal continental.

De forma a assegurar a possibilidade de realização de inferências estatísticas a partir da amostra constituída, a seleção das unidades de amostragem e dos inquiridos baseou-se na aplicação de um método de amostragem probabilístico e aleatório. As especificidades da sua operacionalização estão sintetizadas na caixa 3.2. O trabalho de campo decorreu entre novembro de 2012 e março de 2013, tendo sido coordenado pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica (CESOP) e supervisionado por membros da equipa deste estudo.

Caixa 3.2 Método de amostragem e seleção dos inquiridos do universo População

Passo 1: seleção dos domicílios a inquirir

O domicílio foi definido como a unidade de amostragem. Foi selecionada, num primeiro momento, a amostra das localidades de Portugal continental nas quais seriam realizados os inquéritos. Essa escolha ocorreu de forma proporcional e aleatória, tendo resultado na definição de 101 localidades.

Foram selecionados, para cada localidade, um ou vários pontos de amostragem (até um máximo de três, dependendo da população residente na localidade), também escolhidos de forma aleatória, constituídos enquanto nós de início de uma rota de recolha de dados e de realização de entrevistas.

A definição das rotas baseou-se na aplicação homogénea de um passo

sistemático na seleção dos lares. Foi aplicada uma contagem, variável entre localidades em função da sua dimensão populacional, de tal modo que, em cada localidade, fosse escolhido um por cada cinco a vinte agregados. Este método permitiu atribuir a cada domicílio igual probabilidade de ser selecionado.

Passo 2: seleção dos inquiridos

Selecionados os domicílios importava proceder à escolha dos entrevistados dentro de cada agregado familiar. Utilizou-se a denominada “regra do último aniversariante”, que determina que o inquirido seja, de entre os constituintes do agregado

considerados elegíveis, aquele cujo aniversário fosse o mais recente à data do primeiro contacto.

Passo 3: controlo de qualidade

Além do acompanhamento direto de cada entrevistador, foi efetuada a verificação telefónica e presencial da correção dos procedimentos anteriores (cumprimento da rota, seleção dos domicílios e dos inquiridos, verificação das respostas e das recusas). As entrevistas a verificar foram selecionadas de modo a que todas as regiões e todos os entrevistadores fossem considerados.

Contrariamente ao procedimento utilizado em relação ao universo População, a recolha dos dados referentes a Empresários e a Autarcas foi efetuada através da aplicação de um questionário estruturado via Internet, utilizando a plataforma *online* Survs. A aplicação dos inquéritos a estes dois grupos profissionais durou cerca de três meses, decorrendo entre março e maio de 2013.

No que respeita aos Empresários, a amostra foi constituída a partir da base de dados de empresas do INE. Os dados mais recentes disponíveis reportavam a 2010. Foram consideradas as empresas com dez ou mais trabalhadores ao serviço e com sede em Portugal continental, o que totalizou cerca de 45 mil empresas. Foram contactadas, numa primeira fase, 9804 empresas, correspondentes àquelas cujo endereço eletrónico estava disponível na referida base de dados.

A baixa taxa de resposta obtida determinou que, cerca de um mês após o lançamento do primeiro inquérito, fossem extraídos manualmente, e de forma aleatória, 1196 endereços de *e-mail* adicionais, elevando para 11 mil o total de empresas contactadas por esta via.

Com o objetivo de diminuir desvios de amostragem decorrentes da aplicação inicial do inquérito e aumentar a taxa de resposta (reduzindo, desta forma, a taxa de recusa), foram realizadas entrevistas telefónicas a partir do final do segundo mês de inquirição. Os destinatários dos contactos telefónicos foram selecionados de forma aleatória de entre as empresas já contactadas e pertencentes a segmentos da amostra que se encontravam sub-representados. Ainda assim, dos 577 inquéritos finais, 511 (cerca de 89%) foram efetuados *online*.

A amostra considerada para os Autarcas foi o universo dos 278 municípios de Portugal continental. Foram contactados, através do seu endereço eletrónico, os gabinetes da presidência dessas autarquias. Embora o inquérito fosse

dirigido primariamente aos presidentes de câmara municipal, possibilitou-se que, em alternativa, este pudesse ser respondido pelos vereadores responsáveis pelo pelouro da economia.

O quadro 3.5 apresenta a síntese dos resultados do processo de inquirição dos três universos, mostrando as dimensões finais das amostras correspondentes e, ainda, as respetivas margens de erro e taxas de resposta.

Quadro 3.5 Síntese dos resultados do processo de inquirição aos três universos

	População	Empresários	Autarcas
Universo	8 251 086	44 662	278
Amostra bruta	2056	11 000	278
Amostra efetiva	1022	577	82
Taxa de resposta	50%	5,3%	29,5%
Margem de erro*	3,0%	4,1%	9,1%

* Para um nível de confiança de 95%.

Fontes:

População – XV Recenseamento Geral da População (INE, 2012);

Empresários – Base de dados de empresas 2010 (INE, 2011);

Autarcas – Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

3.3.2 Caracterização das amostras finais dos três universos

Explicadas as opções metodológicas que presidiram à definição das amostras, à operacionalização empírica das técnicas de amostragem e de inquirição e à construção do questionário, importa proceder à apresentação das amostras finais, com destaque para as variáveis sociodemográficas, em relação às quais os valores obtidos podem ser confrontados com os dados oficiais referentes aos universos de análise considerados. Torna-se, assim, possível atestar a qualidade das amostras e identificar desvios decorrentes da aplicação dos respetivos processos de amostragem. As variáveis que dizem respeito aos valores sociais serão alvo de apresentação e de tratamento específicos, no capítulo 4.

O quadro 3.6 apresenta as características da amostra referente ao universo População, no que diz respeito às variáveis sexo, idade, grau de escolaridade e região de residência, comparando-as com os dados dos Censos 2011 (INE, 2012). A sua análise permite identificar a existência de pequenos desvios entre a distribuição obtida e os valores dos Censos 2011. É de realçar a sobre-representação de respondentes do sexo feminino e de indivíduos idosos, estes últimos em detrimento do segmento com idade inferior a 25 anos. No que se refere ao grau de escolaridade, existe uma sobreconcentração de respondentes com a frequência do 2.º ou do 3.º graus do ensino básico na amostra. A correção destes pequenos desvios obrigou ao uso de ponderadores para as variáveis mencionadas. Observa-se que a amostra se encontra em equilíbrio com os dados dos Censos 2011 em relação à distribuição territorial da população por NUTS II.

Quadro 3.6 População: comparação da amostra com o respetivo universo de análise

Indicadores	Amostra		Universo		
	N.º	%	N.º	%	
Sexo	Masculino	427	41,78	3 879 820	47,02
	Feminino	595	58,22	4 371 266	52,98
	Total	1022	100,00	8 251 086	100,00
Idade	De 18 a 24 anos	61	5,96	767 078	9,30
	De 25 a 64 anos	692	67,71	5 546 220	67,22
	65 ou + anos	266	26,03	1 937 788	23,48
	Total	1022	100,00	8 251 086	100,00
Grau de escolaridade	< 1.º ciclo EB	60	5,87	626 141	7,59
	1.º ciclo EB	308	30,14	2 560 612	31,03
	2.º / 3.º ciclo EB	287	28,08	2 000 051	24,24
	Ens. Secundário	188	18,40	1 535 205	18,61
	Ens. Terciário	179	17,51	1 529 077	18,53
	Total	1022	100,00	8 251 086	100,00
Região (NUTS II)	Norte	383	37,47	3 007 823	36,45
	Centro	232	22,70	1 938 815	23,50
	Lisboa	278	27,20	2 300 053	27,88
	Alentejo	78	7,64	633 691	7,68
	Algarve	51	4,99	370 704	4,49
	Total	1022	100,00	8 251 086	100,00

Fontes:

Amostra – Levantamento próprio (trabalho de campo no âmbito do ISSP, 2012-13)

Universo – XV Recenseamento Geral da População (INE, 2012)

Os quadros 3.7 e 3.8 permitem um exercício analítico semelhante ao anterior para os grupos Empresários e Autarcas, respetivamente.

O quadro 3.7 evidencia que a amostra se encontra em equilíbrio com o universo dos Empresários no que respeita ao setor de atividade económica. No tocante aos escalões de dimensão, existe uma sobrerrepresentação das médias e das grandes empresas (com mais de 50 trabalhadores), em detrimento, sobretudo, das que têm menos de 20 trabalhadores ao serviço. A frequência mais elevada de empresas de maior dimensão na amostra foi uma opção metodológica que se justifica pela sua maior capacidade potencial de influenciar a alteração dos modelos de desenvolvimento económico. Adicionalmente, e face à estrutura dimensional do tecido empresarial nacional, a serem mantidas as respetivas proporções entre a amostra e o universo, a presença destas empresas (em especial de 250 ou mais trabalhadores) teria de ser residual, com óbvio prejuízo para a análise. Territorialmente, as empresas da região Norte encontram-se subrepresentadas, sobretudo a favor das que têm sede no Centro e no Alentejo.

Quadro 3.7 Empresários: comparação da amostra com o respetivo universo de análise

Indicadores	Amostra		Universo		
	N.º	%	N.º	%	
Escalaõ de número de pessoas ao serviço	Entre 10 e 19	224	38,82	25 046	56,08
	Entre 20 e 49	175	30,33	13 222	29,60
	Entre 50 e 249	130	22,53	5533	12,39
	250 ou mais	48	8,32	861	1,93
	Total	577	100,00	44 662	100,00
Setor de atividade económica*	Produção	183	31,72	13 954	31,24
	Construção	101	17,50	7917	17,73
	Comércio e afins	174	30,16	13 366	29,93
	Outros serviços	119	20,62	9425	21,10
	Total	577	100,00	44 662	100,00
Região (NUTS II)	Norte	178	30,84	17 827	39,92
	Centro	154	26,69	9505	21,28
	Lisboa	169	29,29	13 002	29,11
	Alentejo	47	8,15	2352	5,27
	Algarve	29	5,02	1976	4,42
	Total	577	100,00	44 662	100,00

*Descodificação da classificação em setores de atividade económica usada (inspirada em CAE; rev. 3.1):

a) Produção: inclui as classes A: «Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca»; B: «Indústrias extrativas»; e C: «Indústrias transformadoras»;

b) Construção: classe F: «Construção»;

c) Comércio e afins: inclui as classes G: «Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos» e I: «Alojamento, restauração e similares»;

d) Outros serviços: atividades terciárias não incluídas nas classes anteriores.

Fontes:

Amostra – Levantamento próprio (trabalho de campo realizado em 2013)

Universo – Base de dados de empresas 2010 (INE, 2011)

A amostra dos Autarcas (quadro 3.8) encontra-se em equilíbrio com o universo considerado no que respeita às variáveis “partido político” e “dimensão populacional do concelho”, o que valida a realização de extrapolações estatísticas em relação a esse universo, apesar do menor número global de respondentes e das maiores margens de erro associadas em relação aos outros dois universos estudados. O mesmo não se verifica do ponto de vista territorial, ocorrendo uma sobre-representação de autarquias da região Norte em prejuízo dos municípios das NUTS II, Centro e Alentejo.

Quadro 3.8 Autarcas: comparação da amostra com o respetivo universo de análise

Indicadores	Amostra		Universo		
	N.º	%	N.º	%	
Partido político*	PSD / CDS-PP	37	45,12	124	44,60
	PS	36	43,90	122	43,88
	PCP-PEV / BE	9	10,98	32	11,50
	Total	82	100,00	278	100,00
Dimensão populacional do concelho	Menos de 5000	8	9,77	29	10,40
	De 5000 a 19 999	37	45,12	130	46,80
	De 20 000 a 99 999	28	34,15	96	34,50
	100 000 ou mais	9	10,98	23	8,30
	Total	82	100,00	278	100,00
Região (NUTS II)	Norte	34	41,46	86	30,93
	Centro	26	31,70	100	35,98
	Lisboa	5	6,10	18	6,47
	Alentejo	12	14,64	58	20,87
	Algarve	5	6,10	16	5,76
Total	82	100,00	278	100,00	

* Os autarcas com uma candidatura não partidária (grupos de cidadãos / independentes) foram classificados de acordo com o seu posicionamento ou filiação política em anteriores eleições.

Fontes:

Amostra – Levantamento próprio (trabalho de campo realizado em 2013)

Universo – Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP); eleições autárquicas de 2009

Capítulo 4

Valores sociais e atitudes da População face à economia do futuro

4.1 Introdução

Existirá alguma relação entre os valores sociais e as atitudes que os inquiridos expressam sobre a economia do futuro? Este capítulo tem como objetivo esclarecer esta questão a partir do modelo teórico de Inglehart (1977) apresentado anteriormente (capítulo 3). Encontra-se organizado em três partes.

Na primeira parte apresentam-se as principais tendências observadas nas últimas duas décadas no que se refere à forma como os portugueses aderem a valores materialistas e pós-materialistas e à importância que atribuem a cada um deles.

A segunda parte é dedicada à análise dos resultados do inquérito à População à luz destes valores e visa responder a duas questões:

- i) Em que medida a estrutura teórica dos valores materialistas e pós-materialistas proposta por Inglehart é reproduzida empiricamente nos resultados do inquérito realizado?
- ii) Até que ponto situações de maior vulnerabilidade económica e social estão associadas a uma maior adesão aos valores materialistas?

Finalmente, na terceira parte, procuramos responder à questão central deste capítulo:

- iii) Estarão as opções relativas à economia do futuro e as atitudes face a um desenvolvimento económico mais sustentável relacionadas com o tipo de valores a que as pessoas aderem?

4.2 Os efeitos de contexto na formação de prioridades valorativas

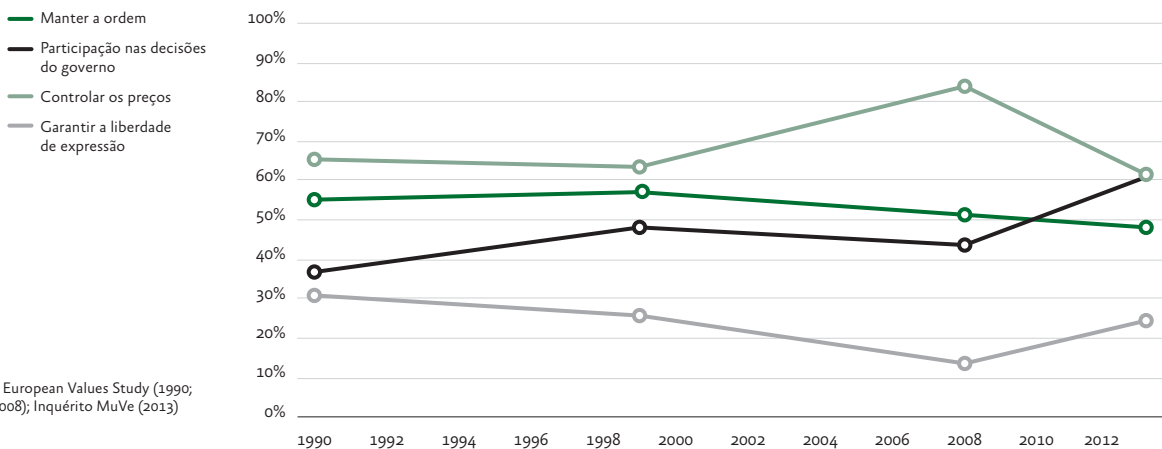
As particularidades do contexto de crise que se vive atualmente em Portugal e que se reflete nos diversos cenários do quotidiano dos portugueses convidam a uma análise da evolução dos valores que reflita o período pré-crise e o confronto com o momento atual. Como referimos anteriormente, os valores,

sejam culturais ou individuais, são estáveis, levam tempo a sedimentar e precisam, por isso, de tempo para se transformarem. Isto não quer dizer que os valores são imunes aos contextos. Enquanto avaliações do que é bom ou mau, desejável ou indesejável, os valores estão necessariamente ancorados em contextos individuais, económicos e sociais, e adaptam-se às mudanças e às transformações que neles ocorrem.

Dados do European Values Study (EVS) permitem ver como evoluiu a hierarquização e a saliência dos valores em Portugal nas últimas duas décadas. Ao contrário do inquérito agora aplicado, no EVS estão disponíveis apenas quatro indicadores relativos ao que os inquiridos consideram prioritário para o país: dois indicadores de valores materialistas – manter a ordem e controlar os preços – e dois de valores pós-materialistas, nomeadamente a participação dos cidadãos nas decisões do governo e a garantia de liberdade de expressão.

A figura 4.1 mostra a evolução, nos últimos 20 anos, da hierarquização dos valores em Portugal. Até 2010 a ordem das prioridades manteve-se constante, sendo os dois objetivos principais de cariz materialista (controlo dos preços e manutenção da ordem) seguidos dos dois valores pós-materialistas (participação nas decisões do governo e liberdade de expressão). Contudo, houve mudanças quanto à saliência. Entre 1990 e 1999 os valores materialistas não sofreram alterações expressivas, o que já não acontece com os valores pós-materialistas: a preocupação com a participação dos cidadãos nas decisões do governo regista um aumento considerável, ao passo que a importância atribuída à liberdade de expressão sofre a tendência inversa.

Figura 4.1 Mudança da saliência dos valores ao longo de cerca de 20 anos em Portugal



Fontes: European Values Study (1990; 1999; 2008); Inquérito MuVe (2013)

As flutuações observadas entre 1990 e 2013 sugerem que o atual contexto de crise económica, que já se começava a sentir em 2008 (ano de realização do inquérito do EVS), poderá ter feito passar o valor mais próximo da garantia do bem-estar material como principal objetivo nacional (controlar os preços) de 63% de adesão em 1999 para 84% em 2008. Os resultados agora obtidos sugerem que cinco anos de crise podem ter provocado alterações não só quanto à saliência dos valores mas, inclusivamente, quanto à sua hierarquização. O controlo dos preços mantém-se em primeiro lugar, mas decresce substancialmente de importância, retomando uma adesão semelhante à de 1999. Por outro lado, a necessidade de manter a ordem mantém-se em torno dos 50% de adesão, enquanto a participação nas decisões do governo e a garantia de liberdade de expressão aumentam visivelmente a sua importância, a primeira mantendo a tendência crescente que vinha a registar e a segunda aproximando-se da posição que ocupava em 1999.

Tendo em conta apenas estes quatro indicadores, parece possível afirmar que, num contexto de crise económica com repercussões sociais muito sérias, os valores pós-materialistas se tornam mais salientes. Não dispomos de dados que nos permitam aprofundar esta leitura, mas podemos ensaiar uma interpretação sociológica à luz dos pressupostos teóricos do modelo de Inglehart. Tendo em conta o curto período de tempo em causa (2008-2013), a alteração de prioridades verificada não representa necessariamente uma mudança estrutural de valores sociais, podendo ser apenas um exemplo do efeito que contextos particulares exercem sobre o que as pessoas consideram ser prioritário para a sociedade. Neste sentido, o que os respondentes poderão estar a querer transmitir é que o momento de crise que se vive hoje exige, mais do que nunca, uma maior participação dos cidadãos quanto à tomada de decisão política e quanto à sua intervenção no debate público, o que explicaria também o aumento da importância atribuída à liberdade de expressão. Isto é particularmente interessante para o caso português, visto tratar-se de um dos países europeus em que se registam índices mais elevados de distância em relação ao poder e índices mais baixos de mobilização política e de associativismo, ou seja, uma menor participação cívica no geral.

A análise dos valores sociais associada às atitudes e às opiniões que as pessoas têm em relação ao que deverá ser o futuro da economia reveste-se de um interesse ainda maior se considerarmos o presente contexto de crise. Vivemos momentos de escassez e de insegurança, e a satisfação de necessidades básicas (emprego, habitação, alimentação, saúde) voltou a ser uma prioridade. Assim, a primeira pergunta que se coloca é sobre até que ponto os indivíduos em situações económicas ou sociais mais vulneráveis revelam maior adesão aos valores materialistas do que os restantes inquiridos.

Contudo, e ao contrário de há 40 anos, Portugal conta agora com uma população escolarizada, composta por gerações nascidas e socializadas na democracia e nos princípios da igualdade e da cidadania. Até que ponto esta combinação se reflete nas orientações axiológicas da população portuguesa, e em que medida estão essas orientações relacionadas com a forma como a economia do futuro é equacionada, são perguntas a que procuraremos responder.

4.3 Materialismo e pós-materialismo no Portugal de hoje

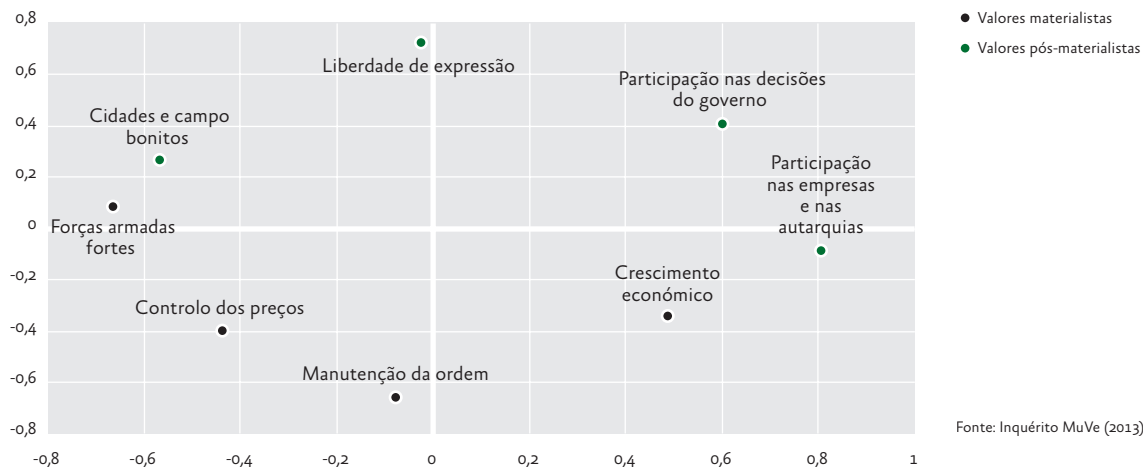
Conforme apresentado no capítulo 3, no questionário à População os valores sociais foram medidos através de oito dos indicadores do modelo de valores desenvolvido por Inglehart (1977). Aos inquiridos eram apresentados dois conjuntos de quatro objetivos nacionais, correspondentes a valores materialistas e pós-materialistas, sendo-lhes pedido primeiro que escolhessem de entre cada conjunto aquele que consideravam ser o mais importante para Portugal e, a seguir, o segundo mais importante.

Uma vez que a conjugação dos indicadores revelava uma matriz maioritariamente composta por indivíduos com características mistas, isto é, com orientações simultaneamente materialistas e pós-materialistas, decidimos analisar os valores separadamente e não enquanto elementos das duas dimensões de valores. Assim, para cada valor atribuímos o peso 2 se este tivesse sido escolhido como primeira prioridade, 1 se tivesse sido escolhido como segunda prioridade e 0 se não tivesse sido escolhido.

4.3.1 Como se organizam os valores?

Uma primeira análise dos oito valores sociais evidencia, antes de mais, um padrão organizativo compatível com o modelo teórico subjacente. A sua representação num plano bidimensional mostra como os valores se organizam coerentemente, não só em termos da oposição materialismo / pós-materialismo como também na proximidade entre valores da mesma dimensão (figura 4.2).

Figura 4.2 Representação gráfica dos valores materialistas e pós-materialistas (análise multidimensional)

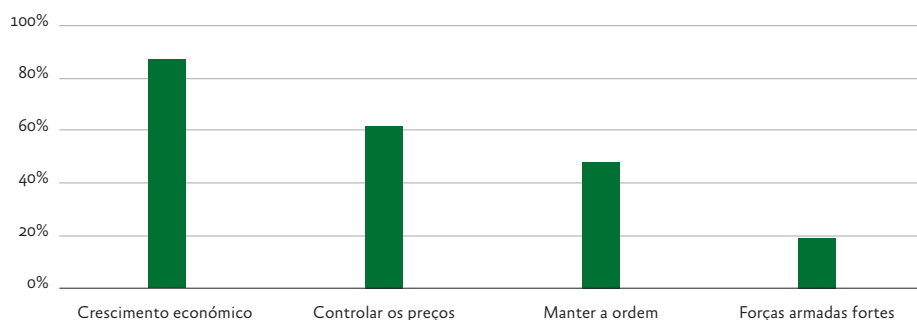


É contudo de realçar a proximidade, em dois casos, entre dois pares de valores materialistas e pós-materialistas: garantir forças armadas fortes e tornar as cidades e o campo bonitos; e manter um elevado nível de crescimento económico e promover a participação das pessoas nas empresas e nas autarquias. O primeiro par corresponde aos valores menos mencionados e o segundo aos valores mais referidos como prioritários para o país.

Além de verificar a forma como os valores sociais se organizam, é também importante perceber a sua hierarquização. A figura 4.3 mostra a percentagem de inquiridos que escolheram cada um dos valores sociais como primeira ou como segunda prioridade para o país. Do lado dos valores materialistas, as prioridades organizam-se da seguinte forma: primeiro a promoção de um elevado crescimento económico (assinalado por quase 87% dos inquiridos), seguido pela necessidade de controlar os preços (61%), pela manutenção da ordem (48%) e, por fim, pela existência de forças armadas fortes que garantam a segurança do país (19%). Note-se como o crescimento económico se mostra muito mais importante do que os restantes valores materialistas.

Se em 2008 o controlo dos preços reunia o consenso de 84% dos portugueses inquiridos, em 2013 esse apoio decresce para 61%, passando a ocupar globalmente a terceira posição (a segunda, se considerarmos apenas os valores materialistas) e dando lugar ao crescimento económico como principal prioridade para o país.

Figura 4.3 Hierarquização dos valores materialistas

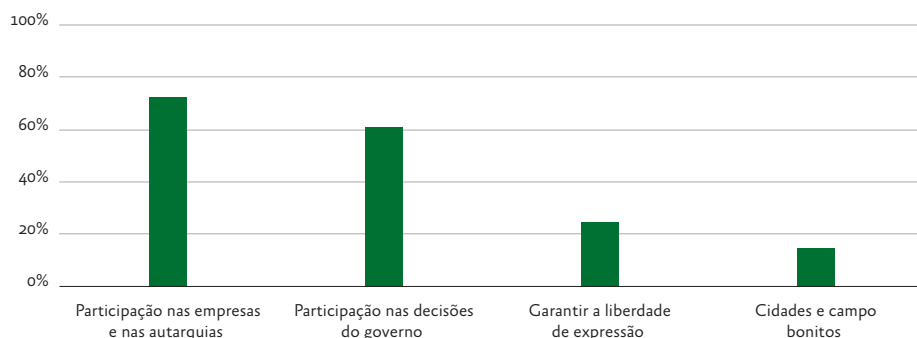


Fonte: Inquérito MuVe (2013)

Relativamente aos valores pós-materialistas, aqueles que apontam para a importância atribuída à participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, quer no âmbito económico quer no político, são os mais mencionados (com 71% e 59% respetivamente), seguidos da promoção da liberdade de expressão (24%) e da necessidade de tornar as cidades e o campo bonitos (15%) (figura 4.4).

À semelhança do que verificámos no caso dos valores materialistas, também aqui se regista uma alteração na ordem das prioridades. Em 2008 a participação nas decisões do governo seguia-se ao controlo dos preços e à manutenção da ordem; em 2013, passa a ser mais importante do que esta última.

Figura 4.4 Hierarquização dos valores pós-materialistas



Fonte: Inquérito MuVe (2013)

Não sabemos ao certo as razões que levaram as pessoas a responder de uma determinada maneira, nem o que estavam a pensar quando escolheram este ou aquele valor como o mais (ou o menos) importante. Contudo, podemos admitir que o decréscimo da relevância atribuída à garantia de liberdade de expressão não reflete necessariamente uma diminuição absoluta da importância deste objetivo, mas apenas da saliência relativa de que este se reveste no conjunto das quatro opções. Note-se que não era pedido aos inquiridos que manifestassem o grau de adesão a todos os valores, ou que os ordenassem quanto à

importância. A obrigatoriedade de escolher apenas dois de cada conjunto não permite saber a importância que os inquiridos atribuem aos valores não escolhidos, apenas nos informa que são menos importantes para eles. Podemos, como tal, interpretar o lugar ocupado pela liberdade de expressão não tanto no sentido de as pessoas não acharem que é um valor importante, mas antes de considerarem que, do leque de opções disponíveis, não é uma prioridade.

No que diz respeito à ênfase dada à importância de assegurar o crescimento económico, podemos admitir que esta advém de diferentes fontes, não sendo, por certo, menosprezável o impacto da exposição aos meios de comunicação social e a permanente referência à questão económica nas soluções apresentadas para a saída da crise.

Temos então, em suma, uma prioridade materialista mais expressiva (crescimento económico), seguida por uma materialista (controlo dos preços) e duas pós-materialistas muito próximas em grau de importância (participação dos cidadãos nas empresas e nas autarquias; participação dos cidadãos no sistema político e na economia).

4.3.2 Quem valoriza o quê?

De acordo com os pressupostos teóricos do modelo de Inglehart (1977), a adesão aos valores materialistas será tendencialmente mais expressada pelas pessoas em situações de maior fragilidade social e económica. A ser assim, espera-se, de um modo geral, que os indivíduos menos escolarizados, desempregados, mais idosos e com rendimentos mais baixos manifestem uma maior adesão aos valores materialistas do que os mais escolarizados, empregados, mais novos e com rendimentos mais elevados, tendencialmente mais ligados aos valores pós-materialistas.

A análise das correlações do quadro 4.1 permite confirmar algumas das hipóteses colocadas. No caso dos valores materialistas, verifica-se que dois deles seguem o padrão teoricamente esperado: a manutenção da ordem e a existência de forças armadas fortes apresentam correlações positivas e significativas com a idade, e negativas e significativas com a escolaridade e com o rendimento individual. Ou seja, os mais velhos, menos escolarizados e com níveis mais baixos de rendimentos dão mais importância aos dois valores que apontam para a necessidade de segurança do que os mais jovens, mais escolarizados e com rendimentos mais elevados. O crescimento económico não segue o mesmo padrão: apesar de ser menos importante para os mais novos, a sua importância aumenta com a escolaridade e com o rendimento. Por outro lado, a importância atribuída ao controlo dos preços diminui com a escolaridade e com o rendimento⁴.

A situação perante o trabalho também distingue a adesão dos indivíduos aos valores pós-materialistas. Os reformados juntam-se aos menos

⁴ Note-se que esta correlação é fraca e tem um nível de significância mais baixo.

escolarizados, aos mais velhos e aos detentores de rendimentos mais baixos na adesão aos valores que representam a necessidade de segurança (manter a ordem e garantir forças armadas fortes para a defesa do país).

A importância do crescimento económico, apesar de apresentar percentagens de adesão muito altas nos três grupos, é praticamente unânime no grupo dos trabalhadores. A importância atribuída ao controlo dos preços não apresenta variações consoante a situação na profissão.

Relativamente à importância atribuída aos valores pós-materialistas verifica-se que a participação nas empresas e nas autarquias é mais valorizada pelos mais novos, pelos mais escolarizados e pelos detentores de maiores rendimentos. A liberdade de expressão é valorizada por todas as pessoas de igual forma e as preocupações de carácter estético, que teoricamente estariam do lado dos valores pós-materialistas, são mais referidas pelas pessoas que manifestam maior adesão aos valores materialistas. São os mais velhos, os menos escolarizados e aqueles que têm rendimentos mais baixos que tendem a escolher este valor como prioritário. Esta constatação sugere que as motivações que estão na base da seleção deste valor de natureza estética podem não estar relacionadas com as preocupações ambientais associadas ao perfil pós-moderno, mas sim a um perfil ruralista de “regresso ao passado”, mais coerente com as orientações materialistas.

Quadro 4.1 Adesão aos valores materialistas e pós-materialistas segundo a idade, o nível de escolaridade e o rendimento individual (correlações de Pearson)

	Idade	Escolaridade ⁵	Rendimento individual ⁶
Valores materialistas			
Crescimento económico	-0,10**	0,14***	0,18***
Controlar os preços	0,05	-0,10**	-0,05
Manter a ordem	0,23***	-0,17***	-0,07*
Forças armadas fortes	0,23***	-0,24***	-0,19***
Valores pós-materialistas			
Participação nas empresas e nas autarquias	-0,29***	0,27***	0,11**
Participação nas decisões do governo	-0,34***	0,32***	0,14***
Liberdade de expressão	0,05	-0,06	0,01
Cidades e campo bonitos	0,15***	-0,19***	-0,14***

⁵ A escolaridade foi medida numa escala de 17 níveis correspondentes à classificação do ISCED (Classificação Internacional Normalizada da Educação).

⁶ O rendimento individual foi medido de acordo com os decis de rendimento da população portuguesa em 2010, segundo o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) do Instituto Nacional de Estatística.

Níveis de confiança: *p<0,05; **p<0,01; ***p<0,001

Fonte: Inquérito MuVe (2013)

Os inquiridos que se encontram a trabalhar dão mais importância à participação cívica dos cidadãos do que os desempregados e do que os reformados, enquanto estes dois grupos valorizam mais a promoção de cidades e de um campo bonitos do que aqueles que estão a trabalhar.

De uma forma geral, isto é, agregando os valores em duas grandes dimensões – materialismo e pós-materialismo – verifica-se que a idade tem um efeito positivo na adesão aos valores materialistas ($r=0,21^{***}$) e negativo na adesão aos valores pós-materialistas ($r=-0,30^{***}$) e a escolaridade um efeito negativo no materialismo ($r=-0,19^{***}$) e positivo no pós-materialismo ($r=0,26^{***}$). Apesar de não estar relacionado com a adesão ao materialismo, o rendimento associa-se positivamente aos valores pós-materialistas ($r=0,10^{**}$).

Quadro 4.2 Adesão aos valores materialistas e pós-materialistas segundo a situação perante o trabalho (%)

	A trabalhar	Desempregado	Reformado	Teste do quiquadrado (sig.)
Valores materialistas				
Crescimento económico	91,1	85,2	77,9	***
Controlar os preços	60,3	58,4	63,4	ns
Manter a ordem	43,0	42,4	61,2	***
Forças armadas fortes	13,9	10,7	34,3	***
Valores pós-materialistas				
Participação nas empresas e nas autarquias	79,7	77,6	53,7	***
Participação nas decisões do governo	69,7	64,5	42,5	***
Liberdade de expressão	24,5	27,5	22,2	ns
Cidades e campo bonitos	11,4	19,3	17,6	***

* $p<0,05$; ** $p<0,01$; *** $p<0,001$
 Fonte: Inquérito MuVe (2013)

Estes resultados permitem responder às duas primeiras perguntas que colocamos inicialmente:

- i) Os dados recolhidos reproduzem a estrutura teórica de valores materialistas e pós-materialistas proposta por Inglehart (1977);
- ii) Os indivíduos com perfis mais associados a situações de maior vulnerabilidade económica e social, ou seja os menos escolarizados, os mais velhos e os reformados, apresentam uma maior adesão aos valores materialistas do que os mais escolarizados, os mais jovens e aqueles que têm níveis mais elevados de rendimento. De forma interessante, o rendimento não surge associado de modo consistente à adesão ao materialismo. No entanto, verificamos que quanto maior o nível de rendimento maior a adesão aos valores do pós-materialismo.

4.4 Influência dos valores nas atitudes face à economia do futuro

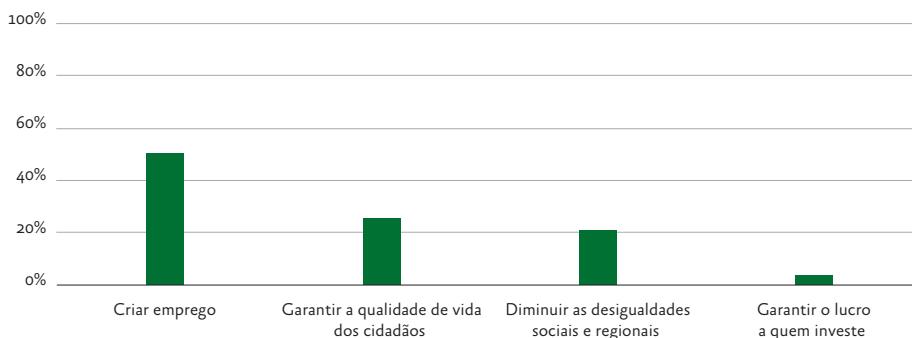
Tendo como pano de fundo o que a População considera serem as prioridades para Portugal nos próximos anos, vejamos como elas se refletem nalgumas atitudes relativamente à economia do futuro.

A principal conclusão que retirámos é que existe uma relação pouco marcada entre as prioridades valorativas e as atitudes face à economia do futuro. De uma forma geral, os inquiridos manifestaram um elevado grau de consenso relativamente às opções apresentadas no que toca aos diversos enquadramentos da economia no futuro. Pudemos, contudo, identificar algumas diferenças consoante a adesão a valores materialistas ou pós-materialistas.

4.4.1 Valores e definição das finalidades da economia

Para 50% dos inquiridos a criação de emprego é a principal função da economia. Seguem-se, com percentagens muito próximas (26% e 21% respetivamente), a garantia da qualidade de vida dos cidadãos e a diminuição das desigualdades sociais e regionais. A garantia de lucro como finalidade principal da economia apenas foi assinalada por 3% dos inquiridos (figura 4.5), razão pela qual excluímos este objetivo das análises seguintes. Também não incluímos na análise o valor estético (cidades e campo bonitos), por não haver razões teóricas que o associem às finalidades da economia aqui analisadas.

Figura 4.5 Valores e finalidades da economia



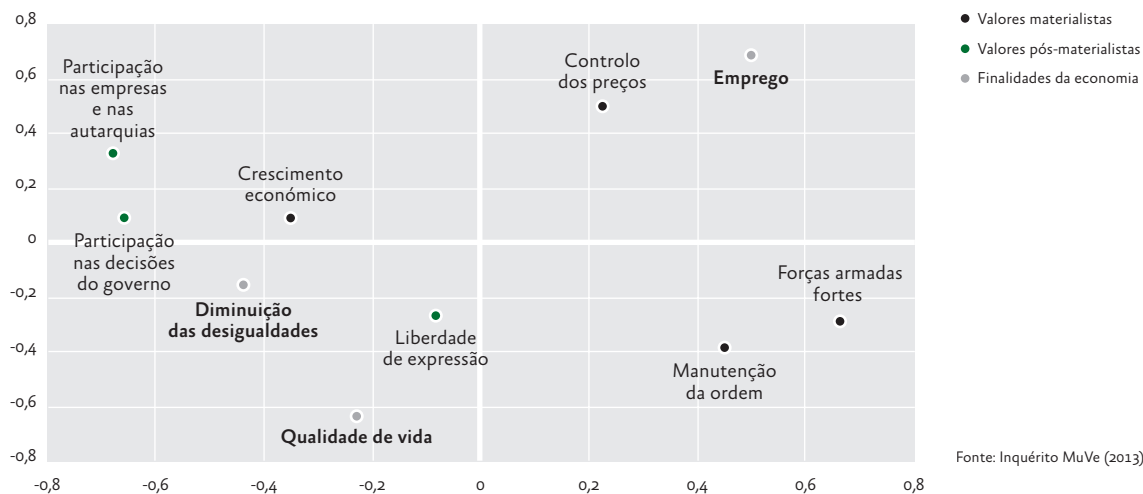
Fonte: Inquérito MuVe (2013).

De forma a facilitar a leitura da relação entre prioridades valorativas e finalidades da economia, realizámos uma análise categorial de componentes principais. Pudemos, desta forma, ver quais os valores que estão mais próximos ou mais distantes das diferentes finalidades da economia (figura 4.6).

No que toca à organização dos valores, verificamos que os dois quadrantes da esquerda reúnem os valores pós-materialistas, com duas preocupações que estão teoricamente associadas a este tipo de valores: a diminuição das desigualdades

sociais (princípio da equidade) e a garantia da qualidade de vida (princípio do bem-estar). É de realçar o facto de a importância de garantir o crescimento económico, um valor teoricamente definido como materialista, surgir mais próximo destes valores pós-materialistas do que dos restantes valores materialistas, refletindo, uma vez mais, o perfil misto da População. É ainda de destacar a associação entre dois pares de valores sociais / prioridades da economia: por um lado, a proximidade entre liberdade de expressão e qualidade de vida e, por outro, a proximidade entre crescimento económico e diminuição das desigualdades sociais.

Figura 4.6 Valores e finalidades da economia (análise multidimensional)



De forma complementar, os dois quadrantes da direita mostram que quem considera que a prioridade da economia é criar emprego apenas está próximo do valor materialista orientado para o controlo do aumento dos preços. Esta proximidade é concomitante com as preocupações de sobrevivência em momentos de escassez económica. Observa-se, ainda, que os valores materialistas de manter a ordem e garantir forças armadas fortes não estão associados com nenhuma das opções apresentadas aos inquiridos sobre as finalidades da economia.

4.4.2 Valores e opções ambientais

As preocupações ambientais são um dos domínios que teoricamente fazem parte da orientação pós-materialista. Contudo, uma vez que a preservação do ambiente surge, no inquérito, associada à criação de postos de trabalho, a própria pergunta acaba por gerar um confronto entre valores materialistas (criação de emprego) e pós-materialistas (proteção do ambiente). Este confronto é perceptível nas respostas.

Se compararmos aqueles que acham que as licenças de exploração dos recursos naturais devem ser sempre concedidas com os que acham que nunca devem ser concedidas, verificamos que apenas a adesão a três valores introduz diferenças importantes nas respostas: os que consideram prioritária a participação dos cidadãos nas decisões do governo são mais restritivos, enquanto os que acham que manter a ordem e garantir forças armadas fortes são medidas prioritárias tendem a mostrar uma atitude mais permissiva (figura 4.7).

Figura 4.7 Autorizar a exploração de recursos naturais nunca ou sempre, segundo valores sociais

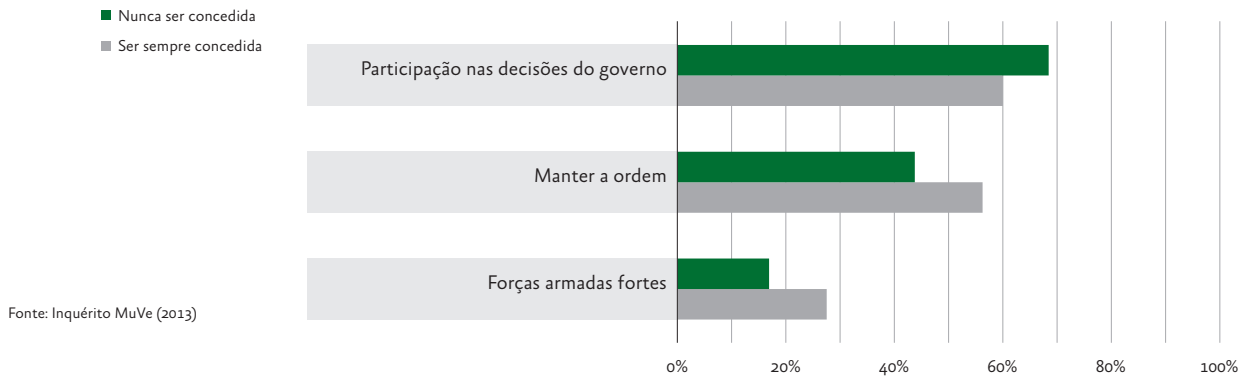
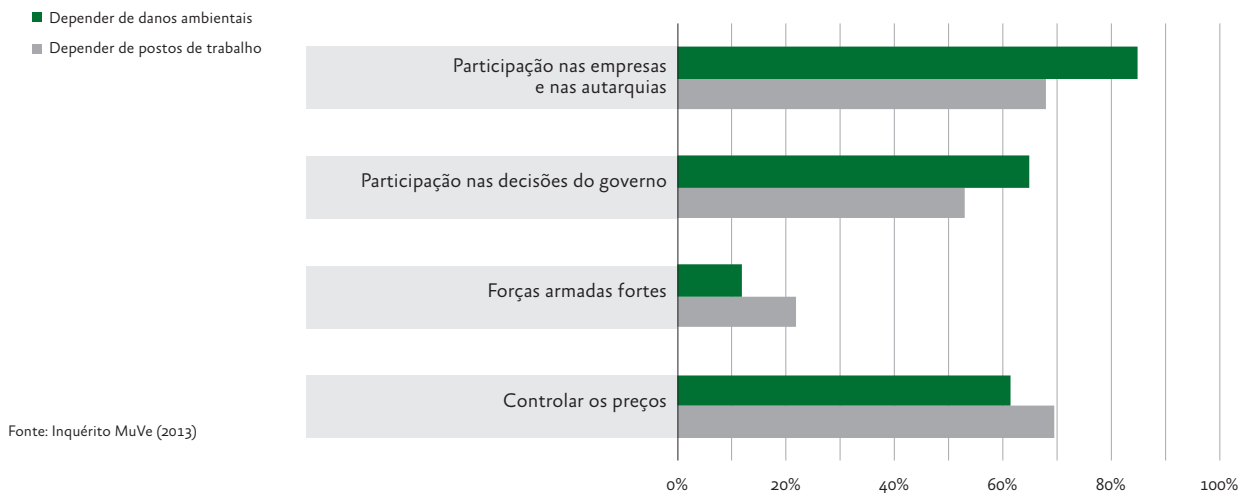


Figura 4.8 Condicionantes de autorização de exploração de recursos naturais, segundo valores sociais



A comparação entre os dois grupos intermédios também revela diferenças interessantes. Os que assinalam uma maior adesão aos valores sociais que promovem a participação dos cidadãos tendem a considerar que a autorização de exploração dos recursos naturais deve depender sobretudo dos danos ambientais causados. Os que consideram que a concessão de licenças de exploração deve depender sobretudo da criação de postos de trabalho apresentam o padrão oposto, isto é, uma maior adesão aos valores materialistas ligados ao controlo dos preços e à importância das forças armadas (figura 4.8).

4.4.3 Valores sociais e papel do Estado

Esta dimensão é medida através de dois blocos de perguntas, por intermédio dos quais se pedia aos inquiridos que referissem a primeira e a segunda prioridades que o Estado deve considerar na sua ação tendo em vista a economia do futuro.

As opções apontam para duas grandes visões: um Estado facilitador, capaz de garantir que as empresas podem desenvolver as suas atividades livremente ou de reforçar o papel das câmaras municipais, e um Estado regulador, que assegure que as empresas cumprem a lei, que regule o funcionamento dos mercados financeiros ou que defina as prioridades económicas do país. Dado que grande parte dos inquiridos escolheu uma opção de cada uma das visões, a análise dos valores será feita apenas no que concerne à primeira escolha dos inquiridos.

De uma forma geral, não se observam, neste caso, diferenças expressivas na hierarquização dos valores, reproduzindo-se a tendência geral já observada. É, no entanto, possível identificar algumas particularidades.

Relativamente à adesão a valores pós-materialistas, a importância atribuída à participação nas empresas e nas autarquias é mais saliente nos que acham que o Estado deve ter um papel essencialmente regulador. Contudo, aqueles para quem a participação dos cidadãos nas decisões do governo é o objetivo nacional mais relevante tendem a privilegiar a definição das prioridades económicas do país como principal papel do Estado.

O perfil misto da População revela-se uma vez mais nesta análise: quem acha que o reforço do papel das câmaras municipais deve ser a medida mais importante para construir uma economia mais sustentável dá igual importância ao crescimento económico (M) e à participação dos cidadãos nas empresas e nas autarquias (PM), sugerindo que, em seu entender, crescimento económico e participação nas empresas e nas autarquias são duas dinâmicas interativas.

Quadro 4.3 Adesão aos valores e prioridades da economia (%)

	Garantir empresas livres	Assegurar que as empresas cumprem a lei	Regular os mercados financeiros	Estabelecer as prioridades económicas	Reforçar papel das CM
Valores materialistas					
Crescimento económico	91,6	85,6	95,4	92,8	72,5
Controlar os preços	55,9	68,9	61,2	62,1	59,7
Manter a ordem	57,3	51,2	41,7	44,9	37,3
Forças armadas fortes	18,7	23,7	15,5	11,2	25,2
Valores pós-materialistas					
Participação nas empresas e nas autarquias	69,6	69,9	80,8	81,1	72,8
Participação nas decisões do governo	53,5	56,9	66,8	73,1	67,1
Garantir a liberdade de expressão	28,2	23,1	28,9	19,4	30,0
Cidades e campo bonitos	18,5	17,0	7,2	10,5	20,6

Fonte: Inquérito MuVe (2013)

4.5 Síntese

A análise dos valores enquanto fatores determinantes das opções relativas à economia do futuro visava responder a três perguntas:

- i)** Em que medida a estrutura teórica dos valores materialistas e dos pós-materialistas é reproduzida empiricamente nos resultados do inquérito efetuado aos três universos em estudo?
- ii)** Até que ponto situações de maior vulnerabilidade económica e social estão associadas a uma maior adesão aos valores materialistas?
- iii)** Estarão as opções relativas à economia do futuro e as atitudes face a um desenvolvimento económico mais sustentável relacionadas com o tipo de valores a que as pessoas aderem?

Uma primeira análise dos resultados obtidos permitiu-nos identificar uma estrutura dos valores sociais globalmente coerente com a proposta de Inglehart (1977), com os valores materialistas e pós-materialistas mais próximos entre si. No entanto, no segundo passo dessa análise verificámos que existe uma alternância entre valores materialistas e pós-materialistas no que toca à saliência ou à importância desses valores. O crescimento económico surge assim na primeira posição, a participação dos cidadãos nas empresas e nas autarquias na segunda, o controlo dos preços na terceira, a participação nas decisões do governo na quarta e a manutenção da ordem na quinta. Seguem-se os restantes três valores (liberdade de expressão, forças armadas fortes e cidades e campo bonitos) também numa ordem alternada.

Estamos, assim, perante um perfil que mistura valores materialistas e pós-materialistas e que é coerente com o contexto socioeconómico que vivemos atualmente. Por um lado, partilhamos as preocupações características das sociedades que já atingiram níveis elevados de modernização, nomeadamente no que toca à escolaridade da população, à difusão e ao acesso à informação, ao acesso à saúde e à relevância dos aspetos estéticos e da qualidade de vida. Por outro lado, regressámos a momentos em que a sobrevivência de muitos é já incerta. Estas situações de rutura efetiva ou potencial quanto a um futuro muito próximo não afetam apenas os segmentos da população que se encontram em posições de maior desvantagem económica e social, sendo, pelo contrário, transversais a fatores como a idade, o nível de escolaridade e a situação perante o trabalho, ainda que com intensidades distintas.

Pusemos inicialmente como hipótese que as pessoas que apresentem perfis que as podem colocar em situações de maior risco económico e social tenderiam a manifestar uma (ainda) maior saliência dos valores materialistas. Esta hipótese foi parcialmente confirmada no que se refere aos menos escolarizados e aos mais velhos. No entanto, e de uma forma geral, o rendimento não surgiu associado à adesão aos valores materialistas, mas pudemos verificar que à medida que aumenta o rendimento tende também a aumentar a importância atribuída aos valores pós-materialistas. Os reformados mostraram também uma maior adesão aos valores materialistas do que os indivíduos que se encontram a trabalhar e do que os desempregados. Esta diferença relativamente aos desempregados leva-nos a supor que a maior adesão dos reformados aos valores materialistas pode estar relacionada principalmente com o fator idade e não tanto com a situação perante o trabalho.

As divergências são mais claras do lado dos valores pós-materialistas. A liberdade de expressão é, de entre estes valores sociais, o único que não apresenta diferenças significativas consoante a idade, o nível de escolaridade, o rendimento ou a situação perante o trabalho. Os mais novos e os mais escolarizados (independentemente da sua situação perante o trabalho) dão maior importância à participação social e política dos cidadãos. A relevância atribuída a tornar as cidades e o campo bonitos, que teria como objetivo traduzir preocupações estéticas e ambientalistas características do perfil pós-moderno, mostraram-se aqui mais próximas daqueles que dão mais importância aos valores materialistas de manter a ordem e de ter forças armadas fortes. Esta relação foi sendo recorrente ao longo da análise dos resultados, sugerindo que, de facto, este indicador poderá estar a medir um “regresso ao passado”, mais congruente com o perfil sociológico daqueles que o partilham.

Podemos então concluir que o ressurgimento dos valores materialistas – crescimento económico e controlo dos preços – não está necessariamente

associado aos grupos de maior vulnerabilidade social, mas sim à constatação generalizada de que, num contexto de crise como o atual, é prioritário garantir que todos possam dispor dos meios para viver de acordo com os modos de vida que caracterizam as sociedades democráticas.

No que diz respeito à influência dos valores nas atitudes face à economia do futuro tendo em vista um desenvolvimento mais sustentável, as principais conclusões das análises realizadas apontam para a adesão aos valores pós-materialistas poder estar tendencialmente mais associada a opções que impliquem a participação dos cidadãos na vida coletiva. No entanto, esta participação na economia e na política nacionais deverá ser acompanhada por um elevado crescimento económico (valor materialista igualmente partilhado por todos).

Esta análise evidencia a necessidade de contextualizar os modelos teóricos (também eles construídos em contextos sociais específicos), de forma a considerar as dinâmicas sociais nas quais os valores e as atitudes são produzidos. No caso em análise, podemos sugerir que o princípio subjacente ao modelo proposto por Inglehart (1977) – segundo o qual, uma vez satisfeitas, as preocupações de sobrevivência dariam lugar às considerações de natureza cívica – se altera em contextos particulares. No atual contexto, parece verificar-se a coexistência das duas preocupações. Ou seja, o regresso a momentos de escassez económica e de luta pela sobrevivência não parece estar a substituir completamente os valores sociais associados à conquista, entretanto alcançada, de qualidade de vida e de realização pessoal.

Capítulo 5

População, Empresários e Autarcas: atitudes face à mudança para uma economia mais sustentável

5.1 Introdução

O que pensam os portugueses sobre a economia no futuro? Como se posicionam em relação às duas agendas de transição anteriormente referidas, uma em direção a uma economia do crescimento verde e outra a favor de uma economia do bem-estar? Haverá grandes divergências de opinião quanto à necessidade, à orientação e à intensidade da mudança a favor de novos modelos de desenvolvimento socioeconómico ou, pelo contrário, verificam-se convergências significativas quer entre os três universos quer no interior de cada um deles? Existindo divergências relevantes, o que separa os portugueses: as suas características demográficas (género, idade) e sociais (níveis de instrução e de rendimento), a sua atividade profissional, o seu posicionamento político? E caso se verifiquem convergências fortes, quais os domínios ou aspetos que conseguem reunir maior consenso? Que sacrifícios estão os portugueses disponíveis para fazer, a favor de uma economia mais sustentável? E quem consideram reunir melhores condições para liderar as mudanças necessárias? Estes são exemplos de questões a que tentaremos responder ao longo deste capítulo, através da apresentação e da análise das respostas ao inquérito por questionário aplicado no final de 2012 e no início de 2013 a três universos: População, Empresários e Autarcas. São, aqui, identificados e comparados os principais padrões de convergência e de divergência verificados entre as respostas desses três universos, no que respeita às finalidades da economia e à intensidade, à direção, aos agentes e aos instrumentos de mudança em relação à economia do futuro. Procuramos, deste modo, conhecer as atitudes e as opiniões de cada um desses universos no que diz respeito à economia do futuro, em geral, e ao desenvolvimento económico sustentável no nosso país, em particular.

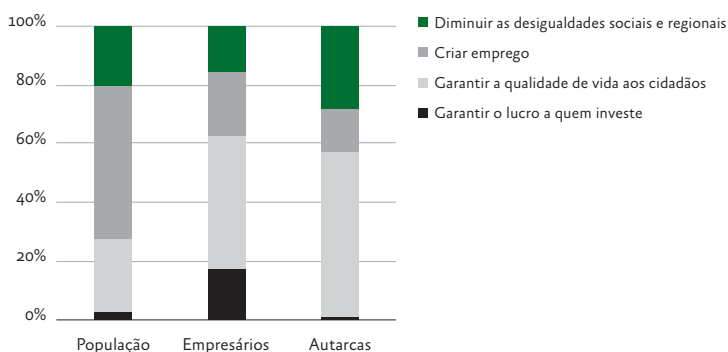
5.2 Resultados

5.2.1 Finalidades da economia: entre criar emprego e garantir a qualidade de vida dos cidadãos

Foi perguntado à População, aos Empresários e aos Autarcas qual consideravam ser, de uma lista de quatro opções, o principal objetivo da economia (figura 5.1).

A garantia da qualidade de vida dos cidadãos é a principal preocupação de Autarcas (56%) e de Empresários (45%), enquanto a População, refletindo por certo aquela que será uma das suas principais preocupações dos indivíduos no atual contexto de crise, destaca em especial a criação de emprego (52%).

Figura 5.1 Análise comparada das frequências de resposta à questão: «Qual o principal objetivo da economia?»



Fonte: Inquérito MuVe (2013)

A diminuição das desigualdades sociais e regionais é valorizada sobretudo por Autarcas – quase 30% atribuem-lhe primazia, duplicando o valor obtido para os Empresários –, o que poderá decorrer do papel que lhes cabe enquanto agentes do poder político local.

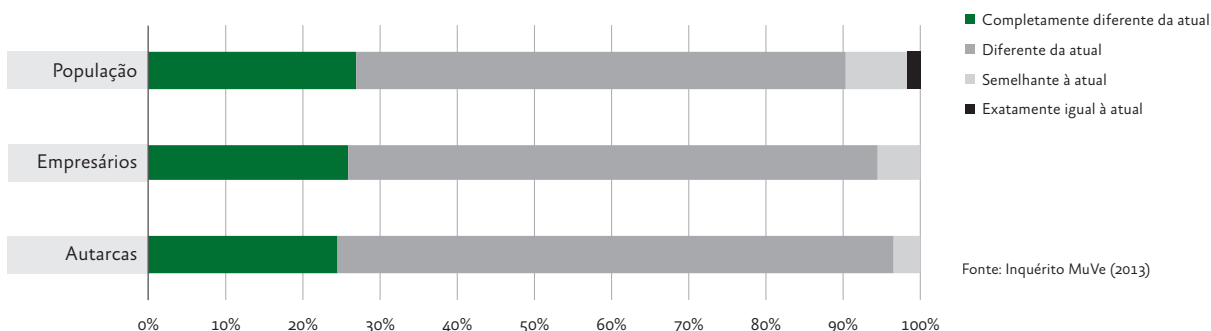
A obtenção de lucro é considerada como a principal finalidade da economia por perto de 18% dos Empresários. Ainda que não muito elevado, este resultado não deixa de ser significativo face à importância quase residual atribuída ao lucro como principal finalidade da economia pela População e pelos Autarcas (nunca superior a 3%).

O cruzamento estatístico entre as respostas a esta questão e à pergunta sobre a intensidade da mudança da economia (ver secção 5.2.2) permite perceber a existência de alguma heterogeneidade de opiniões entre os Empresários: os que salientam o lucro acima de outras opções são, simultaneamente, os que defendem que a economia no futuro deve ser semelhante à atual e os que desvalorizam o papel potencial da economia como fator de diminuição das desigualdades sociais e regionais.

5.2.2 Intensidade da mudança: inevitavelmente a caminho de uma economia diferente?

Aos inquiridos dos três universos foi perguntado se a economia do futuro deveria ser exatamente igual, semelhante ou diferente da atual, diferenciando-se, nesta última possibilidade, dois graus de intensidade da mudança (figura 5.2).

Figura 5.2 Análise comparada das frequências de resposta à questão: «De uma forma geral, a economia no futuro deverá ser...»



Mais de 90% dos respondentes reconhecem a necessidade de mudanças em direção a uma economia diferente da atual. Cerca de um quarto dos inquiridos afirmaram, mesmo, que a economia do futuro deverá ser completamente diferente da atual. Estes resultados são transversais aos três universos estudados, indicando padrões de resposta convergentes. A inevitabilidade de termos de caminhar para uma economia diferente da atual alcança um consenso surpreendente, pelo elevado apoio que reúne em todos os universos inquiridos. Contudo, e como veremos mais à frente, as razões que justificam essa posição e as ilações que dela são retiradas estão longe de ser coincidentes.

5.2.3 Direção da mudança: atitudes em relação à economia do futuro e a viver bem no futuro

Atitudes em relação à economia no futuro: quais os custos aceitáveis da mudança?

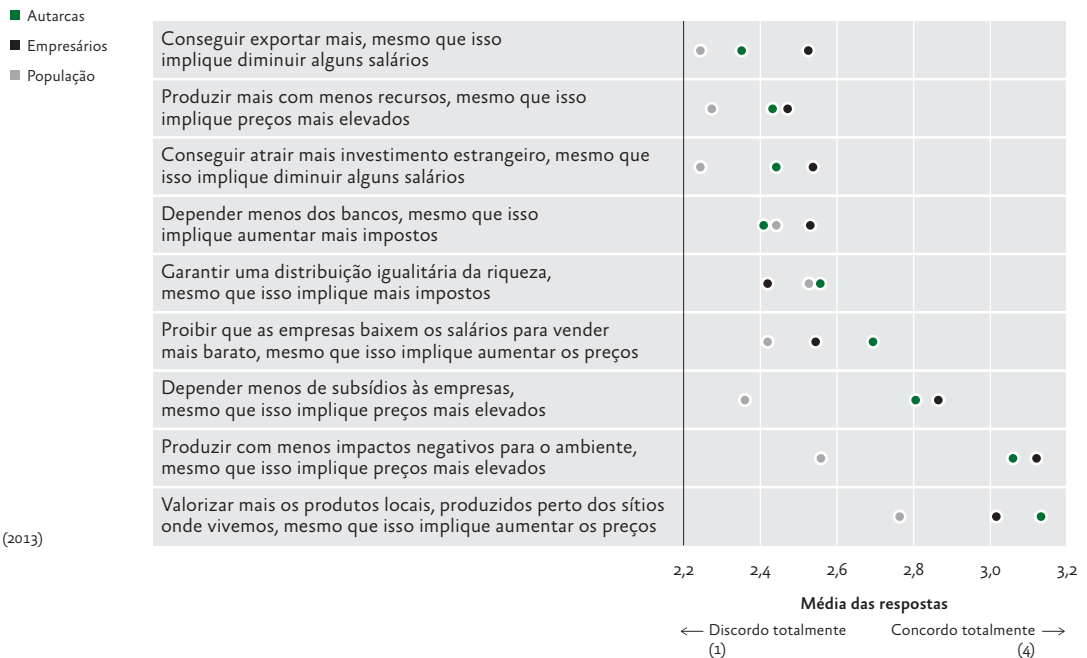
A avaliação das atitudes dos inquiridos dos três universos foi efetuada através de opções referentes a objetivos da economia tendo como contraponto as potenciais implicações dessas ações no que se refere ao aumento de preços e de impostos ou de diminuição de salários. Ou seja, tentámos identificar o tipo de sacrifício que os portugueses estão dispostos a aceitar em nome de uma economia do futuro mais sustentável.

Aos inquiridos foi pedido que indicassem o seu grau de concordância ou de discordância em relação a várias afirmações, cujas hipóteses de resposta

eram: «discordo totalmente» (1), «discordo» (2), «concordo» (3) ou «concordo totalmente» (4).

A figura 5.3 sintetiza os resultados obtidos. O gráfico mostra as médias das respostas para cada um dos universos estudados, calculadas de acordo com a pontuação acima explicitada. A sua análise permite efetuar comparações entre os graus relativos de concordância ou de discordância com as propostas sobre a economia no futuro por parte dos três universos.

Figura 5.3 Análise comparada da média das respostas às atitudes em relação à economia no futuro



Fonte: Inquérito MuVe (2013)

Embora revelando intensidades de concordância distintas, os padrões de aceitação relativa das diferentes questões são globalmente convergentes entre os distintos universos. Assim, aspetos como a valorização dos produtos locais ou a produção com menores impactos ambientais, mesmo que à custa de preços mais elevados, tendem a reunir maior aceitação do que propostas como o incremento das exportações ou do investimento estrangeiro que impliquem salários mais baixos.

Em geral, a População manifesta níveis de concordância e de aceitação inferiores em relação às várias alternativas formuladas nos restantes universos. Mais de metade dos cidadãos inquiridos não concordaram com seis das nove propostas avançadas. Os efeitos sociais da atual crise (desemprego, precarização dos vínculos laborais, encargos fiscais e financeiros crescentes

sobre as famílias, etc.) são uma possível explicação para a maior resistência a mudanças que envolvam o aumento de preços e de impostos ou a diminuição de salários, demonstrando uma menor disponibilidade para aceitar novos sacrifícios a favor de ganhos futuros.

Empresários e Autarcas são quase unânimes⁷ em aceitar preços mais elevados a favor da necessidade de produzir com menores impactos ambientais e de valorizar a produção local e próxima dos consumidores. Ainda que com níveis de concordância mais baixos, é também nestas questões (juntamente com a referente à distribuição igualitária da riqueza) que a População apresenta mais respostas concordantes.

De forma similar, quase 80% dos Empresários e dos Autarcas defendem que as empresas devem depender menos de subsídios, mesmo que essa situação implique um aumento dos preços. Apenas 40% da População expressou a mesma opinião. Pelo contrário, a dependência em relação aos bancos parece ser encarada com menor resistência, com mais de metade dos inquiridos a afirmarem que não se deve depender menos dos bancos mesmo que tal implique um aumento de impostos.

O aumento das exportações e a atração de investimento direto estrangeiro tendo por base a redução de salários recolhem um maior apoio por parte dos Empresários do que dos restantes universos, evidenciando-se, por outro lado, um maior empenho em soluções locais por parte dos Autarcas e, sobretudo, da População.

Centrando a análise nas contrapartidas decorrentes das mudanças a efetuar, parece haver evidência suficiente para afirmar que a subida dos preços é a que mais suscita divergências entre os três universos em análise. A População (os consumidores), universo mais afetado pelo aumento dos preços dos produtos e dos serviços, mostra uma maior resistência a medidas tomadas nesse sentido. As alternativas que envolvem diminuir salários ou aumentar impostos são pouco acolhidas pelos três universos inquiridos.

A análise de diferenças internas nas opiniões referentes à internacionalização da economia permite identificar, para os Autarcas, a existência de uma correlação moderada (ainda que significativa) entre o relevo atribuído à atração de investimento estrangeiro e a dimensão populacional das autarquias inquiridas: é nos concelhos de maior dimensão, onde se localizam as maiores empresas e as mais orientadas para a exportação de produtos e de serviços, que se verifica um maior apoio a essa proposta por parte dos Autarcas. Pelo contrário, os Autarcas mais à esquerda (em especial, os do PCP-PEV) dão prioridade a objetivos como o fortalecimento da economia nacional e a substituição das importações, mostrando uma menor concordância com os

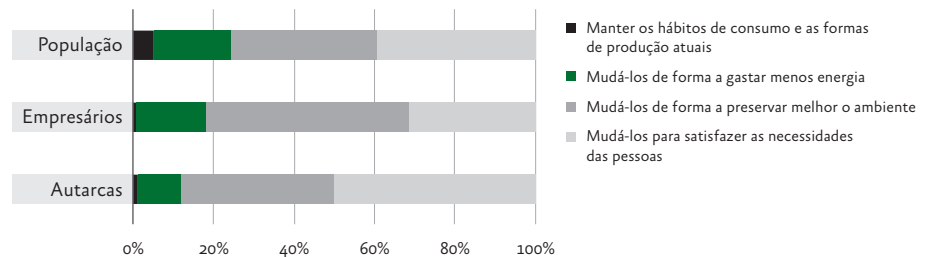
⁷ Percentagens sempre superiores a 80% e médias acima de 2,0, o que revela não só uma forte concordância mas também frequências elevadas da opção «concordo totalmente».

objetivos de internacionalização da economia do que os que se posicionam politicamente mais à direita (PSD).

Atitudes em relação a viver bem no futuro: mudar hábitos de consumo, poupar mais e trabalhar menos horas?

Numa primeira questão é analisada a importância atribuída à mudança dos hábitos de consumo e das formas de produção das sociedades e das economias atuais, sendo ainda avaliadas as principais motivações que devem presidir a essas modificações (figura 5.4).

Figura 5.4 Análise comparada das frequências de resposta à questão: «Para viver bem no futuro devemos...»

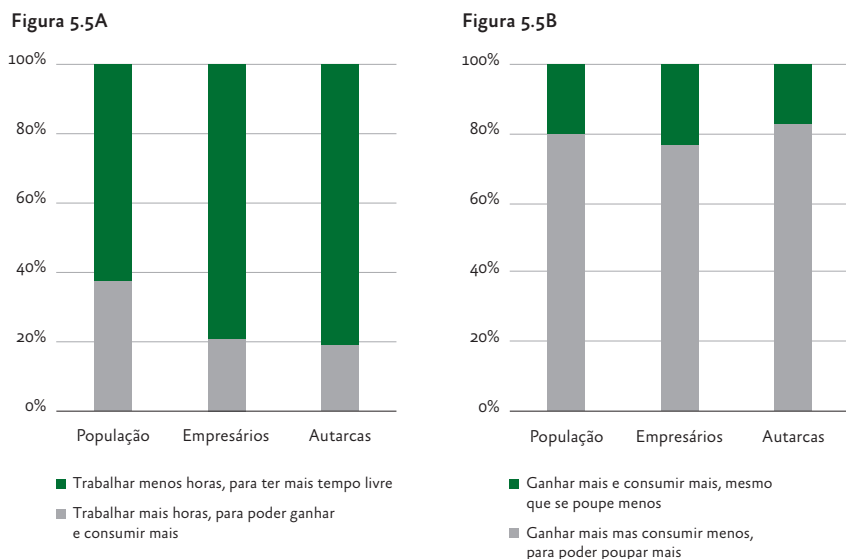


Fonte: Inquérito MuVe (2013)

Mais de 95% dos respondentes reconhecem a necessidade de mudar os hábitos de consumo e as formas de produção atuais, sendo este padrão generalizado para os três universos inquiridos. As opiniões divergem, sobretudo, nas razões apontadas para essa mudança. Para os Empresários, a motivação mais importante é a preservação do ambiente. Pelo contrário, metade dos Autarcas aponta a satisfação das necessidades das pessoas como a principal razão para a mudança, resposta certamente influenciada pelo seu papel de servir a população. No caso da População as opiniões dividem-se, com as opções em causa a recolher entre 35% e 40% das respostas, com ligeiro pendor para a satisfação das necessidades das pessoas. A mudança visando a diminuição dos gastos energéticos só reúne o apoio de cerca de 10% dos Autarcas e de 20% dos Empresários e da População.

É igualmente importante analisar a relevância relativa atribuída pelos inquiridos a elementos como o tempo livre, o consumo ou a poupança para o que consideram como viver bem no futuro (figura 5.5).

Figura 5.5 Análise comparada das frequências de resposta às questões: «Para viver bem no futuro devemos...»: trabalho *versus* lazer (Figura 5.5A) e consumo *versus* poupança (Figura 5.5B)



Fonte: Inquérito MuVe (2013)

Embora os inquiridos dos três universos defendam que viver bem no futuro implicaria trabalhar menos horas de forma a ter mais tempo livre, Autarcas e Empresários revelam uma maior unanimidade face a essa ideia (cerca de 80%) do que a População (perto de 60%), universo por certo mais preocupado, na atual conjuntura económica e social, com o (des)emprego e com os rendimentos individuais e familiares.

Uma maior convergência entre os três universos é observável na relação entre consumo e poupança, com a maioria dos inquiridos (cerca de 80%) a afirmar que viver bem no futuro implica consumir menos e poupar mais. Os impactos da atual crise, assim como a generalização neste contexto da ideia de “consumo acima das nossas possibilidades”, parecem influenciar estes padrões de resposta.

Uma análise das correlações entre as respostas a estas questões e um conjunto de variáveis de caracterização sociodemográfica permite perceber, para o caso da População, que os indivíduos mais jovens, mais qualificados e com níveis salariais mais elevados – e, portanto, potencialmente menos apreensivos com a sua situação laboral e com os efeitos socioeconómicos da crise – tendem a atribuir uma maior relevância ao tempo livre e ao lazer, mesmo que o seu incremento implique trabalhar menos horas e, potencialmente, não ganhar nem consumir mais do que atualmente.

5.2.4 Direção da mudança: prioridades por domínios

Ambiente e Economia: condicionar obrigatoriamente a exploração de recursos naturais ao tipo de danos criados no ambiente?

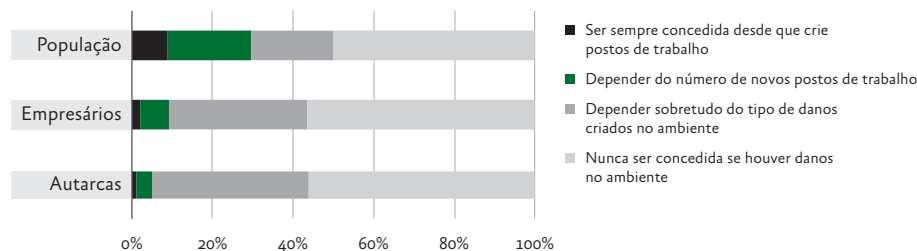
Os respondentes dos três universos foram questionados acerca das condições que devem nortear a concessão de autorizações para a exploração de recursos naturais (figura 5.6).

Mais de metade dos respondentes (50%, no caso da População) afirmou considerar que a exploração de recursos naturais nunca deve ser autorizada se provocar danos ambientais, independentemente do grau desses danos ou do número de novos postos de trabalho criados.

Para quase 35% dos Empresários e para 40% dos Autarcas, essa autorização deve depender sobretudo do tipo de danos ambientais provocados. O número de novos postos de trabalho revela-se menos importante para estes dois grupos profissionais. Pelo contrário, para a População, as duas anteriores condicionantes apresentam graus de relevância semelhantes (cerca de 20% cada).

A importância atribuída pela População ao emprego, já identificada em dimensões anteriores, manifesta-se também neste caso, na medida em que 9% dos inquiridos afirmam que a autorização da exploração de recursos naturais deve ser sempre concedida desde que crie postos de trabalho. Mesmo considerando as margens de erro das amostras dos três universos em estudo, este valor não pode deixar de ser destacado, em comparação com o resultado obtido para Autarcas (4%) e Empresários (2%). De novo, parece verificar-se uma maior sensibilidade aos efeitos da crise por parte da População.

Figura 5.6 Análise comparada das frequências de resposta à questão: «No futuro, a autorização da exploração de recursos naturais deve...»



Fonte: Inquérito MuVe (2013)

Ciência e Economia: uma economia cada vez mais baseada na ciência?

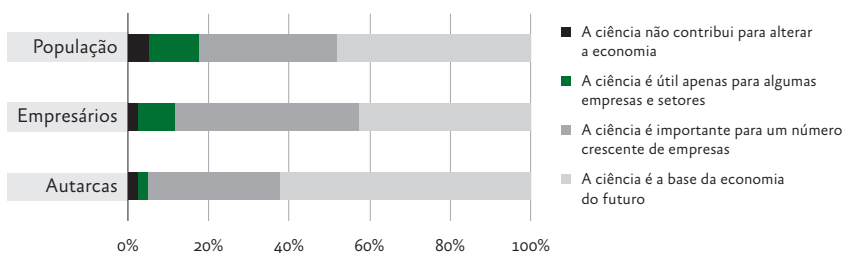
População, Empresários e Autarcas foram também inquiridos sobre o contributo da ciência para a economia do futuro. Os resultados encontram-se expressos na figura 5.7.

A maioria dos respondentes dos três universos ($\geq 95\%$) reconhece que a ciência pode contribuir para alterar a economia. Os Autarcas parecem ser os mais otimistas em relação a esse papel potencial, com 62% dos inquiridos a afirmar que a ciência é a base da economia do futuro, opinião partilhada por não mais do que 48% da População e 45% dos Empresários.

Embora os Autarcas sejam no geral os que mais valorizam o papel da ciência, uma análise intragrupo revela que existem diferenciações importantes que podem ser explicadas, de forma estatisticamente significativa, pela dimensão dos concelhos de residência dos inquiridos. Assim, representantes de municípios de menor dimensão – porventura em virtude do seu maior distanciamento em relação às instituições de produção de conhecimento científico – são mais otimistas em relação ao papel da ciência na economia do futuro, com as opiniões mais moderadas a provirem de municípios mais populosos.

Ainda no que diz respeito aos Autarcas, e comparando as respostas a esta questão e à que se refere à intensidade da mudança (secção 5.2.2), verifica-se uma correlação estatisticamente significativa entre os Autarcas que afirmam que a ciência será a base da economia do futuro e aqueles que defendem que a economia deverá ser completamente diferente da atual. Para estes Autarcas, o reconhecimento da necessidade de uma maior intensidade de mudança é, pois, acompanhado por uma maior crença no papel que a ciência pode desempenhar como motor da economia do futuro.

Figura 5.7 Análise comparada das frequências de resposta à questão relativa ao domínio Ciência e Economia: «Com qual das afirmações está mais de acordo...»



Fonte: Inquérito MuVe (2013)

Estado e Economia: a relação que mais divide opiniões?

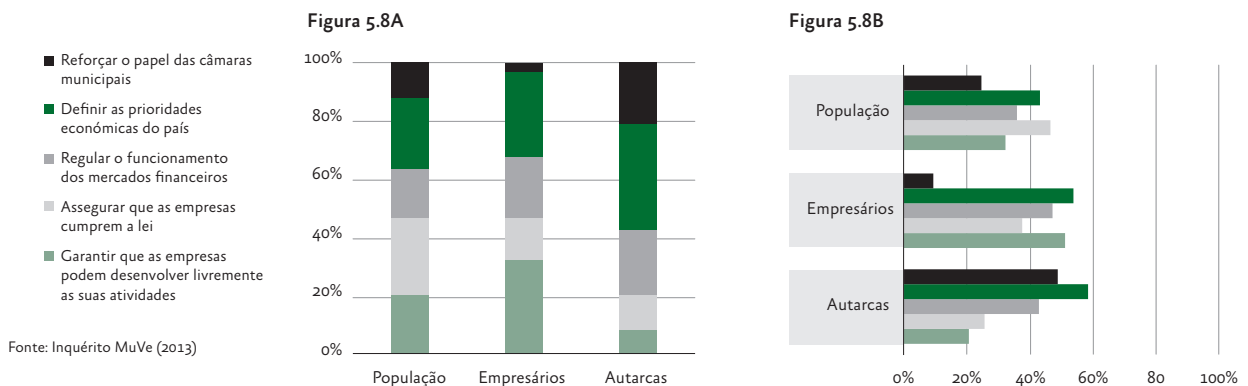
Um terceiro domínio de mudança diz respeito à relação entre Estado e Economia. Foi perguntado, de uma lista de cinco, quais os dois papéis do Estado mais importantes para a economia do futuro. O perfil das respostas obtidas encontra-se expresso na figura 5.8, constituída por dois gráficos: i) as frequências referentes à opção seleccionada em primeiro lugar, ou seja, o papel

mais importante atribuído ao Estado (5.8A); e ii) a soma das frequências referentes às duas opções escolhidas pelos inquiridos (5.8B).

Para os Autarcas, a definição das prioridades económicas do país e o reforço do papel das câmaras municipais (este último assumindo particular relevância para as autarquias de menor dimensão) revestem-se de superior importância. A regulação dos mercados financeiros é a terceira opção mais considerada, o que parece refletir atitudes mais favoráveis a intervenções reguladoras associadas à atual crise económica. Importa assinalar, no entanto, que essa preocupação com os mercados financeiros e a sua regulação não é transferida para a esfera das empresas, já que apenas 10% (e 25% no total das duas respostas) dos Autarcas inquiridos destacam a importância de assegurar que as empresas cumpram a lei.

Pelo contrário, os Empresários salientam como função mais relevante do Estado a garantia de que as empresas possam desenvolver livremente as suas atividades. A definição das prioridades económicas do país pelo Estado recolhe o apoio de cerca de 50% destes inquiridos. O reforço do papel das câmaras municipais é remetido para último plano, com uma frequência inferior a 10%. Assim, mais do que desempenhar funções reguladoras (dos mercados e, acima de tudo, das próprias empresas), os Empresários defendem que o Estado deve ter uma ação liberalizadora e de enquadramento estratégico no âmbito nacional.

Figura 5.8 Análise comparada das frequências de resposta à questão: «Na economia do futuro, qual deverá ser o papel mais importante do Estado?»



Como noutras dimensões, a População mostra uma maior heterogeneidade nas respostas fornecidas. No entanto, é atribuída uma ligeira preponderância à função fiscalizadora do Estado no que diz respeito ao cumprimento da lei por parte das empresas (25% como papel mais importante; quase 45% no somatório das duas opções), seguida pela definição das prioridades económicas do país.

Os resultados obtidos sugerem dois comentários finais. Por um lado, esta é a questão que mais divide os inquiridos, quer de universos diferentes quer do mesmo universo. Por outro lado, as apreciações efetuadas parecem traduzir, mais do que noutros domínios, as perspetivas e os interesses específicos de cada um dos universos. Assim, os Autarcas realçam a necessidade de o Estado assumir um papel descentralizador e subsidiário, enquanto as empresas requerem uma ação liberalizadora e, apenas secundariamente, reguladora dos mercados. Por seu turno, a População – possivelmente influenciada pelos recentes impactos sociais e económicos, e respetiva ressonância mediática, da liberalização dos mercados, do setor bancário e mesmo da atividade empresarial (por exemplo, a privatização de empresas públicas e os custos das parcerias público-privadas) – revê-se mais num Estado fiscalizador. Neste contexto de marcada diversidade de opiniões, o papel do Estado na definição das prioridades económicas do país é a opção que acaba por reunir maior consenso entre os três universos inquiridos.

Mercado e Economia: PME, os agentes líderes da mudança?

A relação entre mercado e economia foi avaliada através de uma questão cujas alternativas de resposta colocavam em concorrência o peso relativo a atribuir às empresas privadas, à esfera pública e às organizações de solidariedade social na economia do futuro (figura 5.9).

A maioria dos respondentes concede uma importância superior ao papel das pequenas e médias empresas (PME) em detrimento das grandes empresas, com frequências relativas a oscilar entre os 56% (Autarcas) e os 59% (Empresários), ocupando a População uma posição intermédia (58%).

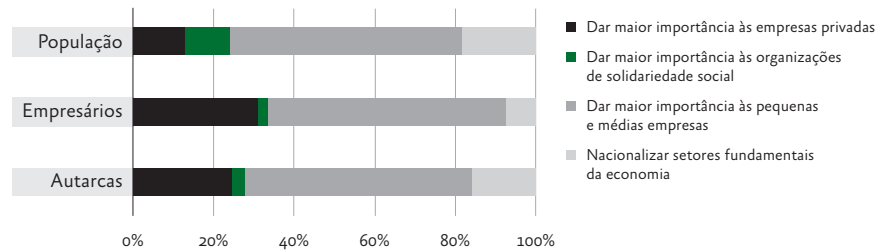
Uma percentagem relativamente significativa de Autarcas (24%) e de Empresários (31%) revelou-se favorável à atribuição de uma maior preponderância às empresas privadas em detrimento do Estado. Já os inquiridos do universo População parecem ser menos favoráveis a uma alternativa deste tipo: apenas 13% mencionam esta opção.

A População é, aliás, o universo que reúne menores frequências nas opções relativas à esfera privada, sobretudo no que se refere às empresas de maior dimensão. No total, o apoio a empresas privadas em geral, e às PME em particular, ronda os 70%, um valor inferior ao dos Autarcas (80%) e ao dos Empresários (90%).

As organizações de solidariedade social são remetidas para uma posição secundária pelos três universos. Ainda assim, é de destacar o valor de 11% atribuído pela População, sobretudo se confrontado com as percentagens quase residuais de Autarcas (4%) e de Empresários (2%), que, claramente, não consideram estas entidades agentes económicos relevantes.

A nacionalização de setores fundamentais da economia, remetendo o papel das grandes empresas para uma posição periférica, constitui-se como a opção mais relevante para percentagens equivalentes da População (18%) e dos Autarcas (16%). Estes valores são relativamente superiores aos dos Empresários (7%), defensores sobretudo do seu próprio papel na economia.

Figura 5.9 Análise comparada das frequências de resposta à questão relativa ao domínio Mercado e Economia: «A economia no futuro deverá...»



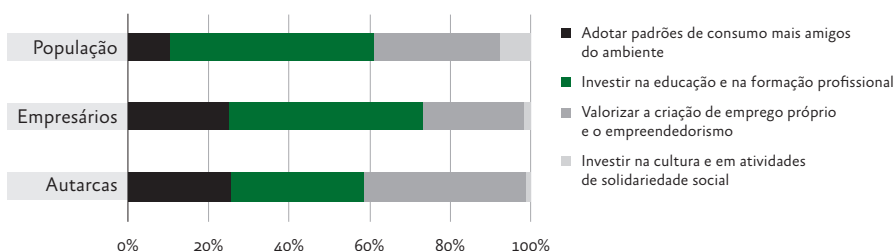
Fonte: Inquérito MuVe (2013)

Sociedade e Economia: entre a educação / formação profissional e a iniciativa individual?

A avaliação das opiniões dos inquiridos sobre qual deve ser o principal contributo individual das pessoas, enquanto membros da sociedade, para um desenvolvimento económico mais sustentável no futuro foi utilizada para analisar as prioridades de mudança respeitantes ao domínio Sociedade e Economia (figura 5.10).

Aproximadamente metade da População (51%) e dos Empresários (48%) aponta o investimento na educação e na formação profissional como o principal contributo potencial das pessoas para um desenvolvimento económico sustentável no futuro. Essa opinião é expressa por apenas 33% dos Autarcas. Para estes, o empreendedorismo e o emprego próprio assumem um papel cimeiro, recolhendo 40% das respostas, um valor superior ao dos outros universos estudados (31% para a População e apenas 25% para os Empresários).

Figura 5.10 Análise comparada das frequências de resposta à questão: «O principal contributo que as pessoas devem dar para um desenvolvimento económico sustentável no futuro é...»



Fonte: Inquérito MuVe (2013)

A adoção de padrões de consumo mais amigos do ambiente é salientada por cerca de um quarto dos Empresários e dos Autarcas. No entanto, só 11% da População reconhece esse contributo como prioritário, o que revela a maior importância que os inquiridos deste universo atribuem, na atual conjuntura, a fatores de valorização profissional e de emprego.

O investimento na cultura e em atividades de solidariedade social é remetido para uma posição subalterna pelos três universos estudados. Ainda assim, e à imagem do que se verifica noutros domínios (por exemplo, Mercado e Economia), é a População – potencialmente beneficiária e, como tal, mais sensível à importância da intervenção social desenvolvida por instituições do terceiro setor – que mais valoriza as iniciativas e organizações de solidariedade social, com uma frequência de 7%, face a 1% e 2%, respetivamente, de Autarcas e de Empresários.

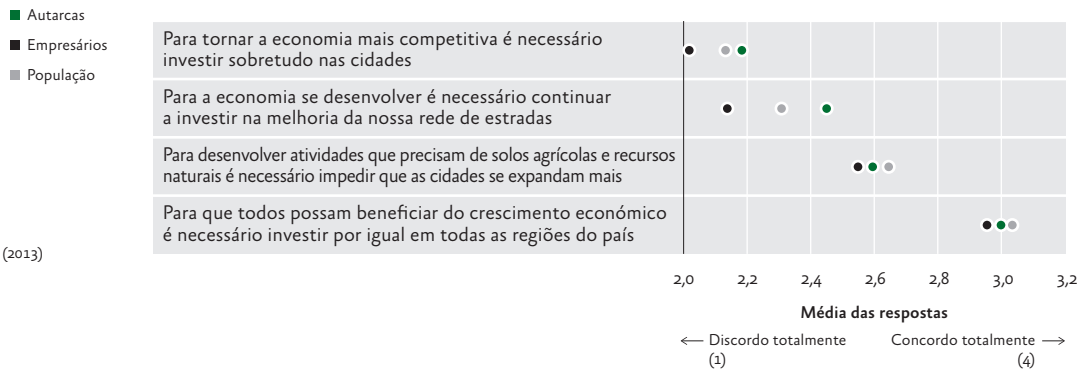
Uma análise intragrupo permite identificar algumas tendências adicionais para Autarcas para e Empresários. Os Autarcas do PSD e os Empresários do setor da construção tendem a valorizar mais a criação de emprego próprio e a iniciativa individual. Pelo contrário, os Autarcas do PCP-PEV, e também, embora em menor grau, os do PS, e os Empresários de outros serviços⁸, em alguns casos ligados a profissões técnicas e liberais, ou seja, com maior necessidade de recursos humanos qualificados, salientam sobretudo a aposta na educação e na formação profissional.

⁸. Outros serviços: atividades terciárias não incluídas nas classes G: «Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos» e I: «Alojamento, restauração e similares» da CAE rev. 3.1.

Território e Economia: equidade territorial, a grande prioridade?

Foram colocadas quatro questões às quais os inquiridos respondiam indicando a sua posição numa escala de concordância com quatro opções: «discordo totalmente» (1), «discordo» (2), «concordo» (3) e «concordo totalmente» (4). A figura 5.11 sintetiza os resultados obtidos. O gráfico apresenta as médias das respostas, calculadas a partir dos valores acima referidos.

Figura 5.11 Análise comparada das respostas ao domínio Território e Economia: média das respostas



Fonte: Inquérito MuVe (2013)

A análise do gráfico anterior permite efetuar comparações sobre os graus relativos de adesão dos três universos a cada uma das propostas apresentadas.

Mesmo com diferentes intensidades, os níveis de aceitação das quatro questões são semelhantes para os três universos. A necessidade de investir por igual em todas as regiões do país congrega os maiores níveis de concordância, seguida da importância de impedir a expansão física das cidades. Pelo contrário, a maioria dos respondentes não apoia a concentração de investimento nas cidades ou o investimento na melhoria da rede de estradas.

Uma exceção a esta última tendência diz respeito aos Autarcas, com quase 50% a assinalar a importância de investir na melhoria da rede de estradas, opinião partilhada por não mais do que 38% da População e 28% dos Empresários. Esta é, aliás, a opção que maior divergência provoca entre os três universos. Os elevados encargos municipais com as infraestruturas rodoviárias concelhias e a relevância política conferida à realização de obras públicas pelos Autarcas concorrem, certamente, para essas diferenças.

A concentração dos investimentos nas cidades origina as maiores clivagens dentro de cada universo. Apenas 13% dos Empresários, 21% dos Autarcas e 28% da População manifestaram o seu acordo com essa opção. No que respeita à importância atribuída ao equilíbrio inter-regional dos investimentos, a População é o universo que demonstra maiores preocupações redistributivas, com cerca de 90% de respostas favoráveis, face a não mais do que 70% para Autarcas e para Empresários.

No que diz respeito aos Autarcas, verifica-se uma distinção estatisticamente significativa relacionada com a dimensão populacional dos concelhos. De facto, os Autarcas dos municípios de maior dimensão expressam um menor acordo em relação à necessidade de melhorar a rede de estradas e de assegurar uma distribuição regional mais equitativa do investimento. Estes resultados

parecem apoiar a justificação avançada anteriormente sobre os encargos municipais com as redes rodoviárias locais. Refletindo a sua posição hierárquica superior na estrutura territorial nacional, os Autarcas dos concelhos de maior dimensão populacional são também aqueles que revelam uma maior adesão à necessidade de centralização dos investimentos nas cidades.

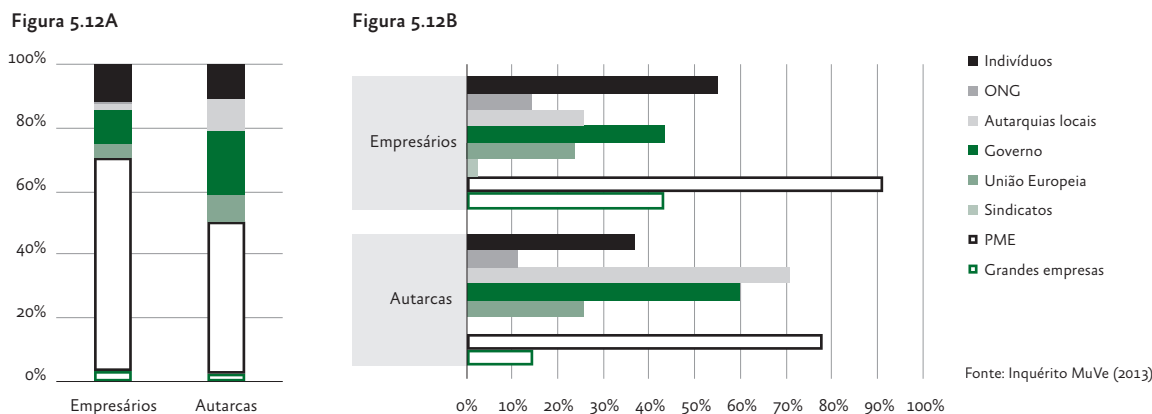
5.2.5 Agentes e instrumentos de mudança

Tipos de entidades: as PME... mas também os poderes políticos e os indivíduos?

Os questionários aplicados a Autarcas e a Empresários incluem, ainda, um quinto bloco temático, constituído por cinco questões através das quais se procuram identificar os principais agentes e instrumentos de mudança a favor de um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal.

Uma dessas questões incide sobre as entidades promotoras dessa mudança, cujos resultados são apresentados na figura 5.12. Esta é constituída por dois gráficos: i) as frequências referentes à opção selecionada em primeiro lugar (5.12A); e ii) a soma das frequências referentes às duas opções escolhidas pelos inquiridos (5.12B).

Figura 5.12 Análise comparada das frequências de resposta à questão: «Dos seguintes tipos de entidades, qual considera ser o mais importante para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal?»



As PME são consideradas as entidades mais relevantes por ambos os grupos (67% para os Empresários; 48% para os Autarcas). No total, 90% dos Empresários e quase 80% dos Autarcas mencionaram as PME como um dos agentes prioritários para estimular um desenvolvimento mais sustentável em Portugal.

Excetuando a anterior convergência, são claras as distinções entre os dois grupos. Para os Autarcas, as entidades mais relevantes para estimular

alterações no modelo de desenvolvimento económico são o governo (cerca de 20% como primeira alternativa, 60% no somatório das três entidades prioritárias) e as autarquias locais (70% no cumulativo), ou seja, as entidades que representam o poder político. Os Empresários destacam, além das PME, o papel da iniciativa individual (12% e 55%, respetivamente) e, em menor escala, das grandes empresas e do governo (mais de 40% no somatório das três entidades mais valorizadas).

As organizações não governamentais (ONG) e os sindicatos foram as entidades menos consideradas. A União Europeia, ligeiramente mais referida pelos Autarcas do que pelos Empresários, faz ainda assim parte das respostas de quase um quarto dos inquiridos.

Tipos de cooperação: com as universidades e... com os próprios?

Empresários e Autarcas foram ainda inquiridos acerca dos tipos de cooperação mais relevantes para promover um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal (figura 5.13, constituída por dois gráficos, o primeiro dos quais com as frequências correspondentes à primeira opção e o segundo com o somatório das três respostas selecionadas como prioritárias).

A cooperação entre empresas e universidades assume primazia nas escolhas de Empresários e de Autarcas, quer como elemento mais importante (percentagens em torno dos 40%), quer na soma das três opções prioritárias (70% para os Empresários e 82% para os Autarcas). Estes resultados confirmam o relevo atribuído à ciência no domínio Ciência e Economia, anteriormente analisado, sendo, de novo, os Autarcas quem atribui maior importância ao papel das universidades na construção da economia do futuro.

Como se verificou nas respostas relativas à identificação das entidades consideradas mais relevantes para promover a mudança a favor de uma economia mais sustentável, ambos os grupos tendem a valorizar o seu próprio papel como agentes de mudança. Assim, os Autarcas salientam a cooperação entre empresas e autarquias locais (61% no somatório), entre empresas e governo e entre diferentes níveis de administração. Pelo contrário, os Empresários evidenciam a cooperação entre empresas (63% no total), entre pessoas inovadoras (47% de menções totais) e entre empresas e governo (40% no cumulativo).

Também de forma similar ao que se verificou nas respostas relativas à identificação das entidades mais relevantes para promover mudanças favoráveis a um desenvolvimento económico mais sustentável, e confirmando o que já havia sido apurado em relação a outros domínios (por exemplo, Mercado e Economia ou Sociedade e Economia), tanto os Empresários como os Autarcas remetem o papel das ONG para uma posição subalterna.

Figura 5.13 Análise comparada das frequências de resposta à questão: «Dos seguintes tipos de cooperação, qual considera ser o mais importante para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal?»

Figura 5.13A

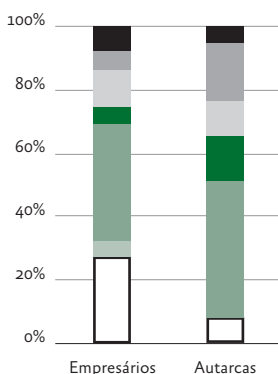
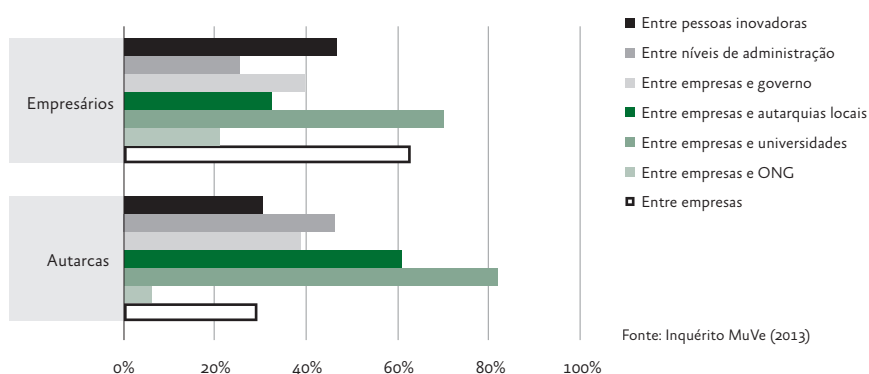


Figura 5.13B



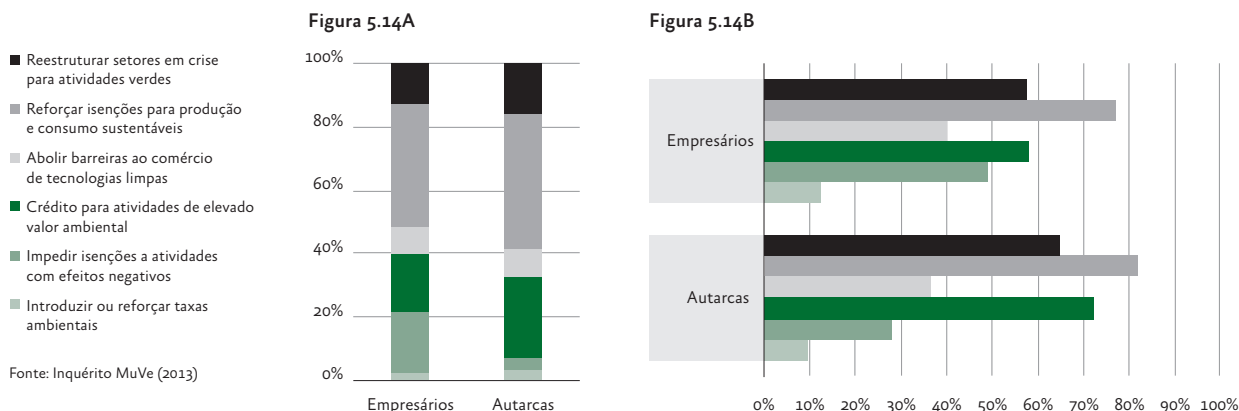
Fonte: Inquérito MuVe (2013)

Tipos de instrumentos de regulação: isenções e crédito de valor ambiental, os instrumentos decisivos?

Nos inquéritos a Empresários e a Autarcas figurava também uma questão referente aos instrumentos de regulação considerados mais eficazes para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal (figura 5.14, que inclui, à imagem das figuras anteriores, dois gráficos).

As opiniões dos dois grupos são aqui, em geral, coincidentes. Ambas enfatizam o reforço de isenções promotoras da produção e do consumo sustentáveis acima das outras alternativas (40% como primeira opção; 80% nas três prioridades). A criação de linhas de crédito para atividades com elevado valor acrescentado e a reestruturação de setores em crise para atividades mais verdes, respetivamente a segunda e a terceira opções com um maior número de referências, reúnem também elevadas percentagens de adesão por parte dos dois grupos. Os três instrumentos de regulação mais consensuais apresentam assim um teor marcadamente proativo, superando as medidas de índole punitiva ou penalizadora.

Figura 5.14 Análise comparada das frequências de resposta à questão: «Dos seguintes tipos de instrumentos de regulação económica, qual considera ser o mais importante para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal?»



Também quanto às opções menos votadas é visível a convergência de opiniões entre Empresários e Autarcas. Desta forma, a abolição de barreiras ao comércio de tecnologias limpas ou de baixo carbono e, em especial, a introdução ou o reforço de taxas ambientais figuram, consistentemente e com percentagens semelhantes, como as duas opções de resposta menos valorizadas.

A maior diferença entre Empresários e Autarcas reside na importância atribuída ao impedimento da atribuição de isenções a atividades ambientalmente negativas, um instrumento regulador de carácter sobretudo punitivo, claramente mais valorizado pelos Empresários.

Opções de gestão empresarial: mais qualidade e mais investimento verde?

Foram ainda formuladas duas questões relativas às opções de gestão empresarial e autárquica consideradas mais eficazes para promover um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal (figura 5.15, gráficos A e B).

Os dois grupos assinalam a aposta na qualificação da produção e dos serviços e a reorientação do investimento para atividades mais sustentáveis como as práticas de maior importância. Ainda assim, a primeira destas possibilidades assume uma preponderância superior para os Empresários (39% consideram-na a opção mais relevante; 65% recomendam-na em primeiro ou em segundo lugar). A segunda alternativa é mais valorizada pelos Autarcas (33% e 61%, respetivamente).

Figura 5.15 Análise comparada das frequências de resposta à questão: «Das seguintes opções de gestão empresarial, qual considera ser a mais importante para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal?»

Figura 5.15A

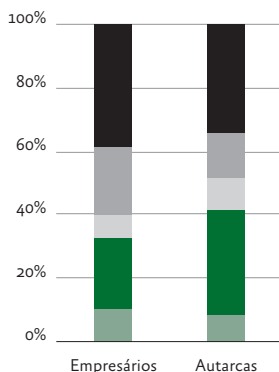
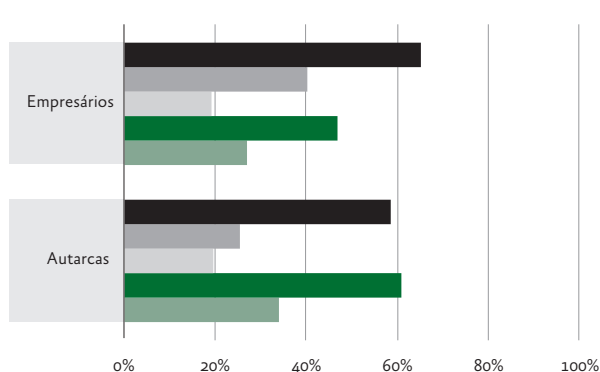


Figura 5.15B



- Reorientar a produção para a qualidade e não para a quantidade
- Flexibilizar os horários e as formas de trabalho
- Mecanismos de repartição da propriedade e dos lucros
- Reorientar o investimento para atividades mais sustentáveis
- Reafecção de emprego para atividades mais sustentáveis

Fonte: Inquérito MuVe (2013)

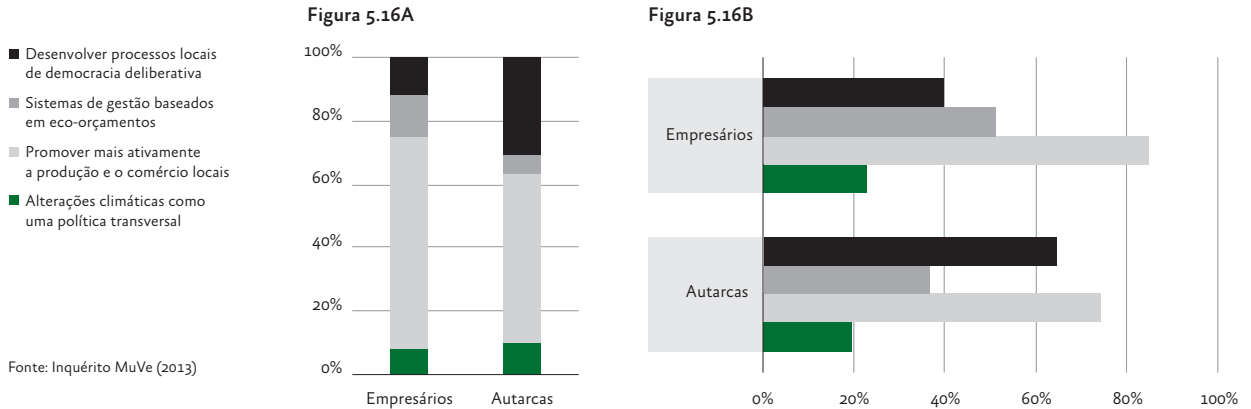
A flexibilização dos horários e das formas de trabalho assume também uma posição de destaque para os Empresários, o que pode ser interpretado como revelador da importância atribuída ao tempo livre e ao bem-estar dos trabalhadores enquanto fatores catalisadores da sua produtividade ou, pelo contrário, como um instrumento que permite viabilizar modalidades de contratação menos vinculativas para as empresas. Contrariamente, esta opção não recebe atenção equivalente por parte dos Autarcas, já que não ultrapassa, enquanto prioridade, os 15% de respostas (figura 15.5A).

A reafetação do emprego a favor de atividades mais sustentáveis e a introdução de mecanismos de repartição da propriedade e dos lucros pelos trabalhadores foram, para ambos os grupos, as duas opções menos consideradas, atingindo frequências relativas semelhantes. A última destas opções foi a menos mencionada, não tendo reunido o voto cumulativo de mais de 20% dos inquiridos (figura 15.5B). No entanto, e embora não existam diferenças internas estatisticamente significativas para qualquer dos grupos, importa assinalar o facto de mais de metade dos Autarcas do PCP-PEV terem escolhido esta opção em primeiro lugar.

Opções de gestão autárquica: valorizar a produção local, a grande prioridade?

Também as opções de gestão autárquica foram alvo de inquirição a Empresários e a Autarcas (figura 5.16, gráficos A e B).

Figura 5.16 Análise comparada das frequências de resposta à questão: «Das seguintes opções de gestão autárquica, qual considera ser a mais importante para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal?»



A valorização da produção e do comércio locais é, para os dois grupos (e em especial para os Empresários), a opção de gestão autárquica mais referida, recolhendo os votos prioritários de mais de 67% dos Empresários e de 50% dos Autarcas. Considerando as percentagens cumulativas, os valores anteriores sobem para 85% (Empresários) e 74% (Autarcas). Mais uma vez, a importância de incentivar as economias locais (e, indiretamente, as PME) aparece aqui salientada.

O desenvolvimento de processos locais de participação e de democracia deliberativa assume relevância sobretudo para os Autarcas, refletindo a penetração de discursos favoráveis a formas mais participativas de gestão e de governança envolvendo os agentes do poder político. Por outro lado, a gestão baseada em eco-orçamentos, com um cariz mais técnico e emulativo das práticas de gestão empresarial, recolhe sobretudo o apoio dos Empresários.

A consideração das alterações climáticas como uma política transversal a todos os departamentos municipais é a opção que reúne menos referências, cifrando-se, para ambos os grupos, em torno dos 10% como primeira opção e dos 20% na soma das duas prioridades.

5.3 Síntese: principais convergências e divergências

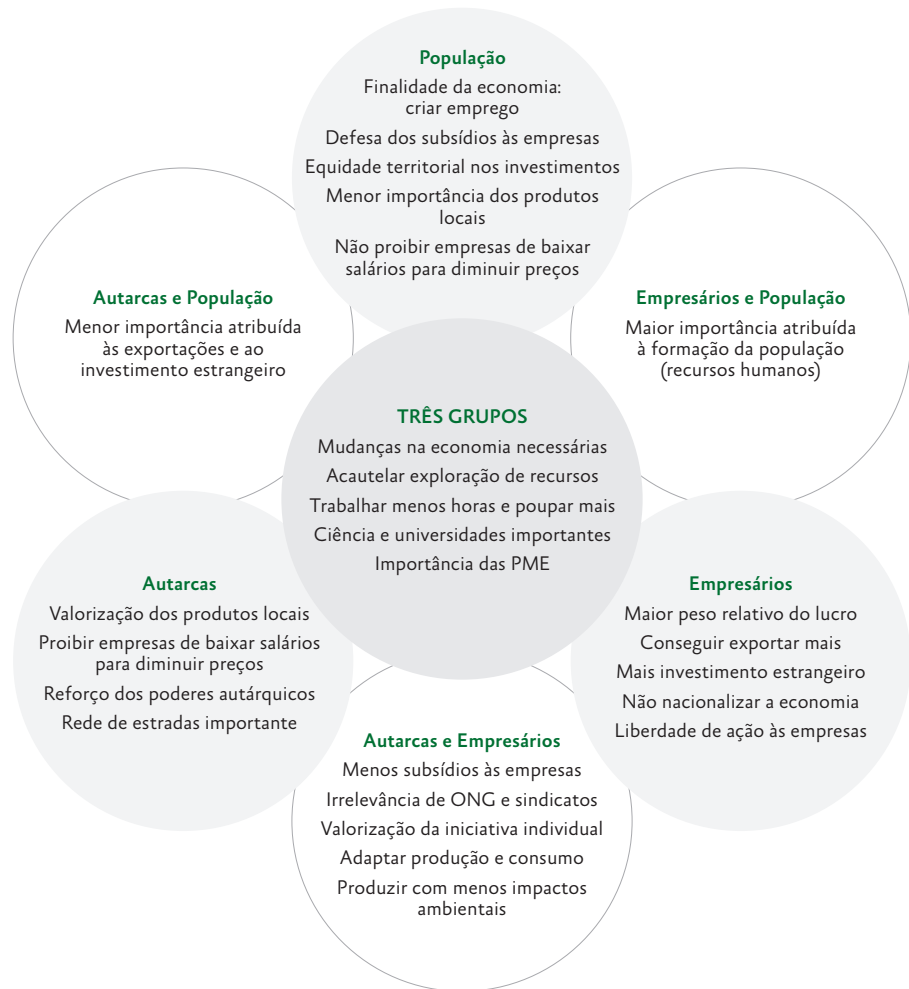
A análise comparada dos resultados dos inquéritos à População, aos Empresários e aos Autarcas permitiu identificar uma série de aspetos convergentes (com diferenças das frequências de resposta inferiores a 2%) e divergentes (com diferenças relativas superiores a 20%) no que respeita às atitudes e às opiniões dos três universos em relação à economia do futuro, à intensidade e à direção da mudança desejada (incluindo as atitudes em relação a viver bem e à economia do futuro e as respetivas prioridades por domínio) e às estratégias de gestão da mudança para a sustentabilidade, ou seja, aos agentes e aos instrumentos considerados necessários para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal.

A figura 5.17 sistematiza graficamente essas convergências e divergências. São representados três padrões de atitudes e de opiniões:

- i) Atitudes e opiniões polarizadas por um determinado universo, apresentadas no interior dos retângulos referentes, respetivamente, à População, aos Empresários e aos Autarcas;
- ii) Atitudes e opiniões comuns aos três universos inquiridos, colocadas no interior da elipse central;
- iii) Atitudes e opiniões partilhadas por dois universos, colocadas na elipse exterior entre os retângulos referentes aos universos em causa.

Tendo sido aplicadas apenas a Empresários e a Autarcas, as questões relativas aos principais agentes e instrumentos da mudança (dimensão referente às estratégias de gestão da mudança para a sustentabilidade) não foram consideradas na figura 5.17.

Figura 5.17 Atitudes e opiniões em relação a um desenvolvimento económico mais sustentável: síntese das principais convergências e divergências entre População, Empresários e Autarcas



Há quatro convergências particularmente relevantes entre os três universos inquiridos.

Em primeiro lugar, o reconhecimento quase unânime, porventura catalisado pelo atual contexto de crise, do esgotamento do modelo de desenvolvimento económico vigente, que se traduz na defesa generalizada da necessidade de mudança da economia atual (figura 5.4) e de acautelar a exploração dos recursos naturais (figura 5.6).

Em segundo lugar, os inquiridos dos três universos assumem, embora com diferentes graus de flexibilização e intensidade, a necessidade de introduzir alterações nas formas de trabalho e nas relações individuais e sociais associadas às dimensões consumo e poupança (figura 5.5). A crise e a ideia por

muitos interiorizada (e mediatizada) de “consumo acima das possibilidades” contribuem, provavelmente, para estes resultados.

Em terceiro lugar, a ciência e as universidades são consideradas, de forma quase unânime, como um fator-chave para a construção da economia do futuro (figura 5.7), o que revela a tendência para se encararem os avanços técnicos e científicos de uma forma otimista e naturalmente positiva. Neste âmbito, e embora não reunindo um consenso tão forte, também o papel da educação e da formação profissional é valorizado pelos inquiridos, em especial pela População e pelos Empresários.

Finalmente, é ainda comum à População, aos Empresários e aos Autarcas a importância atribuída às PME enquanto agentes a privilegiar nos mercados, em particular, e na economia no futuro, em geral (figura 5.9).

Podemos sintetizar os aspetos comuns aos três universos dizendo que é generalizadamente reconhecida a necessidade de alterar o modelo de desenvolvimento económico e as formas de produção e de consumo atualmente prevalentes, apostando mais no conhecimento científico, na qualificação dos recursos humanos e nas PME. Esta é a constelação de fatores que une os portugueses.

Paralelamente, existem pontos de divergência importantes entre os três universos.

As divergências mais marcadas dizem respeito à principal finalidade da economia (figura 5.1), ao papel desempenhado pelo Estado (figura 5.8), às atitudes sobre a economia no futuro (figura 5.3) e à relação entre o modelo territorial e a economia (figura 5.11). Estes são os fatores que mais dividem os portugueses.

As principais opiniões divergentes entre Empresários e Autarcas parecem decorrer, pelo menos parcialmente, dos interesses e dos objetivos associados à atividade que desenvolvem. Assim, os Autarcas surgem, em geral, como os principais defensores dos agentes e dos produtos locais, do papel das autarquias e dos demais agentes políticos na economia e da importância de se atender à promoção do bem-estar e à qualidade de vida das pessoas, e à diminuição das desigualdades sociais e territoriais. Por seu turno, os Empresários, mais do que os restantes universos, destacam a necessidade de internacionalizar e liberalizar a economia, atribuem um maior relevo ao papel das empresas e valorizam a obtenção de lucro como objetivo principal da economia.

As opiniões expressas pela População focam-se sobretudo na importância de criar e garantir emprego, considerada a principal finalidade da economia (figura 5.1) e, se possível, de manter os atuais níveis salariais e de preços. A equidade territorial e social e a satisfação das necessidades das pessoas são bastante valorizadas, mesmo que, para tal, tenha de se sacrificar a valorização dos produtos e das entidades locais ou a preservação do ambiente e dos recursos naturais. O atual contexto de crise económica e financeira e de desemprego

parece assim, e em maior escala do que para os dois grupos profissionais, condicionar as atitudes e as opiniões expressas pela População. Esta influência pode ocorrer de forma direta, como no caso da relevância atribuída ao emprego e aos salários, ou indireta, como sucede, por exemplo, na falta de confiança nos mercados, no apelo a uma atuação mais fiscalizadora do Estado (figura 5.8) ou na defesa da diminuição do consumo em benefício da poupança (figura 5.5).

Também o maior conservadorismo e a maior resistência à mudança nas atitudes da População (figura 5.3) – e mesmo, embora em menor grau, dos restantes grupos –, expresso por baixos níveis de aceitação de várias das propostas de mudança avançadas, pode refletir o atual contexto de crise. A confirmação dessa hipótese significaria que o presente período de crise não está a ser considerado por muitos como uma oportunidade para a definição e para a concretização de mudanças.

Empresários e Autarcas pronunciaram-se, ainda, sobre os principais agentes e instrumentos de mudança em Portugal (secção 5.2.5). Também aqui os interesses associados à atividade que desenvolvem parecem explicar os padrões de resposta, em particular no que diz respeito às principais entidades e aos principais tipos de cooperação que podem estimular, no futuro, uma economia mais sustentável no nosso país. No entanto, é de realçar que ambos os grupos convergem na atribuição de primazia às PME (entidades) e às universidades (cooperação), consolidando tendências verificadas anteriormente. Relativamente convergentes são também as opiniões em relação aos instrumentos de regulação mais eficazes (reforço das isenções para a produção e para o consumo sustentáveis e concessão de crédito para atividades de elevado valor ambiental) e às principais opções de gestão empresarial (reorientação do investimento para atividades mais sustentáveis e para a aposta na qualidade) e autárquica (estímulo à produção e ao comércio locais).

Tomadas no seu conjunto, as atitudes e as opiniões dos inquiridos dos três universos parecem sugerir uma adesão significativa a elementos de uma agenda de crescimento económico verde, embora coexistindo com opções próximas de outras agendas, umas mais conservadoras e outras mais radicais.

Identificadas as principais convergências e divergências entre os três universos quanto a atitudes e a opiniões em relação à economia do futuro, importa agora perceber se ocorrem diferenciações internas relevantes em cada um deles. Essa análise mais fina permitirá esclarecer se existem subgrupos, dentro de cada um dos universos, com posições próximas das categorias-tipo de resposta às crises económica e ecológica (quadro 2.2). A definição de perfis tipológicos internos a cada um dos três universos estudados constitui o objetivo do capítulo seguinte.

Capítulo 6

População, Empresários e Autarcas: definição de perfis-tipo

6.1 Introdução

No capítulo 5 identificaram-se as atitudes e as opiniões convergentes e divergentes entre os três universos estudados: População, Empresários e Autarcas. Mas nenhum destes universos é homogéneo. Existirão diferenças de atitudes e de opiniões relevantes no interior de cada um deles? E, caso existam, haverá alguma relação entre essas diferenças e as diversas perspetivas sobre o futuro da economia inicialmente apresentadas, ou seja, a economia do crescimento (*almost-business as usual*), a economia do crescimento verde (*greening*) e a economia do bem-estar (*all-change*)? E em que medida aderem os inquiridos de cada um dos universos considerados a essas perspetivas?

A resposta a este conjunto de questões baseou-se em duas análises complementares. Numa primeira fase, procurámos definir perfis-tipo para os inquiridos de cada um dos universos. Numa segunda fase, tentámos averiguar em que medida esses perfis-tipo se aproximam das agendas de mudança associadas às várias perspetivas acima referidas.

A metodologia seguida para identificar e caracterizar os perfis-tipo no interior de cada um dos universos inquiridos encontra-se sumariamente descrita na caixa 6.1.

Caixa 6.1 Definição de perfis-tipo: metodologia

Passo 1. Definição de variáveis ativas e de variáveis ilustrativas

A metodologia utilizada pressupõe a distinção entre variáveis ativas e variáveis ilustrativas.

Classificaram-se como variáveis ativas as modalidades de

resposta às 24 questões comuns aos inquiridos à População, aos Empresários e aos Autarcas relativas às seguintes dimensões:

- i) Finalidades da economia
- ii) Intensidade da mudança

- iii) Direção da mudança: atitudes em relação à economia do futuro
- iv) Direção da mudança: atitudes em relação a viver bem no futuro
- v) Direção da mudança / prioridades por domínios: Ambiente e Economia, Ciência e Economia, Estado e Economia, Mercado e Economia, Sociedade e Economia, e Território e Economia.

Identificaram-se, assim, 114 variáveis ativas.

As modalidades de resposta relativas às restantes questões foram classificadas como variáveis ilustrativas. Dado que os três inquéritos não são totalmente coincidentes, o total de variáveis ilustrativas para cada um dos universos inquiridos é distinto: 113 modalidades de resposta relativas a 14 questões, no caso da População; 125 modalidades de resposta e 18 questões, no caso dos Empresários; 119 modalidades de resposta e 17 questões, no caso dos Autarcas.

Passo 2. Análise fatorial de correspondências múltiplas baseada nas variáveis ativas

Este segundo passo consiste na aplicação de uma análise fatorial de correspondências múltiplas (ACM) às variáveis ativas. As variáveis ilustrativas não interferem na ACM, sendo exclusivamente descritivas. Tendo em conta o número de

indivíduos em análise, e de forma a tornar os resultados obtidos mais robustos, optou-se por considerar também como ilustrativas todas as variáveis ativas com uma frequência inferior a 1%. Retiveram-se, assim, das 114 variáveis ativas iniciais, 70 modalidades de resposta para a ACM.

Passo 3. Agregação dos indivíduos por graus de semelhança

O terceiro passo da metodologia utilizada consiste na aplicação de uma análise de classificação mista (métodos de classificação: centros móveis e hierárquico ascendente), em que os indivíduos de cada um dos universos são agrupados de acordo com o grau de semelhança que apresentam entre si em função das 70 variáveis ativas consideradas.

Passo 4. Definição de perfis-tipo

Os subgrupos resultantes do processo de agregação desenvolvido no passo anterior permitem identificar perfis-tipo a partir das variáveis ativas e ilustrativas que se encontram significativamente sobre-representadas em cada um deles (isto é, com um valor-teste superior a 2, o que garante, com 95% de confiança, que a sua inclusão no subgrupo não é devida ao acaso). Estas variáveis conferem, simultaneamente, unidade ao subgrupo e distinção em relação aos restantes subgrupos do mesmo universo de inquiridos.

⁹ Não foram considerados os subgrupos com um peso relativo inferior a 2% do total de inquiridos do respetivo universo, por duas razões: i) importância diminuta, sem representatividade estatisticamente significativa; e, em alguns casos, ii) manifesta incoerência entre várias das respostas ao inquérito por parte dos respondentes incluídos nesses subgrupos.

Como resultado da análise efetuada, foram identificados quatro perfis-tipo principais⁹ para os universos População e Empresários e cinco para o universo Autarcas. A cada um desses perfis-tipo foi atribuída uma designação que procura sintetizar as características que o distinguem dos restantes perfis-tipo do mesmo universo (caixa 6.2).

Caixa 6.2 Designação dos perfis-tipo principais identificados para cada um dos universos inquiridos

População: principais perfis-tipo

- Liberalismo Glocal
- Localismo Socioecológico
- Crescimento Económico
- Marginalização Social

Empresários: principais perfis-tipo

- Liberalismo Económico
- Glocalismo

- Localismo Socioecológico
- *Statu Quo*

Autarcas: principais perfis-tipo

- Equidade Social
- Intervencionismo
- Equidade Territorial
- Liberalismo Económico
- *Statu Quo*

Apresentam-se, de seguida, os perfis-tipo principais definidos para os universos analisados. Para cada universo, essa apresentação é feita em duas etapas. Em primeiro lugar, analisamos a representação gráfica (dendrograma) que sintetiza as grandes oposições que diferenciam os vários subgrupos identificados. Em segundo lugar, caracterizamos os perfis-tipo principais a partir das variáveis ativas e ilustrativas sobre-representadas. Estas duas etapas permitem responder à primeira das questões colocadas no início deste capítulo: existem diferenciações relevantes no interior de cada um dos universos inquiridos, isto é, População, Empresários e Autarcas?

6.2 Resultados

6.2.1 População

A análise dos resultados do inquérito à População conduziu à definição de quatro subgrupos principais, correspondendo a quatro perfis-tipo designados, respetivamente, por Liberalismo Glocal, Localismo Socioecológico, Crescimento Económico e Marginalização Social. Uma leitura descendente do dendrograma representado na figura 6.1 permite identificar as sucessivas oposições que diferenciam estes vários subgrupos entre si.

Caixa 6.3 Como ler os dendrogramas das figuras 6.1, 6.2 e 6.3

Os dendrogramas das figuras 6.1, 6.2 e 6.3 representam graficamente os grandes subgrupos que resultam da agregação sucessiva dos indivíduos inquiridos

de cada universo em função das semelhanças que apresentam entre si.

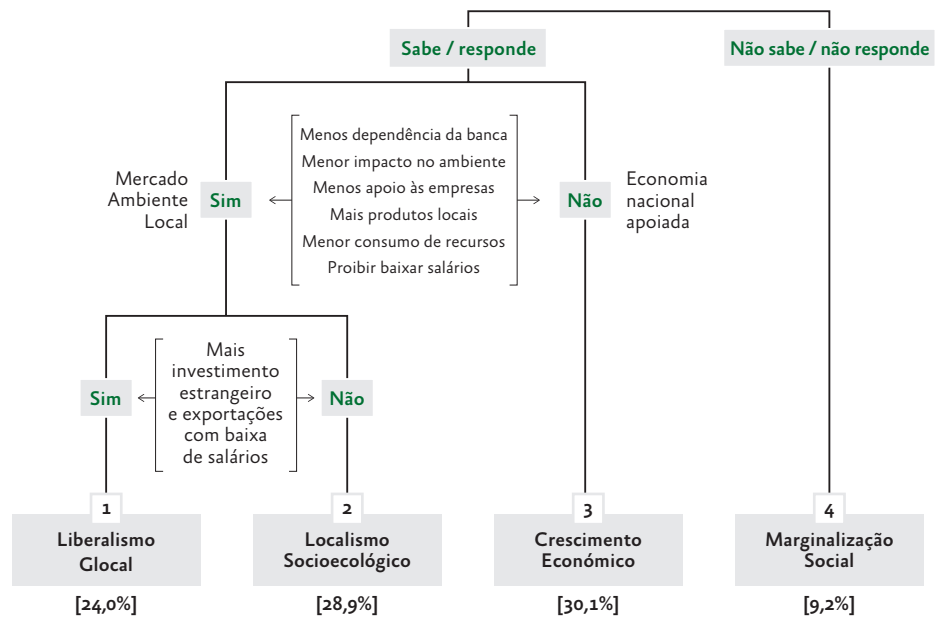
A leitura descendente de cada um dos dendrogramas permite identificar

as grandes clivagens que vão dando origem a sucessivas subdivisões.

A representação gráfica adotada inclui a indicação das variáveis que mais contribuem para essas subdivisões até à definição dos subgrupos que correspondem aos perfis-tipo principais de cada universo. A diferença entre o somatório do peso percentual dos subgrupos considerados para cada

universo e 100% traduz a importância relativa dos indivíduos que não foram incluídos em qualquer dos subgrupos principais, por apresentarem características muito particulares e não terem uma expressão estatisticamente significativa. Esse valor residual é de 7,8% no caso da População, 3,5% no que se refere aos Empresários e 3,7% no que diz respeito aos Autarcas.

Figura 6.1 População: subgrupos principais



Tendo em conta as respostas ao inquérito, a primeira oposição no seio do universo População autonomiza um subgrupo relativamente pequeno (P2, com cerca de 9% dos inquiridos), face a todos os restantes inquiridos (P1). Aquele subgrupo caracteriza-se por incluir indivíduos que têm em comum o facto de não terem respondido à maioria das questões sobre o futuro. A clivagem mais profunda entre os inquiridos do universo População é, pois, a que opõe os que não conseguem imaginar o futuro (P2) aos que têm uma opinião sobre a economia do futuro (P1).

A segunda oposição, interna a P1, destaca o subgrupo P1.2 (com cerca de 30% dos inquiridos). Este subgrupo tem como característica distintiva o facto de ter dificuldade em imaginar uma economia do futuro que seja distinta da realidade atual (ou, talvez mais corretamente, distinta da situação

prevalecente antes da crise iniciada em 2007/8). Pelo contrário, os indivíduos que integram o subgrupo P1.1 partilham a convicção de que a economia do futuro será necessariamente diferente, devendo prosseguir objetivos de bom funcionamento do mercado, de salvaguarda ambiental e de valorização das potencialidades da economia e da escala local.

Finalmente, este subgrupo P1.1 subdivide-se em dois conjuntos tendo por base a aceitação ou a rejeição da ideia de que a economia no futuro exige maior capacidade de atrair investimento estrangeiro e de exportar, mesmo que essa opção implique baixar salários. Embora P1.1.1 e P1.1.2 tenham em comum a convicção de que é necessário construir uma economia distinta da atual, a economia do futuro é formulada a partir de referenciais contrastados: mais baseada em objetivos de liberalização económica no primeiro caso (P1.1.1); mais sensível a questões sociais no segundo (P1.1.2).

Uma visão conjugada destas várias oposições permite identificar quatro subgrupos principais e caracterizar os respetivos perfis-tipo.

Caixa 6.4 Como ler os quadros 6.1 a 6.13

Os quadros 6.1 a 6.13 incluem a informação que permite caracterizar o perfil-tipo de cada um dos subgrupos principais dos três universos inquiridos.

Os quadros incluem apenas as variáveis sobrerrepresentadas no respetivo subgrupo, isto é, as que apresentam um valor-teste superior a 2. Essa informação está organizada em sete grandes entradas (em linha) e em duas colunas.

As grandes entradas referem-se aos temas considerados nos inquéritos: i) finalidades da economia; ii) intensidade da mudança; iii) direção da mudança em termos de atitudes face à economia do futuro e a viver bem no futuro; iv) direção da mudança em relação às prioridades a atribuir por domínios; v) agentes e instrumentos de mudança (apenas para Empresários e Autarcas); vi) valores sociais (apenas População); e vii) características estruturais (sociodemográficas / empresariais /

autárquicas e territoriais). As entradas i) a iv) correspondem às variáveis ativas e as restantes a variáveis ilustrativas.

Na coluna da esquerda constam as variáveis ativas ou ilustrativas que se aplicam a mais de metade dos indivíduos incluídos em cada subgrupo (“modalidades prevalectes”). A percentagem junto das variáveis indica o peso relativo dos membros do subgrupo que optam por uma determinada modalidade de resposta ou que apresentam uma dada característica. Por exemplo, o quadro 6.1 indica que 98% dos 254 indivíduos incluídos no subgrupo Liberalismo Glocal defendem que a economia do futuro deve valorizar mais os produtos locais, mesmo que isso implique preços mais elevados.

Na coluna da direita estão as variáveis ativas ou ilustrativas que, embora não se apliquem a mais de metade dos membros do subgrupo, aqui se concentram de forma significativa

(modalidades minoritárias expressivas). Por exemplo, o quadro 6.1 mostra que apenas 7% dos membros do subgrupo consideram que a finalidade principal da economia é garantir o lucro a quem investe. Contudo, 55% dos inquiridos que optaram por esta resposta encontram-se integrados neste subgrupo. Para facilitar a leitura, assinalam-se em *itálico* as variáveis em relação às quais pelo menos 40% das respostas do total de inquiridos do respetivo universo (População, Empresários ou Autarcas) se concentram nesse subgrupo.

Os espaços em branco significam que não há qualquer modalidade de resposta sobrerepresentada em relação ao aspeto em causa, porque as

respostas dadas ou são próximas da média ou se dispersam por múltiplas opções. Quanto maior for o número de células preenchidas, mais definido e distintivo é o perfil-tipo identificado.

Os vários subgrupos identificados têm graus de definição bastante distintos. Em alguns casos, os respetivos perfis-tipo baseiam-se num número alargado de variáveis, tanto ativas como ilustrativas: são subgrupos com maior grau de coerência interna e de distinção face aos restantes subgrupos. Noutros casos, pelo contrário, os subgrupos definem-se a partir de um conjunto de variáveis mais restrito em termos de número e mais limitado no que se refere aos domínios de caracterização.

População: perfil-tipo 1. Liberalismo Glocal

O quadro 6.1 inclui as variáveis ativas e ilustrativas sobre representadas neste subgrupo (isto é, com um valor-teste superior a 2).

O que caracteriza os inquiridos incluídos neste subgrupo da População? São sobretudo as atitudes assumidas em relação à economia do futuro que o distinguem: uma economia mais glocal, mais verde e com preocupações sociais, mesmo que isso implique preços mais elevados, aumento de impostos ou até diminuição de salários. Este subgrupo concentra, também, percentagens significativas dos que possuem uma visão claramente material sobre viver bem no futuro: ganhar mais para consumir mais, mesmo que isso implique trabalhar mais horas e poupar menos. O subgrupo concentra, ainda, um número relevante de respostas que salientam o papel da ciência, das empresas e da iniciativa individual na construção da economia do futuro.

Curiosamente, este conjunto de atitudes e de opiniões não surge associado a perfis específicos do ponto de vista dos valores sociais ou de características sociodemográficas e territoriais, à exceção das variáveis minoritárias expressivas “sexo masculino” e “posição política de centro direita”.

Quadro 6.1 População: caracterização do perfil-tipo 1. Liberalismo Glocal

POPULAÇÃO PERFIL-TIPO 1. LIBERALISMO GLOCAL (TOTAL DE INDIVÍDUOS: 245 – 24,0 %)

Dimensão		Modalidades sobrerepresentadas (valor teste >2)	
		Modalidades prevalentes (> 50% dos indivíduos do subgrupo)	Modalidades minoritárias expressivas
Finalidades da economia			<i>Garantir o lucro a quem investe (7%).</i>
Intensidade da mudança			A economia do futuro deverá ser completamente diferente da atual (31%).
Direção da mudança: atitudes	Em relação à economia do futuro	<p>Valorizar os produtos locais, mesmo que implique preços mais elevados (98%).</p> <p>Mais exportação, mesmo que implique diminuir salários (83%).</p> <p>Produzir com menos impactos negativos no ambiente, mesmo que implique preços mais elevados (81%).</p> <p>Economia a depender menos dos bancos, mesmo que implique aumentar impostos (80%).</p> <p>Mais investimento estrangeiro, mesmo que implique diminuir salários (78%).</p> <p>Garantir uma distribuição igualitária da riqueza, mesmo que implique mais impostos (73%).</p> <p>Diminuir subsídios e apoios às empresas, mesmo que implique preços mais elevados (66%).</p> <p>Proibir que empresas baixem salários, mesmo que implique aumentar preços (65%).</p> <p>Produzir mais com menos recursos, mesmo que implique preços mais elevados (54%).</p>	
	Em relação a viver bem no futuro		<p>Trabalhar mais horas, para ganhar mais e consumir mais (43%).</p> <p>Ganhar mais e consumir mais, mesmo poupando menos (24%).</p>
Direção da mudança: prioridades por domínios	Ambiente e Economia		Autorização de exploração de recursos naturais deve depender do tipo de danos criados no ambiente (25%).
	Ciência e Economia	A ciência é a base da economia do futuro (50%).	A ciência tem uma importância crescente para a economia (36%).
	Estado e Economia		Garantir que as empresas cumpram a lei (33%).
			Garantir que as empresas desenvolvam livremente a sua atividade (28%).
	Mercado e Economia		Mais importância para as empresas privadas (19%).
	Sociedade e Economia		Valorizar a iniciativa individual e o empreendedorismo (39%).
	Território e Economia	É necessário impedir a expansão das cidades (71%).	É necessário investir na rede de estradas (43%). É necessário investir sobretudo nas cidades (26%).
Valores sociais			
Características sociodemográficas e territoriais			Sexo masculino (49%). <i>Posição política: centro direita (13%).</i>

Notas:

1. Todas as percentagens são calculadas em relação ao total de indivíduos do subgrupo.

2. As modalidades minoritárias expressivas assinaladas em itálico correspondem a situações em que pelo menos 40% das respostas do total de inquiridos do universo População que referiram essa modalidade estão concentradas neste subgrupo.

População: perfil-tipo 2. Localismo Socioecológico

Embora partilhando diversos aspetos com o subgrupo anterior, nomeadamente no que se refere a algumas atitudes em relação à economia do futuro, os indivíduos deste segundo perfil-tipo do universo População revelam uma postura mais orientada por preocupações ambientais, sociais e, genericamente, de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, de equidade e de valorização dos fatores imateriais de prosperidade e de desenvolvimento (tempo livre, educação, etc.). Revelam, igualmente, uma postura crítica em relação quer às situações de dependência da economia face ao sistema bancário quer ao funcionamento dos mercados financeiros.

Quadro 6.2 População: caracterização do perfil-tipo 2. Localismo Socioecológico

POPULAÇÃO PERFIL-TIPO 2. LOCALISMO SOCIOECOLÓGICO (TOTAL DE INDIVÍDUOS: 295 – 28,9 %)

Dimensão	Modalidades sobrerrepresentadas (valor teste >2)	
	Modalidades prevaletentes (> 50% dos indivíduos do subgrupo)	Modalidades minoritárias expressivas
Finalidades da economia		<i>Garantir a qualidade de vida dos cidadãos (38%). Diminuir as desigualdades sociais e regionais (28%).</i>
Intensidade da mudança	A economia do futuro deverá ser diferente da atual (66%).	
Direção da mudança: atitudes	Em relação à economia do futuro	
	Valorizar os produtos locais, mesmo que implique preços mais elevados (88%). Produzir com menos impactos negativos no ambiente, mesmo que implique preços mais elevados (86%). Não atrair investimento estrangeiro, se implicar diminuir salários (85%). Não exportar mais, se implicar diminuir salários (84%). Garantir uma distribuição igualitária da riqueza, mesmo que implique mais impostos (59%). Proibir que empresas baixem salários, mesmo que implique aumentar preços (52%). Diminuir subsídios e apoios às empresas, mesmo que implique preços mais elevados (51%).	Economia depender menos dos bancos, mesmo que implique aumentar impostos (48%). <i>Produzir mais com menos recursos, mesmo que implique preços mais elevados (41%).</i>
	Em relação a viver bem no futuro	Trabalhar menos horas, para ter mais tempo livre (80%). <i>Mudar hábitos de consumo e formas de produção, para preservar o ambiente (47%).</i>

POPULAÇÃO PERFIL-TIPO 2. LOCALISMO SOCIOECOLÓGICO (TOTAL DE INDIVÍDUOS: 295 – 28,9 %)

Dimensão		Modalidades sobrerrepresentadas (valor teste >2)	
		Modalidades prevalentes (> 50% dos indivíduos do subgrupo)	Modalidades minoritárias expressivas
Direção da mudança: prioridades por domínios	Ambiente e Economia	Autorização de exploração de recursos naturais nunca deve ser concedida se provocar danos irreparáveis no ambiente (60%).	
	Ciência e Economia		
	Estado e Economia		Regular os mercados financeiros (45%). Garantir que as empresas desenvolvam livremente a sua atividade (17%). <i>Reforçar papel das câmaras municipais (33%).</i> Definir as prioridades económicas do país (17%).
	Mercado e Economia	Mais importância às pequenas e médias empresas (63%).	
	Sociedade e Economia	Investir na educação e formação profissional (58%).	<i>Adotar padrões de consumo mais amigos do ambiente (17%).</i>
	Território e Economia	Não é necessário investir sobretudo nas cidades (84%). Não é necessário investir na rede de estradas (68%).	
Valores sociais		Crescimento económico (76%). Participação das pessoas nas empresas e autarquias (63%).	Participação dos cidadãos nas decisões do governo (49%).
Características sociodemográficas e territoriais		População município: > 100 mil hab. (64%). Trabalhador remunerado (59%).	Sexo masculino (48%). Região Lisboa (37%). <i>Região Lisboa, municípios grande dimensão (35%).</i> Idade 18 – 24 anos (10%). Idade 25 – 39 anos (27%). Região Norte, municípios de grande dimensão (21%). <i>Escolaridade: Ensino terciário (29%).</i> Escolaridade: Ensino secundário (24%). <i>Rendimento do agregado: > 2084 € (15%).</i> <i>Rendimento: 1418 – 2917 € (13%).</i>

Notas:

1. Todas as percentagens são calculadas em relação ao total de indivíduos do subgrupo.

2. As modalidades minoritárias expressivas assinaladas em itálico correspondem a situações em que pelo menos 40% das respostas do total de inquiridos do universo População que referiram essa modalidade estão concentradas neste subgrupo.

Ao contrário do que sucede no perfil-tipo anterior, neste caso, a visão predominante associa-se a perfis específicos de valores sociais (com realce para a componente de participação cívica nas empresas e nas autarquias) e de características sociodemográficas e territoriais (população urbana assalariada, jovem e com níveis relativamente elevados de instrução e de rendimento). Em comum com o perfil-tipo anterior destaca-se apenas a sobrerrepresentação de elementos do sexo masculino.

População: perfil-tipo 3. Crescimento Económico

Contrastando com os dois perfis-tipo precedentes, que defendem a construção de um futuro distinto da realidade atual, os indivíduos incluídos neste subgrupo parecem estar sobretudo preocupados com a degradação dos atuais (ou do passado recente) níveis materiais de vida e de consumo. A direção da mudança, nas suas diversas dimensões, surge, assim, fortemente condicionada por duas preocupações complementares: criar emprego e evitar o aumento de preços e de impostos, mesmo que este último objetivo implique custos ambientais (produzir consumindo mais recursos e com danos ambientais, não limitar a expansão das cidades, etc.) ou sociais (aumento das desigualdades) e uma menor valorização dos produtos locais.

Quadro 6.3 População: caracterização do perfil-tipo 3. Crescimento Económico

POPULAÇÃO PERFIL-TIPO 3. CRESCIMENTO ECONÓMICO (INDIVÍDUOS: 308 – 30,1 %)

Dimensão	Modalidades sobrerrepresentadas (valor teste >2)	
	Modalidades prevaletentes (> 50% dos indivíduos do subgrupo)	Modalidades minoritárias expressivas
Finalidades da economia	Criar emprego (66%).	
Intensidade da mudança		
Direção da mudança: atitudes	Em relação à economia do futuro	
		<p>Não produzir mais com menos recursos, se implicar preços mais elevados (92%).</p> <p>Não atrair investimento estrangeiro, se implicar diminuir salários (89%).</p> <p>Aumentar subsídios e apoios às empresas, desde que implique preços mais baixos (89%).</p> <p>Não exportar mais, se implicar diminuir salários (88%).</p> <p>Economia a depender mais dos bancos, se isso permitir baixar os impostos (82%).</p> <p>Empresas devem poder baixar salários (81%).</p> <p>Produzir com mais impactos negativos no ambiente, desde que implique preços mais baixos (81%).</p> <p>Não garantir uma distribuição igualitária da riqueza, se implicar mais impostos (65%).</p> <p>Não valorizar os produtos locais, se implicar preços mais elevados (55%).</p>
	Em relação a viver bem no futuro	Trabalhar mais horas, para ganhar mais e consumir mais (46%).

POPULAÇÃO PERFIL-TIPO 3. CRESCIMENTO ECONÓMICO (INDIVÍDUOS: 308 – 30,1 %)

Dimensão		Modalidades sobrerepresentadas (valor teste >2)	
		Modalidades prevalentes (> 50% dos indivíduos do subgrupo)	Modalidades minoritárias expressivas
Direção da mudança: prioridades por domínios	Ambiente e Economia		<i>Autorização de exploração de recursos naturais deve depender do número de postos de trabalhos a criar (29%).</i>
	Ciência e Economia		
	Estado e Economia		<i>Garantir que as empresas cumpram a lei (33%).</i>
	Mercado e Economia		Nacionalizar setores fundamentais da economia (22%).
	Sociedade e Economia		<i>Investir na cultura e na solidariedade social (13%).</i>
	Território e Economia	É necessário investir por igual em todas as regiões do país (91%).	Não é necessário impedir a expansão das cidades (40%).
Valores sociais			Combater preços (36%). Crescimento económico (24%). <i>Forças armadas (10%).</i>
Características sociodemográficas e territoriais		Sexo feminino (65%). Norte (50%).	Rendimento: <458 € (41%). Escolaridade: 1.º ciclo (40%). Posição política: centro esquerda (33%). <i>Rendimento: 459 – 625 € (26%).</i> <i>Região Norte, concelhos de média dimensão (25%).</i> <i>Rendimento do agregado: 626 – 833 € (16%).</i>

Notas:

1. Todas as percentagens são calculadas em relação ao total de indivíduos do subgrupo.

2. As modalidades minoritárias expressivas assinaladas em itálico correspondem a situações em que pelo menos 40% das respostas do total de inquiridos do universo População que referiram essa modalidade estão concentradas neste subgrupo.

Ganhar mais e conseguir poupar surgem, assim, como componentes essenciais da noção de viver bem no futuro, mesmo que, para atingir esses objetivos, seja necessário consumir menos.

Também a aceitação de situações de maior dependência em relação à banca e de maior intervenção por parte do Estado deve ser interpretada à luz dessa situação: 82% dos indivíduos incluídos neste subgrupo aceitam que a economia dependa mais da banca, desde que essa opção permita baixar os impostos; e 22% defendem a nacionalização dos setores fundamentais da economia, de modo a garantir preços mais baixos ao consumidor.

Entre os indivíduos incluídos neste subgrupo salientam-se os valores sociais de natureza materialista, associados quer à melhoria dos níveis de vida (combater aumento de preços, promover crescimento económico) quer, ainda que de forma menos marcada, à ideia de ordem (papel das forças armadas). Do ponto de vista das características sociodemográficas e territoriais, destaca-se um perfil constituído por mulheres da região Norte, com baixos níveis de rendimento e de escolaridade e um posicionamento político de centro-esquerda.

População: perfil-tipo 4. Marginalização Social

Este último perfil-tipo distingue-se dos anteriores por incluir indivíduos com incapacidade ou com dificuldade de se pronunciarem sobre as diversas dimensões relativas às finalidades da economia e à intensidade e direção da mudança no que se refere à economia do futuro. Essa posição está bem ilustrada pela ocorrência sistemática da categoria de resposta «não sabe / não responde».

Quadro 6.4 População: caracterização do perfil-tipo 4. Marginalização Social

POPULAÇÃO PERFIL-TIPO 4. MARGINALIZAÇÃO SOCIAL (TOTAL DE INDIVÍDUOS: 94 – 9,2 %)

Dimensão	Modalidades sobrerrepresentadas (valor teste >2)	
	Modalidades prevaletentes (> 50% dos indivíduos do subgrupo)	Modalidades minoritárias expressivas
Finalidades da economia	Não sabe / não responde.	
Intensidade da mudança	Não sabe / não responde.	
Direção da mudança: atitudes	Em relação à economia do futuro	Não sabe / não responde.
	Em relação a viver bem no futuro	Não sabe / não responde.
Direção da mudança: prioridades por domínios	Ambiente e Economia	Não sabe / não responde.
	Ciência e Economia	Não sabe / não responde.
	Estado e Economia	Não sabe / não responde.
	Mercado e Economia	Não sabe / não responde.
	Sociedade e Economia	Não sabe / não responde.
	Território e Economia	Não sabe / não responde.
Valores sociais		Forças armadas (28%) Cidades e campo bonitos (14%)
Características sociodemográficas e territoriais	Sexo feminino (70%). Idade: 65 ou mais anos (61%). Rendimento: <458 € (57%). Reformado (56%). Escolaridade: 1.º ciclo (51%).	Região Centro (44%). Nenhuma escolaridade (25%). Rendimento do agregado: <458 € (25%). Rendimento do agregado: 459 – 625 € (23%). Região Alentejo (17%). Região Centro, concelhos de grande dimensão (23%). Região Centro, concelhos de média dimensão (17%). Região Alentejo, concelhos de pequena dimensão (10%).

Nota: todas as percentagens são calculadas em relação ao total de indivíduos do subgrupo.

Os indivíduos integrados neste último subgrupo têm um perfil muito claro: pessoas do sexo feminino, idosas, com níveis de rendimento e de escolaridade muito baixos, residindo sobretudo nas regiões Centro e Alentejo.

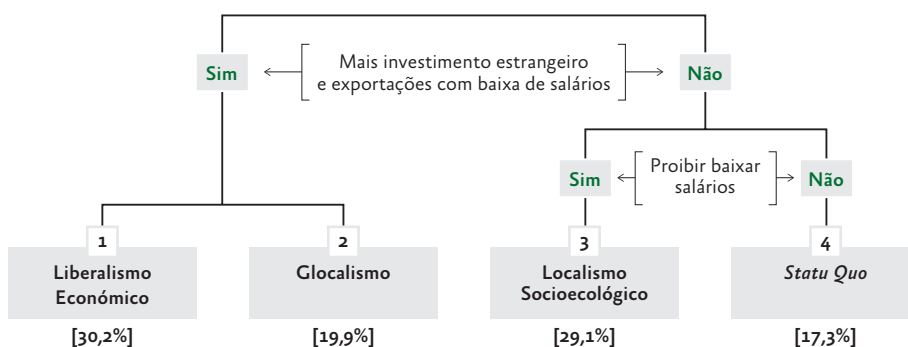
6.2.2 Empresários

A figura 6.2 traduz o modo como se posicionam, em termos relativos, os quatro subgrupos principais de Empresários correspondentes aos perfis-tipo identificados na caixa 6.2: Liberalismo Económico, Glocalismo, Localismo Socioecológico e *Statu Quo*.

A oposição mais relevante para o universo Empresários estrutura-se em torno da aceitação (E1) ou rejeição (E2) da opção de atrair mais investimento estrangeiro e exportar mais, mesmo que isso signifique salários mais baixos.

Cada um desses grupos subdivide-se, por sua vez, em torno de outras oposições. Em E2 a principal oposição refere-se à defesa (E2.1) ou à rejeição (E2.2) da ideia de o Estado poder proibir que as empresas baixem salários. A subdivisão interna a E1 não se baseia essencialmente numa variável, como no caso anterior, mas sim num conjunto de variáveis que revelam uma ponderação distinta entre a lógica de funcionamento global dos princípios do mercado (mais forte em E1.1) e a importância atribuída à escala local e à criação de emprego (E1.2).

Figura 6.2 Empresários: subgrupos principais



Apresentam-se de seguida as principais características dos quatro subgrupos identificados.

Empresários: perfil-tipo 1. Liberalismo Económico

Este subgrupo, que reúne cerca de 30% dos empresários inquiridos, defende mudanças significativas, baseadas no reforço da globalização da economia, num maior protagonismo e numa maior autonomia da iniciativa privada, num crescimento mais verde e na flexibilização do mercado de trabalho (desvalorização salarial desde que contribua para a internacionalização da economia; diminuição do total de horas de trabalho). Os inquiridos incluídos neste subgrupo não são, no entanto, sensíveis a objetivos de equidade social ou territorial, sobretudo se implicarem aumento de impostos.

Quadro 6.5 Empresários: caracterização do perfil-tipo 1. Liberalismo Económico

EMPRESÁRIOS PERFIL-TIPO 1. LIBERALISMO ECONÓMICO (TOTAL DE INDIVÍDUOS: 174 – 30,2 %)

Dimensão		Modalidades sobrerrepresentadas (valor teste >2)	
		Modalidades prevaletentes (> 50% dos indivíduos do subgrupo)	Modalidades minoritárias expressivas
Finalidades da economia		Garantir a qualidade de vida dos cidadãos (57%).	
Intensidade da mudança		A economia do futuro deverá ser diferente da atual (79%).	
Direção da mudança: atitudes	Em relação à economia do futuro	<p>Produzir com menos impactos negativos no ambiente, mesmo que implique preços mais elevados (97%).</p> <p>Diminuir subsídios e apoios às empresas, mesmo que implique preços mais elevados (91%).</p> <p>Mais exportação, mesmo que implique diminuir salários (88%).</p> <p>Mais investimento estrangeiro, mesmo que implique diminuir salários (86%).</p> <p>Não garantir uma distribuição igualitária da riqueza, se implicar mais impostos (67%).</p> <p>Empresas devem poder baixar salários (66%).</p>	
	Em relação a viver bem no futuro	<p>Trabalhar menos horas, para ter mais tempo livre (87%).</p> <p>Ganhar mais e consumir menos, para poupar mais (86%).</p>	
Direção da mudança: prioridades por domínios	Ambiente e Economia	Autorização de exploração de recursos naturais deve depender do tipo de danos criados no ambiente (45%).	
	Ciência e Economia		
	Estado e Economia	<p>Garantir que as empresas cumpram a lei (30%).</p> <p>Regular os mercados financeiros (32%).</p> <p><i>Reforçar papel das câmaras municipais (46%).</i></p> <p><i>Garantir que as empresas desenvolvam livremente a sua atividade (29%).</i></p>	
	Mercado e Economia	Mais importância para as empresas privadas (54%).	
	Sociedade e Economia		
Território e Economia	<p>Não é necessário investir na rede de estradas (84%).</p> <p>Não é necessário impedir a expansão das cidades (59%).</p> <p>Não é necessário investir por igual em todas as regiões do país (53%).</p>		

EMPRESÁRIOS PERFIL-TIPO 1. LIBERALISMO ECONÓMICO (TOTAL DE INDIVÍDUOS: 174 – 30,2 %)

Dimensão		Modalidades sobrerrepresentadas (valor teste >2)	
		Modalidades prevalectentes (> 50% dos indivíduos do subgrupo)	Modalidades minoritárias expressivas
Agentes e instrumentos da mudança	Entidades e cooperação		Cooperação empresas – universidades (44%). <i>Cooperação entre empresas (31%).</i>
	Instrumentos de regulação e opções de gestão		Regulação: Isenções fiscais que promovam padrões de produção e consumo sustentáveis (49%). Gestão empresarial: Orientação da produção para a qualidade, em detrimento da quantidade (47%). Gestão das autarquias: Promover produção e comércio locais (24%). Gestão das autarquias: <i>Desenvolver sistemas de gestão baseados em eco-orçamentos (19%).</i>
Características empresariais e territoriais			<i>Atividade económica: Outros Serviços (27%).</i>

Notas:

1. Todas as percentagens são calculadas em relação ao total de indivíduos do subgrupo.
2. As modalidades minoritárias expressivas assinaladas em itálico correspondem a situações em que pelo menos 40% das respostas do total de inquiridos do grupo Empresários que referiram essa modalidade estão concentradas neste subgrupo.

O facto de quase 60% dos empresários que integram este subgrupo considerarem que a finalidade principal da economia é garantir a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos tem tradução em objetivos como a aposta na qualidade dos produtos (em detrimento da quantidade) e a adoção de padrões mais sustentáveis tanto de produção como de consumo.

Esta visão é transversal aos vários tipos de empresas inquiridas, sendo a única característica distintiva a sobrerrepresentação de empresas de outros serviços (isto é, serviços exceto comércio, restauração e hotelaria): perto de um quarto das empresas incluídas neste subgrupo, que correspondem, no entanto, a cerca de 40% de todas as empresas de outros serviços inquiridas.

Empresários: perfil-tipo 2. Glocalismo

Embora partilhem vários aspetos com o perfil-tipo anterior, em particular no que se refere à aposta no reforço da globalização da economia, os responsáveis pelas empresas incluídas neste subgrupo defendem um caminho diferente, mais centrado em objetivos de criação de emprego (enquanto principal finalidade da economia), de valorização dos produtos e atores locais (autarquias, PME) e de equidade social e territorial. Esta posição associa-se a uma presença muito forte de empresas de pequena e média dimensão: perto de metade das empresas deste subgrupo têm menos de 20 pessoas ao serviço e quase 90% possuem menos de 50.

Quadro 6.6 Empresários: caracterização do perfil-tipo 2. Glocalismo

EMPRESÁRIOS PERFIL-TIPO 2. GLOCALISMO (TOTAL DE INDIVÍDUOS: 115 – 19,9 %)

Dimensão		Modalidades sobrerrepresentadas (valor teste >2)	
		Modalidades prevaletentes (> 50% dos indivíduos do subgrupo)	Modalidades minoritárias expressivas
Finalidades da economia		Criar emprego (87%).	
Intensidade da mudança			
Direção da mudança: atitudes	Em relação à economia do futuro	<p>Valorizar os produtos locais, mesmo que implique preços mais elevados (94%).</p> <p>Mais investimento estrangeiro, mesmo que implique diminuir salários (87%).</p> <p>Mais exportação, mesmo que implique diminuir salários (83%).</p> <p>Depender menos dos bancos, mesmo que implique aumentar impostos (74%).</p> <p>Proibir que empresas baixem salários, mesmo que implique aumentar preços (63%).</p> <p>Produzir mais com menos recursos, mesmo que implique preços mais elevados (62%).</p> <p>Garantir uma distribuição igualitária da riqueza, mesmo que implique mais impostos (58%).</p>	
	Em relação a viver bem no futuro		<p><i>Trabalhar mais horas, para ganhar mais e consumir mais (46%).</i></p> <p>Mudar hábitos de consumo e formas de produção, para gastar menos energia (34%).</p>
Direção da mudança: prioridades por domínios	Ambiente e economia		
	Ciência e economia		
	Estado e Economia	Reforçar papel das câmaras municipais (54%).	Garantir que as empresas desenvolvam livremente a sua atividade (48%).
	Mercado e Economia	Mais importância às pequenas e médias empresas (69%).	
	Sociedade e Economia		Valorizar a iniciativa individual e o empreendedorismo (38%).
Território e Economia		É necessário investir por igual em todas as regiões do país (86%).	
		É necessário impedir a expansão das cidades (70%).	
Agentes e instrumentos da mudança	Entidades e cooperação	PME (80%)	
	Instrumentos de regulação e opções de gestão	<p>Gestão das autarquias:</p> <p>Promover produção e comércio locais (83%)</p> <p>Gestão das autarquias:</p> <p>Desenvolver sistemas de gestão baseados em eco-orçamentos (50%)</p>	
Características empresariais e territoriais			<p>Pessoas ao serviço: 10-19 (48%).</p> <p>Pessoas ao serviço: 20-49 (40%).</p>

Notas:

1. Todas as percentagens são calculadas em relação ao total de indivíduos do subgrupo.
2. As modalidades minoritárias expressivas assinaladas em itálico correspondem a situações em que pelo menos 40% das respostas do total de inquiridos do grupo Empresários que referiram essa modalidade estão concentradas neste subgrupo.

A valorização simultânea das escalas global e local não será estranha ao elevado peso de PME neste subgrupo. E será também, por certo, esta forte presença de empresas de pequena e de média dimensão que explica a sobre-representação dos empresários que identificam viver bem no futuro com a necessidade de trabalhar mais horas para ganhar e consumir mais (perto de metade dos inquiridos incluídos neste subgrupo) e que valorizam a iniciativa individual e o empreendedorismo no que se refere à relação entre sociedade e economia (quase 40%).

Empresários: perfil-tipo 3. Localismo Socioecológico

Como no perfil-tipo 1 (Liberalismo Económico), a maior parte dos empresários deste subgrupo consideram que a finalidade principal da economia é garantir a qualidade de vida dos cidadãos. Também o caminho proposto para a economia do futuro coincide em alguns aspetos, como sucede, por exemplo, em relação à preocupação com os impactos negativos no ambiente ou à defesa de uma menor dependência das empresas em relação a subsídios e a apoios, mesmo que isso implique um aumento de preços.

Os empresários deste subgrupo divergem, no entanto, radicalmente do perfil-tipo liberalismo económico em relação a aspetos sociais, em particular no que se refere à possibilidade, que rejeitam, de diminuir salários e agravar desigualdades na repartição da riqueza ou de incrementar as exportações e o investimento estrangeiro com base em processos de desvalorização salarial. Predomina, pois, uma perspetiva socioecológica, que defende a existência de limites não só ambientais mas também sociais aos processos de globalização das economias.

Quadro 6.7 Empresários: caracterização do perfil-tipo 3. Localismo Socioecológico

EMPRESÁRIOS PERFIL-TIPO 3. LOCALISMO SOCIOECOLÓGICO (TOTAL DE INDIVÍDUOS: 168 – 29,1 %)

Dimensão		Modalidades sobrerrepresentadas (valor teste >2)	
		Modalidades prevaletentes (> 50% dos indivíduos do subgrupo)	Modalidades minoritárias expressivas
Finalidades da economia		Garantir a qualidade de vida dos cidadãos (54%).	
Intensidade da mudança			
Direção da mudança: atitudes	Em relação à economia do futuro	<p>Produzir com menos impactos negativos no ambiente, mesmo que implique preços mais elevados (100%).</p> <p>Não atrair investimento estrangeiro, se implicar diminuir salários (96%).</p> <p>Valorizar os produtos locais, mesmo que implique preços mais elevados (94%).</p> <p>Não exportar mais, se implicar diminuir salários (93%).</p> <p>Proibir que empresas baixem salários, mesmo que implique aumentar preços (85%).</p> <p>Diminuir subsídios e apoios às empresas, mesmo que implique preços mais elevados (80%).</p> <p>Garantir uma distribuição igualitária da riqueza, mesmo que implique mais impostos (64%).</p>	
	Em relação a viver bem no futuro	<p>Trabalhar menos horas, para ter mais tempo livre (92%).</p> <p>Mudar hábitos de consumo e formas de produção, para preservar o ambiente (59%).</p>	
Direção da mudança: prioridades por domínios	Ambiente e Economia		
	Ciência e Economia	A ciência é a base da economia do futuro (63%).	
	Estado e Economia		
	Mercado e Economia	Mais importância às pequenas e médias empresas (72%).	
	Sociedade e Economia	Investir na educação e formação profissional (56%).	
	Território e Economia	<p>Não é necessário investir sobretudo nas cidades (93%).</p> <p>É necessário impedir a expansão das cidades (62%).</p>	
Agentes e instrumentos da mudança	Entidades e cooperação		Cooperação empresas – universidades (45%).
	Instrumentos de regulação e opções de gestão		<p>Regulação:</p> <p><i>Linhas de crédito para atividades de elevado valor ambiental (25%).</i></p> <p>Regulação:</p> <p><i>Isenções fiscais que promovam padrões de produção e consumo sustentáveis (24%).</i></p> <p>Gestão das autarquias:</p> <p><i>Desenvolver processos locais de democracia deliberativa (18%).</i></p>
Características empresariais e territoriais			

Notas:

1. Todas as percentagens são calculadas em relação ao total de indivíduos do subgrupo.
2. As modalidades minoritárias expressivas assinaladas em itálico correspondem a situações em que pelo menos 40% das respostas do total de inquiridos do grupo Empresários que referiram essa modalidade estão concentradas neste subgrupo.

Por outro lado, este subgrupo é bastante coeso no que se refere às prioridades atribuídas, em cada um dos domínios considerados, no sentido de estimular mudanças em direção ao futuro desejado: importância da ciência e das universidades, das PME, da educação e da formação profissional e das áreas não urbanas. As respostas que valorizam instrumentos favoráveis a formas de produção e de consumo ambientalmente mais sustentáveis (linhas de crédito específicas, isenções fiscais), embora envolvendo apenas um quarto dos empresários incluídos neste subgrupo, concentram-se aqui de forma significativa. O mesmo sucede, embora de forma menos marcada, com os que defendem a necessidade de as autarquias desenvolverem processos locais de democracia deliberativa.

A perspetiva que caracteriza globalmente este subgrupo não se associa a características particulares das empresas ou da sua localização.

Empresários: perfil-tipo 4. *Statu Quo*

Embora quase 50% dos empresários integrados neste subgrupo afirmem que a economia no futuro deverá ser completamente diferente da atual, as respostas dadas às dimensões que identificam quer a direção quer os agentes e os instrumentos da mudança desejada não só não permitem identificar o caminho a percorrer, como parecem rejeitar qualquer mudança que implique o aumento de preços e de impostos e mesmo, no caso do investimento estrangeiro e das exportações, a diminuição de salários.

Quadro 6.8 Empresários: caracterização do perfil-tipo 4. *Statu Quo*

EMPRESÁRIOS PERFIL-TIPO 4. *STATU QUO* (TOTAL DE INDIVÍDUOS: 100 – 17,3 %)

Dimensão		Modalidades sobre-representadas (valor teste >2)	
		Modalidades prevalentes (> 50% dos indivíduos do subgrupo)	Modalidades minoritárias expressivas
Finalidades da economia			Criar emprego (49%).
Intensidade da mudança			A economia do futuro deverá ser completamente diferente da atual (47%).
Direção da mudança: atitudes	Em relação à economia do futuro	<p>Não produzir mais com menos recursos, se isso implicar preços mais elevados (85%).</p> <p>Depender mais dos bancos, se isso implicar baixar os impostos (81%).</p> <p>Não atrair investimento estrangeiro, se implicar diminuir salários (78%).</p> <p>Empresas devem poder baixar salários (78%).</p> <p>Aumentar subsídios e apoios às empresas, desde que implique preços mais baixos (73%).</p> <p>Não garantir uma distribuição igualitária da riqueza, se implicar mais impostos (68%).</p> <p>Não exportar mais, se implicar diminuir salários (66%).</p>	Não valorizar os produtos locais, se isso implicar preços mais elevados (49%).
	Em relação a viver bem no futuro		<p>Trabalhar mais horas, para ganhar mais e consumir mais (38%).</p> <p>Ganhar mais e consumir mais, mesmo poupando menos (33%).</p>
Direção da mudança: prioridades por domínios	Ambiente e Economia		
	Ciência e Economia		
	Estado e Economia		
	Mercado e Economia		
	Sociedade e Economia		
	Território e Economia	É necessário investir por igual em todas as regiões do país (79%).	
Agentes e instrumentos da mudança	Entidades e cooperação		
	Instrumentos de regulação e opções de gestão		Gestão empresarial: reafetação de emprego a atividades mais sustentáveis (17%).
Características empresariais e territoriais			

Nota: todas as percentagens são calculadas em relação ao total de indivíduos do subgrupo.

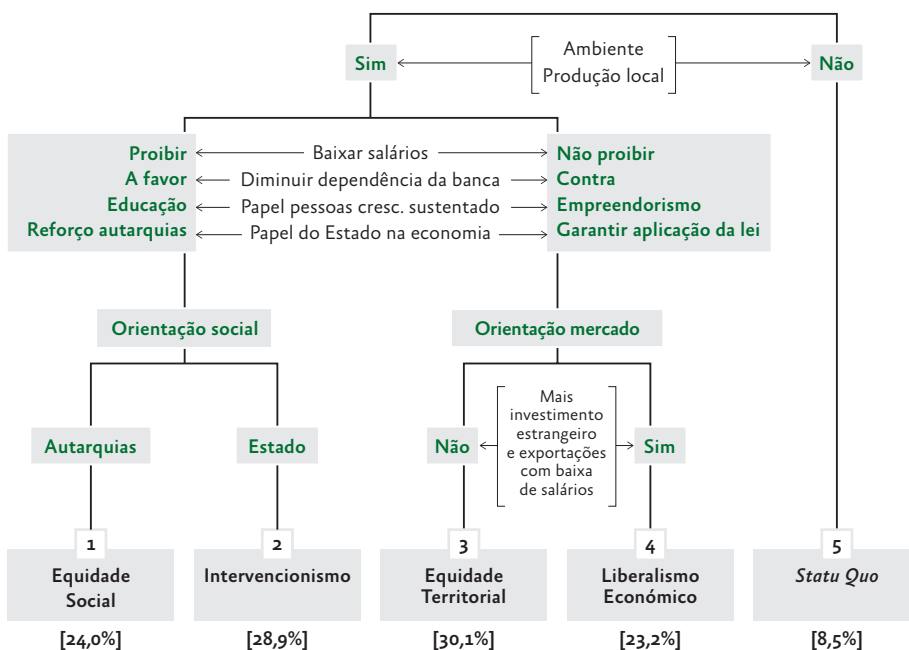
Ao contrário dos subgrupos anteriores, não existe, portanto, uma agenda explícita de mudança, mas antes a formulação de um conjunto de restrições que impeçam o agravamento das atuais condições materiais de vida e, ainda, a presença forte de uma representação de viver bem no futuro associada à possibilidade de ganhar e de consumir mais. Este contraste entre o reconhecimento da necessidade de uma economia do futuro completamente diferente da atual e a ausência de qualquer agenda de mudança parece refletir, de forma (aparentemente) paradoxal, a incapacidade de imaginar um (desejado) futuro distinto do previsível à luz do funcionamento atual da economia. Ou seja, na verdade as respostas dadas refletem mais a insatisfação face à realidade atual do que a existência de um projeto de mudança guiado por uma visão estratégica sobre o futuro.

Como no caso anterior, a perspectiva que caracteriza globalmente este subgrupo não se associa a características particulares das empresas ou da sua localização.

6.2.3 Autarcas

Para o universo dos autarcas foram identificados cinco perfis-tipo principais: Equidade Social, Intervencionismo, Equidade Territorial, Liberalismo Económico e *Statu Quo*. A figura 6.3 permite identificar as sucessivas clivagens que dão origem a esses cinco perfis-tipo.

Figura 6.3 Autarcas: subgrupos principais



A primeira grande clivagem no seio deste universo decorre da importância relativa atribuída às questões ambientais e à produção local, destacando-se um pequeno subgrupo (A2), que inclui menos de 9% dos autarcas inquiridos, caracterizado pelo pouco relevo conferido a essas questões numa agenda de construção da economia do futuro.

O grande conjunto A1, por seu turno, subdivide-se em dois subconjuntos, um com maior orientação social (A1.1) e um outro com uma orientação de mercado mais forte (A1.2).

Estes subconjuntos subdividem-se igualmente em dois. No primeiro caso (A1.1), é a importância relativa atribuída às autarquias (A1.1.1) ou ao Estado (A1.1.2) que justifica a autonomização de dois subgrupos distintos. No segundo caso (A1.2), é a posição de rejeição ou de apoio em relação à opção de atrair investimento estrangeiro e exportar mais, mesmo que isso implique salários mais baixos, que explica a partição em dois subconjuntos: A1.2.1 (contra essa posição) e A1.2.2 (a favor).

Caracterizam-se, de seguida, os cinco subgrupos principais que resultaram da análise efetuada.

Autarcas: perfil-tipo 1. Equidade Social

Este subgrupo, que inclui cerca de um quarto dos autarcas inquiridos, distingue-se claramente dos restantes por considerar que a qualidade de vida dos cidadãos é a principal finalidade da economia e por defender que as câmaras municipais devem ter um papel essencial na dinamização da economia. Esta perspetiva associa-se a preocupações sociais, traduzidas em opções como proibir que as empresas baixem salários ou como assegurar uma distribuição mais igualitária da riqueza, mesmo que essas medidas impliquem, respetivamente, preços e impostos mais elevados.

Quadro 6.9 Autarcas: caracterização do perfil-tipo 1. Equidade Social

AUTARCAS PERFIL-TIPO 1. EQUIDADE SOCIAL (TOTAL DE INDIVÍDUOS: 20 – 24,4 %)

Dimensão	Modalidades sobrerrepresentadas (valor teste >2)	
	Modalidades prevalectentes (> 50% dos indivíduos do subgrupo)	Modalidades minoritárias expressivas
Finalidades da economia	Garantir a qualidade de vida dos cidadãos (80%).	
Intensidade da mudança		
Direção da mudança: atitudes	Em relação à economia do futuro	Proibir que empresas baixem salários, mesmo que implique aumentar preços (100%). Garantir uma distribuição igualitária da riqueza, mesmo que implique mais impostos (80%). Depender menos dos bancos, mesmo que implique aumentar impostos (75%).
	Em relação a viver bem no futuro	
Direção da mudança por domínios	Ambiente e Economia	
	Ciência e Economia	
	Estado e Economia	Reforçar papel das câmaras municipais (85%). <i>Regular os mercados financeiros (40%).</i>
	Mercado e Economia	
	Sociedade e Economia	
	Território e Economia	Não é necessário investir por igual em todas as regiões do país (55%).
Agentes e instrumentos da mudança	Entidades e cooperação	
	Instrumentos de regulação e opções de gestão	Regulação: Linhas de crédito para atividades de elevado valor ambiental (50%).
Características das autarquias e territoriais		

Notas:

1. Todas as percentagens são calculadas em relação ao total de indivíduos do subgrupo.

2. As modalidades minoritárias expressivas assinaladas em itálico correspondem a situações em que pelo menos 40% das respostas do total de inquiridos do universo Autarcas que referiram essa modalidade estão concentradas neste subgrupo.

A preocupação com questões sociais, que ocupa um lugar cimeiro, é acompanhada pela defesa de uma maior independência futura da economia face à banca, pelo apelo a uma maior regulação dos mercados financeiros e, secundariamente, pela valorização de atividades de elevado valor ambiental.

Esta perspetiva não se associa preferencialmente a características específicas das autarquias ou da sua localização.

Autarcas: perfil-tipo 2. Intervencionismo

Este subgrupo, o segundo menos expressivo (15% dos autarcas inquiridos), caracteriza-se pela defesa de uma economia do futuro muito diferente da atual, através da nacionalização de setores fundamentais da economia e da manutenção de subsídios e de apoios às empresas como condição de manutenção dos preços ao consumidor. Estes autarcas atribuem grande relevância à regulação quer ambiental (licenciamento de exploração de recursos naturais) quer dos mercados financeiros.

Quadro 6.10 Autarcas: caracterização do perfil-tipo 2. Intervencionismo

AUTARCAS PERFIL-TIPO 2. INTERVENCIÓNISMO (TOTAL DE INDIVÍDUOS: 12 – 14,6 %)

Dimensão	Modalidades sobrerrepresentadas (valor teste >2)	
	Modalidades prevalectentes (> 50% dos indivíduos do subgrupo)	Modalidades minoritárias expressivas
Finalidades da economia		
Intensidade da mudança		A economia do futuro deverá ser completamente diferente da atual (58%).
Direção da mudança: atitudes	Em relação à economia do futuro	Não depender menos de subsídios e de apoios, se isso implicar preços mais elevados (67%).
	Em relação a viver bem no futuro	
Direção da mudança: prioridades por domínios	Ambiente e Economia	Autorização de exploração de recursos naturais nunca deve ser concedida se provocar danos irreparáveis no ambiente (92%).
	Ciência e Economia	
	Estado e Economia	Regular os mercados financeiros (58%).
	Mercado e Economia	Nacionalizar setores fundamentais da economia (67%).
	Sociedade e Economia	
	Território e Economia	
Agentes e instrumentos da mudança	Entidades e cooperação	
	Instrumentos de regulação e opções de gestão	
Características das autarquias e territoriais		

Nota: todas as percentagens são calculadas em relação ao total de indivíduos do subgrupo.

Esta perspetiva, como a anterior, não se associa de forma preferencial a qualquer característica das autarquias ou da sua localização.

Autarcas: perfil-tipo 3. Equidade Territorial

Os autarcas incluídos neste subgrupo partilham, sobretudo, uma posição crítica face aos efeitos sociais negativos decorrentes dos processos de globalização da economia, através da atração de investimento estrangeiro ou do reforço das exportações. Ao objetivo de equidade social adicionam, no entanto, preocupações de equidade espacial (necessidade de investir em todas as regiões do país e de não restringir esse investimento às cidades) e de preservação ambiental (consideração dos danos ambientais nas decisões de concessão de autorização à exploração de recursos e importância de produzir mais com menos recursos).

Embora apenas cerca de 30% dos autarcas incluídos neste subgrupo o refiram, concentram-se aqui, de forma significativa, aqueles que definem a criação de emprego como a principal finalidade da economia e ainda os que defendem que a cooperação entre indivíduos inovadores é um fator fundamental de mudança a favor da economia do futuro.

Quadro 6.11 Autarcas: caracterização do perfil-tipo 3. Equidade Territorial

AUTARCAS PERFIL-TIPO 3. EQUIDADE TERRITORIAL (TOTAL DE INDIVÍDUOS: 21 – 25,6 %)

Dimensão	Modalidades sobrerrepresentadas (valor teste >2)	
	Modalidades prevaletentes (> 50% dos indivíduos do subgrupo)	Modalidades minoritárias expressivas
Finalidades da economia		<i>Criar emprego (33%).</i>
Intensidade da mudança		
Direção da mudança: atitudes	Em relação à economia do futuro	Não exportar mais, se implicar diminuir salários (85%). Não atrair investimento estrangeiro, se implicar diminuir salários (85%). Produzir mais com menos recursos, mesmo que implique preços mais elevados (67%).
	Em relação a viver bem no futuro	
Direção da mudança: prioridades por domínios	Ambiente e Economia	Autorização de exploração de recursos naturais deve depender do tipo de danos criados no ambiente (76%).
	Ciência e Economia	
	Estado e Economia	
	Mercado e Economia	
	Sociedade e Economia	
	Território e Economia	É necessário investir por igual em todas as regiões do país (100%). Não é necessário investir sobretudo nas cidades (95%).

AUTARCAS PERFIL-TIPO 3. EQUIDADE TERRITORIAL (TOTAL DE INDIVÍDUOS: 21 – 25,6 %)

Dimensão	Modalidades sobrerrepresentadas (valor teste >2)	
	Modalidades prevaletentes (> 50% dos indivíduos do subgrupo)	Modalidades minoritárias expressivas
Agentes e instrumentos da mudança	Entidades e cooperação	<i>Indivíduos (29%).</i>
	Instrumentos de regulação e opções de gestão	
Características das autarquias e territoriais		

Notas:

1. Todas as percentagens são calculadas em relação ao total de indivíduos do subgrupo.

2. As modalidades minoritárias expressivas assinaladas em itálico correspondem a situações em que pelo menos 40% das respostas do total de inquiridos do universo Autarcas que referiram essa modalidade estão concentradas neste subgrupo.

Como nos dois perfis-tipo anteriores, esta perspetiva é transversal a diferentes tipos de autarquias, não se associando de forma preferencial a qualquer das suas características.

Autarcas: perfil-tipo 4. Liberalismo Económico

Os autarcas deste subgrupo, o terceiro mais numeroso e com um peso relativo próximo dos subgrupos 1 e 3 (todos com valores entre 23% e 26%), não concordam entre si no que se refere às finalidades da economia e à intensidade da mudança, mas são convergentes quanto à direção que a economia deve tomar: maior abertura ao exterior, recurso à banca desde que não acompanhado por um agravamento de impostos, flexibilização salarial, maior protagonismo por parte das empresas privadas e maior reconhecimento social da iniciativa individual e do empreendedorismo.

Ao mesmo tempo, a maioria dos autarcas deste subgrupo reconhece a existência de limites à exploração de recursos naturais e defende que viver melhor no futuro deverá significar ganhar mais mas também consumir menos, poupar mais e adotar formas de consumo e de produção mais amigas do ambiente. Esta perspetiva sugere a necessidade de conciliar a melhoria dos níveis materiais de vida com dimensões de bem-estar relacionadas com o reforço da qualidade ambiental. Ao contrário do perfil-tipo anterior, as preocupações de natureza social não têm expressão para estes autarcas.

Este subgrupo associa-se de forma relevante a municípios liderados por autarcas do PSD.

Quadro 6.12 Autarcas: caracterização do perfil-tipo 4. Liberalismo Económico

AUTARCAS PERFIL-TIPO 4. LIBERALISMO ECONÓMICO (TOTAL DE INDIVÍDUOS: 19 – 23,2 %)

Dimensão		Modalidades sobrerrepresentadas (valor teste >2)	
		Modalidades prevalectentes (> 50% dos indivíduos do subgrupo)	Modalidades minoritárias expressivas
Finalidades da economia			
Intensidade da mudança			
Direção da mudança: atitudes	Em relação à economia do futuro	Mais investimento estrangeiro, mesmo que implique diminuir salários (84%). Dependem mais dos bancos, se isso implicar baixar os impostos (84%). Mais exportação, mesmo que implique diminuir salários (79%). Empresas devem poder baixar salários (68%).	
	Em relação a viver bem no futuro	Ganhar mais e consumir menos, para poupar mais (100%). Mudar hábitos de consumo e formas de produção, para preservar o ambiente (63%).	
Direção da mudança: prioridades por domínios	Ambiente e Economia	Autorização de exploração de recursos naturais nunca deve ser concedida se provocar danos irreparáveis no ambiente (79%).	
	Ciência e Economia		
	Estado e Economia		
	Mercado e Economia	Mais importância para as empresas privadas (53%).	
	Sociedade e Economia	Valorizar a iniciativa individual e o empreendedorismo (74%).	
	Território e Economia		
Agentes e instrumentos da mudança	Entidades e cooperação		
	Instrumentos de regulação e opções de gestão		
Características das autarquias e territoriais		Partido político: PSD (68%).	

Nota: todas as percentagens são calculadas em relação ao total de indivíduos do subgrupo.

Autarcas: perfil-tipo 5. *Statu Quo*

Este subgrupo de autarcas, bastante minoritário (menos de 9% dos inquiridos), apresenta características comparáveis às do perfil-tipo 4 dos Empresários, que designámos igualmente por *Statu Quo*. Na verdade, também neste caso as respostas dadas pelos inquiridos não indiciam qualquer proposta de agenda para o futuro. As atitudes identificadas em relação à dimensão economia do

futuro refletem uma postura meramente reativa, de recusa de qualquer iniciativa que contribua para aumentar impostos e preços.

Quadro 6.13 Autarcas: caracterização do perfil-tipo 5. *Statu Quo*

AUTARCAS PERFIL-TIPO 5. STATU QUO (TOTAL DE INDIVÍDUOS: 7 – 8,5 %)

Dimensão		Modalidades sobrerrepresentadas (valor teste >2)	
		Modalidades prevalectentes (> 50% dos indivíduos do subgrupo)	Modalidades minoritárias expressivas
Finalidades da economia			
Intensidade da mudança			
Direção da mudança: atitudes	Em relação à economia do futuro	Não garantir uma distribuição igualitária da riqueza, se implicar mais impostos (100%). Não produzir mais com menos recursos, se implicar preços mais elevados (100%). Produzir com mais impactos negativos no ambiente, desde que implique preços mais baixos (86%). Não valorizar os produtos locais, se implicar preços mais elevados (57%).	
	Em relação a viver bem no futuro		
Direção da mudança: prioridades por domínios	Ambiente e Economia		
	Ciência e Economia		
	Estado e Economia		
	Mercado e Economia		<i>Mais importância para as organizações de solidariedade social (29%).</i>
	Sociedade e Economia		
	Território e Economia		
Agentes e instrumentos da mudança	Entidades e cooperação		
	Instrumentos de regulação e opções de gestão		
Características das autarquias e territoriais		População do município: <5000 hab. (43%).	

Notas:

1. Todas as percentagens são calculadas em relação ao total de indivíduos do subgrupo.
2. As modalidades minoritárias expressivas assinaladas em itálico correspondem a situações em que pelo menos 40% das respostas do total de inquiridos do universo Autarcas que referiram essa modalidade estão concentradas neste subgrupo.

O apelo a uma maior importância das organizações de solidariedade social na economia sugere estarmos perante municípios com perfis produtivos pouco dinâmicos e com problemas de natureza social. O facto de os municípios de pequena dimensão (menos de cinco mil habitantes) terem uma presença significativa neste subgrupo parece concorrer igualmente para essa hipótese.

6.2.4 Uma visão de síntese

Quais as dimensões de análise que mais contribuem para a definição de perfis-tipo, isto é, que correspondem a posições mais contrastadas dentro de cada um dos universos inquiridos?

O quadro 6.14 sintetiza os principais focos de tensão que se verificam entre os subgrupos de cada universo, assinalando as que têm um impacto muito diferenciador (identificadas com xx) ou moderadamente diferenciador (x).

Quadro 6.14 Dimensões que mais contribuem para a diferenciação interna de cada um dos universos inquiridos: População, Empresários e Autarcas

DIMENSÕES DE ANÁLISE		POPULAÇÃO	EMPRESÁRIOS	AUTARCAS
Finalidades da economia		x	xx	
Intensidade da mudança		x		
Direção da mudança: atitudes	Em relação à economia do futuro	xx	xx	xx
	Em relação a viver bem no futuro	xx	x	
Direção da mudança: prioridades por domínios	Ambiente e Economia			xx
	Ciência e Economia	x		
	Estado e Economia			x
	Mercado e Economia	x	xx	x
	Sociedade e Economia	x		
	Território e Economia	xx	xx	x
Agentes e instrumentos da mudança	Entidades e cooperação	Não se aplica		
	Instrumentos de regulação e opções de gestão	Não se aplica		
Valores sociais			Não se aplica	Não se aplica
Características sociodemográficas e territoriais		xx		

xx – Dimensão muito diferenciadora

x – Dimensão moderadamente diferenciadora

Para os três universos inquiridos – População, Empresários e Autarcas – a componente mais diferenciadora é, sem dúvida, a que diz respeito às atitudes em relação à economia do futuro, ou seja, a direção que a economia, na opinião dos inquiridos, deve tomar. As diferenças dentro de cada um dos universos estudados, mas também as semelhanças entre subgrupos de universos distintos, geram-se, em boa medida, em torno das opções colocadas no âmbito desta

dimensão. A resposta à questão «Que economia queremos?» é, pois, a que mais divide os portugueses. Mas também as prioridades a valorizar nos domínios Mercado e Economia e Território e Economia dividem de forma significativa os três universos inquiridos.

As finalidades da economia e as atitudes em relação ao conceito de viver bem no futuro diferenciam internamente os universos População e Empresários. O mesmo não acontece para os Autarcas. Estes são, por seu turno, os mais polarizados pelas atitudes e pelas opiniões que dizem respeito à relação entre Estado e Economia e, sobretudo, entre Ambiente e Economia.

Refira-se, por último, que apenas no universo População existe uma relação sistemática entre os perfis-tipo e as características particulares dos inquiridos. Essa associação não é tão explícita nos outros dois grupos, nos quais, como vimos, é sobretudo o fator dimensão (PME, no caso das empresas; reduzida dimensão populacional, para as autarquias) que parece introduzir alguma especificidade quanto a atitudes e a opiniões dos respetivos responsáveis face à economia do futuro.

6.3 Análise comparada dos diversos perfis-tipo à luz das diferentes visões da economia do futuro

Confirmada a existência de diferenças relevantes de atitudes e de opiniões sobre o futuro da economia no interior de cada um dos universos inquiridos, importa agora perceber se as diferenças detetadas têm alguma relação com as perspetivas sobre o futuro da economia anteriormente analisadas, ou seja, economia do crescimento (*almost-business as usual*), economia do crescimento verde (*greening*) e economia do bem-estar (*all-change*).

Tendo os Empresários e os Autarcas uma visão específica que, para além da sua condição de cidadãos, decorre da atividade e da função social que desempenham, não será de esperar que os perfis-tipo destes dois grupos coincidam entre si ou com os que foram identificados para o universo da População. A caracterização dos perfis-tipo dos três universos inquiridos permitiu, no entanto, identificar convergências interessantes.

No quadro 6.15 procuramos sistematizar essas convergências a partir de uma matriz analítica comum. A matriz adota como referência principal dois paradigmas contrastados para a construção da economia do futuro: globalização económica (associada à ideia de crescimento) e prosperidade global (relacionada com a ideia de progresso humano).

No âmbito do paradigma de globalização económica, foi introduzida uma distinção entre a perspetiva de economia do crescimento prevalecte até à recente crise e a visão de crescimento económico verde que tem vindo

a ser defendida na última década por diversas entidades públicas e privadas, incluindo as instituições da União Europeia, como uma alternativa ao modelo económico anterior. O paradigma designado por prosperidade global associa-se à economia do bem-estar.

Estas três situações, apresentadas no capítulo 2, foram comparadas com uma tipologia de quatro visões sobre a economia do futuro, presentes nos perfis-tipo anteriormente caracterizados. A partir desta estrutura de referência, mapearam-se os vários perfis-tipo dos três universos estudados: População, Empresários e Autarcas. A posição ocupada por cada um dos perfis-tipo no quadro 6.15 procura refletir o grau de alinhamento com as quatro situações de referência. À exceção dos perfis-tipo assinalados apenas a tracejado (curiosamente, todos pertencentes aos Autarcas: Equidade Social, Intervencionismo e Equidade Territorial), cujas características não permitem uma localização inequívoca face às situações de referência, o resultado obtido indicia uma associação significativa entre perfis-tipo e perspectivas sobre a economia do futuro.

Quadro 6.15 Posicionamento relativo dos vários perfis-tipo face a distintas concepções de economia do futuro

PARADIGMAS DE REFERÊNCIA	GLOBALIZAÇÃO ECONÓMICA		PROSPERIDADE GLOBAL	
	Crescimento (continuidade / concepção pré- crise)	Crescimento verde	Bem-estar	
Visão	Sobrevivência	Recuperação	Adaptação por resiliência	Transição socioecológica
Posição face à economia do futuro	Dificuldade de imaginar a economia do futuro	Dificuldade de imaginar uma economia diferente	Construção de uma economia diferente através de uma agenda de adaptação	Construção de uma economia diferente através de uma agenda de transformação
População				
Empresários				
Autarcas				

Nota: as percentagens são calculadas em relação ao total de inquiridos dos respetivos universos (População, Empresários e Autarcas).

Nos três universos existe um perfil-tipo caracterizado pela dificuldade de identificar qualquer tipo de economia do futuro (Marginalização Social, para a População; *Statu Quo* para Empresários e Autarcas). No caso da População, destaca-se, ainda, um perfil-tipo que explicita propostas sobre a economia do futuro, mas que parece incapaz de imaginar essa economia de forma distinta da

atual ou, talvez de forma mais precisa, da situação prevalecente até 2007/8, data do início da presente crise (Crescimento Económico). Estes quatro subgrupos que não propõem linhas de orientação claras para a economia do futuro alcançam um peso muito relevante no universo População (quase 40% dos inquiridos) e menor entre os Empresários (cerca de 17%) e os Autarcas (menos de 9%).

Pelo contrário, seis perfis-tipo indiciam visões explícitas sobre a economia do futuro, umas próximas da perspectiva de crescimento económico verde (Liberalismo Glocal), outras tendencialmente integráveis na perspectiva de economia do bem-estar (Localismo Socioecológico), outras ainda ocupando posições intermédias entre a economia do crescimento e a economia do crescimento verde (Liberalismo Económico). O perfil-tipo Intervencionismo do grupo Autarcas revela igualmente uma visão clara sobre a economia do futuro, mas que, conforme salientámos anteriormente, não se enquadra em qualquer das visões de referência consideradas.

Capítulo 7

Debatendo a economia do futuro: resultados de um *workshop* deliberativo

7.1 Introdução

Os *workshops* deliberativos (WD) permitem colocar à discussão um conjunto de temas pré-definidos perante um grupo de participantes, contribuindo para a recolha de informação e sua subsequente discussão estruturada e orientada para a obtenção de resultados concretos.

Os resultados obtidos não são habitualmente representativos, mas a sua natureza metodológica contribui para aprofundar a compreensão de questões específicas relativas a grupos-tipo de indivíduos, através da promoção de formas de discussão coletiva.

Se o inquérito teve como propósito colocar uma série de questões fechadas e estruturadas com base na análise das componentes teóricas e nos documentos de referência (capítulos 2 e 3), o WD visava sobretudo aprofundar a recolha de informação e a discussão aberta de duas questões:

- i) Qual a direção desejável da mudança (o que deve ser a economia no futuro)?;
- ii) Como estimular a mudança desejada (quais as formas de concretizar as mudanças identificadas na questão anterior)?

Tornou-se, assim, possível abrir o campo de pesquisa a interpretações não controladas, capazes de proporcionar resultados distintos ou complementares relativamente aos obtidos através do inquérito aplicado à População, aos Empresários e aos Autarcas.

7.2. *Workshop* deliberativo

7.2.1 O programa

O programa do WD foi desenhado tendo em vista a concretização de dois objetivos distintos. Por um lado, procurar respostas individuais às duas

questões enunciadas. Por outro, promover a sua discussão coletiva e obter uma ordem de prioridades.

Em termos práticos, e combinando-se duas técnicas de recolha de informação – inquérito por questionário com questões abertas e *focus group* com um enfoque deliberativo –, estes objetivos orientaram o desenho de um programa de trabalhos desdobrado em duas partes.

Numa primeira parte foi colocada a questão «Qual a direção desejável da mudança (como deve ser a economia no futuro)?» Solicitou-se a cada participante que respondesse individualmente e por escrito a esta questão, indicando duas formulações de resposta abertas (anexo 3). As respostas individuais obtidas foram então colocadas à discussão (*focus group*), produzindo-se uma síntese das cinco respostas consideradas mais relevantes para o conjunto dos participantes (através de um processo deliberativo).

Na segunda parte, essas mesmas cinco respostas foram novamente sujeitas a resposta individual e por escrito, assumindo-se agora um enfoque de natureza operativa: «Como estimular a mudança desejada?» (formas de concretizar as mudanças indicadas na primeira parte da sessão). Os resultados obtidos foram uma vez mais colocados à discussão, produzindo-se uma síntese final com as questões consideradas mais relevantes pelos participantes.

Verificou-se, em ambas as partes, o acompanhamento da sequência de etapas de trabalho por mediadores, cuja função foi orientar os participantes relativamente aos objetivos enunciados e mediar o processo de discussão tendo em vista a obtenção de respostas coletivas.

Se a componente de resposta individual não tem requisitos específicos de dinâmica de grupo, já a componente de discussão coletiva deve ser realizada com grupos de pequenas dimensões (entre cinco e nove elementos).

7.3 Resultados

7.3.1 Os participantes

A sessão, realizada em Lisboa (Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa) a 11 de dezembro de 2013, contou com um total de 44 inscritos, tendo comparecido 18 participantes. De acordo com o programa estabelecido, e após a apresentação dos resultados preliminares do projeto, dividiram-se os participantes em duas salas (nove participantes por cada sala) e criou-se, em cada uma delas, subgrupos de quatro e cinco participantes (quadro 7.1).

Ao longo do desenvolvimento dos trabalhos, e como sucede habitualmente em sessões desta natureza (participação voluntária que decorre do interesse

próprio de cada participante), houve um conjunto de indivíduos que não teve disponibilidade para estar presente ao longo de toda a sessão.

Por outro lado, e apesar de não ter existido qualquer tipo de requisito de representatividade relativamente aos participantes – a inscrição no WD era livre, condicionada apenas ao número total de participantes –, não pode deixar de se considerar que a natureza dos resultados obtidos não é alheia à composição dos participantes.

A grande maioria dos participantes tinha 50 ou mais anos. Do total de 18 participantes, 16 tinha mais de 40 anos de idade, observando-se apenas dois casos entre os 25 e os 35 anos de idade. No global, cerca de dois terços dos participantes tinham 50 ou mais anos, sendo a média de idades de 50,4 anos.

Quadro 7.1 Composição das salas na sessão

	N.º inicial de participantes	N.º final de participantes	Composição
SALA 1	9	8	4 académicos, 1 consultor, 1 autarca, 1 representante da sociedade civil (ONGD), 1 representante da administração pública, 1 com profissão desconhecida
SALA 2	9	5	7 académicos, 1 empresário, 1 com profissão desconhecida
TOTAL	18	13	11 académicos, 2 consultores, 1 autarca, 1 representante da sociedade civil (ONG), 1 representante da administração pública, 2 com profissão desconhecida

No que respeita ao grau académico dos participantes, é evidente a representação de indivíduos com elevados níveis de escolaridade: seis com doutoramento, dois com mestrado, nove com licenciatura e apenas um estudante de licenciatura. Assim, do total de dezoito participantes, dezassete tinham qualificações académicas superiores.

Finalmente, e considerando a formação de base dos participantes, torna-se evidente uma maioria (56%) com formação na área das Ciências Sociais, a que se associam três engenheiros, um biólogo (ciências naturais) e quatro com formação desconhecida.

7.3.2 Resultados da parte 1 – Qual a direção desejável da mudança?

O conjunto de respostas individuais obtidas durante a primeira parte da sessão foi sujeito a discussão coletiva em cada uma das salas, tendo em vista a obtenção de cinco respostas consideradas prioritárias acerca da direção desejável da mudança: como deve ser a economia no futuro?

Desdobrando-se os participantes em duas salas, obteve-se um total de nove respostas prioritárias à questão, uma vez que na sala 2 os participantes optaram por definir apenas quatro respostas.

Na sala 1 (quadro 7.2) foi atribuída particular relevância à natureza valorativa da economia (ética, inclusiva, equitativa, transparente, democrática, solidária), às suas condições operativas (desburocratização), à escala de gestão (articulação entre o global e o local) e aos pressupostos (resolução de conflitos, horizonte temporal, desenvolvimento e bem-estar) necessários a uma economia sustentável. As respostas 4 e 5 são evidentemente complementares em relação a um tema comum, crescimento *versus* desenvolvimento para o bem-estar.

Quadro 7.2 Sala 1 – respostas, parte 1

SALA 1 – COMO DEVE SER A ECONOMIA NO FUTURO?

Resposta	Domínios-chave	Descrição
1	Valores orientadores da economia	A economia deve ser ética, inclusiva, equitativa, transparente, democrática e solidária (do ponto de vista intra e intergeracional). Deve ser, em suma, uma economia capaz de assegurar a diversidade
2	Características operativas da economia	A economia deve ter como principais características operativas a desburocratização, a flexibilização, a fiscalização e a responsabilização do consumidor
3	Gestão glocal (articulação entre o global e o local); Multiescalamento	A organização da economia deve refletir a necessidade de mitigar os efeitos negativos dos conflitos existentes entre diferentes escalas geográficas / espaciais, apostando numa gestão glocal (concessão de importância aos contextos locais, inseridos nas dinâmicas globais)
4	Resolução de conflitos; Desenvolvimento para o bem-estar; Horizonte temporal	A organização da economia deve refletir a necessidade de resolução dos conflitos emergentes da aplicação de prioridades e políticas de curto, médio e longo prazo, sendo esta última dimensão particularmente importante e reflexiva de uma aposta no desenvolvimento e não apenas no crescimento
5	Desenvolvimento para o bem-estar (<i>versus</i> crescimento)	A principal finalidade da economia deve ser o desenvolvimento e não apenas o crescimento (financeiro), ou seja, a economia deverá ser dirigida sobretudo para a geração de bem-estar

Na sala 2 (quadro 7.3) combinaram-se valores e pressupostos operativos, sublinhando-se a regulação (sobretudo do sistema financeiro internacional), o modelo democrático (afirmando-se as liberdades individuais e a participação pública como pressupostos), a sustentabilidade e a equidade social (com destaque para a interdependência entre sustentabilidade ambiental e equidade social) e a otimização das políticas públicas. No âmbito das políticas públicas foi concedida especial ênfase a quatro objetivos: estabilidade financeira, equidade social, sustentabilidade energética e ambiental e eficiência económica, esta última associada à necessidade de concessão de estímulos às PME.

Este último aspeto acabou por ganhar algum destaque pelo reforço da importância de políticas públicas que promovam as identidades e as

especificidades regionais como forma de sustentar economicamente partes menos centrais do país.

Quadro 7.3 Sala 2 – respostas, parte 1

SALA 2 – COMO DEVE SER A ECONOMIA NO FUTURO?

Resposta	Domínios-chave	Descrição
1	Regulação (do sistema financeiro) internacional	Combater a especulação, disruptiva do tecido económico e geradora de desequilíbrios, através da regulação do sistema financeiro internacional
2	Liberdades individuais e participação pública	Encontra-se, aqui, subjacente a ideia geral da necessidade de envolvimento dos indivíduos quer quanto à tomada de iniciativas benéficas para a economia quer quanto à sua participação nas decisões, por exemplo através de consultas às populações
3	Sustentabilidade e equidade social	Colocando a ênfase na interdependência entre sustentabilidade e equidade social, abordaram-se questões ligadas às responsabilidades ambientais (com os recursos e o sistema físico) e sociais (inclusão e bem-estar dos indivíduos / trabalhadores), instrumentos promotores da diminuição dos desequilíbrios sociais e económicos
4	Otimização das políticas públicas	Foram identificados quatro fatores importantes para o estabelecimento das políticas públicas: estabilidade financeira, eficiência económica, equidade social e sustentabilidade energética e ambiental. De entre estes fatores, destacou-se a eficiência económica, ao qual se associou a necessidade de estímulo às PME. Segundo os participantes, estas empresas são potenciais focos de inovação, por um lado, sendo também instrumentais para a valorização dos recursos e dos produtos regionais e tradicionais, por outro. Este último aspeto acabou por ganhar destaque, sendo defendido o reforço da importância de políticas públicas que promovam as identidades e as especificidades regionais como forma de sustentar economicamente partes menos centrais do país

7.3.3 Resultados da parte 2 – Como estimular a mudança desejada?

A lógica de funcionamento e a respetiva organização em duas salas foram mantidas para a segunda parte da sessão, cujo propósito essencial consistiu em procurar respostas às propostas enunciadas na parte 1, com enfoque nos estímulos à mudança considerada necessária ou desejada. Os participantes deveriam enunciar duas respostas às questões que consideravam mais relevantes, produzindo-se, em seguida, uma discussão e uma síntese final tendo em vista a apresentação de cinco respostas por sala.

Assim, na sala 1, as respostas às propostas enunciadas na primeira parte distribuíram-se em função do enfoque de atuação que os participantes consideraram prioritário para obter os resultados desejados. Conforme se pode observar no quadro 7.4, os valores de referência da economia do futuro foram associados pelos participantes:

- A uma aposta na educação;
- À desburocratização, que surge associada à justiça como área de intervenção prioritária;

- À gestão glocal e à participação pública promovidas de forma a envolver vários atores e a estimular a experimentação propositiva de políticas públicas;
- À resolução da tensão entre crescimento e desenvolvimento para o bem-estar, pressupondo o estabelecimento de redes colaborativas capazes de fomentar a complementaridade e a conversação alargadas entre grupos de agentes distintos.
- À inovação social, como síntese de interatividade, aprendizagem, experimentação, meritocracia e colaboração, conceitos que surgem, também aqui, como pressupostos fundamentais para a operacionalização da economia do futuro.

Quadro 7.4 Sala 1 – respostas, parte 2

SALA 1 – COMO ESTIMULAR A MUDANÇA DESEJADA?

Resposta	Domínios-chave	Descrição
1	Educação e formação (para uma cultura de participação)	A educação / formação deverá constituir-se como uma área de ação principal, promotora do civismo, da ética e da responsabilidade. Defende-se não só uma mudança quanto aos conteúdos ensinados, mas também no que respeita às competências e aos valores transmitidos. A maior participação cívica afirmar-se-á como resultado de um processo de aposta generalizada de educação formal
2	Justiça e desburocratização	A justiça deverá ser outra área de ação principal, promovendo a eficácia e a eficiência do sistema judicial e trabalhando a moldura legal no sentido da desburocratização geral dos processos e do combate à corrupção e ao corporativismo
3	Governança e participação pública	A governança deverá ser uma terceira área de ação principal, devendo a participação pública ser promovida de forma a envolver vários atores e a experimentação propositiva de políticas públicas
4	Estabelecimento de redes colaborativas multiagentes	Estabelecimento de redes colaborativas que fomentem a complementaridade e a conversação para a decisão entre os seguintes atores-chave: políticos / decisores políticos; agentes educativos (incluindo média, academia, cidadãos); agentes económicos (incluindo os cidadãos enquanto consumidores); agentes judiciais e cidadãos em geral
5	Desenvolvimento para o bem-estar	Qualquer ação que seja tomada deverá privilegiar uma abordagem sistémica e colaborativa, que tenha como filosofia de ação / princípios orientadores a interatividade, a aprendizagem, a experimentação, a meritocracia, a colaboração e, em geral, a inovação social

Na sala 2 (quadro 7.5), os resultados obtidos assinalaram:

- A necessidade de reforçar as entidades reguladoras e de promover organismos que monitorizem e regulem o funcionamento dos mercados financeiros;
- O reforço das liberdades individuais, associado à promoção da participação dos cidadãos, salvaguardando-se, no entanto, a devida regulação de tais atividades pelo Estado;
- A educação e a sensibilização cívica ganham importância (como ocorreu na sala 1), sobretudo no que respeita à sustentabilidade e à equidade

social, evidenciando-se, também aqui, a necessidade de garantir uma maior coerência entre políticas públicas.

- A proposta de otimização das políticas públicas surge, também aqui, diretamente associada ao estímulo às PME e à garantia de pressupostos essenciais como a equidade e a inclusão social e o esbatimento das assimetrias.

Quadro 7.5 Sala 2 – respostas, parte 2

Sala 2 – Como estimular a mudança desejada?

Resposta	Domínios-chave	Descrição
1	Regulação (do sistema financeiro internacional)	Reforço das entidades reguladoras e promoção de organismos internacionais que monitorizem os mercados financeiros (metáfora de uma Organização Internacional das Finanças)
2	Liberdades Individuais (e participação dos cidadãos)	Promover a participação dos cidadãos a partir do apoio às suas iniciativas, fomentando o desenvolvimento da sociedade civil, mas garantindo o acompanhamento do Estado, através de mais regulação
3	Sustentabilidade e equidade social	Fomentar a sensibilização para as preocupações ambientais e sociais através de processos educativos para a mudança. Garantir a coerência entre políticas públicas (por vezes com objetivos que acabam por conflitar entre si). Estimular a procura e a implementação de fontes energéticas alternativas. Promover maiores racionalização e equilíbrio na utilização dos recursos
4	Otimização das políticas públicas	Estímulo à criação e sustentabilidade das PME. Criação e implementação de políticas públicas que garantam liberdades individuais e de acesso ao mercado. Criação e implementação de políticas de inclusão social que evitem o endividamento. Esbatimento das assimetrias através de políticas públicas que promovam identidades e especificidades regionais

7.4 Síntese

As duas partes constitutivas da sessão tinham como objetivo obter dois tipos de respostas intercaladas. A primeira dizia respeito à questão «como deve ser a economia no futuro?», a segunda correspondia às possíveis formas de concretizar esses propósitos.

Tendo sido colocadas de forma aberta, estas questões foram interpretadas de modo diverso pelos participantes, resultando, dos dois processos de discussão coletiva conduzidos em simultâneo, um conjunto agregado de respostas a cada uma das questões. Neste sentido, obteve-se um total de oito temas-chave que se desdobram numa componente prospetiva (como deve ser a economia?) e numa componente operativa (como fazer para alcançar a visão definida através da questão anterior?), que se sintetizam no quadro 7.6.

Quadro 7.6 Síntese por grandes temas dos resultados do *workshop* deliberativo

Temas	Como deve ser (a economia)?	Como fazer (para lá chegar)?
Valores	A economia deve ética, inclusiva, equitativa, transparente, democrática e solidária (do ponto de vista intra e intergeracional)	A educação / formação deverá constituir-se como uma área de ação principal, promotora do civismo, da ética e da responsabilidade. Defende-se não só uma mudança quanto aos conteúdos ensinados, mas também quanto às competências e aos valores transmitidos. A participação cívica resultará de um processo generalizado de educação formal
Pressupostos operativos	A economia deve ter como principais características operativas a desburocratização, a flexibilização, a fiscalização e a responsabilização do consumidor	A justiça deverá ser outra área de ação principal, promovendo-se a eficácia e a eficiência do sistema judicial e trabalhando a moldura legal no sentido da desburocratização de processos e do combate à corrupção e ao corporativismo
Governança	A organização da economia deve refletir a necessidade de mitigar os efeitos negativos dos conflitos existentes entre escalas geográficas / espaciais, apostando numa gestão “glocal” (importância concedida aos contextos locais, desde que inseridos nas dinâmicas globais)	A governança deve ser uma área de ação principal, sendo a participação pública promovida de forma a envolver vários atores e a experimentação propositiva de políticas públicas
Desenvolvimento versus crescimento	A organização da economia deve refletir a necessidade de resolução dos conflitos emergentes da aplicação de prioridades e políticas de curto, médio e longo prazo, sendo esta última dimensão particularmente importante e reflexiva de uma aposta no desenvolvimento (dirigido, sobretudo, para a geração de bem-estar) e não apenas no crescimento	Estabelecimento de redes colaborativas que fomentem a complementaridade e a conversação para a decisão entre os seguintes atores-chave: políticos / decisores políticos; agentes educativos (incluindo média, academia, cidadãos); agentes económicos (incluindo os cidadãos enquanto consumidores); agentes judiciais e cidadãos em geral
Regulação internacional	Combate à especulação, disruptiva do tecido económico e geradora de desequilíbrios	Reforço das entidades reguladoras e promoção de organismos internacionais que monitorizem os mercados financeiros
Liberdades individuais e participação pública dos cidadãos	Necessidade de envolvimento dos indivíduos (quer quanto à tomada de iniciativas benéficas para a economia, quer quanto à sua participação nas decisões), através de consulta às populações	Promover a participação dos cidadãos pelo apoio às suas iniciativas, fomentando o desenvolvimento da sociedade civil. Tais atividades deverão ser realizadas com o acompanhamento e a regulação do Estado
Sustentabilidade e equidade	Concessão de relevo às responsabilidades ambientais (recursos e todo o sistema biofísico) e sociais (inclusão e bem-estar dos indivíduos / trabalhadores), principalmente por parte das empresas, cujos resultados se expressarão quanto à diminuição dos desequilíbrios sociais e económicos.	Fomentar a sensibilização para as preocupações ambientais e para as questões sociais, nomeadamente através do desenvolvimento de processos educativos para a mudança. Garantir uma maior coerência entre políticas públicas. Estimular a procura e a implementação de diferentes fontes energéticas alternativas e promover maiores racionalização e equilíbrio na utilização dos recursos
Políticas públicas	Quatro fatores a considerar no estabelecimento das políticas públicas: estabilidade financeira, eficiência económica, equidade social e sustentabilidade energética e ambiental. Destaque para o fator eficiência económica, ao qual se associou a necessidade de estímulo às PME, aqui vistas como potenciais focos de inovação, por um lado, e de valorização dos recursos e dos produtos regionais e tradicionais, por outro. Afirmou-se igualmente a importância da promoção das identidades e das especificidades regionais como forma de sustentar economicamente partes menos centrais do país.	Várias medidas definidas: estímulo à criação de PME, implementação de políticas públicas que garantam liberdades individuais e acesso ao mercado e de políticas de inclusão social que evitem o endividamento e, ainda, o esbatemento das assimetrias através de políticas públicas que promovam identidades e especificidades regionais

Capítulo 8

Conclusões

Este estudo procurou identificar as atitudes e as opiniões de três universos – População, Empresários e Autarcas – sobre a economia do futuro, tendo como objetivo aferir o seu grau de adesão a diferentes discursos de resposta às atuais crises económica e ecológica. Essa identificação baseou-se em dois instrumentos de recolha de informação: um inquérito por questionário a amostras representativas de cada um dos universos considerados e, de forma complementar, um *workshop* deliberativo de debate envolvendo participantes com características diversificadas.

O primeiro instrumento, que constitui a principal fonte dos resultados obtidos, foi construído tendo por base quatro elementos de referência, um empírico e três de natureza concetual:

- O conteúdo de vinte e nove documentos prospetivos, produzidos por diferentes entidades após o início da atual crise, selecionados de forma a englobar uma diversidade de propostas sobre a economia do futuro;
- As agendas de transição para modelos de desenvolvimento socioeconómico mais sustentável defendidas pelas perspetivas da economia do crescimento verde e da economia do bem-estar, os dois principais discursos alternativos à visão da economia do crescimento (*almost business-as-usual*) hoje prevalecente, com o primeiro a defender um crescimento económico com preocupações ambientais e o segundo centrado na necessidade de desaceleração económica e na prosperidade e no bem-estar humanos;
- O modelo de valores materialistas e pós-materialistas de Inglehart (1977), tendo como finalidade entender em que medida as atitudes e as opiniões sobre a economia do futuro expressas pelos inquiridos se associam de forma preferencial a determinados valores sociais;
- O conceito de estratégias de mudança para a sustentabilidade e as teorias da gestão da transição, procurando identificar os atores, os instrumentos e as opções de gestão considerados mais relevantes pelos inquiridos para estimular a transição para o tipo desejado de economia do futuro.

O segundo instrumento, que combina técnicas de recolha de informação e de discussão coletiva, foi construído tendo por base duas questões:

- Qual a direção desejável da mudança, isto é, como deve ser a economia do futuro?
- Como estimular a mudança desejada, ou seja, quais as formas de concretizar as mudanças identificadas na questão anterior?

Das análises efetuadas, é possível destacar vários aspetos.

A crise como potencial fator de saliência de valores materialistas

Em termos genéricos, prevalece junto da população portuguesa um perfil que combina valores materialistas e pós-materialistas, coerente com o contexto socioeconómico em que vivemos.

Por um lado, partilhamos as preocupações características das sociedades que já atingiram níveis elevados de modernização, nomeadamente no que diz respeito à escolaridade da população, ao acesso à informação ou à saúde e à relevância dos aspetos estéticos e da qualidade de vida, o que tem tradução na importância atribuída pelos inquiridos a valores pós-materialistas.

Ao mesmo tempo, contudo, regressámos a momentos em que a sobrevivência de muitos está claramente em causa e a de outros é incerta. Estas situações de rutura efetiva ou potencial quanto a um futuro muito próximo parecem não afetar apenas os grupos da população que se encontram em posições de maior desvantagem económica e social. Elas são transversais, ainda que com intensidades distintas, aos fatores idade, nível de escolaridade, rendimento e situação perante o trabalho. A importância primordial atribuída ao crescimento económico não se restringe, portanto, às situações de maior vulnerabilidade. Existe a opinião generalizada de que, num contexto de crise como o atual, é prioritário garantir que todos possam dispor dos meios para viver de acordo com os modos de existência que caracterizam as sociedades democráticas.

Participação na vida coletiva e crescimento económico: a combinação de valores que mobiliza os portugueses

São valores pós-materialistas, como o apelo a uma maior participação dos portugueses na vida coletiva, tanto quanto às empresas como quanto à esfera política, que mais se associam à defesa de uma economia do futuro que seja diferente da atual e mais sustentável. Contudo, os inquiridos consideram que esta maior participação na economia e na política nacionais deve ser acompanhada por um elevado crescimento económico. Participação na vida coletiva e crescimento económico surgem, assim, como duas condições inter-relacionadas

para a construção de uma economia do futuro que ultrapasse as limitações da economia do crescimento hoje prevalecente, em direção a modelos de desenvolvimento socioeconómico mais sustentáveis.

Os fatores consensuais para a construção, considerada inevitável, de uma nova economia: entre a continuidade e a emergência de novas preocupações

Os resultados dos inquéritos à População, aos Empresários e aos Autarcas permitem identificar a existência de um consenso particularmente elevado em torno de algumas ideias-chave:

- A necessidade de mudança, isto é, de alterar o modelo de desenvolvimento socioeconómico e as formas de produção e de consumo atualmente prevalentes;
- A necessidade de basear essa mudança no conhecimento científico, na melhoria da qualificação dos recursos humanos e no papel das PME;
- A necessidade de limitar a exploração de recursos finitos e de trabalhar menos horas mas, ao mesmo tempo, poupar mais.

Esta é a constelação de fatores que une uma parte muito significativa dos portugueses.

Mesmo para quem tem sobre a economia do futuro visões distintas, o conhecimento científico, a qualificação profissional e as PME surgem, de forma transversal, como fatores centrais para alterar um modelo de desenvolvimento socioeconómico visto de forma generalizada como insustentável. É curioso verificar que esses mesmos fatores foram recorrentemente invocados ao longo das últimas décadas como sendo fundamentais para a expansão da economia do crescimento. Neste caso, existe uma clara continuidade entre o passado recente e o futuro desejado.

Já o consenso alargado em torno dos limites à exploração de recursos finitos e da necessidade de alterar alguns padrões de trabalho e de vida indicia a emergência de novas preocupações, no primeiro caso certamente influenciadas pela maior centralidade que as questões ambientais têm vindo a ocupar nos discursos mediático e político e, no segundo caso e de forma mais conjuntural, pelos debates que o atual contexto de crise tem vindo a suscitar ou a reforçar acerca da adoção de novas formas de repartição entre os tempos de trabalho e de lazer e de modos de consumo mais frugais e menos dependentes do acesso a crédito.

População e atitudes face à economia do futuro: aspectos distintivos e diversidade interna

Tomada no seu conjunto, e por comparação com Empresários e Autarcas, a População é o universo que tem uma visão sobre a economia do futuro mais influenciada pelo atual contexto de crise. A criação de emprego e o acesso a produtos baratos são preocupações recorrentes, justificando mesmo a defesa de subsídios às empresas ou a diminuição de salários como formas de garantir preços ao consumidor mais baixos. Os inquiridos deste universo são também os que mais apoiam uma repartição equitativa dos investimentos pelas várias áreas do país e, curiosamente, os que menos valorizam a importância dos produtos locais.

Ao mesmo tempo, contudo, este universo é o que revela clivagens internas mais acentuadas quanto às suas atitudes e opiniões, resultado compreensível dada a sua maior amplitude e heterogeneidade face aos grupos profissionais dos Empresários e dos Autarcas. No que diz respeito às diferenças detetadas, merecem destaque as seguintes:

- Quase 10% destes inquiridos, sobretudo pessoas idosas, do sexo feminino e com níveis muito baixos de escolaridade e de rendimento, não revelam qualquer ideia sobre o futuro;
- Cerca de 30% dos inquiridos, sobretudo do sexo feminino, da região Norte e com níveis de escolaridade e rendimentos individuais baixos ou médio-baixos (inferiores a 625 €), imaginam uma economia do futuro igual à prevalente antes da atual crise, revelando uma clara incapacidade de imaginar uma outra economia;
- Os restantes inquiridos (cerca de 60%) defendem uma economia do futuro diferente da atual e estão maioritariamente dispostos a pagar os custos inerentes a essa mudança (preços e impostos mais elevados, por exemplo). Revelam, no entanto, visões distintas, sendo o principal fator diferenciador a atitude em relação à necessidade de intensificar a atração de investimento estrangeiro e de aumentar as exportações, mesmo que esses objetivos sejam atingidos à custa da diminuição de salários;
- O perfil-tipo dos inquiridos favoráveis a esta solução (perto de 24% do total) corresponde sobretudo a pessoas do sexo masculino, com uma significativa concentração dos que se classificam politicamente como sendo de centro-direita, que apoiam uma maior liberalização da economia (embora com limites em termos ambientais e de equidade social), e que atribuem grande importância à possibilidade de ganhar mais e de consumir mais, mesmo que para isso seja necessário trabalhar mais horas. Este perfil-tipo aproxima-se tendencialmente da perspectiva de crescimento económico verde;

- O perfil-tipo dos inquiridos que rejeita uma maior internacionalização da economia portuguesa baseada em estratégias de desvalorização salarial (quase 29%) inclui sobretudo jovens urbanos do sexo masculino com níveis de escolaridade mais elevados e rendimento médio-alto ou alto (até cerca de 3000 €), com valores e atitudes de natureza pós-materialista quanto aos estilos de vida, às questões ambientais e à participação dos cidadãos nas decisões políticas. A visão predominante neste perfil-tipo ocupa uma posição intermédia entre as perspetivas economia do crescimento verde e economia do bem-estar, aproximando-se mais desta última.

Empresários e atitudes face à economia do futuro: aspectos distintivos e diversidade interna

Os Empresários valorizam, naturalmente, aspetos de mudança diretamente relacionados com as empresas: maior peso relativo do lucro como finalidade principal da economia, importância de atrair investimento estrangeiro e de aumentar as exportações, apelo a uma maior liberdade de ação por parte das empresas, etc. No entanto, também no seio deste grupo existem perspetivas distintas quanto ao que deve ser a economia do futuro.

Nas respostas de cerca de 17% dos Empresários inquiridos não se vislumbra qualquer ideia sobre a economia do futuro, mas sim uma perspetiva de sobrevivência de curto prazo associada a uma evidente insatisfação com a situação atual. Em contraponto com este perfil-tipo, destacam-se outros três, tendo por base, em boa medida, a forma como se posicionam em relação a dois aspetos: i) a intensificação da atração de investimento estrangeiro e o aumento das exportações alicerçados na diminuição de salários; e ii) o mercado-alvo de atuação (global, global-local ou local). Identificam-se, assim, três perfis-tipo com perspetivas distintas sobre a economia do futuro e sobre as agendas de mudança a valorizar:

- Um primeiro perfil-tipo (cerca de 30% dos empresários inquiridos) defende uma mudança assente na crescente globalização e na liberalização da economia, revela preocupações ambientais mas possui pouca sensibilidade para questões de equidade social ou territorial, aproximando-se tendencialmente da perspetiva da economia do crescimento verde;
- Opondo-se a este perfil-tipo, salienta-se um conjunto de empresários com peso equivalente (perto de 29%) que defende uma economia do futuro mais centrada na valorização dos produtos e dos agentes locais (PME e autarquias), na salvaguarda das componentes ambientais e sociais e, ainda, na expansão de novos estilos de vida e em formas mais sustentáveis de

produção e de consumo, convergindo com várias das características da perspectiva economia do bem-estar;

- Numa posição entre os dois perfis-tipo anteriores, emerge um grupo de empresários (cerca de 20% dos inquiridos) para quem a economia do futuro deve conciliar vários dos aspetos-chave dos dois perfis anteriores, a partir de uma ótica glocal, atribuindo um papel particularmente relevante à internacionalização das PME, ao papel pró-ativo e inovador das autarquias e à iniciativa individual.

Ao contrário do que sucede com o universo População, no qual se verifica uma associação globalmente significativa entre as características dos inquiridos e as atitudes e as opiniões por eles expressas acerca da economia do futuro, no grupo dos Empresários os vários perfis-tipo identificados não se relacionam, em geral, com características particulares das empresas. Destaca-se, apenas, a importância moderada das empresas de serviços na perspectiva mais favorável à globalização e à liberalização da economia (primeiro perfil-tipo identificado) e das empresas com 10 a 50 pessoas ao serviço (ou seja, de pequena dimensão), entre os que defendem uma economia glocal.

Autarcas e atitudes face à economia do futuro: aspetos distintivos e diversidade interna

No seu conjunto, os Autarcas valorizam mais que os outros dois universos inquiridos a importância dos produtos locais, do seu próprio papel e da qualificação das redes de estradas como fatores de construção da economia do futuro.

As diferenças no interior deste grupo são, ainda assim, significativas. No entanto, parece ser menos notória a adesão de perfis-tipo de Autarcas aos dois discursos de referência sobre a economia do futuro considerados neste estudo: a economia do crescimento verde e a economia do bem-estar. Os Autarcas combinam, como nenhum dos restantes universos em análise, uma componente ideológica inerente à natureza das suas funções políticas, uma componente pragmática associada à necessidade de responder a interesses e a problemas locais concretos e, ainda, a influência dos discursos socialmente considerados como politicamente corretos. Deste ponto de vista, e de entre os cinco perfis-tipo identificados para os Autarcas, merecem realce os seguintes aspetos:

- O perfil-tipo com melhor definição e maior consistência interna, que inclui cerca de 23% dos Autarcas inquiridos, defende uma perspectiva de liberalização da economia semelhante à que foi identificada tanto no seio da População como no dos Empresários. A presença de autarquias com lideranças políticas do PSD é, aqui, dominante. Este é, também,

o único perfil-tipo do grupo Autarcas com um alinhamento significativo em relação a uma das visões de referência sobre a economia do futuro (economia do crescimento verde);

- Apenas no universo dos Autarcas se destaca um perfil-tipo que defende uma economia do futuro baseada na nacionalização de setores fundamentais da economia, a que se adiciona um apelo a uma maior regulação dos mercados financeiros e à manutenção de subsídios e apoios às empresas, de forma a evitar o aumento dos preços ao consumidor. Este perfil-tipo, de forte pendor protecionista, engloba quase 15% dos autarcas inquiridos;
- A muito pequena dimensão dos municípios tende a associá-los, independentemente das orientações partidárias dos respetivos Autarcas, a atitudes de sobrevivência, isto é, à rejeição de quaisquer medidas que impliquem o aumento de impostos ou de preços (prioridades negativas), mesmo que a sua não adoção seja ambientalmente danosa ou que contribua para agravar as desigualdades.

Uma visão de conjunto: principais fatores de divergência e graus de adesão a diferentes agendas de transição

Se considerarmos as grandes clivagens que se verificam quer entre os três universos inquiridos quer no interior de cada um deles, é possível afirmar que os elementos que mais diferenciam as atitudes e as opiniões dos portugueses face à economia do futuro são:

- A (in)capacidade de ter uma ideia sobre a economia do futuro diferente da atual;
- A oposição ou articulação globalização / localismo;
- A oposição entre liberalização económica e protecionismo;
- A posição face a questões de equidade social e territorial;
- A valorização relativa do crescimento económico e da qualidade de vida dos cidadãos como finalidade principal da economia;
- A adesão a soluções inovadoras e mais sustentáveis de produzir e de consumir, próximas de um perfil de valores pós-materialistas.

Ou seja, a intensidade e, sobretudo, a direção e a natureza da mudança dependem, em grande parte, do posicionamento face aos anteriores aspetos, os quais, por sua vez, tendem a associar-se, no caso dos Empresários e dos Autarcas, à valorização de diferentes agentes, instrumentos e opções de gestão para estimular a mudança desejada.

No que se refere ao grau de adesão dos inquiridos aos dois principais discursos de resposta às crises económica e ecológica, verificamos que os perfis-tipo mais próximos da economia do crescimento verde têm uma expressão

significativa nos três universos, enquanto os perfis-tipo que englobam aspetos relevantes da economia do bem-estar possuem uma incidência maior entre a População e os Empresários do que entre os Autarcas. Relembre-se, contudo, que os perfis-tipo deste último grupo se ajustam menos aos dois discursos de referência adotados neste estudo.

Tópicos a aprofundar

As conclusões das análises efetuadas devem levar em conta o caráter pioneiro deste estudo. De facto, e face à ausência de investigações idênticas, não é possível enquadrar os resultados obtidos em contextos mais amplos, tanto temporais como espaciais. Fica, portanto, por esclarecer até que ponto os resultados alcançados se associam a um contexto particular, marcado por uma forte crise económica, e a características específicas, próprias da sociedade portuguesa.

O facto de os resultados deste estudo não poderem ser comparados diretamente com análises relativas a períodos temporais anteriores ou referentes a outros países implica prudência no que se refere à sua interpretação. Ainda assim, a coerência dos resultados obtidos, tanto em relação ao enquadramento teórico considerado como entre os três universos estudados, sugere que foram dados passos consistentes, embora preliminares, para um debate mais amplo e robusto sobre o que pensam os portugueses acerca da economia do futuro e da melhor forma de a concretizar.

Por outro lado, o inquérito realizado visa apenas captar atitudes e opiniões, e não comportamentos. Essa seria uma tarefa demasiado complexa para um estudo que engloba três universos tão amplos e diversificados como a População, os Empresários e os Autarcas. Assim, os resultados refletem sobretudo as aspirações e os desejos expressos pelos inquiridos desses três universos. Não havendo uma relação direta e unívoca entre a adesão a determinadas opções e a sua concretização no tocante a decisão e ação, apenas se torna legítimo interpretar os resultados como a manifestação de opções preferenciais no que diz respeito a certas mudanças em detrimento de outras.

Em suma, as conclusões apresentadas valem naturalmente por si mas, também, como hipóteses de trabalho a aprofundar em análises posteriores. Concluímos, assim, este relatório apresentando exemplos de domínios a explorar em novos estudos.

i) O efeito crise

O atual contexto de crise pode ser sugerido como fator explicativo de várias das atitudes e opiniões expressas pelos inquiridos dos três universos estudados. Mas, até que ponto o efeito crise terá influenciado os resultados obtidos? Por exemplo, a reduzida expressão das preocupações pós-materialistas salientes na agenda da economia do bem-estar, como a maior disponibilidade de tempo livre ou as opções “para além do PIB” (*beyond GDP*), deve-se aos efeitos da presente crise, que gera uma pressão particularmente forte no sentido da criação de emprego, ou à divulgação e ao conhecimento insuficientes de modelos, propostas e exemplos alternativos ao atual modelo socioeconómico?

ii) Valores e opções sobre a economia do futuro

Quanto aos valores, o resultado mais surpreendente foi, sem dúvida, a ausência de uma relação mais significativa entre orientações valorativas e opções face à economia do futuro no que se refere ao universo População. Essa relação é estruturalmente baixa ou resulta dos modelos de análise utilizados? Será necessário recorrer a novas abordagens sobre a relação entre valores (individuais e sociais) e objetivos societários, utilizando, por exemplo, modelos que contemplem um leque mais diferenciado de valores ou novas variáveis relativas a fatores que poderão influenciar as atitudes e as opiniões sobre as economias atual e futura, como a exposição aos média ou o tipo de participação cívica?

iii) Adesão a diferentes agendas de transição para novos modelos de desenvolvimento socioeconómico

No que se refere à adesão dos portugueses às distintas agendas de transição, verificámos que o reconhecimento generalizado da necessidade de alterar o atual modelo de desenvolvimento socioeconómico é acompanhado por um apoio bastante fragmentado às agendas da economia do crescimento verde e da economia do bem-estar. As atitudes e as opiniões dos inquiridos dos três universos combinam diferentes variáveis do modelo de Dryzek (2005). De facto, um mesmo indivíduo pode apoiar, simultaneamente, aspetos prosaicos e imaginativos, mudanças de maior continuidade e outras mais transformadoras. Se é verdade que a maioria dos inquiridos afirma desejar um novo modelo de desenvolvimento socioeconómico, também é certo que muitas vezes não existe uma preferência inequívoca por qualquer das perspetivas de referência utilizadas neste estudo. Serão os discursos sobre economia do crescimento verde e economia do bem-estar os mais relevantes para identificar o que cidadãos e decisores pensam acerca da economia do futuro? E será razoável pensar que

cidadãos e decisores com mais informação e melhor conhecimento das diversas alternativas existentes revelariam padrões de respostas mais coerentes?

iv) Diálogo, informação e capacitação

Os vários perfis-tipo identificados para cada um dos universos inquiridos mostram uma significativa diversidade de atitudes e de opiniões em relação à economia do futuro. Como aumentar a possibilidade de estas várias perspectivas dialogarem mais entre si? Como estimular uma maior capacidade de os cidadãos e os decisores económicos e políticos terem um melhor conhecimento acerca das várias perspectivas sobre a economia do futuro e uma maior consciência acerca das finalidades que cada uma delas prossegue e dos meios a que recorre?

v) Agentes de mudança

Os resultados obtidos indiciam uma forte valorização do papel do Estado enquanto agente orientador e regulador. Contudo, são as PME e as universidades quem reúne um maior reconhecimento como motores de uma possível mudança de modelo de desenvolvimento socioeconómico. E, surpreendentemente e em contraste com a argumentação invocada nas teorias da gestão da transição para a sustentabilidade, as ONG são bastante secundarizadas no que se refere ao valor acrescentado que podem trazer às dinâmicas de mudança da economia. Como estimular o reconhecimento social e reforçar o papel do terceiro setor na definição dos contornos da economia do futuro? O que condiciona a existência de uma maior interação entre responsáveis por ONG, empresários e autarcas?

vi) Mudança individual e inovação social

Os resultados deste estudo são claros quanto à intensidade com que os inquiridos dos três universos analisados sublinham quer o papel da ciência como base da economia do futuro quer o reforço da cooperação empresas-universidades como das principais fontes de desenvolvimento económico, atribuindo, em geral, um papel bastante subalterno à alteração dos comportamentos individuais. Este facto é tanto mais curioso quanto a quase totalidade dos inquiridos reconhece a necessidade de ocorrerem mudanças quanto aos hábitos de consumo. Qual o contributo das dinâmicas de inovação social no contexto das relações economia / ambiente / sociedade? Que tipos de estímulos poderão ser desenvolvidos para promover alterações nas práticas individuais de consumo?

vii) Atitudes, estratégias de mudança para a sustentabilidade e aceitação social de opções políticas

Os resultados obtidos dão alguma informação acerca dos agentes, dos instrumentos e das opções de gestão valorizados por diferentes perfis-tipo de Empresários e de Autarcas. Mas essa informação não permite identificar de forma clara as relações existentes entre a preferência atribuída a diferentes agendas de transição, as estratégias de mudança para a sustentabilidade a adotar e as políticas públicas que possam estimular essa transição. Como estabelecer uma relação mais estreita entre um melhor conhecimento do grau de adesão às diferentes perspetivas sobre a economia presente e a futura, o grau de aceitação social das políticas públicas e a mobilização mais eficiente dos cidadãos e dos decisores para determinadas soluções? Como aumentar a capacidade de influenciar atitudes, comportamentos e decisões de agentes privados e públicos a partir de uma agenda de transição e de estratégias de mudança coerentes?

viii) Discursos globais versus discursos nacionais

A importância atribuída de forma recorrente pelos inquiridos a determinados fatores, como o papel das PME, realça a necessidade de entender melhor os discursos nacionais. Quais são os principais discursos associados às agendas de desenvolvimento económico e ao futuro da economia em Portugal? Quem os define, com base em que argumentos, como são veiculados e por quem? O que aproxima e o que distingue os discursos nacionais dos discursos prevalectes em países semelhantes a Portugal? Ou, quais os graus de divergência e de convergência entre os discursos nacionais e os discursos globais?

Bibliografia

- AAVV, 2010, «Degrowth declaration of the Paris 2008 conference» *Journal of Cleaner Production*, 18 523-524; DOI: 510.1016/j.jclepro.2010.1001.1012
- APP, 2010, *Africa Progress Report 2010: From Agenda to Action. Turning Resources into Results for People* (Africa Progress Panel) <http://www.africaprogresspanel.org/en/our-work/publications/annual-report-2010/>
- BACKHAUS J, BREUKERS S, MONT O, PAUKOVIC M, MOURIK R, 2012, *Sustainable Lifestyles: Today's Facts & Tomorrow's Trends* (D1.1 Sustainable lifestyles baseline report, UNEP/Wuppertal institute collaborating, Centre on Sustainable Consumption and Production – CSCP) http://www.sustainable-lifestyles.eu/fileadmin/images/content/D1.1_Baseline_Report.pdf
- BARTOLINI S, 2010, *Manifesto per la Felicità. Come Passare dalla Società del Ben-avere a quella del Ben-essere* (Donzelli Editore, Roma)
- BINA O, LA CAMERA F, 2011, «Promise and shortcomings of a green turn in recent policy responses to the “double crisis”» *Ecological Economics*, 70, 12, 2308-2316
- BINA O, VAZ S G, 2011, «Humans, environment and economies: from vicious relationships to virtuous responsibility» *Ecological Economics*, 72, December, 170-178
- BINA O, 2013a, «The green economy and sustainable development: an uneasy balance?» *Environment and Planning C-Government and Policy*, 31, 6, 1023-1047
- BINA O, 2013b, «The green economy and sustainable development: an uneasy balance at Rio+20?». Paper presented at: Environment and Society Session, European Sociology Association – Annual Conference, Turin, 28-31 August 2013
- CMEPSP 2009, *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress* (Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, Paris) <http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/en/index.htm>
- Dryzek J S, 2005, *The Politics of the Earth: Environmental Discourses* (Oxford University Press, Oxford)
- EC, 2010, *Europe 2020: A Strategy for Smart, Sustainable and Inclusive Growth* (Communication from the Commission, COM (2010) 2020, Commission of the European Communities, Brussels) http://ec.europa.eu/eu2020/index_en.htm
- EC, ILS, 2009, *Green Stimulus Measures* (International Labour Organisation, International Institute for Labour Studies, European Commission, Paper Series No. 15) <http://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=7247&langId=en>
- ECLAC, 2010, *Time for Equality – Closing Gaps, Opening Trails* (Economic Commission for Latin America (ECLAC/CEPAL), United Nations, Santiago, Chile)

- EUCO, 2010b, *Conclusions* (European Council, Brussels, 17 June 2010, EUCO 13/10, CONCL 2, General Secretariat of the Council) http://ec.europa.eu/eu2020/pdf/council_conclusion_17_june_en.pdf
- FLIPO F, SCHNEIDER F (2008) *Proceedings of the First International Conference on Economic De-Growth for Ecological Sustainability and Social Equity* (Paris, 18-19 abril 2008) <http://events.it-sudparis.eu/degrowthconference/appe/Degrowth%20Conference%20-%20Proceedings.pdf>
- FRANZEN A, MEYER R (2010) «Environmental attitudes in cross-national perspective: a multilevel analysis of the ISSP 1993 and 2000», *European Sociological Review*, 26, 2, 219-234
- IISD, 2012, «A reporting service for environment and development negotiations» *Earth Negotiations Bulletin*, 27, 1-49 <http://www.iisd.ca/uncsd/rio20/enb/>
- ILO, 2012, *Working Towards Sustainable Development. Opportunities for Decent Work and Social Inclusion in a Green Economy* (International Labour Organisation – ILO, Geneva)
- INE, 2012, *XV Recenseamento Geral da População. V Recenseamento Geral da Habitação* (Instituto Nacional de Estatística, Lisboa)
- INGEBRIGTSEN S, JAKOBSEN O, 2009, «Moral development of the economic actor» *Ecological Economics*, 68, 2777–2784
- INGLEHART, R, 1977, *The Silent Revolution in Europe: Changing Values and Political Styles among Western Publics* (Princeton: Princeton University Press)
- ISIS *et al.*, 2010, «Qualitative scenarios», Version: 1.1, November 2010, *PASHMINA Consortium: Paradigm Shifts Modelling and Innovative Approaches* http://www.pashmina-project.eu/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=37
- JÄNICKE M, 2012, «“Green growth”: from a growing eco-industry to economic sustainability» *Energy Policy*, 48, 13-21
- LAWHON M, MURPHY J, 2012, «Socio-technical regimes and sustainability transitions: insights from political ecology» *Progress in Human Geography*, 36, 3, 354-378
- MARKARD J, RAVEN R, TRUFFER B, 2012, Sustainability transitions: an emerging field of research and its prospects, *Research Policy*, 41, 6, 955-967
- McKinsey and Company, 2010, *McKinsey Global Survey Results: How Companies Manage Sustainability* http://www.mckinsey.com/insights/sustainability/how_companies_manage_sustainability_mckinsey_global_survey_results
- MEADOWCROFT J, 1999, «Planning for sustainable development: What can be learned from the critics?» in Kenny M. & Meadowcroft J. (Eds.), *Planning for Sustainability*, 12-38 (London: Routledge)
- MEYER-OHLENDORF N, GÖRLACH B, UMPFENBACH K, MEHLING M, 2009, *Economic Stimulus in Europe – Accelerating Progress towards Sustainable Development?* (ESDN Meeting, Prague June 2009 Background Paper, Ecologic Institute, Berlin)
- MOL A P J, SONNENFELD D A, SPAARGAREN G, 2009, *The Ecological Modernisation Reader: Environmental Reform in Theory and Practice* (New York: Taylor & Francis Group)
- MUJICA J P, 2012, Discurso do Presidente do Uruguai, José Pepe Mujica na Rio+20, *Youtube* http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=zsOGZKRvqHQ

- NEAA, 2009, *Getting into the Right Lane for 2050* (Netherlands Environmental Assessment Agency (NEAA/PBL), no. 500150001, Bilthoven) <http://www.pbl.nl/sites/default/files/cms/publicaties/500159001.pdf>
- NEF, 2009, *The Great Transition – A Tale of how it Turned out Right* (New Economics Foundation – NEF, London) <http://www.neweconomics.org/publications/the-great-transition>
- OECD, 2009a, *Declaration on Green Growth* (Adopted at the Council Meeting at Ministerial Level on 24 June 2009, C/MIN(2009)5/ADD1/FINAL, Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD, Paris)
- OECD, 2009b, *Green Growth: Overcoming the Crisis and Beyond* (Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD, Paris)
- OECD, 2011, *Towards Green Growth* (Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD, Paris) http://www.oecd-ilibrary.org/environment/towards-green-growth_9789264111318-en
- O'NEILL D W, 2012, «Measuring progress in the degrowth transition to a steady state economy» *Ecological Economics*, 84 221-231
- PAULI G, 2010, *The Blue Economy: Cultivating a New Business Model for a Time of Crisis* (Report to the Club of Rome, Paradigm Publications, Taos, New Mexico) <http://www.paradigm-pubs.com/sites/www.paradigm-pubs.com/files/active/1/TBEBooklet.pdf>
- POLANYI K, 2001 [1944], *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time* (Boston: Beacon Press)
- ROBBINS L C, 1935 [1932], *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science* (London: Macmillan) <http://www.scribd.com/doc/14242989/An-Essay-on-the-Nature-and-Significance-of-Economic-Science-Lionel-Robbins-London>
- ROK-PCGG, 2009, *Road to Our Future: Green Growth. National Strategy and the Five-Year Plan (2009-2013)* (Presidential Commission on Green Growth – PCGG, Republic of Korea – ROK)
- ROK, Green Growth 2010, *Framework Act on Low Carbon, Green Growth* (Republic of Korea – ROK), Act No. 9931, Jan. 13, 2010) http://www.greengrowth.go.kr/english/en_information/en_report/userBbs/bbsView.doc
- ROTMANS J, KEMP R, VAN ASSELT M, 2001, «More evolution than revolution: transition management in public policy», *Foresight*, 3, 15–31
- SHOVE E, WALKER G, 2007, «CAUTION! Transitions ahead: politics, practice and sustainable transition management» *Environment & Planning A*, April, 39, 4, 763-770
- UN, 2012, «The Future We Want» Resolution adopted by the General Assembly (United Nations, A/RES/66/288, 11 September 2012) <http://daccess-ods.un.org/access.nsf/Get?Open&DS=A/RES/66/288&Lang=E>
- UNEP, 2009, *Global Green New Deal – Policy Brief* (March 2009, United Nations Environment Programme as part of its Green Economy Initiative) http://unep.org/pdf/A_Global_Green_New_Deal_Policy_Brief.pdf
- UNEP, 2011b, *Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication. A Synthesis for Policy Makers*. (United Nations Environment Programme) <http://www.unep.org/greeneconomy/GreenEconomyReport/tabid/29846/Default.aspx>

- UNESCAP, 2008, *Greening Growth in Asia and the Pacific. Follow up to the World Summit on Sustainable Development: Taking Action on the Regional Implementation Plan for Sustainable Development in Asia and the Pacific, 2006-2010* (United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific – UNESCAP) <http://climate-l.org/2009/10/19/unescap-releases-report-on-greening-growth-in-asia-and-the-pacific/>
- Voß J-P, SMITH A, GRIN J, 2009, «Designing long-term policy: rethinking transition management» *Policy Sciences*, 42, 275-302
- WBCSD, 2010, *Vision 2050 – The New Agenda for Business* (World Business Council for Sustainable Development – WBCSD, Geneva) <http://www.wbcsd.org/includes/getTarget.asp?type=d&id=MzczOTg>
- WBGU, 2011, *World in Transition – A Social Contract for Sustainability* (Flagship Report 2011, German Advisory Council on Global Change – WBGU, Secretariat) <http://www.wbgu.de/en/flagship-reports/fr-2011-a-social-contract/>
- WELZEL C, INGLEHART R, 2005, «Liberalism, postmaterialism, and the growth of freedom» *International Review of Sociology* 15 (1):81-108

ANEXO 1

**Questionário dos inquéritos
aplicados à População,
aos Empresários e aos Autarcas**

Nota: As questões que se encontram no interior das figuras tracejadas foram incluídas apenas nos questionários a Empresários e a Autarcas

Secção 1: A economia no futuro

Gostaríamos agora que respondesse a algumas questões gerais sobre a economia no futuro.

1. Selecione a afirmação que se aproxima mais da sua opinião: a economia deve ter como objetivo principal

Garantir o lucro a quem investe	A
Garantir a qualidade de vida dos cidadãos	B
Criar emprego	C
Diminuir as desigualdades sociais e regionais	D

Indique agora, por favor, em que medida concorda com ou discorda de cada uma das afirmações seguintes: a economia no futuro deverá

		Concorda totalmente	Concorda	Discorda	Discorda totalmente
2	Garantir uma distribuição igualitária da riqueza, mesmo que isso implique mais impostos	1	2	3	4
3	Produzir mais com menos recursos, mesmo que isso implique preços mais elevados	1	2	3	4
4	Depender menos de subsídios às empresas, mesmo que isso implique preços mais elevados	1	2	3	4
5	Produzir com menos impactos negativos no ambiente, mesmo que isso implique preços mais elevados	1	2	3	4
6	Conseguir exportar mais, mesmo que isso implique diminuir alguns salários	1	2	3	4
7	Conseguir atrair mais investimento estrangeiro, mesmo que isso implique diminuir alguns salários	1	2	3	4
8	Valorizar mais os produtos locais, produzidos perto dos sítios onde vivemos, mesmo que isso implique aumentar os preços	1	2	3	4
9	Depender menos dos bancos, mesmo que isso implique aumentar mais impostos	1	2	3	4
10	Proibir que as empresas baixem os salários para vender mais barato, mesmo que isso implique aumentar os preços	1	2	3	4

11 Qual das seguintes afirmações se aproxima mais da sua opinião? A economia no futuro deverá

Dar maior importância às empresas privadas, para que a economia fique menos dependente do Estado	A
Dar maior importância às organizações de solidariedade social, para que a economia fique menos dependente do Estado	B
Dar maior importância às pequenas e médias empresas, para que a economia fique menos dependente das grandes empresas	C
Nacionalizar setores fundamentais da economia, como a água, os transportes e as telecomunicações, para que a economia fique menos dependente das grandes empresas	D

12 Na economia do futuro, qual deverá ser o papel mais importante do Estado?

Garantir que as empresas possam desenvolver livremente as suas atividades	1
Assegurar que as empresas cumprem a lei	2
Regular o funcionamento dos mercados financeiros	3
Definir as prioridades económicas do país a que as empresas devem dar resposta	4
Reforçar o papel das câmaras municipais, porque estão mais próximas das empresas	5

**13 É a segunda mais importante?
(nota: a resposta deve ser diferente da anterior)**

Garantir que as empresas possam desenvolver livremente as suas atividades	1
Assegurar que as empresas cumprem a lei	2
Regular o funcionamento dos mercados financeiros	3
Definir as prioridades económicas do país a que as empresas devem dar resposta	4
Reforçar o papel das câmaras municipais, porque estão mais próximas das empresas	5

14 Qual das seguintes afirmações está mais de acordo com a sua opinião? Na economia do futuro, a autorização da exploração de recursos naturais (por exemplo, água, produtos minerais) deve

Ser sempre concedida desde que crie novos postos de trabalho, mesmo nos casos em que se verifiquem danos irreparáveis no ambiente	A
Depender sobretudo do número de novos postos de trabalho criados	B
Depender sobretudo do tipo de danos criados no ambiente	C
Nunca ser concedida se provocar danos irreparáveis no ambiente	D

**Assinale, por favor, o seu grau de concordância com
cada uma das afirmações que se seguem**

		Concorda totalmente	Concorda	Discorda	Discorda totalmente
15	Para desenvolver as atividades que precisam de solos agrícolas e de recursos naturais é necessário impedir que as cidades se expandam mais	1	2	3	4
16	Para a economia se desenvolver é necessário continuar a investir na melhoria da nossa rede de estradas	1	2	3	4
17	Para tornar a economia mais competitiva é necessário investir sobretudo nas cidades	1	2	3	4
18	Para que todos possam beneficiar do crescimento económico é necessário investir por igual em todas as regiões do país	1	2	3	4

19 Qual das seguintes afirmações está mais de acordo com a sua opinião?

A ciência não contribui diretamente para alterar a economia	A
A ciência é útil apenas para algumas empresas e alguns setores de atividade	B
A ciência é importante para um número crescente de empresas e de setores de atividade	C
A ciência é a base da economia do futuro	D

20 De uma forma geral, a economia no futuro deverá ser:

Completamente diferente da atual	A
Diferente da atual	B
Semelhante à atual	C
Exatamente igual à atual	D

Secção 2: Desenvolvimento económico sustentável em Portugal

Nesta secção, gostaríamos que respondesse a algumas questões sobre a sua visão acerca do desenvolvimento económico sustentável em Portugal.

21 Dos seguintes tipos de entidades, qual considera ser o mais importante para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal?

Grandes empresas	A
PME	B
Sindicatos	C
União Europeia	D
Governo	E
Autarquias locais	F
Organizações não governamentais	G
Indivíduos	H

**22 É o segundo mais importante?
(nota: a resposta deve ser diferente da anterior)**

Grandes empresas	A
PME	B
Sindicatos	C
União Europeia	D
Governo	E
Autarquias locais	F
Organizações não governamentais	G
Indivíduos	H

23 É o terceiro? (nota: a resposta deve ser diferente das duas anteriores)

Grandes empresas	A
PME	B
Sindicatos	C
União Europeia	D
Governo	E
Autarquias locais	F
Organizações não governamentais	G
Indivíduos	H

24 Dos seguintes tipos de cooperação, qual considera ser o mais importante para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal?

Entre empresas	A
Entre empresas e organizações não governamentais	B
Entre empresas e universidades	C
Entre empresas e autarquias locais	D
Entre empresas e governo	E
Entre diferentes níveis de administração (nacional, regional, local)	F
Entre pessoas inovadoras	G

25 É o segundo mais importante? (nota: a resposta deve ser diferente da anterior)

Entre empresas	A
Entre empresas e organizações não governamentais	B
Entre empresas e universidades	C
Entre empresas e autarquias locais	D
Entre empresas e governo	E
Entre diferentes níveis de administração (nacional, regional, local)	F
Entre pessoas inovadoras	G

26 É o terceiro? (nota: a resposta deve ser diferente das duas anteriores)

Entre empresas	A
Entre empresas e organizações não governamentais	B
Entre empresas e universidades	C
Entre empresas e autarquias locais	D
Entre empresas e governo	E
Entre diferentes níveis de administração (nacional, regional, local)	F
Entre pessoas inovadoras	G

**27 E dos seguintes tipos de instrumentos de regulação económica,
qual considera ser o mais importante para estimular um
desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal?**

Introduzir ou reforçar taxas ambientais	A
Impedir a atribuição de isenções fiscais e subsídios a atividades com efeitos ambientais negativos	B
Criar linhas de crédito para atividades e projetos de elevado valor ambiental	C
Abolir barreiras fiscais ou outras ao comércio de tecnologias limpas/de baixo carbono	D
Introduzir ou reforçar isenções fiscais que promovam padrões de produção e de consumo mais sustentáveis	E
Introduzir mecanismos para apoiar a reestruturação de setores em crise para atividades verdes	F

**28 E o segundo mais importante?
(nota: a resposta deve ser diferente da anterior)**

Introduzir ou reforçar taxas ambientais	A
Impedir a atribuição de isenções fiscais e subsídios a atividades com efeitos ambientais negativos	B
Criar linhas de crédito para atividades e projetos de elevado valor ambiental	C
Abolir barreiras fiscais ou outras ao comércio de tecnologias limpas/de baixo carbono	D
Introduzir ou reforçar isenções fiscais que promovam padrões de produção e de consumo mais sustentáveis	E
Introduzir mecanismos para apoiar a reestruturação de setores em crise para atividades verdes	F

29 E o terceiro? (nota: a resposta deve ser diferente das duas anteriores)

Introduzir ou reforçar taxas ambientais	A
Impedir a atribuição de isenções fiscais e subsídios a atividades com efeitos ambientais negativos	B
Criar linhas de crédito para atividades e projetos de elevado valor ambiental	C
Abolir barreiras fiscais ou outras ao comércio de tecnologias limpas/de baixo carbono	D
Introduzir ou reforçar isenções fiscais que promovam padrões de produção e de consumo mais sustentáveis	E
Introduzir mecanismos para apoiar a reestruturação de setores em crise para atividades verdes	F

**30 Das seguintes afirmações, qual se aproxima mais da sua
opinião? O principal contributo que as pessoas devem dar
para um crescimento económico sustentável no futuro é**

Adotar padrões de consumo mais amigos do ambiente	A
Investir na educação e na formação profissional	B
Valorizar a criação de emprego próprio, a iniciativa individual e o espírito empreendedor	C
Investir na cultura e em atividades de solidariedade social	D

31 Das seguintes opções de gestão empresarial, qual considera ser a mais importante para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal?

Reafetação de emprego a favor de atividades social e ambientalmente mais sustentáveis	A
Reorientação do investimento a favor de atividades social e ambientalmente mais sustentáveis	B
Introdução de mecanismos de repartição da propriedade e/ou dos lucros pelos trabalhadores	C
Flexibilização dos horários e formas de trabalho	D
Reorientação do foco da produção e dos serviços para a sua qualidade em detrimento da quantidade	E

**32 E a segunda mais importante?
(nota: a resposta deve ser diferente da anterior)**

Reafetação de emprego a favor de atividades social e ambientalmente mais sustentáveis	A
Reorientação do investimento a favor de atividades social e ambientalmente mais sustentáveis	B
Introdução de mecanismos de repartição da propriedade e/ou dos lucros pelos trabalhadores	C
Flexibilização dos horários e formas de trabalho	D
Reorientação do foco da produção e dos serviços para a sua qualidade em detrimento da quantidade	E

33 E das seguintes opções de gestão autárquica, qual considera ser a mais importante para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal?

Considerar as alterações climáticas como uma política transversal a todos os departamentos	A
Promover mais ativamente a produção e o comércio locais	B
Desenvolver sistemas de gestão baseados em eco-orçamentos (custos e benefícios ambientais)	C
Desenvolver processos locais de democracia deliberativa (orçamento participativo, agenda 21 local, etc.)	D

**34 E a segunda mais importante?
(nota: a resposta deve ser diferente da anterior)**

Considerar as alterações climáticas como uma política transversal a todos os departamentos	A
Promover mais ativamente a produção e o comércio locais	B
Desenvolver sistemas de gestão baseados em eco-orçamentos (custos e benefícios ambientais)	C
Desenvolver processos locais de democracia deliberativa (orçamento participativo, agenda 21 local, etc.)	D

Secção 3: Viver bem no futuro

Para terminar, gostaríamos de saber qual a sua opinião sobre o que significará viver bem no futuro.

35 Assinale, por favor, qual das afirmações se aproxima mais da sua opinião: para viver bem no futuro devemos

Manter os hábitos de consumo e as formas de produção atuais	A
Mudar os hábitos de consumo e as formas de produção atuais, de forma a gastar menos energia	B
Mudar os hábitos de consumo e as formas de produção atuais, de forma a preservar melhor o ambiente	C
Mudar os hábitos de consumo e as formas de produção atuais, de forma a satisfazer melhor as necessidades das pessoas	D

36 E qual das seguintes afirmações se aproxima mais da sua opinião? No futuro, viver bem deveria implicar

Trabalhar mais horas, para poder ganhar mais e consumir mais	A
Trabalhar menos horas, para ter mais tempo livre	B

37 Para terminar, escolha, por favor, a afirmação que se aproxima mais da sua opinião: No futuro, viver bem deveria implicar

Ganhar mais mas consumir menos, para poder poupar mais	A
Ganhar mais e consumir também mais, mesmo que isso signifique poupar menos	B

ANEXO 2

**Fichas-síntese dos documentos
prospetivos de referência**

DOCUMENTO: 1	GLOBAL GREEN NEW DEAL: POLICY BRIEF	ANO: 2009	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	United Nations Environment Programme (UNEP)		G	I	E / S / A

Finalidades	Objetivo	Descrição dos Objetivos
<p>Fins últimos (que sociedade queremos)</p>	<p>Objetivo</p> <ul style="list-style-type: none"> • A post-crisis economy and society following a sustainable model, forged as an outcome of a Global Green New Deal (5). 	<ul style="list-style-type: none"> • Today's multiple crises demand the same kind of government leadership as Roosevelt's New Deal. However, this should be developed at the global scale and embracing a wider and greener vision (3); • The main purpose of such a type of management is to ensure that the post-crisis economy follows a sustainable model and does not continue to add to the two most significant risks faced by society: ecological scarcity and climate instability (5); • This new deal model should aim for the implementation of a new green economy that is able to allocate natural capital and financial capital in a more effective and efficient manner into the foreseeable future (4); • Three broad objectives of a Global Green New Deal that should appear as its final outcomes (5): <ul style="list-style-type: none"> · Making a major contribution for reviving the world economy, saving and creating jobs and protecting vulnerable groups; · Reduce carbon dependency and ecosystem degradation, putting economies on a path to clean and stable development; · Further sustainable and inclusive growth, achieve the MDG's and reduce poverty by 2015.
Finalidades	Objetivo	Descrição dos Objetivos
<p>Fins intermédios (que economia queremos)</p>	<p>Objetivo</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Global Green New Deal, based on a strong and global government leadership 	<ul style="list-style-type: none"> • The opportunity for a Global Green New Deal manifests itself in four ways (4): <ul style="list-style-type: none"> · A widespread acceptance that the old system no longer works; consequently this becomes an opportunity because there is an increased willingness to listen to new solutions; · Since the crises affecting us are global there is reason to suggest that they will exacerbate poverty and accentuate social risks and costs, which enhances the need for a global solution; · The world economy needs this kind of stimulus because an unregulated market cannot resurrect itself on its own without significant and coordinated government interventions; · There is much analysis and evidence to show that green sectors have the prospect of leading the global economic recovery while addressing major environmental crises. • There are three main elements of a Global Green New Deal (5-6): <ul style="list-style-type: none"> · A targeted fiscal stimulus spending: to be carved out of stimulus packages; · Changes in domestic policies: domestic policy reforms to enable the success of green investments within domestic economies; · Changes in the international policy architecture: reforms to international policy architecture and international coordination to enable and support national initiatives.

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores
Relação economia-sociedade	<ul style="list-style-type: none"> In developing countries, improvements in areas such as agricultural productivity, freshwater management and sanitation have proved their merits not only in environmental but also in social terms (8-9); By converting business-as-usual strategies and diminishing the continuing loss of ecosystems and biodiversity that it entails, it is possible to overcome the persistence of poverty (5); Greener jobs also carry the possibility of being more decent jobs (27); Protection of the most vulnerable and poverty alleviation will also be tackled directly and indirectly through the Global Green New Deal (1). 	<ul style="list-style-type: none"> Financial stimulus packages directed at improving productivity whilst promoting environmental conservation in developing countries (8-9). 	
Relação economia-ambiente	<ul style="list-style-type: none"> Energy-efficient buildings, sustainable transports and renewable energy sources should be prioritized for intervention (6-8); In developing countries agricultural productivity, sanitation and freshwater management are areas deserving increased attention (8-9); The protection of forests, the reduction of pollution, the depletion of freshwater sources and climate change are also very important (5); Greater attention towards the monitoring, regulation, accountability and legislation of the environmental impacts of the economies (9-12); Development and perfection of global environmental market systems (e.g. the global carbon market, global markets for ecosystem services); Preserve the ecological infrastructure and the good-health of natural ecosystems has social and environmental returns (24-25); It is necessary to reduce carbon dependency and ecosystem degradation and put economies on a path to sustainable development (5). 	<ul style="list-style-type: none"> Fiscal stimulus packages (and other sources of investment) directed at primordial areas (6-9); Incentives and taxes that promote sustainable mobility and transports (22-23); Local eco-budget management systems; Investments in organic farming (25-26). 	
Relação economia-modelo territorial	<ul style="list-style-type: none"> Transport systems should be reviewed, mainly in densely populated areas, to produce and stimulate more sustainable forms of mobility (22); Preserving the ecological infrastructure and the good-health of natural ecosystems helps both the environment and local economies (24-25); An appropriate management of land use and (sometimes perverse) land policies is necessary, especially one that discourages densification (11). 	<ul style="list-style-type: none"> Introduction of local eco-budget management systems (25); Incentives and taxes that promote the development of sustainable forms of transport (22-23). 	
Relação economia-mercado	<ul style="list-style-type: none"> A shift towards a greener world economy (27); Acting upon international trade and aid, and also upon global environmental markets such as the global carbon market or global markets for ecosystem services (13-15); World markets and economies, international markets and trade should be reviewed and coordinated globally through a new international policy architecture (16). 	<ul style="list-style-type: none"> Development of global carbon markets; Improvement of the carbon price signalling; Global markets for ecosystem services; Establishment of interagency international groups mediated by the United Nations. 	<ul style="list-style-type: none"> International institutions (particularly the UN).

DOCUMENTO: 1	GLOBAL GREEN NEW DEAL: POLICY BRIEF	ANO: 2009	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	United Nations Environment Programme (UNEP)		G	I	E / S / A
Domínios	Características (do novo modelo econômico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores		
Relação economia-modelo empresarial	<ul style="list-style-type: none"> • If carefully planned and monitored greener jobs in rising sectors such as waste management and recycling have the potentialities to become also more decent jobs (27); • Green economy sectors like renewable energy, sustainable transport, or sustainable agriculture and freshwater are expected to become important areas for investment; • Strong investment in environmentally sound technologies, both hard and soft, have the capacity to stimulate new sectors that will be main sources of economic development and growth for the future (19). 	<ul style="list-style-type: none"> • Private/public investments in green technologies (19). 			
Relação economia-ciência	<ul style="list-style-type: none"> • Leading experts should be asked to conduct in-depth studies of the status and prospects of key green sectors by major regions (17); • The previously mentioned studies should be developed with the close involvement of various actors (governments, the private sector, trade unions, civil society groups); • Results from these studies, including recommendations on policy measures and investment strategies, should be tailored to stakeholders and presented in international forums; • As the economy in general will be increasingly intensive in hard and soft green technologies these should be made the targets of increasingly greater investments (19); • Fast development and transfer of sustainable technologies and innovations should also be considered as an instrumental aspect (16); • Further research on energy-efficient buildings, sustainable transports and renewable energies should be prioritized (6-7). 	<ul style="list-style-type: none"> • Expand on UNEP's Green Economy initiative; • Investment on in-depth studies about green sectors of the economies. 	<ul style="list-style-type: none"> • Academic institutions; • Governments; • Private sector; • Trade unions; • Civil society groups; • International institutions (particularly the UN). 		

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores
Relação economia-estado	<ul style="list-style-type: none"> • Domestic policies should focus on enabling the success of green investments within domestic economies. These should prioritize (9-12): <ul style="list-style-type: none"> · The reduction of the use of fossil fuels and their replacement with greener energy supplies; · Integrated management of land use (in rural and urban areas) and of freshwater sources (especially in developing countries); · Effective monitoring and accountability of the domestic economy and of its impacts on the domestic and global environments. • Changes in the international policy architecture are expected to enhance coordination between international organizations in a way that enables them to better support national initiatives. These policies should prioritize (12-16): <ul style="list-style-type: none"> · International trade; · International aid; · Carbon pricing and the global carbon market; · Global markets for ecosystem services; · Development and transfer of technology; · International coordination of the Global Green New Deal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduction of perverse subsidies (e.g. fossil fuels); • Incentives and appropriate taxes to encourage a greener domestic economy; • Integrated territorial management and planning; • Policy measures that incorporate principles of environmental accounting; • Creation and development of global carbon markets (through the Copenhagen process); • Improvement of the carbon price signalling; • Development of a more inclusive Clean Development Mechanism (CDM); • Global markets for ecosystem services; • International forums gathering leaders of the larger economies where these issues are discussed; • Interagency groups mediated by the UN. 	<ul style="list-style-type: none"> • Domestic governments; • Relevant international institutions (especially the United Nations (UN))

DOCUMENTO: 2 TOWARDS A GREEN ECONOMY. PATHWAYS TO SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND POVERTY ERADICATION. A SYNTHESIS FOR POLICY MAKERS		ANO: 2011	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	United Nations Environment Programme (UNEP)		C	I	E / S / A
Finalidades	Objetivo	Descrição dos Objetivos			
Fins últimos (que sociedade queremos)	<ul style="list-style-type: none"> The overall goal is to address poverty and deliver a sustainable 21st century 	<ul style="list-style-type: none"> Most needed change in the current critical context should result in improved human well-being and social equity, while significantly reducing environmental risks and ecological scarcities (2); This goal should be pursued through a green economy, which can be thought of as one which is low carbon, resource efficient and socially inclusive; A green economy has the potential to achieve sustainable development and poverty eradication on a scale and at a speed not seen before; This potential derives from a changed playing field: our world, and the risks we face require a fundamental rethinking of our approach to the economy (38); The concept of a green economy does not replace sustainable development; sustainability is still a vital long-term goal, but we must work on greening the economy to get us there (2). 			
Finalidades intermédios (que economia queremos)	Objetivo	Descrição dos Objetivos			
	<ul style="list-style-type: none"> Shift development and unleash both public and private capital flows onto a low carbon, resource-efficient path; A transition into a green economy (3). 	<ul style="list-style-type: none"> A green economy is a new engine of economic growth, a net generator of decent jobs, and also a vital strategy for the elimination of persistent poverty (3); Seven major elements characterize a green economy: <ul style="list-style-type: none"> It recognizes the value of, and invests in, natural capital (6); It is central to poverty alleviation (10); It creates jobs and enhances social equity (13); It substitutes fossil fuels for renewable energy and low carbon technologies (15); It promotes enhanced resource and energy efficiency (16); It delivers more sustainable urban living and low carbon mobility (21); and It grows faster than a brown economy over time, while restoring natural capital (23). A green economy can generate as much growth and employment as a brown economy and outperforms the latter in the medium and long run, while yielding significantly more environmental and social benefits (40); The gross domestic product (GDP) measurement is reconsidered in a green economy and supplemented by measures that track economies' impacts on employment, resource intensity, emissions and ecosystems (5); One of the main problems of the current economy is an acute misallocation of capital; in a green economy capital should flow primarily to structural green sectors (7-10). 			

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores
Relação economia-sociedade	<ul style="list-style-type: none"> Following the path of a green economy would prove to be a net generator of decent jobs and also a vital strategy for the elimination of persistent poverty (3); Diverse opportunities for economic development; poverty alleviation, social equity and equal access to education, healthcare, credit availability, income opportunity and secure property rights are created without eroding natural assets (10); Countries moving towards a green economy are already seeing significant employment creation with existing policies (13). 		
Relação economia-ambiente	<ul style="list-style-type: none"> This development path should maintain, enhance and, where necessary, rebuild natural capital as a critical economic asset and as a source of public benefits (2); The role of natural capital and especially living natural capital (the planet's ecosystems and biodiversity) is not overstated (6); Economic values for ecosystem services are estimated and their value is a fundamental part of natural capital; Central concerns are the reduction of carbon emissions and pollution, the enhancement of energy and resource efficiency and the prevention of the loss of biodiversity and ecosystem services (2); Biodiversity contributes to human wellbeing and provides economies with valuable resource inputs as well as regulating services towards a safe operating environment and hence they can no longer be undervalued or mismanaged (6); The greening of the energy sector requires substituting investments in carbon-intensive energy sources with investments in clean energy as well as efficiency improvements (15). 	<ul style="list-style-type: none"> Various forms of public and private investment (2); Global markets for ecosystem services; Development and use of alternative measures (5); Allocation of 2% of the global GDP for instrumental natural sectors of the economy 	
Relação economia-modelo territorial	<ul style="list-style-type: none"> With approximately 50% of the global population living in emerging and rapidly urbanizing economies a tremendous expansion in urban infrastructures is expected and so smart city planning is paramount (4). 		
Relação economia-mercado	<ul style="list-style-type: none"> The management of the economic invisibility of nature is being increasingly assessed through the markets (32); Markets should incorporate environmental issues in their processes and instruments (32). 	<ul style="list-style-type: none"> A multiplicity of market-based instruments such as tradable permits (32) 	<ul style="list-style-type: none"> National governments; Businesses.

DOCUMENTO: 2	TOWARDS A GREEN ECONOMY. PATHWAYS TO SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND POVERTY ERADICATION. A SYNTHESIS FOR POLICY MAKERS	ANO: 2011	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	United Nations Environment Programme (UNEP)		C	I	E / S / A
Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)			
Relação economia-modelo empresarial	<p>• Small and medium sized enterprises (SMEs) hold particular promise, as they are more flexible and account for a large share of employment growth in greener sectors (13);</p> <p>• Natural and green sectors such as agriculture, energy-efficient buildings, forestry and sustainable transport would potentially see large growth in investment (13);</p> <p>• Key ecosystem services and low carbon development, characterized by a significant decoupling from environmental impacts, will be increasingly valued in terms of investments (24);</p> <p>• New technologies promoting energy and resource efficiency provide growth opportunities and offset brown economy job losses (38);</p> <p>• Renewable technologies are even more competitive when the societal costs of fossil fuel technologies are taken into account (15);</p> <p>• A green economy can generate as much growth and employment as a brown economy, and outperforms the latter in the medium and long run, while yielding more environmental and social benefits (40).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • SMEs 			
Relação economia-ciência	<p>• An increasing effort to enhance technologies in sectors like renewable energies, resource and energy efficient buildings, low carbon public transport systems, infrastructure for fuel efficient and clean energy vehicles and waste management and recycling facilities (38).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Public and private investments in research on new and greener technologies (38). 			

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores
Relação economia-estado	<ul style="list-style-type: none"> • National governments and their policy makers are assigned the following missions (in coordination with other institutional actors, operating at various levels and scales): <ul style="list-style-type: none"> · Establishing sound regulatory frameworks; · Prioritizing investment and spending in areas that stimulate the greening of economic sectors; · Limiting spending in areas that deplete natural capital; · Employing taxes and market-based instruments to shift consumer preference and promote green investment and innovation; · Investing in capacity building and training; · Strengthening international governance. • A reallocation of public and private investments, spurred through appropriate policy reforms and enabling conditions, is needed to build up or enhance natural capital (38); • Moving towards a green economy will require world leaders to engage in this transition collaboratively (40); • Policy makers and their constituents should rethink and redefine traditional measures of wealth, prosperity and well-being (40). 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentives and appropriate taxes to encourage a greener domestic economy; • (leading) Businesses; • Employment of market-based instruments; • International organizations; • Civil society; 	

DOCUMENTO: 3	EUROPE 2020: A STRATEGY FOR SMART, SUSTAINABLE AND INCLUSIVE GROWTH	ANO: 2010	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	European Commission (EC)		G	C	E / S / A
Fins	Objetivo	Descrição Dos Objetivos			
Fins últimos (que sociedade queremos)	<ul style="list-style-type: none"> Turn Europe into a smart, sustainable and inclusive economy with high levels of employment, productivity and social cohesion by 2020 (3). 	<ul style="list-style-type: none"> The document presents a vision of what Europe's social market economy for the 21st century should be, one forged under the scope of a smarter (economy), inclusive (social) and sustainable (environment) economy (3); 			
Fins	Objetivo	Descrição Dos Objetivos			
Fins intermédios (que economia queremos)	<ul style="list-style-type: none"> Three mutually reinforcing priorities should be at the heart of Europe 2020 (8): <ul style="list-style-type: none"> Smart growth; Sustainable growth; Inclusive growth. 	<ul style="list-style-type: none"> Smart growth: developing an economy based on knowledge and innovation (8); Sustainable growth: promoting a resource efficient, greener and competitive economy (8); Inclusive growth: high-employment economy delivering social and territorial cohesion (8); Five headline targets for 2020 (8-9): <ul style="list-style-type: none"> Employment rate of the population aged 20-64: increase from 69% to at least 75%; Investment in R&D: target of 3% of European GDP in R&D; Reduction of greenhouse gas emissions: at least by 20% compared to 1990 levels; Educational attainment: reduce the dropout rate to 10%; Europeans living below the national poverty level: reduced by 25%. The aim is to (14): <ul style="list-style-type: none"> Decouple economic growth from resource and energy use; Reduce CO2 emissions; Enhance competitiveness; and Promote greater energy security. 			
		<p>Additional observations on the economic development model presented in "Europe 2020":</p> <ul style="list-style-type: none"> Ensure that the single market remains an open market, preserving equal opportunities for firms and combating national protectionism (19); Global growth will open up new opportunities for Europe's exporters and competitive access to vital imports. All instruments of external economic policy need to be deployed to foster European growth through participation in open and fair markets worldwide (21). 			

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	atores
Relação economia-sociedade	<ul style="list-style-type: none"> Inclusive growth means empowering people through high levels of employment, investing in skills, fighting poverty and modernising labour markets, training and social protection systems (16). 		
Relação economia-ambiente	<ul style="list-style-type: none"> Sustainable growth means building a resource efficient, sustainable and competitive economy to help prevent environmental degradation, biodiversity loss and unsustainable use of resources (12); Achieving climate goals means reducing emissions significantly more quickly in the next decade than in the last one and exploiting the potential of new technologies (13); We must also strengthen our economies' resilience to climate risks, and our capacity for disaster prevention and response (13). 	<ul style="list-style-type: none"> Develop new processes and technologies, including green technologies, and accelerating the roll out of smart grids using ICTs (12); Assisting consumers to value resource efficiency (12); Flagship Initiative: "Resource efficient Europe" (14): <ul style="list-style-type: none"> Mobilising EU financial instruments; Enhancing a framework for the use of market-based instruments (e.g. emissions trading, taxation, green public procurement); Decarbonize the transport sector; Make good use of the internal energy market and the strategic energy technologies plan promoting renewable sources of energy. 	
Relação economia-modelo territorial	<ul style="list-style-type: none"> At a national level, focus on the urban dimension of transport where much of the congestion and emissions are generated (14); Investing in R&D as well as innovation, in education will benefit traditional sectors, rural areas as well as high skill, service economies. It will also reinforce social and territorial cohesion (9). Sustainable growth will also underpin economic, social and territorial cohesion (12); Inclusive growth is also essential once it causes economic growth spread to all parts of the Union, including its outermost regions, thus strengthening territorial cohesion (16) 		

DOCUMENTO: 3	EUROPE 2020: A STRATEGY FOR SMART, SUSTAINABLE AND INCLUSIVE GROWTH	ANO: 2010	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	European Commission (EC)		G	C	E / S / A
Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)			atores
Relação economia-mercado	<ul style="list-style-type: none"> A shift towards a resource efficient and low carbon economy (14). 	<ul style="list-style-type: none"> Flagship Initiative: “Resource efficient Europe” (14): Enhancing a framework for the use of market-based instruments (e.g. emissions trading, taxation, green public procurement); At the national level (14): <ul style="list-style-type: none"> Phase out environmentally harmful subsidies; Deploy market-based instruments (fiscal incentives, procurement to adapt production and consumption methods); Use regulation, building performance standards and market-based instruments to reduce energy and resource use, and invest in energy efficiency and efficient recycling. 			<ul style="list-style-type: none"> European Union; National governments.
Relação economia-modelo empresarial	<ul style="list-style-type: none"> A greater capacity for research and development as well as innovation across all sectors of the economy, combined with increased resource efficiency will improve competitiveness and foster job creation (9); Investing in cleaner, low carbon technologies will help our environment, contribute to fight climate change and create new business and employment opportunities (9). 	<ul style="list-style-type: none"> Flagship Initiative: “An industrial policy for the globalisation era” (15): <ul style="list-style-type: none"> Establish an industrial policy supporting the transition of manufacturing sectors to greater energy and resource efficiency; Promote the restructuring of sectors in difficulty towards future oriented activities; Promote technologies and production methods that reduces natural resources use. 			
Relação economia-ciência	<ul style="list-style-type: none"> Smart growth means strengthening knowledge and innovation as drivers of our future growth (10). 	<ul style="list-style-type: none"> Flagship initiatives: “innovation union” and “youth on the move” (10-11): <ul style="list-style-type: none"> Improving the quality of education; Strengthening research performance; Promoting innovation and knowledge transfer throughout the Union. 			

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	atores
Relação economia-estado	<ul style="list-style-type: none"> • Stronger governance: For transformational change more focus, clear goals and transparent benchmarks for assessing progress are needed. • A strong governance framework that harnesses the instruments at its disposal to ensure timely and effective implementation is needed (25). 	<ul style="list-style-type: none"> • The Europe 2020 programme; • Flagship initiatives, which require action at both EU and Member States level; • The Europe 2020 strategy will be established in a small set of integrated 'Europe 2020' guidelines; • Policy recommendations addressed to States; • The Europe 2020 and the Stability and Growth Pact reporting and evaluation will be done simultaneously to bring means and aims together. 	<ul style="list-style-type: none"> • European Union; • National governments.

DOCUMENTO: 4	VISION 2050: THE NEW AGENDA FOR BUSINESS	ANO: 2010	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)		SP/SC	I	E

Finalidades	Objetivo	Descrição dos objectivos
Fins últimos (que sociedade queremos)	<ul style="list-style-type: none"> A world in which the global population is not just living on the planet, but living well and within the limits of the planet. 	<ul style="list-style-type: none"> By “living well”, we are describing a standard of living where people have access to and the ability to afford education, healthcare, mobility, the basics of food, water, energy and shelter, and consumer goods; By “living within the limits of the planet”, we mean living in a way that this standard of living can be sustained with the available natural resources and without further harm to biodiversity, climate and other ecosystems; Behavioral change and social innovation are as crucial as better solutions than technological innovation; Society has redefined the notion of prosperity and successful lifestyles, as well the bases of profit and loss, progress and value creation to include more long-term considerations such as environmental impacts and personal and societal well-being.

Finalidades	Objetivo	Descrição dos objectivos
Fins intermédios (que economia queremos)	<ul style="list-style-type: none"> Economic growth has been decoupled from ecosystem destruction and material consumption, and re-coupled with sustainable economic development and societal well-being; The new value-based economic architecture catalyses an era of innovation in solutions and social change (11); The gross domestic product (GDP) measurement is reconsidered and supplemented by other measures that track sustainability (18); A 21st century version of the Green Revolution has helped the larger 2050 population meet its nutrition needs (20). 	<ul style="list-style-type: none"> Valuation, investment and accounting criterias are reformulated as businesses and markets adapt to new incentives that couple traditional profitability with the creation of long-term value; Innovative financing mechanisms focus on longer term sustainable investments such as forest bonds; Financial products are certified before being put on the market, verifying their ability to contribute positively to the economy, society and the environment, particularly in reallocating risks (18); True-value pricing (i.e. reflecting external costs and benefits) begins to emerge as the basis of new, globally accepted accounting standards; Improved agricultural practices, water efficiency, new crop varieties and new technologies, including biotechnologies, have allowed a doubling of agricultural output without associated increases in the amount of land or water used. The productivity gains allow agriculture to contribute to energy supply without jeopardizing food supplies or biodiversity. Bigger yields reduce the land area under agricultural production. Better management increases the carbon sequestration potential of soils.

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores
<p>Relação economia-sociedade</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Society prepares for, and adapts to, climate change; • New ways of living have taken root all over the world, inspired by a change in the way success is defined and measured, as well as innovative forms of education and connectivity (14); • Living well within the limits of the planet becomes fashionable, more mainstream and part of value systems (14-15); • All can meet their basic needs, including the need for dignified lives and meaningful roles in their communities (16). 	<ul style="list-style-type: none"> • Joint efforts between different communities (6); • Integrated and systemic approaches are used to manage agriculture, forestry, water and urban transport, energy and communications (6); • New policies, products and services based on a better understanding of the varieties of human behaviour needed to drive lifestyle changes (14); • In schools, people learn more about the importance of well-functioning ecosystems and societies as well as global and local citizenship (15). 	<ul style="list-style-type: none"> • Policy-makers; • Businesses; • Schools.
<p>Relação economia-ambiente</p>	<ul style="list-style-type: none"> • The forests of 2050 have regained much of their capacity to protect against climate change and biodiversity loss and to meet the resource needs of society; • Deforestation was significantly reduced. Primary forest coverage is held intact and somewhat expanded. Primary forests are no longer used for wood, wood products, new farmland, or biomass (22); • Global energy demand has increased, but secure and low carbon energy is widely available and used efficiently. The energy sector's environmental footprint has been cut off (24); • The energy mix comprises around 50% renewables and about 25% each for nuclear and fossil fuels equipped with carbon capture and storage (CCS) from 2030 onwards (24). 	<ul style="list-style-type: none"> • Institutional and market support for improved forest protection and management (22); • Carbon prices and markets for ecosystem services support alternatives (23); • Global price for carbon; • Effective policies to lower the costs of renewable electricity production; • Incentives and information measures to drive demand-side energy-efficiency gains; • Sufficient and secure demonstration, deployment and acceptance of promising technologies, such as Carbon Capture and Storage (24). 	

DOCUMENTO: 4	VISION 2050: THE NEW AGENDA FOR BUSINESS	ANO: 2010	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)	SP/SC	I	E	
Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores		
Relação economia-modelo territorial	<ul style="list-style-type: none"> • An effort to deliver infrastructure projects accompanies framework improvements in many countries; • The effort focuses on cities, with an emphasis on closed-loop systems, secure and clean energy supplies and improved mobility (16); • Urbanization makes it more efficient to deliver these infrastructure and human development improvements [access to hygiene, sanitation, clean water, air and energy, food security and healthcare] (17); • New buildings are zero net energy, and existing ones are being retrofitted toward the same goal (26); • Access to mobility is available to all, and negative environmental impacts are substantially reduced. Vehicle efficiency improves (28); • City and transport planning is better integrated globally; • Cities introduce ITS. Public transport becomes more attractive and integrated, increasing its share (29). 	<ul style="list-style-type: none"> • Better and more holistic planning allows for greater efficiency in the allocation of capital and labour (17); • This has been achieved through (26): <ul style="list-style-type: none"> · integrated building design, codes / standards; · integrated planning; · tax incentives and subsidies. • R&D support (vehicle R&D accelerates); • Regulatory instruments; • Market-based programs; • Volunteering programs; • Integrated urban planning in fast-growing cities. 	<ul style="list-style-type: none"> • Governments; • Businesses • NGO • Transport stakeholders; • City planners. 		
Relação economia-mercado	<ul style="list-style-type: none"> • The bases for profit and loss, progress, and value creation are redefined to consider longer term environmental impacts and personal and social well-being; • Prices reflect all externalities (18/19): Accounting standards begin to integrate positive and negative externalities, with investors rapidly incorporating these new measures into decision-making (19); • Transparent collaborative efforts and new forms of public-private partnerships spread best practices and technologies (19); • New trade regimes begin to benefit many, creating new markets, industries and customers (17). 	<ul style="list-style-type: none"> • New frameworks to decouple economic growth from the use of natural resources (18); • Accounting standards that integrate positive and negative externalities; • Perverse subsidies are removed (19); • Tax regimes shift toward incentivizing positive externalities and discouraging negative ones (19); • Innovative financing models and mechanisms that enable longer term investments in sustainable projects and diversify risk (18). 	<ul style="list-style-type: none"> • Government regulators; • Financial organizations; • Businesses; • Academy. 		
Relação economia-modelo empresarial	<ul style="list-style-type: none"> • A new mission: to make sustainable living easy and seamless through products and solutions that address the demands of society without compromising customer needs; • A radical shift in the way companies do business (18). 				

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores
Relação economia-ciencia	<ul style="list-style-type: none"> • Investment, research, development and deployment (RD&D) and innovation are channelled toward renewables, energy efficiency and sustainable infrastructure development (19); • Radical innovations in healthcare and food technologies allow people to pursue healthier lives and lifestyles (15); • A 21st century version of the Green Revolution is knowledge-intensive, and leads to higher productivity and natural resource efficiency (20); • Genetic improvements and remote sensing technologies for inventory and management are also important (23); • Nuclear power generation has been a key technology in climate change mitigation efforts. The nuclear fuel cycle is secure and stable (25); • Research in alternative fuels (i.e., sustainable biofuels, electricity and hydrogen) and drive trains is enhanced (28). 		
Relação economia-estado	<ul style="list-style-type: none"> • Governments should consider the policies and regulations needed to guide and organize society and give markets incentives to move toward sustainability, and people to make a difference in their daily lives; • New partnerships for business with governments and civil society groups and more systemic thinking and approaches to manage challenges and opportunities; • Governance systems skillfully make decisions at the most appropriate local level. Much happens at community, city and regional levels (6); • Governance also enables and guides markets by clarifying limits and establishing frameworks that promote transparency, inclusiveness, internalized externalities, and other characteristics of sustainability (6); • Many sources of influence, information, assets and capabilities will be required, supplied through complex coalitions made up of a number of different actors and areas of expertise – public, private, civil and academic sector individuals and organizations (60). 		<ul style="list-style-type: none"> • Governments; • Local governments; • Civil society; • Academy; • Markets.

DOCUMENTO: 5	McKINSEY GLOBAL SURVEY RESULTS: HOW COMPANIES MANAGE SUSTAINABILITY	ANO: 2009	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	McKinsey and Company		SP / SC	I	E

Nota introdutória
 This document presents the results of a survey which explored how companies define sustainability, how they manage it, if and why they engage in activities related to sustainability and how they assess as well as communicate such an engagement.
 Given the aforementioned specificities, and the overall contents of the document, its analysis will comprise only one dimension, i.e. the relationship between economy and business models, which will include fragmentary elements of the remaining domains.
 First, a synthesis of the overall results of the survey allows for the definition of some “intermediate ends”.

Finalidades	Objetivo	Descrição dos objetivos
Fins intermédios (que economia queremos)	<ul style="list-style-type: none"> • Increase the active engagement of companies in sustainability practices and management (8); • Raise the awareness of businesses and investors about the benefits of such sustainability-related practices (8). 	<ul style="list-style-type: none"> • Engaging in sustainability contributes positively to shareholder value in the long term. Companies that manage sustainability proactively are much likelier to seek and find value creation opportunities (8); • Companies where sustainability is a top item in their agendas are more likely to integrate sustainability into their business practices. This suggests that senior executives who want to reap the benefits of incorporating sustainability into their companies’ overall strategies must take an active role in the effort (8); • A first step to gain recognition and improve the impact of sustainability activities could be to communicate better with investors and other stakeholders (8).

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores
Relação economia-modelo empresarial	<ul style="list-style-type: none"> • A better clarification of the definition of sustainability would overcome some uncertainties expressed by the companies (2); • Executives consider sustainability important in a wide range of areas, including new-product development, reputation and overall strategy; • Yet companies are not taking a proactive approach (2-3); • Sustainability is viewed as important for managing corporate reputation and brands and to overall corporate strategy (2); • Despite sustainability's importance, companies' sustainability initiatives are generally not run on a day-to-day basis (3); • Companies engaged with sustainability are much likelier to reap value in reputation building, cost savings and growth opportunities (4); • The tracking (metrics) and external reporting of sustainable practices is relatively poor and should be improved, considering the impacts sustainability has on businesses (5); • Regulation, particularly environmental regulation, can have a very strong effect on companies' sustainability activities; • Few companies have quantified the potential impact of environmental and social regulation on their businesses and feel prepared to deal with regulation in the future (8); • Institutional failure to reach global agreements is seen as likely to increase uncertainty related to climate change regulation; • Moreover, whatever the outcomes of such talks they appear to have no direct effect on companies' sustainability strategies (8); • Many companies are now planning to work with other partners such as non-governmental organizations (NGOs), other companies and governments on sustainability-related strategies and practices (8); • Energy companies take a more active approach in searching for opportunities to engage with sustainability; • Energy companies also have better reporting and communication practices and incorporate sustainability in their regulatory strategies more often (4-6). 		<ul style="list-style-type: none"> • Companies / businesses; • Other stakeholders with whom companies would benefit from working with (e.g. NGO's, government).

DOCUMENTO: 6	THE GREAT TRANSITION: A TALE OF HOW IT TURNED OUT RIGHT	ANO: 2009	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	New Economics Foundation (NEF)		SP / SC	I	E / S / A

Finalidades	Objetivo	Descrição dos objetivos
Fins últimos (que sociedade queremos)	<ul style="list-style-type: none"> • A radical change to a new society as the outcome of a new economy, one where environmental and social assets are (at least) as valued as financial ones (13-34). 	<ul style="list-style-type: none"> • Economic liberalization and generally all “business-as-usual” practices have not delivered rapid growth; on the contrary they have brought untenable inequality and increasing income concentration, consumption beyond planetary limits; growing economic instability and a breakdown in the relationship between ‘more’ and ‘better’. • A return to blind faith in markets to deliver a future of endless and rapid growth is impossible to imagine now and so, a radical change to a new economy is undeniably necessary; • The previous situation must be reversed; a balance must be found between the market and the non-market, the private and the public, the individual and the community; this balance is the most relevant trait of this new economy; • For this new economy to be achieved nothing short of a Great Transition must take place; • The Great Transition could be done in a way that safeguards the natural environment and allows one to live more in harmony with nature and within the ‘carrying capacity’ of our planetary resources.
Finalidades	Objetivo	Descrição Dos Objetivos
Fins intermédios (que economia queremos)	<ul style="list-style-type: none"> • To implement a set of interrelated measures that will allow a Great Transition (35-90). 	<ul style="list-style-type: none"> • The Great Transition will only be fulfilled through a set of seven interrelated measures: <ul style="list-style-type: none"> · A great revaluating through which social and environmental value is built (36-39); · A great redistribution of income and wealth (40-43); · A great rebalancing between the roles and competencies of the market and the state (44-55); · A great localisation and engagement reflecting an expanded concept of subsidiarity (56-66); · A great reskilling, i.e. the relearning of forgotten skills (67-76); · A great economic irrigation, where finance acts as the facilitator of change (77-84); · A great interdependence, meaning that the management of inequality takes place in an international context (85-90).

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	atores
Relação economia-sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Economic development should be approached from a perspective of well-being and happiness and not only in terms of financial assets (42); • Also, efficiency should also be thought of in a more holistic way, one that accounts for of the range of things people value in life (57-58); • A redistribution of both income and wealth is mandatory. On this behalf, a global deal is necessary, addressing global inequalities from a (social) development perspective (86); • Furthermore, a progressive social redistribution will end up being less heavy on budgets, because nowadays' heavy costs of dealing with social problems will decrease exponentially; • A process of democratization of wealth through the promotion of other forms of company ownership (e.g. by workers) (58); • The so-called core economy, meaning our ability to care, teach, learn, empathise and protest, and the social networks and social capital these capacities create, should be increasingly valued by all spheres (5-6); • Another important redistribution is that of time, because it would create a better balance between work life and the vital core economy of family, friends and community in general (5); • Localization will require the re-learning of many skills that have been forgotten; education systems and general training/ education priorities should reflect this trend (11); • Stimulate the participation of citizens in local decisions relevant to their individual well-being and to that of their communities (63). 	<ul style="list-style-type: none"> • Provide all citizens with a cash transfer on reaching adulthood to enable them to invest (42); • Development of a new global deal through which redistribution is made a priority (86); • Create "National Housing Banks" offering people the chance to transfer a share of their mortgages into equity and paying social rent on the balance (82); • Income redistribution policies (including legislation); • Ownership by workers and other forms of ownership that do not seek sheer profit (58); • Cooperatively owned renewable energy (74). • Reducing work time (to four days a week) and find ways to value time spent with family and generally investing on individual social capital (5); • Develop community vocational colleges providing training (apprenticeship) in skills needed locally (68); • Promote local participatory budgets for the delivery of public services such as education or sanitation (68). 	<ul style="list-style-type: none"> • (a facilitating) State; • (a participative) Civil society. • (a facilitating) State; • Businesses; • Local governments.

DOCUMENTO: 6	THE GREAT TRANSITION: A TALE OF HOW IT TURNED OUT RIGHT	ANO: 2009	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	New Economics Foundation (NEF)	SP / SC	I	E / S / A	
Domínios	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição) atores				
Relação economia-ambiente	<p>Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)</p> <ul style="list-style-type: none"> • A shift from taxing goods (work), to taxing environmental and social bads such as pollution, consumption or short-term speculation (7); • Taxation and prices should be implemented in a way that reflects the actual social and environmental costs of goods (7); • Better measures of the externalities (advised by scientific data) provoked by the economy and social actions are instrumental (7); • Public and private financing of companies should be linked to the ability of those beneficiaries to operate under and build social and environmental value (83); • Investment in alternative and renewable energies and harder restrictions on carbon emissions should be pursued (7). 	<ul style="list-style-type: none"> • Replace income taxes with new consumption taxes reflecting the costs of goods (7); • Incorporate externalities of exports- imports into consumer goods prices (especially into food prices); • Raise revenue from polluting and inefficient fossil-fuel-run cars to invest in alternatives; • Establish a quantitative cap on carbon emissions (7); • Enable co-operatively owned renewable energy schemes such as wind farms (74); • Better metrics of performance and externalities should be development (away from GDP) (24-25). 	<ul style="list-style-type: none"> • (a facilitating) State; • (a participative) Civil society; • Academy; • Businesses. 		
Relação economia-territorial	<ul style="list-style-type: none"> • Shift to a localization paradigm which involves a know-and-better-your-community type of development (56-67); • Operate mostly under small scale local economies, highly self-sufficient in terms of energy and materials inputs (including food production) and able to fulfil as many of their needs as possible (63); • Returning to the appropriate (local) scale would mean to bet on reskilling local populations to best answer to the challenges, specificities and needs of local contexts (11); • Great importance of determining which goods and services are best produced locally, regionally, nationally and/or internationally; • Decisions are best taken at a local scale. Each community should be able to choose the most adequate paths for development (63); • The implementation of local participatory budgets and the stimulus to other forms of community participation and engagement are advised; • The stimulation of local production, manufacturing, retailing and markets in general would also prove its merits (63-68). 	<ul style="list-style-type: none"> • Development of community vocational colleges providing training in skills needed locally (68); • Incentive and taxation packages to minimize imports and exports (especially long-distance international trade) and promote local production and retailing, especially of primary (e.g. food) products; • Local participatory budgets for the delivery of public services (68); • Implement political measures that promote public and private subsidiarity (6); • Create electronic local and regional currencies complementing those operating at higher scales (62). 	<ul style="list-style-type: none"> • (a facilitating) State; • Local / regional governments; • Local communities; • (a participative) Civil society; • Producers and consumers. 		

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	atores
Relação economia-mercado	<ul style="list-style-type: none"> • Market prices should reflect real social and environmental costs and benefits which would mean using other forms of measuring the value of goods accounting for their social and environmental externalities (7); • The market sphere should be rebalanced alongside the public sphere and the core economy to make the best out of social interactions and social capital (5); • Local and regional markets (particularly in what concerns food and other primary products) should be stimulated and viewed as potential replacements for international trade (63-68). 	<ul style="list-style-type: none"> • Reviewed forms of metrics of externalities and well-being to be incorporated in market pricings (7); • Taxation on international trade; • Stricter and punitive ways of measuring and limiting carbon emissions (7); • Creation of electronic local and regional currencies complementing those operating at higher scales (62). 	<ul style="list-style-type: none"> • (facilitating/regulatory) State;
Relação economia-modelo empresarial	<ul style="list-style-type: none"> • A redistribution of time is proposed. This will require a better balance between paid work and other spheres of the social life. Businesses (and the government) should facilitate such a rearrangement (32); • A redistribution of ownership is also on the line through a progressive resurgence of co-operative ownership forms. A viable option would be employee ownership, with companies progressively transferring shares to their staff (42). 	<ul style="list-style-type: none"> • This can be done by reducing the hours of labour (for example to four days a week) (32); • New forms of ownership and control developed away from traditional profit-making objectives (42). 	<ul style="list-style-type: none"> • Businesses; • (facilitating/regulatory) State.
Relação economia-ciência	<ul style="list-style-type: none"> • Where climate change is concerned, price mechanisms can only work effectively once a scientifically arrived at safe level of emissions and concentrations of greenhouse gases has been set (92). 	<ul style="list-style-type: none"> • Scientific studies to understand what the safe level of emissions are instrumental. 	<ul style="list-style-type: none"> • Scientific experts

DOCUMENTO: 6	THE GREAT TRANSITION: A TALE OF HOW IT TURNED OUT RIGHT	ANO: 2009	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	New Economics Foundation (NEF)		SP / SC	I	E / S / A

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	atores
Relação economia-estado	<ul style="list-style-type: none"> The most instrumental objective of policy-making should be to determine social and environmental values upon which to justify and base public and private decision-making processes (97); The state should take on a facilitating and regulatory position, a means to gather consensus and manage all that is best done collectively (98); A multi-level governance system is proposed, one through which local, cooperative and participatory contexts are valued the most, following the implementation of the subsidiarity principle (6); A strategically crafted political shift from taxing goods such as work, to taxing environmental and social bads such as pollution, consumption and short-term speculation, should be pursued (7). 	<ul style="list-style-type: none"> A quantitative cap on carbon emissions to set parameters for pricing should be set (7); In this model of society, steps should be taken to give local communities more direct power to run their local economies (11); Income taxes are replaced with consumption taxes reflecting the real costs of goods; Revenue from polluting and inefficient fossil-fuel-run cars should be raised. The outcomes of this should be invested in alternative sources of energy (78); Local participatory budgets for the delivery of public services such as education, waste collection, street lighting and cleaning (68). 	<ul style="list-style-type: none"> (facilitating/regulatory) State; Local governments; Individuals and communities; (a participative) Civil society;

DOCUMENTO: 7	REPORT BY THE COMMISSION ON THE MEASUREMENT OF ECONOMIC PERFORMANCE AND SOCIAL PROGRESS (CMEPSP) («STIGLITZ REPORT»)	ANO: 2009	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress (CMEPSP)		IC	I	E / S / A

Nota introdutória

- The report has four central aims (7):
 - To identify the **limits of GDP as an indicator of economic performance and social progress**, including the problems associated with its measurement;
 - To consider what **additional information** might be required **for the production of more relevant indicators** of social progress;
 - To assess the feasibility of **alternative measurement tools**; and
 - To discuss how to **present the statistical information stemming from these metrics** in an appropriate way.
- The previous rationales derive from the recognition that (earlier) measurements affect (later) actions; and if measurements are flawed, decisions may be distorted. Expanding on this idea, some main common blemishes are identified and deconstructed into the following notions (7-9):
 - There appears to be an increasing gap between the information contained in aggregate GDP data and what counts for common people's well-being. It has long been clear that **GDP is an inadequate metric to gauge well-being** over time particularly in its environmental and social dimensions;
 - There seems to be a marked **distance between standard measures of important socio economic variables** like economic growth, inflation and unemployment **and widespread perceptions**, with a clear impact on the way in which public discourse about the conditions of the economy and necessary policies takes place;
 - Had there been **more awareness of the limitations of standard metrics** (like GDP) there would have been less euphoria over economic performance in the years prior to the crisis and probably the crisis could have been avoided or at least its impacts mitigated;
 - A looming environmental crisis is currently underway, associated with global warming. **Market prices are distorted** by the fact that there is no charge imposed on carbon emissions; and no account is made of the cost of these emissions in standard national income accounts.
- The **report** is admittedly **more about measurement(s) than about policies**. It is addressed not only to political leaders and policy-makers but also (and as importantly) to the academic community, statisticians and civil society organizations that are both users and producers of statistics. More generally, it is addressed to the public at large through the work of journalists and the media (10);
- The report hints at **issues that ought to be addressed in the context of more comprehensive research efforts**. Other bodies, at the national and international level, should discuss the recommendations in this report, identify their limits and see how they can best contribute to this broad agenda, each from its own perspective (18);
- **Round-tables should be established at the national level with the involvement of stakeholders** to identify and prioritize those indicators that carry the potential for a shared view of how social progress is happening and how it can be sustained over time (18);
- Given the above-mentioned specificities, and the overall contents and purposes of the report, its analysis will comprise the presentation of a set of “intermediate ends” that draw from the recommendations laid out by the Commission. These will include transversal and fragmentary elements of all the domains considered for analysis.

DOCUMENTO: 7	REPORT BY THE COMMISSION ON THE MEASUREMENT OF ECONOMIC PERFORMANCE AND SOCIAL PROGRESS (CMEPSP) («STIGLITZ REPORT»)	ANO: 2009	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress (CMEPSP)	IC	I	E / S / A	

Finalidades	Objetivo	Descrição dos objetivos
<p>Síntese</p> <p>Fins intermédios (que economia queremos)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A need to move towards better measures of economic performance (rather than relying solely on GDP) in a complex economy (11); • Objective and subjective dimensions of well-being and quality of life are both important, and thus they should be given an equal weight (15); • Well-being is multi-dimensional and it should be considered as such; it implies (14-15): <ul style="list-style-type: none"> · Material living standards; · Health and education; · Personal activities, including work; · Political voice and governance; · Social connections and relationships; · Environment (present and future conditions); · Economic and physical insecurity. • A pragmatic approach towards measuring sustainability should be used (16-18). 	<ul style="list-style-type: none"> • Five general recommendations towards better measures of economic performance (12-14): <ul style="list-style-type: none"> · When evaluating material well-being, look at income and consumption rather than just production; · Emphasize the household perspective; · Consider income and consumption jointly with wealth; · Give more prominence to the distribution of income, consumption and wealth; · Broaden income measures to non-market activities. • Six relevant ideas drawing from the ends of well-being: <ul style="list-style-type: none"> · Quality of life depends on people's objective conditions and capabilities. Steps should be taken to improve measures of people's health, education, personal activities and environmental conditions (14); · Substantial effort should be devoted to developing and implementing robust, reliable measures of social connections, political voice and insecurity that can be shown to predict life satisfaction (15); · Quality-of-life indicators in all the dimensions covered should assess inequalities in a more thorough and comprehensive way (15); · Surveys should be designed to assess the links between various quality-of-life domains for each person, and this information should be used when designing policies in various fields (15); · Statistical offices should provide the information needed to aggregate across quality-of-life dimensions, allowing for the construction of different indexes (16); · Measures of both objective and subjective well-being provide key information about people's quality of life. Statistical offices should also incorporate questions to capture people's life evaluations, hedonic experiences and priorities in their own surveys (16); • Two important guidelines concerning the pragmatism advocated: <ul style="list-style-type: none"> · Sustainability assessment requires a well-identified dashboard of indicators. The distinctive feature of its components should be that they are interpretable as variations of some underlying "stocks". A monetary index of sustainability has its place there but, under the current state of the art, it should remain essentially focused on the economic aspects of sustainability (17); · The environmental aspects of sustainability deserve a separate follow-up based on a well-chosen set of physical indicators. In particular there is a need for a clear indicator of our proximity to dangerous levels of environmental damage such as those associated with climate change or the depletion of fishing stocks (17-18).

DOCUMENTO: 8	GETTING INTO THE RIGHT LANE FOR 2050: A PRIMER FOR EU DEBATE	ANO: 2009	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	Netherlands Environment Assessment Agency (NEAA)		G	C	S / A

Finalidades	Objetivo	Descrição dos objetivos
Fins últimos (que sociedade queremos)	<ul style="list-style-type: none"> • To achieve the long-term vision postulated, consisting of a wise natural resource use (9); • Reaching the vision for 2050 will require strengthening EU decision-making powers in specific areas (10): <ul style="list-style-type: none"> · Land resources, food and biodiversity; · Energy and climate change; · Transport and mobility; · Common challenges for EU policy making. 	<ul style="list-style-type: none"> • Recent global assessments have shown that the slow evolving pace of change in natural and social systems can end in decades of delay between problem recognition and the results of policy responses (14); • Without new policies, major global issues are bound to mushroom, especially with regard to climate change and land resources; • A new long-term and holistic vision is needed and the EU has through its regulatory powers the potential to establish a long-term investment framework for such an essential endeavour (14); • The study underline the significance of the end of the first decade of this century for the EU long-term agenda; policy responses crafted will determine the sustainability of solutions for 2050 (9); • Following the vision set for 2050 encompasses achieving the succeeding set of preliminary objectives, which are also the key policy junctions at which the EU will face strategic choices (9-10): <ul style="list-style-type: none"> · Producing food for a global population of 9 billion while minimizing biodiversity loss; · Mitigating climate change while enhancing energy security for the EU; and · Developing practical and workable solutions for a low carbon EU transport system.
Fins intermédios (que economia queremos)	<ul style="list-style-type: none"> • Act upon the management of land resources, food and biodiversity in order to be able to produce food while minimizing biodiversity loss (Chapter 3). • Tackle issues related with energy use and climate change, in order to mitigate the latter while enhancing energy security (Chapter 4). • Transport and mobility should be viewed as priority areas of intervention stemming from the previous end (Chapter 5). • Consider the previous challenges as a single common and coherent challenge of political capacity building in the EU space (Chapter 6). 	<ul style="list-style-type: none"> • A vision to feed 9 billion people by 2050 and halt biodiversity loss by 2030 involves nurturing diversity in agricultural practices within the EU, which would contribute to buffering shocks to the global food system; • In a context of global collaboration on agricultural methods, the Mediterranean basin could be seen as a pioneer area for renewed agricultural and ecosystems policy; • The vision on a low carbon energy system and increased security of energy supply requires the deployment of low carbon technologies to achieve 80% less emissions by 2050, relative to 1990; • The EU needs to develop powerful additional incentives and new institutional arrangements to bring about more radical changes in the energy system; • A low carbon and economically viable EU transport system depends on technology advances and challenging reductions in transport growth; • Critical to achieving low carbon transport in the EU is international action on greenhouse gas emissions from aviation and maritime transport; • Above all, policy coherence on transport and climate is vital for all portfolios of the EC; • The three earlier themes are manifestations of the same challenge, so that global use of natural resources remains within long-term constraints; a major policy challenge is to transcend partial political analyses.

DOCUMENTO: 8	GETTING INTO THE RIGHT LANE FOR 2050: A PRIMER FOR EU DEBATE	ANO: 2009	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	Netherlands Environment Assessment Agency (NEAA)		G	C	S / A

Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)		Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	atores
Domínios			
Relação economia-sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Nurturing and further enhancing the diversity in agricultural practices to buffer shocks to the global food system in a crowded world (10); • Private transport (and its subsequent emissions) should be reduced; this would imply changing habits and stimulating the adhesion to non-fossil fuel dependent sources of transport and mobility; • Ageing population is a growing problem for many countries and also a major disruption in global collaboration (16). 	<ul style="list-style-type: none"> • An investment framework for a continental-scale future power grid is critical (10); • Market incentives and cap-and-trade schemes to lower carbon emissions (19); • Investment in and introduction of breakthrough low carbon technologies (19); • Investments in bio-energy and policies to promote the replacement of fossil-fuels (21-22). 	<ul style="list-style-type: none"> • The European Union; • National governments.
Relação economia-ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Environmental challenges are global and so they should be viewed through a holistic approach and in a collaborative way (92); • The projected growth in transport demand must be reversed (20); • A low carbon energy system and increased security of energy supply requires the deployment of low carbon technologies (10); • Radical changes to the energy system and to Europe's power-grid are also mandatory for a transition to a low carbon economy (10); • A low carbon EU transport system depends on technology advances and on challenging reductions in transport growth, particularly in aviation and maritime transport (10). 		
Relação economia-modelo territorial	<ul style="list-style-type: none"> • In a context of global (and European) strict collaboration on agricultural methods, the Mediterranean basin could be seen as a pioneer area for renewed agricultural and ecosystems policy (40); • A distinction is to be made and implemented territorially between highly productive agricultural areas and areas with other priorities; • Coherence on transport and climate measures and initiatives should occur between all levels of government including local governments. 	<ul style="list-style-type: none"> • The Common Agricultural Policy needs to include greater concerns with diversity and land management at the EU scale (46). 	<ul style="list-style-type: none"> • The European Union; • National governments.
Relação economia-mercado	<ul style="list-style-type: none"> • Market incentives alone are not sufficient to make the transition to a low carbon energy system by 2050 and so other effective instruments such as cap-and-trade schemes may prove to be effective (19). 	<ul style="list-style-type: none"> • Market incentives and cap-and-trade schemes to lower carbon emissions (19). 	

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	atores
<p>Relação economia-ciência</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Technology breakthroughs are instrumental for the viability of a low carbon EU transport system (10); • Further research in agricultural systems is needed as well as the improvement and introduction of already existing agricultural technologies in developing countries (16); • A renovated EU power grid and a rapid acceleration in the deployment of low carbon energy technologies are viewed as priorities (10); • International R&D cooperation in energy and agricultural systems and technologies should be pursued (18). 	<ul style="list-style-type: none"> • Long-term “command-and-control” policies that promote the development and application of more advanced low carbon technologies and energies (19); • Funding for research in agricultural and energy systems and overall low carbon technologies (10). 	<ul style="list-style-type: none"> • The European Union; • National governments • Academia.
<p>Relação economia-estado</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Adjustments to EU internal governance structures and strategies are called out for to fulfil the requirement for policy coherence across policy portfolios (22); • The EU needs to develop new institutional arrangements to bring about more radical changes in the energy system (10); • Policies to nurture diversity in EU land management should be given a character of priority for example through a renewed and common agricultural and ecosystems policy (46); • A long-term “command-and-control” approach to the development and implementation of low carbon technologies and energies (19); • Bio-energy policies may provide a tangible link between energy and climate change (21); • International arrangements and a structured worldwide debate on climate change, land and resource management, food production and ecosystem and biodiversity conservation should be followed (23); • EU leadership towards and during international climate agreements should be promoted in a way that constitutes an example (22); • Timely international action on greenhouse gas emissions from aviation and maritime transport is on the critical path if emissions from transport are to be decreased (50-51); 	<ul style="list-style-type: none"> • Policies and incentives to change Europe’s power grid, to reduce fossil-fuel transports, to enhance low carbon transports and overall energy systems (10); • Arrangements in a global collaborative setting to protect and organize ways to pay for ecosystems and related ecosystem services (10); • Investing in the EU power grid and in the deployment of low carbon energy technologies (10); • Setting emission standards for newly constructed power plants and regulating and phasing out fossil power plants without carbon capture and storage; • The Common Agricultural Policy needs to progressively include greater concerns with diversity and land management at the EU scale (46). 	<ul style="list-style-type: none"> • The European Union; • National governments; • Other international bodies.

DOCUMENTO: 9	GREEN GROWTH: OVERCOMING THE CRISIS AND BEYOND	ANO: 2009	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD)		G	I	E / S / A

Finalidades	Objetivo	Descrição dos objetivos
Fins últimos (que sociedade queremos)	<ul style="list-style-type: none"> • A green economy, one in which the environment and the economy are no longer considered in isolation from one another; • A more environmentally sustainable (economic) growth model. 	<ul style="list-style-type: none"> • Traditional engines of growth are moving in slow motion and public finances are over-extended, and this may hinder the adoption of needed environmental and climate change policies; • This challenging environment should be considered as an opportunity provider for the implementation of significant shifts towards a green economy (12); • The central idea is that the environment and the economy are no longer viewed in isolation. This implies a broad transforming dynamic for the whole economy, including a change in corporate and consumer behaviour; • A green economy promotes growth or progress and well-being in a sustainable or green way, it is also clearly equated with long-term economic growth and development coupled with environmental improvements (13); • Innovation and green growth are considered the two main drivers of the transition to this new economy.
Fins intermédios (que economia queremos)	<ul style="list-style-type: none"> • Technological/non-technological innovation (9-10). 	<ul style="list-style-type: none"> • Various forms of innovation are considered as instrumental factors for the transition to a green economy; of those the following must be underlined: <ul style="list-style-type: none"> • The creation of innovative financial mechanisms in the context of a broader fiscal reform; • Technological innovation and development of green technologies; • Innovation in terms of renewed organizational frameworks and infrastructures; • New and innovative patterns of production, behaviour and consumption; • Going beyond conventional knowledge into innovative forms of measuring progress and environmental preservation through the development and implementation of holistic green growth indicators, able to monitor environmental efficiency and patterns of production and consumption.

Finalidades	Objetivo	Descrição dos objetivos
	<ul style="list-style-type: none"> To pursue (economic) progress and development through “green growth” 	<ul style="list-style-type: none"> There are two main reasons to advocate green growth (7-8): <ul style="list-style-type: none"> The realization that past and current economic growth patterns are unsustainable; and The opportunity created by the financial and economic crisis for steering future growth according to more environmentally and socially sustainable ways. Green growth can be seen as a way to pursue economic growth and development, while simultaneously preventing environmental degradation, biodiversity loss and unsustainable natural resource use; It aims at maximising the chances of exploiting cleaner sources of growth, thereby leading to a more environmentally sustainable growth model; Green growth is equated with low carbon economic growth (7), environmentally sustainable long-term growth (8) and economic growth with environmental improvements (13). Actors: OECD and its partner countries, with the collaboration of business and civil society stakeholders aiming at shaping the action of governments and policymakers; Key policy issues for green growth to be achieved are: <ul style="list-style-type: none"> Barriers to green growth must be removed: this would include reforming environmentally harmful subsidies, remove barriers to trade in environmental goods and services, eliminate perverse incentives, and strengthen policy coherence; Promoting trajectory shift: adopt an integrated policy mix of market and non-market instruments while accelerating the innovation and diffusion of green technologies and encouraging measures for greener consumption and the development of innovative financial mechanisms; Supporting the transition: smooth reallocation of labor through key labor market and training policies as well as the upgrading of workers’ skills and competencies and the addressing of distributional effects associated to structural change; Strengthen international co-operation: improve financing mechanisms for global public goods, enable pro-poor green growth, address competitiveness, promote technology transfer and R&D co-operation; Measure progress: develop a new accounting framework and a set of green growth indicators to measure overall growth and the impact of specific policies on the economy, the environment, social and human capital and well-being in general.

DOCUMENTO: 9	GREEN GROWTH: OVERCOMING THE CRISIS AND BEYOND	ANO: 2009	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD)		G	I	E / S / A
Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)			atores
Relação economia-sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Pro-poor green growth in developing countries, encouraged by the international community, must rely on efficient natural resource management, climate resilient growth and low carbon growth; • There is an explicit concern with environmental externalities that might compromise long-term equity and sustainability; • There is an implicit inter-generational concern regarding the possible economic consequences of climate change (7); • Also, inter-generational transfers are said to be at risk especially in countries with less-developed financial markets; • The development of low carbon technologies is also dependent on public perception, behavioural changes and learning processes; • Greener consumption is to be encouraged and non-technological innovations, such as organizational restructuring, are important; • The importance of employment growth is also underlined in several sections of the report (12); • Matters of importance concerning labor and employment strategies are the reallocation of labor, workers' skills and the distributional effects associated to structural change. 	<ul style="list-style-type: none"> • OECD (international bodies); • National governments; • Businesses; • Civil society. 			
Relação economia-ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Low carbon technologies are required for greening the energy and the transport sectors; • A clear and predictable carbon price is also regarded as essential to the development and diffusion of new, greener technologies (9); 	<ul style="list-style-type: none"> • Introduction of environmentally-related taxes and tradable permits such as cap-and-trade schemes for emissions and natural resources use (9); • Measures to control and regulate the pricing of greenhouse gas emissions (9). 			
Relação economia-mercado	<ul style="list-style-type: none"> • Tools to promote green growth must deal with both demand and supply, thus including market-based mechanisms to operate upon prices, encourage investment in greener technologies and forms of consumption and to eliminate harmful and perverse policies; • Adjustments to new patterns of growth imply a significant restructuring of labour markets both across firms and across economic sectors. 	<ul style="list-style-type: none"> • Price regulation mechanisms; • Market incentives to invest in green technologies and to refute perverse support to fossil-fuels. • OECD (international bodies); • National governments; • Businesses; • Civil society. 			

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	atores
Relação economia-modelo empresarial	<ul style="list-style-type: none"> Progress is strongly correlated with innovation and radical improvements in business models and practices; In fact, radical innovation and creative destruction are essential to the development of new business models, new commercial ideas, new green technologies, new markets and new industries; Growth of green industries, green technologies, innovative businesses and jobs, as well as growth of green innovation clusters are important in the way businesses and economic sectors are organized; Adjustments to new patterns of growth imply a significant job and overall industrial organization across firms and economic sectors. 		<ul style="list-style-type: none"> OECD (international bodies); National governments; Businesses; Civil society.
Relação economia-ciência	<ul style="list-style-type: none"> Green growth involves clean and low carbon technology development and implementation (9-10); New technologies are a means to address environmental issues such as climate change or the use of water and other natural resources (10); Technological innovation is understood as a key engine of green growth and job creation as well as a catalyst of change towards a more environmentally efficient economy (9-10); International co-operation on science and technology transfer must be stimulated and barriers to trade in clean technologies removed; Industrial biotechnology and nanotechnologies are seen as strategic scientific areas for green growth. 	<ul style="list-style-type: none"> Public investment in public research institutions and public-private collaborations on R&D projects (9); Remove barriers to trade in clean technologies (10). 	<ul style="list-style-type: none"> OECD (international bodies); National governments; Academia; Businesses; Civil society.
Relação economia-estado	<ul style="list-style-type: none"> The state should be a promoter of research and innovation in new technologies and organizational frameworks concerned with enhancing the international transfer of such innovations; Policies such as environmentally harmful subsidies or tariff barriers to trade are hampering change with particular relevance for fossil fuel subsidies and hence they should be reviewed (11); A good and coherent policy mix which includes a flexible toolkit of policies to help countries switch over to green growth is needed; The role of the state in developing policies to minimize the adjustment costs (e.g. in terms of jobs) associated with transition is instrumental; 	<ul style="list-style-type: none"> Public investment in public research institutions and R&D projects should be enhanced (9); Eliminate tariff barriers to trade in environmental goods and services; Introduction of environmentally-related taxes and tradable permits such as cap-and-trade schemes for emissions and the use of natural resources (9); Pricing greenhouse gas emissions (9). 	<ul style="list-style-type: none"> OECD (international bodies); National governments; Academia; Businesses; Civil society.

Finalidades	Objetivo	Descrição dos objetivos
Fins últimos (que sociedade queremos)	<ul style="list-style-type: none"> • A new global social contract for a low carbon and sustainable global economic system (2); • The transformation into a low carbon society means a paradigm shift from a fossil to a post-fossil society that must take place in the form of a societal search process (8); • The transition to climate-friendliness within the scope of sustainable development concerns three key supporting pillars of contemporary global societies (3): <ul style="list-style-type: none"> · Energy systems (and transports); · Urban areas and urbanisation; · Land-use systems. 	<ul style="list-style-type: none"> • The upcoming changes go far beyond technological and technocratic reforms: it must be founded on a new business basis (2); • A worldwide remodelling of economy and society towards sustainability as a great transformation through which production, consumption patterns and lifestyles are changed in a way that global greenhouse gas emissions are reduced and low carbon societies can develop (5); • The transformation must be achieved within a very tight timeframe. For this to happen, politics, economy and society must embrace long-term orientations (4); • Consolidation of a culture of attentiveness (born of a sense of ecological responsibility), participation (as a democratic responsibility) and obligation towards future generations (future responsibility); • The world is still far from setting a clear course towards sustainability and the mitigation actions announced by the most governments within the scope of the international climate negotiations are certainly not enough (3); • In accordance with each country's specific conditions, every sector and society should develop and follow its own individual transformation path (8).

Finalidades	Objetivo	Descrição dos objetivos
Fins intermédios (que economia queremos)	<ul style="list-style-type: none"> • By the middle of the century, global energy systems must have been largely decarbonised (2); • A global energy turnaround that accounts for global development dynamics is required (3). 	<ul style="list-style-type: none"> • The economic model of the last 250 years was almost without exception geared towards the use of fossil energy carriers but this system must be modified towards the decarbonisation of energy systems and radical increases in energy efficiency (4); • This can only succeed if energy efficiency is drastically increased and lifestyle changes are triggered, leading to a limitation of the overall energy demand; • The requisite decarbonisation of energy systems means the pressure is on to act, not just in the industrialised countries, but also in the growing industrialising and developing countries (3).

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores
Relação economia-sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • One particular challenge is the change in eating habits in favour of animal products in many regions of the world (4); • Creating the relevant attitudes and preferences is an indispensable premise for a successful transformation to a low carbon society; • The transition must be agreeable to the majority (acceptance), obtain their consent (legitimation), and invite cooperation (participation) (7); • A more attentive, participant, concerned with future generations and responsible (ecologically and democratically) society is needed (4). 	<ul style="list-style-type: none"> • Politicians / governments; • Civil society in general. 	
Relação economia-ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Climate protection plays a relevant part in the transformation towards sustainability as a condition for sustainable development (2); • The starting point for the transformation towards sustainability is the reduction of CO2 emissions from the use of fossil energy carriers; • Apart from decarbonisation, a second major goal of a remodelling of energy systems is overcoming global energy poverty (6); • To promote a sustainable energy supply infrastructure in developing and newly industrialising countries is also needed (12-13); • The goal of a common European energy policy should be the decarbonisation of energy systems by the middle of the century (13); • Accelerating and increasing the use of renewable energies (12). 	<ul style="list-style-type: none"> • Carbon capture and storage (7); • Bioenergy and renewable energies; • (improvement in) Energy efficiency; • Adaptation of concepts and strategies; • Extend the use of modern energy in rural areas; • Commence large-scale implementation of infrastructures as soon as viable; • Strengthening the objective climate protection and elaborating existing energy political measures (13); • Realisation of a single European energy market; • A Europe-wide energy strategy on a Union basis; • Harmonise EU feed-in tariffs step by step (12); • Drive ahead worldwide acceptance of feed-in tariffs. 	

DOCUMENTO: 10	WORLD IN TRANSITION: A SOCIAL CONTRACT FOR SUSTAINABILITY. SUMMARY FOR POLICY MAKERS	ANO: 2011	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	German Advisory Council on Global Change (WBGU)		G / SP / SC I	E/S/A	E/S/A
Domínios	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição) Atores				
Relação economia-modelo territorial	<p>Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Urbanisation is significant because it is the major driving force behind energy demand (3); • The conversion of natural ecosystems into agricultural land is viewed as one of the major sources of greenhouse gas emissions (4); • Cities have a key function in the transformation process (13); • The issue of low carbon urbanisation should therefore be as high up as possible on the international political agenda; • Advance climate-friendly land-use (14); • The priority of any globally sustainable land-use policy must be securing the food supply for just under a billion undernourished people (14). 	<p>Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Urbanisation wave must be redirected towards low carbon urban development very quickly (4); • The main focus must be on stopping deforestation and forest degradation as quickly as possible (4); • Improve global communication and information (13); • Develop and implement technologies and planning for low carbon cities; • Large-scale launch of beacon projects and initiatives; • A Global Commission for Sustainable Land-Use (14); • Stop deforestation and promote a transition towards a sustainable forest management; • Support climate-friendly agriculture. 			
Relação economia-mercado	<ul style="list-style-type: none"> • Carbon pricing is the most crucial political measure for decarbonisation and a necessary element of any regulatory framework for the transformation into a climate-friendly society (10). • Encourage and accelerate investments into a low carbon future (15). 	<ul style="list-style-type: none"> • Refine the European Emissions Trading System and reach a G20 agreement on carbon pricing (10); • Pursue the linking of emissions trading systems; • Establish an emissions trading scheme that is as global as possible, with joint emissions restrictions. 			
Relação economia-modelo empresarial					<ul style="list-style-type: none"> • Provide stable framework conditions for climate friendly investments (15); • Open up new financing sources at state level; • Strengthen mechanisms to encourage private investment and new business models. • National governments; • Businesses.

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores
<p>Relação economia-ciência</p> <ul style="list-style-type: none"> • The next innovation cycle is low carbon and resource friendly (2). • Research and education play a central role during the transformation process, as the realisation of the necessity for restructuring the world economy has been triggered mainly by scientific knowledge (21); • In collaboration with politics, the economy and society, research and education are tasked with developing visions for a low carbon society, exploring different development paths, and creating sustainable technological and social innovations (21). 	<p>Relação economia-estado</p> <ul style="list-style-type: none"> • A central element in a social contract for transformation is a proactive state with participation in a multilevel system of cooperation (9); • The concept of a proactive state is therefore indelibly intertwined with the acknowledgment of civil society and the innovative forces in the economy, in science and in administration (8); • The transformation needs a powerful state, counterbalanced by extended participation on the part of its citizens (8); • The transformation can only succeed if nation states put global cooperation mechanisms before own short-term oriented interests (1); • Global cooperation is needed to ensure that all countries have access to climate protection technologies and the expert knowledge (16); • Pursue a revolution in international cooperation (18) that the world needs a higher level of international cooperation in the long-term; • An extensive Global Governance Architecture (19). 	<ul style="list-style-type: none"> • Long-term investments in renewable energy sources, energy and resource efficiency, reduce dependencies on fossil fuels (2); • To clarify the different roles research and education play in the transformation process, it is suggested a differentiation between (22–25): <ul style="list-style-type: none"> • Transformation research and transformation education on the one hand; and • Transformative research and transformative education on the other. • Three aspects worthy of notice (9): <ul style="list-style-type: none"> • Empowering the state, which actively determines and underlines priorities; • Giving citizens more extensive opportunities to have a voice; to get involved in decision-making and to take an active role in politics; • Offering the economy choices when it comes to acting with sustainability in mind. • Ambitious unilateral targets within a pledge and review system (16); • Pioneer coalitions for mandatory climate protection; • Comprehensive global climate protection regimes; • A Green Economy Roadmap (18); • Fundamental reform of multilateral environmental and developmental policy; • United Nations 2.0 (a restructuring of the UN); • Revitalised multilateralism (19); • Transformative global infrastructure development; • A revised global governance architecture includes the creation of a new, equitable global system. 	<ul style="list-style-type: none"> • Policy makers; • Civil society; • Schools; • Scientific institutions. • National governments; • Scientific institutions; • Civil society in general; • Businesses; • The United Nations; • International bodies.

DOCUMENTO: 11 PARADIGM SHIFTS MODELLING AND INNOVATIVE APPROACHES (PASHMINA):
SCENARIO "BEYOND GROWTH" SOCIETY

	ANO: 2010	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	Istituto di Studi per l'Integrazione dei Sistemi (ISIS) (and others)	IC	C / I	E / S / A

Finalidades	Objetivo	Descrição dos objetivos
Fins últimos (que sociedade queremos)	<ul style="list-style-type: none"> To build a society which provides good lives with less economic activity, raw materials, energy and work being required (171); A new economic, technological, social and geopolitical beyond growth reality (182). 	<ul style="list-style-type: none"> For affluent (in GDP terms) societies, lower GDP growth would not make people worse off but would instead lower resource depletion, energy use, and ecological impacts (172); People would be better off because they would have more time and resources to invest in public, non-consumption goods produced by natural and social capital (172); The feasibility of a vision of what the good life in a beyond growth economy would look like: less hours worked, less stress, more time with family and friends, for civic engagement, more leisure (172); The dominant activity is no longer market production, but new forms of social production. The main focus of social production activities are nature care, community care and information handling (206); Systems tackle material living standards in a way that treats rich and poor countries differently. Any regulatory system has to include policies for contraction and convergence or cap and share (183); The pillars and dynamics of change are combined together, at global and smaller scales, to produce a new beyond growth reality which will move to something more like the steady-state economy (182); This is clearly an alternative picture to today's capitalism, whose core activity is the profit-making business of large corporations (186).

Finalidades	Objetivo	Descrição dos objetivos
Fins intermédios (que economia queremos)	<ul style="list-style-type: none"> • The goal of an economy is to improve human well-being and quality of life (173); • Increase resilience and spread of a new paradigm of nature technology (175); • Create a more effective and collaborative economy (176) and promote a process of democratization of wealth (186); • Expand the commons sector (177); • A networked information economy (178). • Ensure the well-being of the population during the transition (180); • A shift from globalization to localization (190). 	<ul style="list-style-type: none"> • Planet Earth is a package of interdependent natural and man-made resource systems (172); • Material consumption and GDP are merely means to that end, not ends in themselves (173); • Maintaining resilience in a full world means shifting the emphasis away from growth, optimization and expansion towards resilient strategies, sufficiency and sustainable prosperity; • Start to mimic the way nature works, recycling a cascade of residuals as natural systems do, not simply using natural resources to feed energy-intensive and waste-emitting processes (176); • Production can be based on three key operating principles i.e. the idea that waste equals food, the use of current solar income and the celebration of diversity (175); • Rely on less energy and provide more diversity through innovations brought to the market by ever more entrepreneurs fortified with a vision of real sustainability and prepared to take the risks (176); • The new economy must be more effective and more collaborative (176); • This involves ownership by workers, public ownership, and public and private enterprises that do not seek traditional profits (186); • Greatly expand the commons sector of the economy, the sector responsible for managing existing common assets and creating new ones; • Some assets should be held in common because this is more just, efficient and sustainable (177); • A networked information economy improves the practical capacity of individuals in (178): <ul style="list-style-type: none"> · Their capacity to do more for and by themselves; · Their capacity to do more in loose commonality with others; and · Their capacity to do more in formal organizations that operate outside the market sphere; • Three important implications arise from this point (178): <ul style="list-style-type: none"> · An enhanced autonomy of people; · A shift from mass-mediated public sphere to a networked public sphere; · Emergence of a new model of social production as a core engine of the economy. • Any reduction in economic output and consumption accompanying the shift to a new regime has to fall on those who are hurt the least, that is the wealthy (180); • Monetary policies are put in place to enhance employment, moderate the gap in income, restore the natural environment, and invest more in public goods while consumption decreases (180); • Localization is an alternative form of economic system which involves a better-your-neighbourhood emphasis, not focused on competition for the cheapest, but on cooperation for the best (190); • To produce a shift away from globalization to global interdependence.

DOCUMENTO: 11 PARADIGM SHIFTS MODELLING AND INNOVATIVE APPROACHES (PASHMINA): SCENARIO "BEYOND GROWTH" SOCIETY		ANO: 2010	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	Istituto di Studi per l'Integrazione dei Sistemi (ISIS) (and others)	IC	C / I	E / S / A	
Domínios	Características (do novo modelo econômico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores		
Relação economia-sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • People see themselves as multiple users dependent for their living on a given set of natural and man-made common pool of resources (172); • Re-imagining our economic future requires entrepreneurs in science, social affairs, business, environment and culture (176); • A networked public sphere based on increasing freedom of individuals who enjoy participating in creating information and knowledge (179); • To change consumption patterns (180); • To trade advances in labour productivity for free time instead of additional purchasing power (183); • Social innovation and entrepreneurship will become the dominant paradigm in the "beyond growth" society (185); • A process of "democratization of wealth" (186). 	<ul style="list-style-type: none"> • Explicit public policies aiming to create an adequate institutional environment with strategic regulatory interventions to negate monopoly control (179); • Implementing ecological tax reforms to change consumption patterns (180); • Reducing work time (184); • Ownership by workers, public ownership, and non-profit public and private enterprises (186); • State and national ownerships funds (186); • More participative management methods (187). 	<ul style="list-style-type: none"> • Public (local) authorities; • National governments; • Social/science entrepreneurs; • Producers; • Cities; • Charities and NGO's. 		
Relação economia-ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • A new eco-cultural paradigm emerges, changing the interaction between humans and nature, from "exploitation" to "gardening" (175); 	<ul style="list-style-type: none"> • Start to work as nature works, recycling a cascade of residuals as natural ecosystems do (176); 			

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores
Relação economia-modelo territorial	<ul style="list-style-type: none"> • An economic localization paradigm which involves a better-your-neighborhood supportive internationalism (190); • A world that progressively harmonizes different regions, becoming more balanced in the long term (207); • Small scale local economies, highly self-sufficient in terms of energy and materials but well-connected in a global communications network; • Long distance trade would be reduced to its original purpose: Supplying what cannot easily come from within one country; • A shift away from globalization to global interdependence (208); • New scope where mutually beneficially multilateralism succeeds (209); • Reshaping of cities in terms of common transportation, water supply, public works, greening roofs or covering them with solar cells (175); • Urbanization is steered by planning to limit urban sprawl and foster the development of polycentric networks of compact / resilient cities (206); • Repopulation of a growing number of small compact towns (214); • A radical change of the urban ecological footprint, as urban areas rely less on long distance supplies and more on adjacent ecosystem services. 	<ul style="list-style-type: none"> • Economic localization will only come about through the determined implementation of a set of interrelated and self-reinforcing policies (191): <ul style="list-style-type: none"> · Localizing money and finance; · Controlling transnational corporations; · Taxes for localization; · Rewriting world trade rules. • Reorganize urban planning processes to favour sustainable transport modes, sustainable housing, energy saving and renewable energy (213); • Urban planning measures enforced everywhere (206). 	<ul style="list-style-type: none"> • Public (local) authorities; • Cities; • Grass-root movements (211).
Relação economia-mercado	<ul style="list-style-type: none"> • A shift from the commercial-profit making paradigm to a new social production paradigm, including the need to re-think and reinvent basic social industries and lifestyles (185); • In this new civilization, the dominant activity is no more market production, but new forms of social production (206); • This is a new modality of production radically decentralized, collaborative, non-proprietary and based on sharing (188); • Expand the commons sector of the economy, responsible for managing existing common assets and creating new ones (177); • The economy will be geared to the needs of people and ecosystems and not driven by market forces or the profit motive (186). 	<ul style="list-style-type: none"> • It is important that governments use their powers to aid new institutional structures (188); • One option for expanding the commons sector is to create common asset trusts at various scales (177). 	<ul style="list-style-type: none"> • Local authorities / governments; • Groups of citizens; • Producers: fishers, farmers, and others alike; • Bottom-up institutions.

DOCUMENTO: 11	PARADIGM SHIFTS MODELLING AND INNOVATIVE APPROACHES (PASHMINA): SCENARIO "BEYOND GROWTH" SOCIETY	ANO: 2010	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	Istituto di Studi per l'Integrazione dei Sistemi (ISIS) (and others)	IC	C / I	E / S / A	

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores
Relação economia-modelo empresarial	<ul style="list-style-type: none"> • A new business model is proposed, one where the use of earth's finite mineral and agricultural resources is prevented from growing and innovation is concentrated on using finite resources effectively (182); • Businesses should emulate the way natural systems work by recycling residuals as natural ecosystems do, zeroing emissions and waste, relying on less energy and promoting diversity through innovations (176); • Overall consolidation of a new paradigm where both technology and businesses are based in a blue economy where natural processes become role models to be replicated (136); • The new business framework will work with what is locally available to generate multiple revenues and respond to basic needs (176); • Rich nations must immediately begin to trade advances in labour productivity for free time instead of additional purchasing power (183); • The emergence of a new sector that has the potential to be a countervailing centre of power against today's capitalism (186); • A more effective and collaborative economy, an informational one, more based on social capital and sense of community (176). 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentives to build and maintain longer-lasting goods of every kind are needed (183); • Trading gains in productivity for time, reducing the hours of labour and sharing them equitably (184). • New forms of ownership and control (187); • Public and private forms of ownership developed away from traditional profit-making objectives (186). 	
Relação economia-ciência	<ul style="list-style-type: none"> • Efforts are made in the scientific and policy communities to identify what actually contributes to human well-being and to include the substantial contribution of natural and social capitals (173); • Planetary gardening returns to smaller units, continuing to introduce the inputs of science into the sustainable management of ecosystems (175); • Innovation and change are concentrated on using finite resources more effectively for the benefit of humankind (182). • Fixating limits on resource consumption and emissions would require innovation as never before (183). 	<ul style="list-style-type: none"> • Develop better well-being measures beyond the traditionally used GDP (173); • Providing and building an international consensus over an operational set of alternative measures of prosperity, well-being and sustainability (173). 	<ul style="list-style-type: none"> • Scientific communities; • Political communities.

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores
Relação economia-estado	<ul style="list-style-type: none"> • A key feature of a beyond growth society is the establishment of a new and more effective framework of global politics (197); • An alternative regime calls for collective institutions to govern planet Earth as a common pool of resources available to the humankind (172); • A multi-level governance system, where the bottom layer will be populated mostly by cooperative and participatory local systems (186). 	<ul style="list-style-type: none"> • Strengthen deliberative democracy and self-government everywhere (198); • Give individuals and local communities more direct power in the running of their local economies (200); • Global democracy must be also addressed (200); • Monetary policies to enhance employment, moderate the gap in income, restore the environment and invest in public goods while consumption decreases (180); • Ecological tax reforms are implemented to change consumption patterns while reducing taxes on social security or other benefits (180). 	<ul style="list-style-type: none"> • Collective international institutions; • Individuals and local communities and cooperatives.

DOCUMENTO: 12	THE FUTURE WE WANT	ANO: 2012	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	United Nations (UN)		G	I	S / A

Finalidades	Objetivo	Descrição dos objetivos
Fins últimos (que sociedade queremos)	<ul style="list-style-type: none"> • A prosperous, secure and sustainable future for our people and planet (3); • Free humanity from hunger and eradicate all forms of poverty (3); • Achieving the internationally agreed development goals by 2015, thus improving the lives of the poorest people (3). 	<ul style="list-style-type: none"> • Despite efforts by governments and non-state actors and progress towards change in all countries (4), sustainable development is still viewed as a distant goal (4) mostly because of setbacks like the multiple interrelated crises (4); • It is vital to renew their commitment to sustainable development and poverty eradication (3); • Strengthen the institutional framework for sustainable development and achieve greater integration among the three pillars of sustainable development (3); • The need to reinforce sustainable development globally through collective and national efforts, in accordance with the principles of common but differentiated responsibilities and of the sovereign right of states over their natural resources (3).

Finalidades	Objetivo	Descrição dos objetivos
Fins intermédios (que economia queremos)	<ul style="list-style-type: none"> • A green economy in the context of sustainable development and poverty eradication should contribute to meeting key goals and be a means to achieve sustainable development, which must remain the overarching goal (5-6) 	<ul style="list-style-type: none"> • The green economy is a means to achieve sustainable development because it is able to help protect and enhance the natural resource base, increase resource efficiency, promote sustainable consumption and production patterns and move the world toward low carbon development (6); • The implementation of the green economy should be based on the Rio principles, in particular the principle of common but differentiated responsibilities, and should be people-centred and inclusive, providing opportunities and benefits for all citizens and countries (6); • That green economy is not intended as a rigid set of rules but rather as a decision-making framework to foster integrated consideration of the three pillars of sustainable development in all relevant domains of public and private decision-making (6).

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores
Relação economia-sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Mainstream sustainable development in all aspects of life, particularly through sustainable consumption and production patterns (5); • Improved participation of civil society depends upon strengthening the right to access information and building civil society capacity (5); • Development of human capacity is essential for growth; build strong communities; promote wellbeing; and improve the environment (12); • Workers must have the skills and protections necessary to participate in the transition to a green economy (12); • Access by all people to quality education is an essential condition for sustainable development and social inclusion (16); • Sustainable development is linked to the economic contributions of women and on solving inequities that continue to affect them (16). 	<ul style="list-style-type: none"> • Establish a 10-Year Framework of Programs on sustainable consumption and production (17); • The Sustainable Development Goals could include sustainable consumption (17); • Strengthen education systems for the pursuit of sustainable development, including through enhanced teacher training and curricula development (16). 	<ul style="list-style-type: none"> • The United Nations; • National states and governments.
Relação economia-ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • The critical importance of water resources is highlighted (11); • Improving energy efficiency and promoting the development and use of renewable energy sources in all countries is mandatory (12); • Importance of the conservation, sustainable management and equitable sharing of marine and ocean resources (12); • Increased coordination among national, regional and international levels for a robust response to environmental emergencies is needed (14); • Climate change is one of the greatest challenges of our time (14); • Promote the sustainable use and management of forests, as well as their conservation and restoration (14); • The economic and social significance of land is recognized (15); • The benefits derived from mountains and their associated ecosystems are also acknowledged (15); • It will be important to assist developing countries with sound chemical and waste management through an integrated approach (15). 	<ul style="list-style-type: none"> • The Sustainable Development Goals could include sustainable consumption and production patterns as well as priority subject areas; • Instruments to double the rate of improvement of energy efficiency and the share of renewable energy in the global energy mix by 2030 (12); • Improved forecasting and early warning systems for natural and technological disasters (14); • Financial mechanisms to reward mountain communities for their ecosystem services (15); • Urgent implementation of all the international agreements reached. 	<ul style="list-style-type: none"> • The United Nations; • National states and governments.
Relação economia-modelo territorial	<ul style="list-style-type: none"> • Local governments and territories have an essential role and there is a need to fully integrate them with other levels (5). 		<ul style="list-style-type: none"> • Local governments.

DOCUMENTO: 12	THE FUTURE WE WANT	ANO: 2012	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	United Nations (UN)		G	I	S / A
Domínios	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)				
Relação economia-mercado	<p>Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)</p> <ul style="list-style-type: none"> • A green economy must not create new trade barriers (6); • Sustainable intensification of food production through investment in local food production, and improved access to local and global agri-food markets should be a priority (11). 	<p>Atores</p> <ul style="list-style-type: none"> • The United Nations; • National states and governments. 			
Relação economia-modelo empresarial	<ul style="list-style-type: none"> • Businesses and industry must show leadership in advancing a green economy in the context of sustainable development (5); • They should also develop green economy roadmaps for each sector, with concrete goals and benchmarks of progress, including the net creation of jobs (7); • All listed and large private companies should be required to integrate sustainability information within the reporting cycle (5); 	<ul style="list-style-type: none"> • Sectorial green economy roadmaps to monitor and benchmark sustainable progress (7); • Integration of sustainability information in companies' reporting cycle (5). • Workers and trade unions. 			
Relação economia-ciência	<ul style="list-style-type: none"> • Technology makes it easier for governments to share information with the public and for the public to hold decision makers accountable; • International efforts to help countries build a green economy must not widen technology gaps or exacerbate technological dependence of developing countries on developed countries (6); • To make progress towards building green economies will require new technology development, transfer and access in all countries (6); • It is important to strengthen the scientific, technological and innovation capacities of countries and international cooperation conducive to investment and technology transfer, development and diffusion (18); • Developing countries' scientific institutions should foster their efforts to develop green local technologies and use traditional knowledge. 	<ul style="list-style-type: none"> • Rapid establishment of indicators to evaluate the transfer of technology, sharing of know-how, and enhancement of capacities; • The United Nations; • National states and governments; • Scientific institutions. 			

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores
<p>Relação economia-estado</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Green economy policies can offer win-win opportunities to improve the integration of economic development and environmental sustainability to all countries (7); • States must work together cooperatively in a global policy framework to address the common sustainable development challenges (5); • A fundamental prerequisite for the achievement of sustainable development is a broad public participation in decision-making by all major groups and sectors of the society and the economy (4-5); • It is important to enable all members of the civil society to be actively engaged in sustainable development by incorporating their knowledge and practical know-how into national and local policy making (5); • It is necessary to improve governance and capacity at all levels to promote integrated decision making, to fill implementation gaps and to promote coherence across institutions (5). 	<ul style="list-style-type: none"> • Regulatory, economic and fiscal instruments; • Green public investment and financial incentives; • Implementation of Agenda 21 mechanisms; • Monitor progress in the implementation of Agenda 21 and relevant outcomes and agreements; • Develop and strengthen indicators complementing GDP as a measure of well-being (17); • Reinforce coherence among international agencies, funds and programs, including those within the UN. 	<ul style="list-style-type: none"> • The United Nations; • Other international agencies; • National states and governments; • Non-governmental organisations; • Local authorities; • Workers and trade unions; • Business and industry; • Scientific and technological communities.

DOCUMENTO: 13	CONCLUSIONS: EUCO 13/10, 17 JUN 2010 (A); EUCO 21/10, 12 OCT 2010 (B)	ANO: 2010	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	European Council (EUCO)		G	C	E

Finalidades	Objetivo	Descrição dos objetivos
Fins últimos (que sociedade queremos)	<ul style="list-style-type: none"> • A European Union that, by overcoming the crisis, has strong economic governance and internal and external stability; • Progress through an economic sustainable development of the EU space. 	<ul style="list-style-type: none"> • The worldwide financial crisis together with the internal crisis of the European Single Market area are viewed as the necessary conditions for progress and economic development; • The vision for development presented is used in the strictest sense of economic development; accordingly, sustainability is generally economy-centered (A5); • Progress is also associated with growth potential, social cohesion and economic convergence (A2) and growth is understood as economic growth; growth of the economy, GDP growth (A7); job-creating growth (A1); the exception may be sustainable and inclusive growth (A1); • Two main complementary areas for progress generation are explored by the documents: <ul style="list-style-type: none"> · European Union's internal restructuring, including its economic governance and also its financial and fiscal stability (A1); · European Union's external relations and the EU's overall external policy (B1).
Fins intermédios (que economia queremos)	<ul style="list-style-type: none"> • Promote EU's internal restructuring towards stronger economic governance, fiscal sustainability and financial stability (A1). • Achieve a more effective and engaging EU external policy. 	<ul style="list-style-type: none"> • EU should first of all identify and overcome bottlenecks constraining growth at the EU level (A3); • Structural reforms are necessary and defined as medium-to long-term reforms that promote growth and employment and ensure the sustainability of public finances (A1); • Stronger economic governance is deemed necessary (A1); • A strategy for smart, sustainable and inclusive growth is reaffirmed to boost competitiveness, productivity, growth potential, social cohesion and economic convergence (A2). • A path towards economic recovery and job creation is advanced (A11-12) by raising the female employment, improving R&D, increasing the share of renewables and energy efficiency; improving education levels and promoting social inclusion; • A concerted international response is required (B1); • International and global fora are seen as privileged arenas for achieving a sustainable recovery from the economic crisis and seeking global solutions to universal challenges (B3); • Engaging with other nations, especially world key players and major trade partners with whom the EU should build strategic partnerships (B3); • Achieve together a sustainable recovery from the economic crisis and to seek global solutions to universal challenges (B3).

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores
Relação economia-sociedade	<ul style="list-style-type: none"> Promoting employment, higher educational levels and social inclusion in particular through the reduction of poverty are three of EU's stated internal priorities (A3); Growth and employment seem to be closely associated and growth must be a sustainable and job-creating one (A1). 	<ul style="list-style-type: none"> The New European Strategy for Jobs and Growth aims to raise the employment rate (A11); Europe 2020 sets the framework for gathered social and economic changes to be implemented in the EU. 	<ul style="list-style-type: none"> European Union; National governments.
Relação economia-ambiente	<ul style="list-style-type: none"> Commitment to tackle climate change through internal action (A3); Climate change is also endorsed as a priority area of cooperation between Europe and Asia as well as between Europe and Russia (B6). 	<ul style="list-style-type: none"> European Union; National governments Other national governments. 	<ul style="list-style-type: none"> European Union; National governments Other national governments.
Relação economia-modelo territorial	<ul style="list-style-type: none"> Progress should be based both on the strengthening of internal cohesion (A1) and on the improvement of external relations with strategic partners (B8); It is very important to tackle the generalised weaknesses of EU's economic internal governance. 	<ul style="list-style-type: none"> European Union; National governments; Regional bodies. 	<ul style="list-style-type: none"> European Union; National governments; Regional bodies.
Relação economia-mercado	<ul style="list-style-type: none"> Two bottlenecks to European progress are the internal crisis of the European Single Market and the instability of the European Economic and Monetary Union and so they should be addressed. 	<ul style="list-style-type: none"> A new and ambitious industrial policy (3). 	<ul style="list-style-type: none"> European Union; National governments.
Relação economia-ciência	<ul style="list-style-type: none"> The conditions for innovation, research and development should be improved and thoroughly monitored. 	<ul style="list-style-type: none"> Raising combined public and private investment levels in this sector to 3% of GDP; Elaborate an indicator reflecting R&D intensity. 	<ul style="list-style-type: none"> European Union; National governments.
Relação economia-estado	<ul style="list-style-type: none"> A need for structural reforms on Europe's economic governance as well as greater economic policy coordination to ensure development and secure sustainable and job-creating economic growth (A1); A commitment to fiscal sustainability (A4) and to financial stability (A1) should be viewed as central to policy objectives; Progress is dependent on new policies that boost competitiveness, consolidate public finances and reform EU's financial sector (A7); EU's growth is dependent on innovation and energy policies (A1); EU's external policy and the establishment of strategic partnerships with other world key-players (B4) are considered priorities; Issues such as climate change and energy are seen as important vehicles in which to strengthen international political relations (B8). 	<ul style="list-style-type: none"> Surveillance mechanisms to ensure financial supervision (A6) and budgetary discipline (A5); Budgetary growth-friendly strategies (A2); A new and ambitious industrial policy (A3); National Reform Programs by the Member-States identifying how they address EU's bottlenecks (A3). 	<ul style="list-style-type: none"> The European Union; The governments of the Member-states. World key players, and major trade partners (B3).

DOCUMENTO: 14 GREENING GROWTH IN ASIA AND THE PACIFIC. FOLLOW UP TO THE WORLD SUMMIT ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT: TAKING ACTION ON THE REGIONAL IMPLEMENTATION PLAN FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN ASIA AND THE PACIFIC, 2006-2010

ANO: 2008 TIPO ESCALA FOCO

Instituição United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (UNESCAP) G I E / S / A

Finalidades (que sociedade queremos)	Objetivo	Descrição dos objetivos
	<ul style="list-style-type: none"> • A quality economy promoting ecological integrity and efficiency and human well-being in Asia and the Pacific region (8); • Sustainable development in the region (8). 	<ul style="list-style-type: none"> • The financial crisis is portrayed as an opportunity for governments to review their perspectives on progress, growth and development; • Systematic threats to natural capital (9) raise concerns about the eco-efficiency of economic growth (39) and the fulfillment of a really sustainable development (8); • Grow now, clean up later actions are viewed as no longer liable to being considered as options (10); • More than just improving businesses' environmental performance what is needed is to advance in terms of the environmental sustainability of overall regional economic growth patterns (14); • The specific characteristics of this region (56) call for development policies with low ecological impacts (8) capable of securing human needs and well-being in the long-term (8); • Hence, the stated strategy to achieve sustainable development and a quality economy in the region is the greening of its economic growth through adequate policy choices (8).
Finalidades (que economia queremos)	Objetivo	Descrição dos objetivos
	<ul style="list-style-type: none"> • Greening the economic growth of the region (8). 	<ul style="list-style-type: none"> • The three basic principles of greening growth are the the quality and eco-efficiency of economic growth and the environmental sustainability vis-à-vis environmental performance (8); • By the same token, the four pillars of green growth are an eco-tax reform, sustainable infrastructures, the greening of businesses and sustainable consumption (18); • Solutions should be put forward by ESCAP member States and reflect the perspectives of regional Governments and experts; • The report is intended to provide practical views to be used by decision makers across the region, meaning government officials and policy leaders, in support of enterprises and corporate action (48).

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores
Relação economia-sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Human beings are conceptualised mainly as consumers, desirably sustainability-oriented and well-informed consumers (58); • Even though the region contains the majority of the world's poorest people (9), there is a rapidly rising consumer class (56) which is already putting too much pressure on the environment (56); • The overall view that consumption, mostly conspicuous consumption, has a dominant role in improving human well-being is prevalent (56); • Sustainable consumption and social sustainability might be induced by reinforcing traditional values (65); • Progress for millions of people in the region means the reduction of poverty and the improvement of their quality of life (54); • Poverty alleviation happens only if persons share in growth (54); • Demographic growth (28) and gender equality (9) should also be placed in the picture for sustainable growth; • Non-economic values, such as well-being, human security and happiness began to enter the development equation (9); • A rising consciousness and political will towards a sustainability; • Will to develop a more holistic perspective to measure social progress; • A reference of a good-practice: Bhutan's development strategy, which is based on an indicator of gross national happiness (60). 	<ul style="list-style-type: none"> • Campaigns to raise awareness and to induce people to do more with less and promote moderation and simplicity of lifestyles. • Following identified good-practices, develop and implement instruments that allow a more holistic perspective of progress beyond the imperatives of economic growth (9). 	<ul style="list-style-type: none"> • Consumers; • National governments; • UNESCAP.
Relação economia-ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Systematic environmental threats and increasing pressure on the environment need new approaches to managing ecological issues (14); • Improving the ecological quality of economic growth (10); • Sustainability is equated with the goal of eco-efficiency (11); • Limits are acknowledged with respect to the environment (56) and natural resources such as energy and water (60); • Nature is first and conceptualised as natural capital, understood as the ecosystems goods and services essential to make Earth habitable (40); • The world's economies and societies depend on natural capital, but the latter is highly degraded (19) which is at odds with the need to meet the still substantial needs for economic growth (9); • People, human and social capital, are related to natural capital (41). 	<ul style="list-style-type: none"> • National governments; • UNESCAP. 	<ul style="list-style-type: none"> • National governments; • UNESCAP.
Relação economia-modelo territorial	<ul style="list-style-type: none"> • Local knowledge and the use of low technology infrastructure solutions at the community level are endorsed (60). 	<ul style="list-style-type: none"> • National governments; • UNESCAP. 	<ul style="list-style-type: none"> • National governments; • UNESCAP.

DOCUMENTO: 14 GREENING GROWTH IN ASIA AND THE PACIFIC. FOLLOW UP TO THE WORLD SUMMIT ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT: TAKING ACTION ON THE REGIONAL IMPLEMENTATION PLAN FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN ASIA AND THE PACIFIC, 2006-2010				
Instituição	ANO: 2008	TIPO	ESCALA	FOCO
United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (UNESCAP)	G	I	E / S / A	
Domínios	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)			
Relação economia-mercado	<p>Características (do novo modelo econômico proposto na sua relação com cada componente de análise)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Growth driven by market forces that do not account for environmental costs will not produce tangible environmental benefits (18); • Nearly all of the most successful businesses in every sector of the global marketplace have adopted sustainability strategies (41-42); • Ecological efficiency (20) is addressed as a solution both with regard to the demand (12) and the supply (13) sides; • Progress is associated with the mainstreaming of traditional cultural practices (65) as a way to achieve greater market competitiveness (56). 			
Relação economia-modelo empresarial	<ul style="list-style-type: none"> • Nearly all of the most successful businesses in every sector of the global marketplace have adopted sustainability strategies (41-42); • Sustainability is said to be a successful marketplace strategy today (43) embraced almost unanimously by the most successful global businesses; • The desired goals of human welfare and environmental protection can be reached through the greening of business (18); • Sustainable economic prosperity is strongly correlated with a new business culture of social responsibility (43); • Corporate social responsibility is growing in the region (43), however, and despite the rhetoric of corporate responsibility, it is stated that the environmental impact of growth cannot be reduced (54); • For business persons, sustainability recently acquired a new meaning: the alignment of business operations with the principle of not impoverishing the next generation (41); • Social entrepreneurs, found throughout the region, are seen as a powerful medium for social change (45-46). 			
Relação economia-ciência	<ul style="list-style-type: none"> • Research to measure business and infrastructure eco-efficiency (31); • Reliable scientific/economic assessments of the future are necessary at the corporate level (44); • Biomimicry technology is a vital scientific field for gaining a competitive technological advantage (50); • Research and development activities would benefit from a more progressive fiscal system (24). 			
	<ul style="list-style-type: none"> • National governments; • UNESCAP; • Businesses. 			
	<ul style="list-style-type: none"> • National governments; • UNESCAP; • Businesses; • Scientific and economic assessments of the future at the corporate level (44). • National governments; • Social entrepreneurs; • Research agencies; • UNESCAP. 			
	<ul style="list-style-type: none"> • Scientific and economic assessments of the future at the corporate and governmental level (44); • National governments; • Businesses; • Research agencies; • Changes in fiscal systems to promote R&D (24). • UNESCAP. 			

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores
Relação economia-estado	<ul style="list-style-type: none"> • Development of national policies designed to promote and measure the eco-efficiency of economic growth is strongly endorsed (8); • Sustainable infrastructure development depends on the use of adequate policy tools (11); • The implementation of sustainability strategies is hindered mostly by poor economic, institutional and legislative infrastructures (44); • Government's environmental regulatory systems to be improved (52); • The quality of economic growth is questioned by regional governments which are willing to consider other relevant aspects of human progress, such as well-being, human security and happiness in their agendas (9); • Given the acknowledged insufficiency of GDP (33) there is a need to develop eco-efficiency indicators to monitor growth and assess the environmental sustainability of infrastructure (12). 	<ul style="list-style-type: none"> • Grant flexibility to slow regulatory systems, not attuned to sustainable business strategies (44); • Improve national regulatory systems (52); • Increase incentives for the development of sustainable infrastructures (11); • Develop new measures to assess well-being and environmental sustainability (12). 	<ul style="list-style-type: none"> • National governments; • UNESCAP.

DOCUMENTO: 15	FRAMEWORK ACT ON LOW CARBON	ANO: 2010	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	Green Growth Republic of Korea	G	I	E / S / A	
Nota introdutória	<p>This document is a piece of legislation whose intent is to regulate and promote the development of Korea's national economy by laying down the foundations necessary for low carbon, green growth, and for green industries and green technologies to be implemented as new engines for economic growth. It is a blueprint for policy and government actions and to influence on the acts of the private sector and the civil society.</p> <p>Given the aforementioned objectives, and the overall contents of the document, its analysis will comprise only the relationship between economy and the state.</p>				
Finalidades	Objetivo	<p>Descrição dos objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> Document designed to promote the development of the economy by laying the foundations necessary for low carbon, green growth and by utilizing green technology and green industries as new engines for growth; Pursue a harmonized and simultaneous development of the economy and the environment and contribute for the improvement of the quality of life of every citizen and the take-off to a mature, top-class, advanced country that fulfils its responsibility in the international sphere through a low carbon society (Art.1); The State is the main enabler of the plan (Art. 4, §1). A great deal of undertakings of all sorts are assigned to the Government, some of them usually ascribed to the private sector or even to civil society (Art. 24 §1); The law is said to constitute a blueprint for government actions, with tasks assigned to ministries and local entities. However it intends to give a signalling line to the private sector, as well as persuade business entities, residents and non-governmental organizations to adopt green growth initiatives (Art. 5, §4). 			
Fins intermédios (que economia queremos)	<ul style="list-style-type: none"> Promote and facilitate the development of Republic of Korea's national economy through low carbon and green growth (Art. 1) 				
Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	<p>Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)</p> <ul style="list-style-type: none"> Promote the efficient use of clean energy and environmentally friendly technology (Article 2, §3); Develop methods to monitor and measure the costs and benefits of reducing GHG emissions ; Support the development of green technologies designed to curb GHG emissions (Article 2, §3); Invest on R&D and green technologies, including handling subsidies to businesses / individuals (Art. 47); Establish and enforce financial measures (Art. 28) to support private green growth initiatives (Art. 3, §2). 			
Relação economia-estado	<ul style="list-style-type: none"> Achieve green growth, save / use energy and resources efficiently and reduce climate change and damage to the environment (Art. 2, §2); An emphasis on quality should be pursued (Art. 2, §2) but most targets established are quantitative (Art. 38, §2); The government should aim at securing new growth engines through R&D of green technology and the creation of new job opportunities; Government should promote state-of-the-art convergence technology that combines IT with traditional industrial production (Art. 26); Forests and wetlands are carbon sinks (Art. 2 §1) and natural assets are referred to as economic resources for eco-tourism (Art. 56); Concern for future generations (Art. 38, §4) and with social justice and inter-regional equity (Art. 22, §4). 	<ul style="list-style-type: none"> Central government; Local governments Businesses Citizens NGOs. 			

DOCUMENTO: 16	ROAD TO OUR FUTURE: GREEN GROWTH: NATIONAL STRATEGY AND FIVE-YEAR PLAN (2009-2013)	ANO: 2009	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	Presidential Commission on Green Growth (Republic of Korea)		G	I	E / S / A

Finalidades	Objetivo	Descrição dos objetivos
Fins últimos (que sociedade queremos)	<ul style="list-style-type: none"> A growth engine able to simultaneously promote economic growth and environmental protection for the country (9); A new development and growth paradigm for the economy and society as a whole (9). 	<ul style="list-style-type: none"> The advocacy of a paradigm shift or a green conversion, not only for the economy but for society as a whole, one which will establish new growth engines able to promote simultaneous economic growth and environmental protection (9); A low carbon, green growth based economy would shift the current paradigm of quantity-oriented, fossil-fuel dependent growth to a quality oriented growth with emphasis on the use of new and renewable energy resources (5); The context for such a view of progress is mainly determined by two main challenges, which are the chief drivers behind government action towards strengthening adaptation capacities to deal with climate change and attain energy independence (9): <ul style="list-style-type: none"> The adverse impacts of climate change (8); and The threat of a global crisis due to an over-reliance on fossil fuels as energy sources (8).

Finalidades	Objetivo	Descrição dos objetivos
<p>Fins intermédios (que economia queremos)</p> <ul style="list-style-type: none"> • A National Strategy for Green Growth to deal with climate change and resource depletion (8). 	<ul style="list-style-type: none"> • The development of Korea's national economy through (low carbon) green growth is the focus, viewed as a means for the continuation or future expansion of the intense economic development of the country (21); • Green (economic) growth is an end in itself, meaning the growth of green businesses, green industries, and green goods exports (16), as well as the growth of jobs (23), for skilled and unskilled workers (23); • There is an anthropocentric conception of sustainability, focused on sustainable economic growth (23) achievable through technological innovation (17), the greening of businesses and industries (16) and behavioural change (10); • The overall (national) objectives of the National Strategy for Green Growth are (9-10): <ul style="list-style-type: none"> · To deal with climate change and attain energy independence; · To create new engines of growth on multiple fronts; · To raise the overall quality of life; and · To advance international advocacy for green growth. • The specific policy directions are (5-10): <ul style="list-style-type: none"> · Effective mitigation of greenhouse gas emissions; · Reduction of the use of fossil fuels and enhancement of energy independence; · The strengthening of the capacity to adapt to climate change; · Development of green technologies; · The greening of existing industries and the promotion of green industries; · Advancement of the country's industrial structure; · The engineering of a structural basis for the green economy; · The greening of the land, water and the building of a green transportation infrastructure; · The bringing of green revolution into our daily lives; · Korea as a role model for the international community as a green growth leader. • Progress relies on bringing about green energy, green technology, green industry, and green behaviour (8) on a comprehensive strategy for incrementally greening the economy along a set of milestones (18); • The document is a blueprint for governments, with tasks assigned to ministries and local governing entities (5), and intends to give a clear and unambiguous signal to the private sector (11); • It is also expected to have an impact on the quality of life of members of the society and on international climate change policy (5); • Solutions are advanced by the central government (5), after a five-year plan devised by governmental organizations, businesses and industry, the academia and civil society (9), which should be implemented through a collaborative process involving all stakeholders (5). 	<ul style="list-style-type: none"> • The development of Korea's national economy through (low carbon) green growth is the focus, viewed as a means for the continuation or future expansion of the intense economic development of the country (21); • Green (economic) growth is an end in itself, meaning the growth of green businesses, green industries, and green goods exports (16), as well as the growth of jobs (23), for skilled and unskilled workers (23); • There is an anthropocentric conception of sustainability, focused on sustainable economic growth (23) achievable through technological innovation (17), the greening of businesses and industries (16) and behavioural change (10); • The overall (national) objectives of the National Strategy for Green Growth are (9-10): <ul style="list-style-type: none"> · To deal with climate change and attain energy independence; · To create new engines of growth on multiple fronts; · To raise the overall quality of life; and · To advance international advocacy for green growth. • The specific policy directions are (5-10): <ul style="list-style-type: none"> · Effective mitigation of greenhouse gas emissions; · Reduction of the use of fossil fuels and enhancement of energy independence; · The strengthening of the capacity to adapt to climate change; · Development of green technologies; · The greening of existing industries and the promotion of green industries; · Advancement of the country's industrial structure; · The engineering of a structural basis for the green economy; · The greening of the land, water and the building of a green transportation infrastructure; · The bringing of green revolution into our daily lives; · Korea as a role model for the international community as a green growth leader. • Progress relies on bringing about green energy, green technology, green industry, and green behaviour (8) on a comprehensive strategy for incrementally greening the economy along a set of milestones (18); • The document is a blueprint for governments, with tasks assigned to ministries and local governing entities (5), and intends to give a clear and unambiguous signal to the private sector (11); • It is also expected to have an impact on the quality of life of members of the society and on international climate change policy (5); • Solutions are advanced by the central government (5), after a five-year plan devised by governmental organizations, businesses and industry, the academia and civil society (9), which should be implemented through a collaborative process involving all stakeholders (5).

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores
Relação economia-sociedade	<ul style="list-style-type: none"> Human beings are green citizens (20) part of a civil society that will voluntarily adopt environment-conscious, green lifestyles (20). 	<ul style="list-style-type: none"> Awareness-raising campaigns to achieve social consensus on the necessity of green growth (20); Development of a green-lifestyle index (20). 	<ul style="list-style-type: none"> The government; Civil society.
Relação economia-ambiente	<ul style="list-style-type: none"> Nature and ecosystems are linked with human beings' destiny (8); The environmental limits posed by climate change are acknowledged (9), as well as those by a global energy crisis (8); Forests are seen as antidotes to climate change (14). 	<ul style="list-style-type: none"> The government; Businesses and industry; Civil society. 	<ul style="list-style-type: none"> The government; Businesses and industry; Civil society.
Relação economia-modelo territorial	<ul style="list-style-type: none"> Urban green areas are viewed as ecological spaces with an eco-educational purpose (18). 	<ul style="list-style-type: none"> Expand natural reserve and urban green areas (18). 	<ul style="list-style-type: none"> The government; Academia; Civil society.
Relação economia-mercado	<ul style="list-style-type: none"> Development dwindled as the Korean economy more broadly embraced market economy principles (11). 	<ul style="list-style-type: none"> The government; Businesses and industry. 	<ul style="list-style-type: none"> The government; Businesses and industry.
Relação economia-modelo empresarial	<ul style="list-style-type: none"> Economic growth requires profound changes on the economic and industrial structure so as to create new (green) growth engines(8). 	<ul style="list-style-type: none"> The government; Businesses and industry. 	<ul style="list-style-type: none"> The government; Businesses and industry.
Relação economia-ciência	<ul style="list-style-type: none"> Green technology and economic growth are very strongly correlated; alongside green industries, green technologies are considered the core engines for economic growth (23); Green technologies should combine areas like ICT's, biotechnology, nanotechnology and culture technology, and transcend the boundaries between individual technologies to achieve a convergence effect (7); The concept of state-of-the-art convergence technology combines information technology with traditional industrial production (17). 	<ul style="list-style-type: none"> Strong investments on R&D (22) and green technologies (15) 	<ul style="list-style-type: none"> The government; Academia and overall research agencies; Businesses and industry.
Relação economia-estado	<ul style="list-style-type: none"> The adverse impacts of climate change and the threat of a global energy crisis are the main drivers behind government action towards strengthening the nation's adaptation capacities (9); Government has a prominent role in promoting state-of-the-art convergence technology that combines information technology with traditional industrial production (17); The greening of multiple economic sectors and of social / individual behaviour requires substantial governmental intervention (10). 	<ul style="list-style-type: none"> Under the Five-Year Plan for Green Growth about 2 per cent of the annual GDP will be spent on the construction of green infrastructures (22); There are also national plans for spending in R&D and on green technologies (5). 	<ul style="list-style-type: none"> The national government; Academia; Businesses and industry; Local governments (as extensions of the national).

DOCUMENTO: 17 PARADIGM SHIFTS MODELLING AND INNOVATIVE APPROACHES (PASHMINA): SCENARIO "LOW CARBON ECONOMY"					
Instituição	ANO: 2010	TIPO	ESCALA	FOCO	
Istituto di Studi per l'Integrazione dei Sistemi (ISIS) (and others)	IC	C	E / S / A		
Finalidades	Objetivo	Descrição dos objetivos			
Fins últimos (que sociedade queremos)	<ul style="list-style-type: none"> • What is called climate capitalism, which is the result of decarbonising the economy: a fully operational global low carbon economy (149). 	<ul style="list-style-type: none"> • A business model which squares capitalism's need for continual economic growth with substantial shifts away from carbon-based industrial development (149); • The emergence of the low carbon economy also contributes significantly to poverty reduction in the South, opening up an array of new employment and training opportunities and sources of revenue, ultimately contributing to the reduction of global inequalities (152). 			
Finalidades	Objetivo	Descrição dos objetivos			
Fins intermédios (que economia queremos)	<ul style="list-style-type: none"> • A shift towards a low carbon economy (149). 	<ul style="list-style-type: none"> • A shift towards a low carbon economy, in response to climate change and environmental challenges; • Responses to climate change are assumed to mobilize all actors in the business, financial and policy community to bring about a transformation to a low carbon economy with societies collectively seeking and achieving a transformation of the entire global economy (149); • The rationale is that decisions about how to achieve environmental goals are left to individuals and companies; • Governments set either general incentives or overall limits to pollution levels (in the case of emission trading) and leave markets to work out who will reduce emissions, when and where (149); • An energy transition featuring two complementary drivers, the application of energy efficiency measures and the boost of renewable energy and post-carbon technologies (161). 			
Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)		Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)		
Relação economia-sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Citizens should take up the challenge to implement lifestyle changes in dietary patterns, energy use and transport patterns which contribute to decrease environmental pressures and improve people's health (153); • Greater awareness and concern with global issues such as poverty, unemployment and access to formal education in the South (152); • The care for the environment has not always been accompanied by a similar care for the social aspects of the transition, such as employment, health care and wealth distribution (157); • In some areas, groups of people who do not manage or refuse to keep track of the fast technological changes and feel excluded from the transformation process are emerging; • In some cases, this behaviour is a reaction against growing control over citizens' private lives (158). 		<ul style="list-style-type: none"> • Civil society. 		

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores
Relação economia-ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • The new imperative is to find the right balance between economic, quality of life and environmental concerns (155); • Two key challenges with respect to the global environment (153): <ul style="list-style-type: none"> · Ensuring sustainable energy supply while avoiding climate change; · Ensuring global food security while preventing biodiversity losses. • The main challenge is to keep biodiversity goals while improving food security for a growing population (165). 		
Relação economia-modelo territorial	<ul style="list-style-type: none"> • Population increases mostly in urban areas able to develop in a more sustainable and inclusive way, attracting an increasing share of residents and other city users (155); • Environmental performance becomes the priority for (mega)cities, to attract investments and competing with other cities (155). • Cities are renewed on the grounds of green urbanism principles (155); • The dominant urban structure is a network of compact and dense city cores, connected by means of rapid transport infrastructures (156); • A network form replicated at the regional scale, by the development of satellite towns connected to a large central urban core by means of fast and frequent public transport (156); • Many cities build dense capillary public transport networks which are complemented with cycling, car sharing and car-pooling facilities(156); • Cities become smarter with Information Technology Systems (ITS) applied to all sectors, especially transports (156); • There is a less pronounced migration from rural to urban areas (164). 	<ul style="list-style-type: none"> • Holistic spatial planning policies implemented through a coordinated effort by local, regional, national and international actors (155). • Sustainable regional and metropolitan plans favour the integrated development of cities and of their surrounding rural areas (155); • Inclusion of climate change and energy as cross cutting policies within the cities' departments (155). • Use of technologies, new materials and creative knowledge that contribute to reduce energy consumption, water use and waste production (155); • New buildings have to comply with low consumption' standards (in terms of energy consumption, waste recycling or domestic water consumption) (155-156). 	<ul style="list-style-type: none"> • Local, regional, national and international political actors (in coordination) (155). • Local and regional authorities

DOCUMENTO: 17 PARADIGM SHIFTS MODELLING AND INNOVATIVE APPROACHES (PASHMINA): SCENARIO "LOW CARBON ECONOMY"				
Instituição	ANO: 2010	TIPO	ESCALA	FOCO
		IC	C	E / S / A

Dominios	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores
<p>Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)</p> <ul style="list-style-type: none"> • It is assumed that a low carbon economy as well as an adequate biodiversity protection can be achieved with currently identifiable technologies and at moderate economic costs (153); • The key to decarbonisation is to set appropriate carbon prices (153); • Markets are made to work for the environment (149); • Decisions about how to achieve particular environmental goals are left to individuals and companies and they should be the ones responsible to define how emissions will be reduced (149). 	<p>Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Two mechanisms are important here (149): <ul style="list-style-type: none"> • Environmental taxation measures; and • Emission trading schemes. • A structural reform of the electricity market (162); • WTO Treaties are reviewed to embody precautionary principles in its rules and to permit trade restrictions based on environmental considerations (165); • New effective instruments in the context of the Convention on Biological Diversity (CDB) and the Kyoto Protocol (165); • A Green Development Mechanism (GDM) (165). 	<ul style="list-style-type: none"> • An alliance of technocratic civil servants, environmental NGO's and financiers (153); • International organizations (WTO; international treaties and others).
<p>Relação economia-mercado empresarial</p> <ul style="list-style-type: none"> • Companies accept they have environmental and social responsibilities to their employees, communities to society overall (151); • Although capitalism is still the dominant form, companies acknowledged the need to shift away from a carbon-based economic development: it is a climate capitalism (149); • Transitions toward greening industries in energy procurement, design of corporate buildings, transport systems favored or waste management; • Eco-design and the sustainable criteria in production processes (157). 	<ul style="list-style-type: none"> • Environmental taxes; • Emission trading; • Carbon disclosure incentives; • Personal carbon allowances (151). • International agreements and the creation of standardization bodies (157); • Regulated and voluntary carbon markets (133). 	<ul style="list-style-type: none"> • Institutional investors (151); • Regulators of financial markets (151); • Governments (151); • International organizations.

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores
Relação economia-ciência	<ul style="list-style-type: none"> • New technologies, materials and creative knowledge contribute to reduce energy consumption, water use and waste production (155); • Regarding transport technologies, improvements are registered in conventional vehicles' fuel efficiency, in the use of hybrid vehicles and in advanced diesel technologies (156); • Cities become 'smarter' with Information Technology Systems (ITS) applied to all sectors, especially transports (156); • Emissions from remaining fossil energy sources are removed from the atmosphere through various types of carbon capture and storage or atmospheric sequestration projects (160); • An energy transition is featured by two drivers, i.e. the application of energy efficiency measures and the boost of renewable energy and post-carbon technologies (161); • Breakthrough technologies allow the adoption of new and more efficient processes and materials (161). 		<ul style="list-style-type: none"> • (automakers and fuel) Producers; • Consumers; • Governments (156).
Relação economia-estado	<ul style="list-style-type: none"> • The most significant challenge is to create appropriate institutional conditions to spur off the shift to innovation and the fundamental transitions that help bring about a green low carbon economy (153); • Local governments have a radically different perception of the value of natural assets (155); • Governments' main role is a regulatory one, setting general incentives and taxes to define pollution levels while markets determine who, when, how and where emissions will be reduced (149). 		<ul style="list-style-type: none"> • Local governments (and governments in general); • Markets; • Civil society.

DOCUMENTO: 18	TOWARDS GREEN GROWTH	ANO: 2011	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD)		G	I	E / S / A

Finalidades	Objetivo	Descrição dos objetivos
Fins últimos (que sociedade queremos)	<ul style="list-style-type: none"> Sustainable development that provides an important guiding line for green growth (11). 	<ul style="list-style-type: none"> Green growth has not been conceived as a replacement for sustainable development; rather it should be considered one of its subsets; It is narrower in scope, entailing an operational policy agenda that can help achieve concrete, measurable progress at the interface between economy and the environment (11)
Finalidades	Objetivo	Descrição dos objetivos
Fins intermédios (que economia queremos)	<ul style="list-style-type: none"> Green growth, i.e. economic growth alongside resource preservation and societal well-being. 	<ul style="list-style-type: none"> Green growth means fostering economic growth and development while ensuring that natural assets continue to provide the resources and environmental services on which our well-being relies (9); Green growth has the potential to address economic and environmental challenges and open up new sources of growth through the following channels (9): <ul style="list-style-type: none"> Productivity: incentives for greater efficiency in the use of resources and natural assets; Innovation: opportunities for innovation and new ways of addressing environmental problems; New markets: creation of markets by stimulating demand for green technologies, goods, and services; Confidence: boosting investor confidence through greater predictability and stability; Stability: more balanced macroeconomic conditions. This strategy is centred on the mutually reinforcing aspects of both economic and environmental policies (10); It also recognises that focusing on GDP as a measure of economic progress overlooks the contribution of natural assets to wealth, health and well-being (10) which underscores a need for better ways of measuring economic progress (17); Green growth is an essential component of sustainable development (10).

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores
Relação economia-sociedade	<ul style="list-style-type: none"> Green growth and poverty alleviation are achieved by bringing more infrastructures to people in need, improving health conditions and introducing technologies to reduce costs and enhance productivity (11); Organisational and behavioural changes are instrumental factors for the introduction of green technologies and other innovations (62); Greener growth will see new jobs created, including skilled jobs in emerging green innovative activities (13); There is a widespread perception that the distributional effects of some policy instruments will inevitably be regressive (13). 	<ul style="list-style-type: none"> Matching green growth, poverty alleviation policies and the Millennium Development Goals (11); Appropriate education policies are required; Training and re-training programmes are a key component of labour market policies (13); Targeted compensatory measures (13); Pricing the use of environmental (49); Softer instruments to influence consumer and household behaviour (49). 	
Relação economia-ambiente	<ul style="list-style-type: none"> Recognition of natural capital as a factor of production with a role in enhancing well-being by providing directly valuable ecosystem services to individuals and society at large (19-20); Properly valuing natural capital is therefore essential (19); A green growth strategy is centred on the mutually reinforcing aspects of both economic and environmental policies (10); Greening growth will require a much more efficient use of resources to minimise environmental pressures (10). 	<ul style="list-style-type: none"> Fiscal and regulatory interventions (10). 	
Relação economia-modelo territorial	<ul style="list-style-type: none"> Green non-technological innovations will include changes in the organization of cities, for example in their transport systems. 	<ul style="list-style-type: none"> Integrated policies governing both urban and rural areas should be prioritized (15). 	
Relação economia-mercado	<ul style="list-style-type: none"> To make choices about the optimal extent exploitation of resources, it is needed to attach a value to changes in environmental conditions (27); Green growth fosters the needed conditions for innovation, investment and competition that give rise to new sources of economic growth (11); Creation and development of new markets stimulated by an increasing demand for green technologies, goods and services; Increased efforts to boost global trade and investment flows could help underpin sustained growth and the diffusion of green technologies (14). 	<ul style="list-style-type: none"> A mix of instruments from two sets of policies (11): <ul style="list-style-type: none"> Framework conditions that reinforce growth and the conservation of natural capital; Policies targeted at incentivising an efficient use of resources. Shifting to a greener growth trajectory requires special attention to network infrastructures such as energy, transport, water and communications networks. 	

DOCUMENTO: 18	TOWARDS GREEN GROWTH	ANO: 2011	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD)	G	I	E / S / A	
Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)		Atores	
Relação economia-modelo empresarial	<ul style="list-style-type: none"> • Encourage greener behaviour by firms and consumers, facilitate a just reallocation of jobs, capital and technology towards greener activities and provide incentives and support to green innovations (1.1); • Greener business practices will have important economic pay-offs in terms of resource efficiency (24); • Energy conservation is one of the first steps that some companies must take to reduce their GHG emissions (24); • Environmental performance will be a major competitive factor for business growth in the future (24). 	<ul style="list-style-type: none"> • Pricing pollution and natural resource use through mechanisms such as taxes or tradable permits (35); • Removing perverse subsidies (35); • Regulatory policies affect the direction of growth and so they are crucial of a green growth policy (45); • Well-functioning venture capital markets and the securitisation of innovation-related assets (52). 	<ul style="list-style-type: none"> • Businesses (firms); • Consumers. 		
Relação economia-ciência	<ul style="list-style-type: none"> • Innovation plays a key role in helping to decouple growth from natural capital depletion (10); • Green technologies and innovation needs to become widespread within and between societies (55). 	<ul style="list-style-type: none"> • Financing relevant research, public or private (53); • Address market barriers to green innovation (57). 	<ul style="list-style-type: none"> • Governments; • Research institutions; • Businesses 		
Relação economia-estado	<ul style="list-style-type: none"> • Institutional and governance capacity to implement a wide-ranging policy reform is an essential condition for greening growth (72); • National green growth strategies need to be mainstreamed into strong governmental policies (14); • Good economic policy lies at the heart of any strategy for green growth; • Governments have important fiscal and regulatory roles as well as in the definition of incentives for good practices (10); • Governments should promote and finance research on greener technologies and practices (53); • Translating better management of natural capital into growth will require economy-wide strategies not just for green policies, as conventionally recognised, but also for growth policies (28); • Creating a global architecture that is conducive to green growth will require enhanced international co-operation (13). 		<ul style="list-style-type: none"> • Governments; • International organizations; • Research agencies. 		

Instituição Gunter Pauli

IC

I

E

Nota introdutória

Compilation of one hundred of the best nature-inspired technologies that could affect world economies, while providing basic human needs in a sustainable way. Given the aforementioned specificities, and the overall contents of the document, its analysis will comprise only one dimension, i.e. the relationship between economy and business models, which will obviously include fragmentary elements of the remaining domains. The ultimate end is **sustainability and one hundred million jobs in ten years through one hundred innovations.**

Finalidades**Objetivo****Descrição dos objetivos****Fins intermédios (que economia queremos)**

- To implement a **blue economy**, one that enables us to achieve true economic sustainability (Chapter 2).
- Drawing on the notion that nature works with physics, with immutable laws that have the inherent advantage of requiring no externally-provided energy, the central principle of the blue economy is the idea of **cascading nutrients and energy the way ecosystems do** (Chapter 2);
- In natural ecosystems there is no waste because the by-products of one process are the inputs of another so cascading energy and nutrients leads to sustainability by **reducing or eliminating waste and inputs** such as energy with great cost efficiency (Chapter 3);
- This means that **everything contributes according to its capacity and everything stays in the nutrient stream**, or in other words even waste is not wasted (Chapter 3);
- Instead of contrived scarcity and shortages, what we see in the new economic framework is **abundance of food, energy, jobs and revenue** (Chapter 3);
- The solution rests with **linking processes into whole systems**; it expresses and holistic and systemic view and relies on a sense of urgency, claiming that, contrarily to the green economy approach, **results of the blue economy are visible today** and not on some unspecified future (Chapter 1);
- The blue economy approach **has already begun to take root**; there is a portfolio of innovations, benchmarked and ready to be put in place, that if expanded would be able to generate millions of jobs over the next years (Chapter 1).

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores
Relação económica-modelo empresarial	<ul style="list-style-type: none"> • The new economy must become truly sustainable, introducing innovations that permit less investment, generate more revenues whilst also building up social capital (Chapter 3); • Begin to more fully utilize what the Earth and labour produce, rather than demanding more materials and output with increasingly lower costs (Chapter 3); • A rise in integrated cash flow is the logic that supports and arguments in favour of blue economy's approach to business (Chapter 3); • Successful future industries will re-examine the basics of science and seek inspiration for innovative solutions that apply physics first and chemistry second (Chapter 1); • As is shown by the limited acceptance of green business initiatives, reducing the inputs to climate change is not sufficient inspiration for businesses to risk their capital (Chapter 3); • Standard MBA thinking makes it impossible for large companies to innovate because of the conservative functioning of corporate systems and the conflicting interests of shareholders (Chapter 4); • Shift from the model based on a single competence and economies of scale to a framework of multiple businesses with aligned economies of scope and based on fundamental innovation (Chapter 5); • The new economy adjusts thinking and increases ambitions by aiming at replacing less bad practices with good practices (Chapter 5); • Local businesses instead of big transnational corporations save some, earn more and hence are the key to sustainability (Chapter 2); • Another key idea is that there are always pockets of growth even when the overall economy is in decline (Chapter 6); • Areas such as health care, food supply and the environment are anticipated to increase expenditures even in rough times and so entrepreneurship in their ambit should be stimulated (Chapter 6); • Emulating natural systems can unleash local entrepreneurship; • There is no greater power for change than people and especially youth motivated and prepared to take the risk (Chapter 13); • The blue economy will increasingly rely on less energy and provide more diversity through innovations brought to the market by ever more entrepreneurs (Chapter 13); 	<ul style="list-style-type: none"> • Several practical instruments are exemplified (a set of one hundred innovations) 	<ul style="list-style-type: none"> • Small / local businesses; • Individual entrepreneurs; • Scientists; • Artists and cultural agents; • Civil society; • Consumers.

Finalidades	Objetivo	Descrição dos objetivos
	<ul style="list-style-type: none"> • The new framework will work with what is locally available to generate multiple revenues and respond to basic needs (Chapter 13); • Re-imagining our economic future requires entrepreneurs in science, social affairs, business, environment and culture (Chapter 13); • Although we are not able of converting some activities into benign ones, we can design strategies that mitigate the environmental and social pain that some sectors have inflicted (Chapter 11); • Each citizen has the opportunity to contribute to creating little cosmoses of sustainability, at home, school or work (Chapter 12); • The design of buildings should be sophisticated so the interior evolves to an ideal habitat or working environment (Chapter 12); • Even those customers who usually ignore environmental damages will adopt a new product if it is compatible to their use, meets their production criteria and costs less (Chapter 7). 	

DOCUMENTO: 20 WORKING TOWARDS SUSTAINABLE DEVELOPMENT: OPPORTUNITIES FOR DECENT WORK AND SOCIAL INCLUSION IN A GREEN ECONOMY					
Instituição	ANO: 2012	TIPO	ESCALA	FOCO	
International Labour Organization (ILO)		C	I	E / S	
Finalidades	Objetivo	Descrição dos objetivos			
Fins últimos (que sociedade queremos)	<ul style="list-style-type: none"> • Sustainable development with social inclusion through a transition to a greener economy (vi). 	<ul style="list-style-type: none"> • The final goal of a sustainable and socially inclusive economy should be achieved through a transition to a green economy, one able to promote employment, social inclusion, cleaner energy, and reduce poverty (vii-viii). 			
Finalidades	Objetivo	Descrição dos objetivos			
Fins intermédios (que economia queremos)	<ul style="list-style-type: none"> • A transition to a green economy (viii). 	<ul style="list-style-type: none"> • Recognizing the need to a transition into a greener economy is vital since such an economy can make a major contribution to (viii): <ul style="list-style-type: none"> · Eradicate poverty and improve social inclusion and equity; · Create more and cleaner jobs and improve overall incomes; · Addressing the challenges of energy poverty and lack of access to energy; • The earlier the transition into a greener economy starts, the more it can be managed to avoid the economic and social cost of disruptive change and to seize opportunities for economic and social development. 			

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores
Relação economia-sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • The drive towards greener economies is gaining momentum and translating itself in the creation of millions of green jobs contradicting concerns over possible losses (Chapter 5); • Job growth has been particularly strong in the renewable energy sector (Chapter 5) in energy efficiency (Chapter 8), and also in the ecosystem services like biodiversity, natural resources and forests (Chapter 3); • Movements of workers between enterprises are expected to be larger under a green economy; • A greener economy can also make a major contribution to poverty reduction and social inclusion by improving incomes and access to energy, food and transport (viii); • Greater efforts to promote affordable renewable energy can make a major contribution to overcoming energy poverty and the lack of access to energy (viii); • A greener economy could also lead to greater gender equality since women would benefit the most from improvements in agriculture, recycling, clean energy and transport (viii); • Sustainable consumption patterns will trigger modifications to practices in most enterprises and overall structural change across the economy; • Eight sectors are predicted to undergo major changes (ix): <ul style="list-style-type: none"> · Agriculture, including subsistence farming; · The forest industries; · The fisheries sector, mostly poor artisanal coastal fisheries; · The energy sector, especially fossil energy generation; · Resource-intensive manufacturing; · Treatment of hazardous waste; · Energy and resource efficient buildings; · Transports, together with the energy sector. • If the business-as-usual scenario continued to dominate it will result in increasing water shortages and escalating prices for food and energy; • Contrariwise, a transition to a greener economy will allow for greater productivity levels and lower environmental degradation. 	<ul style="list-style-type: none"> • Formalization of the new activities undergoing changes to avoid a concentration in the informal sector, especially in developing countries; • Skills development and upgrading on these areas, with a focus on small and medium-sized enterprises. 	
Relação economia-ambiente		<ul style="list-style-type: none"> • Investments to enable farmers to adopt practices that have a lower environmental impact (Chapter 2); • Temporary reductions of catches are needed in the fisheries sector (Chapter 4); • Sustainable forest management provides essential environmental services (Chapter 3). 	

DOCUMENTO: 20 WORKING TOWARDS SUSTAINABLE DEVELOPMENT: OPPORTUNITIES FOR DECENT WORK AND SOCIAL INCLUSION IN A GREEN ECONOMY					ANO: 2012	TIPO	ESCALA	FOCO
Instituição	International Labour Organization (ILO)				C	I	E / S	
Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)				Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)			
Relação economia-modelo territorial	<ul style="list-style-type: none"> Strong investment in rural infrastructures and organization to enable smallholder farmers to adopt greener and more productive practices would prevent rural–urban migration (Chapter 2). 				Atores			
Relação economia-mercado	<ul style="list-style-type: none"> Ambitious green growth strategies could trigger a wave of new investment into the real economy (Chapter 10), particularly in the developing countries (Chapter 3); Enabling farmers to adopt more productive practices with lower environmental impacts would also potentiate a more effective access to newer and local markets (Chapter 2); A green economy would create increased demand for products from newly competitive industries and sectors like energy and transports. 				<ul style="list-style-type: none"> Small/medium enterprises. 			
Relação economia-modelo empresarial	<ul style="list-style-type: none"> Continuing the current development model would lead to rising costs, loss of productivity, less decent working conditions, disruption of economic activity due to environmental degradation hence it need to transit to a more sustainable and socially inclusive one (Chapter 1); A successful strategy hinges on skills development and on preparation and upgrading among small and medium-sized enterprises (SMEs) especially in newly competitive sectors. 							
Relação economia-ciência	<ul style="list-style-type: none"> Developing countries have the opportunity to leapfrog in the use of technology, thus avoiding the costs associated with replacing obsolete legacy infrastructure and related employment substitution. 							

Domínios	Características (do novo modelo económico proposto na sua relação com cada componente de análise)	Instrumentos (de operacionalização da política / modelo de transição)	Atores
<p>Relação economia-estado</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Outcomes for employment and incomes are largely determined by the policy instruments used and the institutions which implement them; • A comprehensive policy, one recognizing country and sector specific challenges and ensuring that opportunities for decent work and social inclusion are achieved, is needed; • Policies to provide the right mix of incentive structures and support to encourage the greening of the economy are needed in (ix-x): <ul style="list-style-type: none"> · The promotion of sustainable production and consumption; · Taxations to burden resource use and pollution; · The encouragement of investments in a greener economy; · Targeted support to enterprises, especially SME's. • Policies to ensure that employment, decent work and social inclusion are integral parts of a sustainable development strategy in (x-xi): <ul style="list-style-type: none"> · Leveraging social opportunities especially in labour markets; · Strengthening social protection and promoting social inclusion; · Placing emphasis on skills and education to ease job transition; · Ensuring equitable outcomes and chances for women and men. • Social dialogue must be placed at the centre of policy making because it makes a vital contribution towards policy coherence and equity and to ensure that changes are adopted (xi-xii); • A green economy is likely to be healthier and safer for workers and the public but care is needed to prevent new occupational hazards (xi-xii); • Well-informed and coherent policies that result from broad support and active commitment among stakeholders will be essential (xi-xii). 	<ul style="list-style-type: none"> • An environmental tax-reform, especially an eco-tax, and other types of environmental regulations; • Economic incentives and other targeted programs, including public work schemes; • Incentives for the creation of cooperatives, business associations and partnerships of small and medium enterprises in the formal economy; • Investments in research and development. • Targeted programs, transfers and income-support for disadvantaged groups particularly the unemployed; • Creation of assessment methods and modelling tools to anticipate the possible labour market impacts of a transition to a green economy; • Adjustments in education and training systems; • Legal reforms in ownership rights to increase a wider representation of women in decision-making; • Financial packages to help the poor in developing countries and to pay them for environmental services; • Measures to ensure that labour legislation is applied and that workers and employers are both making use of collective bargaining. 	<ul style="list-style-type: none"> • Governments; • Small and medium enterprises (organised in cooperatives and associations); • Trade unions; • Other labour market stakeholders.

ANEXO 3

**Fichas individuais dos *workshops*
deliberativos**

Ficha individual

Nome completo: _____

Grau de escolaridade: _____

Profissão / Situação Profissional: _____

Instituição: _____

Cargo: _____

Data de Nascimento: _____

E-mail: _____

Parte I Economia no futuro: direção desejável da mudança

Questão: indique por favor qual a sua visão acerca do que deve ser a economia no futuro – qual a direção da mudança que deseja ou considera necessária.

(indique uma a três palavras-chave para cada questão, e descreva cada resposta de forma sucinta, num máximo de seis linhas. Dispõe de 15 minutos)

Resposta 1

Palavras-chave: _____

Descrição: _____

Resposta 2

Palavras-chave: _____

Descrição: _____

Parte II Economia no futuro: como estimular a mudança desejada?

Questão: Indique por favor formas de concretizar as mudanças identificadas na parte I (ações, instrumentos).

(indique uma a três palavras-chave para cada questão e descreva cada resposta de forma sucinta, num máximo de seis linhas. Dispõe de 15 minutos)

Resposta 1

Palavras-chave: _____

Descrição: _____

Resposta 2

Palavras-chave: _____

Descrição: _____

ÍNDICE DE QUADROS

- 24** **Quadro 2.1** Documentos analisados (organizados por ordem alfabética de entidades)
- 27** **Quadro 2.2** Documentos analisados por categorias-
-tipo de resposta às crises económica e ecológica
- 36** **Quadro 3.1** Agendas de transição: operacionalização (ver também anexo 2)
- 37** **Quadro 3.2** Exemplos de propostas para promover a
mudança a favor de uma nova economia do futuro
- 40** **Quadro 3.3** Indicadores relativos aos valores sociais (inquérito à População)
- 41** **Quadro 3.4** Indicadores relativos às estratégias de mudança para
a sustentabilidade (inquérito a Empresários e a Autarcas)
- 47** **Quadro 3.5** Síntese dos resultados do processo
de inquirição aos três universos
- 48** **Quadro 3.6** População: comparação da amostra
com o respetivo universo de análise
- 49** **Quadro 3.7** Empresários: comparação da amostra
com o respetivo universo de análise
- 50** **Quadro 3.8** Autarcas: comparação da amostra
com o respetivo universo de análise
- 58** **Quadro 4.1** Adesão aos valores materialistas e pós-
-materialistas segundo a idade, o nível de escolaridade e o
rendimento individual (correlações de Pearson)
- 59** **Quadro 4.2** Adesão aos valores materialistas e pós-
-materialistas segundo a situação perante o trabalho (%)
- 64** **Quadro 4.3** Adesão aos valores e prioridades da economia (%)
- 97** **Quadro 6.1** População: caracterização do perfil-tipo 1. Liberalismo Glocal
- 98** **Quadro 6.2** População: caracterização do perfil-
-tipo 2. Localismo Socioecológico
- 100** **Quadro 6.3** População: caracterização do perfil-
-tipo 3. Crescimento Económico
- 102** **Quadro 6.4** População: caracterização do perfil-tipo 4. Marginalização Social
- 104** **Quadro 6.5** Empresários: caracterização do perfil-
-tipo 1. Liberalismo Económico
- 106** **Quadro 6.6** Empresários: caracterização do perfil-tipo 2. Glocalismo
- 108** **Quadro 6.7** Empresários: caracterização do perfil-
-tipo 3. Localismo Socioecológico
- 110** **Quadro 6.8** Empresários: caracterização do perfil-tipo 4. *Statu Quo*
- 113** **Quadro 6.9** Autarcas: caracterização do perfil-tipo 1. Equidade Social
- 114** **Quadro 6.10** Autarcas: caracterização do perfil-tipo 2. Intervencionismo
- 115** **Quadro 6.11** Autarcas: caracterização do perfil-tipo 3. Equidade Territorial
- 117** **Quadro 6.12** Autarcas: caracterização do perfil-tipo 4. Liberalismo Económico
- 118** **Quadro 6.13** Autarcas: caracterização do perfil-tipo 5. *Statu Quo*

-
- 119** **Quadro 6.14** Dimensões que mais contribuem para a diferenciação interna de cada um dos universos inquiridos: População, Empresários e Autarcas
- 122** **Quadro 6.15** Posicionamento relativo dos vários perfis-tipo face a distintas conceções de economia do futuro
- 127** **Quadro 7.1** Composição das salas na sessão
- 128** **Quadro 7.2** Sala 1 – respostas, parte 1
- 129** **Quadro 7.3** Sala 2 – respostas, parte 1
- 130** **Quadro 7.4** Sala 1 – respostas, parte 2
- 131** **Quadro 7.5** Sala 2 – respostas, parte 2
- 132** **Quadro 7.6** Síntese por grandes temas dos resultados do *workshop* deliberativo

ÍNDICE DE FIGURAS

- 26** **Figura 2.1** Respostas às crises económica e ecológica: categorias-tipo
- 28** **Figura 2.2** Relação entre a classificação dos discursos ambientais de Dryzek e as categorias-tipo de resposta às crises económica e ecológica
- 34** **Figura 2.3** Dicotomia discursiva – agendas de transição
- 44** **Figura 3.1** Construção do questionário do inquérito à População, aos Empresários e aos Autarcas
- 52** **Figura 4.1** Mudança da saliência dos valores ao longo de cerca de 20 anos em Portugal
- 55** **Figura 4.2** Representação gráfica dos valores materialistas e pós-materialistas (análise multidimensional)
- 56** **Figura 4.3** Hierarquização dos valores materialistas
- 56** **Figura 4.4** Hierarquização dos valores pós-materialistas
- 60** **Figura 4.5** Valores e finalidades da economia
- 61** **Figura 4.6** Valores e finalidades da economia (análise multidimensional)
- 62** **Figura 4.7** Autorizar a exploração de recursos naturais nunca ou sempre, segundo valores sociais
- 62** **Figura 4.8** Condicionantes de autorização de exploração de recursos naturais, segundo valores sociais
- 68** **Figura 5.1** Análise comparada das frequências de resposta à questão: «Qual o principal objetivo da economia?»
- 69** **Figura 5.2** Análise comparada das frequências de resposta à questão: «De uma forma geral, a economia no futuro deverá ser...»
- 70** **Figura 5.3** Análise comparada da média das respostas às atitudes em relação à economia no futuro
- 72** **Figura 5.4** Análise comparada das frequências de resposta à questão: «Para viver bem no futuro devemos...»
- 73** **Figura 5.5** Análise comparada das frequências de resposta às questões: «Para viver bem no futuro devemos...»: trabalho *versus* lazer (Figura 5.5A) e consumo *versus* poupança (Figura 5.5B)
- 74** **Figura 5.6** Análise comparada das frequências de resposta à questão: «No futuro, a autorização da exploração de recursos naturais deve...»
- 75** **Figura 5.7** Análise comparada das frequências de resposta à questão relativa ao domínio Ciência e Economia: «Com qual das afirmações está mais de acordo...»
- 76** **Figura 5.8** Análise comparada das frequências de resposta à questão: «Na economia do futuro, qual deverá ser o papel mais importante do Estado?»
- 78** **Figura 5.9** Análise comparada das frequências de resposta à questão relativa ao domínio Mercado e Economia: «A economia no futuro deverá...»
- 79** **Figura 5.10** Análise comparada das frequências de resposta à questão: «O principal contributo que as pessoas devem dar para um desenvolvimento económico sustentável no futuro é...»

-
- 80** **Figura 5.11** Análise comparada das respostas ao domínio Território e Economia: média das respostas
- 81** **Figura 5.12** Análise comparada das frequências de resposta à questão: «Dos seguintes tipos de entidades, qual considera ser o mais importante para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal?»
- 83** **Figura 5.13** Análise comparada das frequências de resposta à questão: «Dos seguintes tipos de cooperação, qual considera ser o mais importante para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal?»
- 84** **Figura 5.14** Análise comparada das frequências de resposta à questão: «Dos seguintes tipos de instrumentos de regulação económica, qual considera ser o mais importante para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal?»
- 85** **Figura 5.15** Análise comparada das frequências de resposta à questão: «Das seguintes opções de gestão empresarial, qual considera ser a mais importante para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal?»
- 86** **Figura 5.16** Análise comparada das frequências de resposta à questão: «Das seguintes opções de gestão autárquica, qual considera ser a mais importante para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal?»
- 88** **Figura 5.17** Atitudes e opiniões em relação a um desenvolvimento económico mais sustentável: síntese das principais convergências e divergências entre População, Empresários e Autarcas
- 94** **Figura 6.1** População: subgrupos principais
- 103** **Figura 6.2** Empresários: subgrupos principais
- 111** **Figura 6.3** Autarcas: subgrupos principais

Fundação Francisco Manuel dos Santos

Estudos Publicados

POLÍTICAS SOCIAIS

Coordenador: Pedro Pita Barros

Desigualdade económica em Portugal [2012]

Coordenador: Carlos Farinha Rodrigues

Informação e saúde [2013]

Rita Espanha

Custos da saúde: passado, presente e futuro [2013]

Coordenador: Carlos Costa

Mortalidade infantil em Portugal [2014]

Coordenadores: Xavier Barreto
e José Pedro Correia

CONHECIMENTO

Coordenador: Carlos Fiolhais

Escolas para o século XXI [2013]

Alexandre Homem Cristo

Que ciência se aprende na escola? [2013]

Coordenadora: Margarida Afonso

Literatura e ensino do Português [2013]

José Cardoso Bernardes e Rui Afonso Mateus

Ensino da leitura no 1.º ciclo do ensino básico: Crenças, conhecimentos e formação dos professores [2014]

Coordenador: João Lopes

A ciência na educação pré-escolar [2014]

Coordenadora: Maria Lúcia Santos

Os tempos na escola: Estudo comparativo da carga horária em Portugal e noutros países [2014]

Coordenadora: Maria Isabel Festas

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Coordenadora: Susana Peralta

O cadastro e a propriedade rústica em Portugal [2013]

Coordenador: Rodrigo Sarmiento de Beires

25 anos de Portugal europeu [2013]

Coordenador: Augusto Mateus

A Economia do Futuro: A visão de cidadãos, empresários e autarcas [2014]

Coordenador: João Ferrão

Publicado em duas versões: estudo completo
e versão resumida

ESTADO E SISTEMA POLÍTICO

Coordenador: Pedro Magalhães

Avaliações de impacto legislativo: droga e propinas [2012]

Coordenador: Ricardo Gonçalves

Publicado em duas versões: estudo completo
e versão resumida

Justiça económica em Portugal [2013]

Coordenadores: Nuno Garoupa, Pedro Magalhães
e Mariana França Gouveia

Publicado em 9 volumes

Segredo de justiça [2013]

Fernando Gascón Inchausti

Feitura das leis: Portugal e a Europa [2014]

João Caupers, Marta Tavares de Almeida
e Pierre Guibentif

Portugal nas decisões europeias [2014]

Coordenadores: Alexander Treschel e Richard Rose

POPULAÇÃO

Coordenadora: Maria João Valente Rosa

Processos de envelhecimento em Portugal: usos do tempo, redes sociais e condições de vida [2013]

Coordenador: Manuel Villaverde Cabral

Publicado em duas versões: estudo completo
e versão resumida

A necessidade de uma transição para novos modelos de desenvolvimento socioeconómico, visando superar a atual crise e evitar os impactes ecológicos do modelo de crescimento económico hoje predominante, reúne um apoio crescente mas mobiliza discursos distintos, com destaque para a “economia do crescimento verde” e a “economia do bem-estar”. O que pensam os portugueses sobre a economia do futuro, os protagonistas das mudanças desejadas e o modo de alcançar os resultados pretendidos? Em que medida se aproximam as suas opiniões e preferências dos vários discursos em confronto sobre a economia do futuro? Tendo por base os resultados de um inquérito a cidadãos, empresários e autarcas, este livro procura responder a essas questões, contribuindo para um debate tão inevitável quanto urgente.

